

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

PRINCÍPIOS

FEVEREIRO ■ MARÇO ■ ABRIL/96 Nº 40 R\$ 7,50

O HOMEM DA AMAZÔNIA



PRINCÍPIOS

Revista Teórica, Política
e de Informação

Diretor e

Jornalista Responsável
João Amazonas

Editor

Olival Freire Jr.

Comissão Editorial

Olival Freire Jr.

Pedro de Oliveira

José Carlos Ruy

Edvar Luiz Bonotto

Sara Romera

Luciano Martorano

Roniwalter Jatobá

Conselho Editorial

Aldo Arantes

Bernardo Joffly

Fernando Pupo

Haroldo Lima

Helena de Freitas

Jó Moraes

José Carlos Ruy

José Reinaldo de Carvalho

Luis Fernandes

Luis Paulino

Luiz Manfredini

Madalena Guasco

Olival Freire Jr.

Pedro de Oliveira

Rogério Lustosa (1943-1992)

Umberto Martins

Walter Sorrentino

Colaboradores

Agenor Silva

Altamiro Borges

Ana Maria Rocha

Ary Normanha

Carlos Pompe

Clóvis Moura

Guiomar Prates

Luciana de Souza Bento

Luiz Marcos Gomes

Loreta Valadares

Secretário de Edição

Edvar Luiz Bonotto

Edição de Texto

Maria Betânia Ferreira

Digitação

Sandro Valeriano de Oliveira

Maria Lucília Ruy

Distribuição e Vendas

Divo Guisoni

Administração

Márcia Regina Viotto

Assinaturas

Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica

Limiar Assessoria em Comunicações

PRINCÍPIOS é uma publicação da

Editora Anita Ltda.

Rua Monsenhor Passalacqua, 158

01323-010 - São Paulo - SP

Tel.: (011) 289-1331

E-mail: ag.principios@ax.ibase.org.br

A revista Princípios aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica em um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 20 linhas, 1 linha = 70 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Í N D I C E

AFINADA COM GRANDES TEMAS

Comissão Editorial

3

FORÇA DECISIVA DA REVOLUÇÃO E DA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

João Amazonas

4

FUSÕES NO SETOR FINANCEIRO

Luiz Marcos Gomes

8

O GOVERNO DE FHC E O CAMPO POLÍTICO CONSERVADOR

Décio Saes

11

DE QUE RI FERNANDO HENRIQUE?

José Carlos Ruy

17

A PRIVATIZAÇÃO DA VALE E O LEILÃO DOS MINÉRIOS BRASILEIROS

Socorro Gomes

22

O PROGRAMA DA VIRADA: DAS ELEIÇÕES À ALTERNATIVA DE PODER NA RÚSSIA

Luis Fernandes

27

DOCUMENTO

Por nossa pátria soviética

Partido Comunista da Federação Russa

32

TRABALHEMOS JUNTOS POR UM MUNDO MELHOR

Jiang Zemin

35

UM OLHAR SOBRE A AMAZÔNIA

Entrevista com Pedro Martinelli

39

INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: AS VARIADAS TÁTICAS DO IMPERIALISMO

Eron Bezerra

46

REFLEXÕES SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA

Luis Antonio Paulino

51

LENDAS DOS REVOLTOSOS

Manuel Domingos

60

LÊNIN E A BUROCRACIA

Luciano Cavini Martorano

68

LUDOVICO GEYMONAT: DO NEOPOSITIVISMO AO MATERIALISMO DIALÉTICO

Fabio Minazzi

73

ARTE E CRÍTICA SOCIAL EM ADORNO

Priscila Arantes

78

RESENHA

82

CAPA: foto de Pedro Martinelli.

ERRATA: Na edição N° 39, onde se lê a data NOVEMBRO ■ DEZEMBRO/94 ■ JANEIRO 95, leia-se NOVEMBRO ■ DEZEMBRO/95 ■ JANEIRO 96.

Afinada com grandes temas

O fotógrafo Pedro Martinelli deixou um emprego confortável e seguro em São Paulo e embrenhou-se na Amazônia com um objetivo específico: registrar a vida do homem que vive na floresta. Vai ficar lá alguns anos, num barco, e as gerações futuras serão gratas, com certeza, por esse empenho.

Ele contou sua aventura para *PRINCÍPIOS*, uma história feita com palavras e imagens, enriquecida com o artigo de Eron Bezerra, de Manaus, que ajuda a entender a complexidade e a riqueza da Amazônia, essa região cobijada por potências estrangeiras.

* * *

O país vive mudanças importantes, muitas das quais representam ameaças tangíveis à vida do povo e à soberania da nação. O cientista político Décio Saes analisa as relações do projeto neoliberal com as várias facções das classes dominantes brasileiras, e mostra as divergências que cada uma delas tem com ele; Luiz Paulino mostra como a reforma fiscal que o governo quer fazer busca fortalecer o projeto hegemônico das classes dominantes; Marcos Gomes investiga as relações entre neoliberalismo e as fusões bancárias; Socorro Gomes denuncia o atentado contra o patrimônio público que a privatização da Vale do Rio Doce poderá representar; José Carlos Ruy, por sua vez, examina o balanço de fim de ano feito pelo governo e pela grande imprensa, e procura o fio que conduz dos escritos antigos de Fernando Henrique Cardoso (os que ele mandou esquecer) às convicções que ele exhibe à frente do governo.

Outro assunto de destaque, nesta edição, é a eleição parlamentar que, no fim do ano passado, impôs pesada derrota ao projeto neoliberal na Rússia. O Partido Comunista da Federação Russa teve desempenho notável, conquistando um terço do parlamento — e só não conquistou mais porque o voto distrital misto, adotado naquele país, distorce profundamente os resultados eleitorais, favorecendo os setores conservadores. Luis Fernandes analisa o sentido dessa vitória comunista e comenta o programa do partido vencedor, cujos principais trechos estão aqui reproduzidos. Aprofundando a compreensão do terremoto político e social sofrido pelo Leste europeu, João Amazonas aponta o papel decisivo que teve, nessa derrocada, a degeneração do Partido Comunista. A situação mundial é também assunto

do dirigente chinês Jiang Zemin, cujo discurso no 50º aniversário da ONU examinou o mundo multipolarizado que vai surgindo depois do fim da Guerra Fria.

* * *

A revista *PRINCÍPIOS* chega à sua 40ª edição, decorridos quinze anos de existência. São números significativos em um país de tradições políticas e culturais tão frágeis. Na sua segunda fase, iniciada na edição de número 19, em agosto de 1990, com novo projeto gráfico, a revista tem circulado regularmente a cada três meses. Definindo-se como uma revista de orientação marxista, voltada à política, à teoria e à informação, *PRINCÍPIOS* dedicou a maior parte de seus artigos aos temas da crise e das perspectivas do socialismo, do desenvolvimento do marxismo e da conjuntura política nacional e internacional, abordando, em especial, a nova ordem imperialista mundial, a política neoliberal e sua aplicação no Brasil, além das lutas de resistência a esse projeto. Se há uma falha que a revista não cometeu foi a da omissão face aos temas mais candentes da vida nacional.

Abordamos também temas relevantes da cultura, das ciências e das artes, da sociedade, em artigos políticos, teóricos, informativos e históricos. Para isso, *PRINCÍPIOS* tem mobilizado, numa escala que ainda consideramos insuficiente, diversos autores brasileiros, de modo que 80% dos artigos deste segundo período foram escritos por autores nacionais, e 20% por autores estrangeiros. A qualidade dos artigos é heterogênea, como seria de se esperar. Autores experientes e talentosos dividem as páginas da revista com estreantes. Políticos, acadêmicos, jornalistas são as referências predominantes entre nossos autores. Nem todos compartilham uma perspectiva marxista para o Brasil, e as siglas partidárias são variadas. Essa diversidade tem sido um patrimônio que a revista vem constituindo — um patrimônio que deve ser investido na ampliação de seu projeto, no aumento das assinaturas e da circulação, na diversificação dos autores e na qualidade dos artigos. Esse projeto está a serviço de um projeto maior: aquele dos que não aceitam a ordem capitalista como a única alternativa para o Brasil e para o mundo, dos que buscam prosseguir em novas condições a luta por um Brasil socialista.

Comissão Editorial

Força decisiva da revolução e da construção do socialismo

JOÃO AMAZONAS

Que questões precisam ser respondidas hoje para atualizar a teoria do Partido como organização de vanguarda revolucionária?

A derrota do socialismo na União Soviética e nos países do Leste europeu vem sendo, pouco a pouco, examinada com certa profundidade. Os aspectos teóricos e políticos aparecem com mais frequência na avaliação dos erros cometidos. Não se tem dado, porém, maior atenção aos desvios da concepção marxista de Partido, que ocorreram em vários países. Segundo os clássicos, o Partido é a força decisiva da revolução e da construção do socialismo.

Marx iniciou sua grande obra teórica publicando o *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848, que até hoje serve de orientação ao movimento revolucionário. Nesse documento, ele conclamava os operários a se organizarem como classe, tendo por objetivo liquidar a dominação da burguesia e construir o poder proletário.

Engels considerava como “condição necessária da passagem ao novo regime social não só a existência das premissas materiais da sociedade futura, mas também dos homens e das mulheres, que serão os únicos a possuir força e vontade para chamar à vida esta sociedade nova e melhor”. Destacava que “tais pessoas necessitarão de um elevado grau de consciência, de uma vontade inabalável e de energia revolucionária”.

Tanto Marx como Engels entendiam que o Partido, armado dos princípios revolucionários, devia ser o intérprete e o condutor das mudanças. Não bastava a simples existência do Partido. Era preciso que reunisse as qualidades indispensáveis ao cumprimento da sua missão histórica. Por isso, criticaram o ecletismo do Programa de Gotha que servia de base à formação do Partido Operário da Alemanha. Neste predominavam teses errôneas de Lassalle, combatidas pelo marxismo. Marx e Engels aconselhavam os dirigentes comunistas alemães em termos incisivos:

“Pactuai acordos para alcançar objetivos práticos do movimento, mas não trafiqueis com os princípios, não realizeis ‘concessões’ teóricas”.

Foi Lênin quem, pela primeira vez, desenvolveu a teoria do Partido como organização dirigente da classe operária e como instrumento insubstituível à vitória da revolução social. Elaborou seus fundamentos nos planos ideológico, organizativo, tático e de ação de massas. Sustentou a idéia do Partido de princípios, marxista, que atua em todas as lutas dos trabalhadores e do povo, mantendo sempre sua feição revolucionária. O Partido devia ser organização de vanguarda, uma vez que somente uma parte da sociedade, e mesmo da classe operária, tem condições de compreender em profundidade o processo da transformação histórica.

A unidade das fileiras partidárias foi acentuada por Lênin, unidade de vontade e de ação dos combatentes proletários. Repudiava a falsa unidade entre revolucionários e oportunistas. O Partido não é uma organização de frente-única onde cabem diversas correntes em pugna por objetivos limitados. Ele viveu, no início do século, a experiência da luta durante muitos anos, na Rússia, pela formação do Partido operário. Então agrupavam-se na mesma organização várias correntes de esquerda, destacadamente os mencheviques e os bolcheviques, o que levava, na prática, à existência de duas linhas, duas táticas, duas condutas políticas.

Em 1912, na Conferência de Praga, Lênin rompeu definitivamente com os mencheviques, corrente oportunista pequeno-burguesa, e criou o Partido independente, bolchevique, que assumiu a direção do movimento revolucionário. Graças a essa decisão, tornou-se possível a vitória da Revolução de Outubro.



Esse Partido, de um heroísmo sem precedentes, enfrentou a intervenção armada na Rússia dos 14 (catorze) Estados, resolveu o problema da fome que imperava no país, derrotou os grupos de “esquerda” e de direita que tentaram desviar o proletariado e seus aliados do caminho correto. Organizou a coletivização da agricultura e, mais tarde, à frente do povo soviético, venceu a Alemanha nazista. Superando enormes dificuldades, dirigiu a construção do socialismo.

Eis porque é difícil compreender como foi possível, sem maior resistência, a derrota da causa operária na União Soviética e nos países do Leste europeu. Que foi feito do Partido bolchevique criado por Lênin? Que sucedeu com a orientação geral dos fundadores do marxismo sobre o Partido?

O PCUS degenerou ao se desligar das massas populares e cair na rotina e no formalismo



Indubitavelmente, o PCUS degenerou. A derrota do socialismo começou precisamente com a degeneração dessa organização de vanguarda. Ainda no tempo de Stálin já apareciam sérios indícios. O PCUS burocratizava-se, desligava-se da classe operária e das amplas massas populares, caía na rotina e no formalismo, estimulava a fé su-

persticiosa nos dirigentes, em especial na pessoa de Stálin, e membros do Birô Político. Muitos quadros ligados à direção faziam “carreira” política no Partido visando a interesses pessoais. Depois da morte de Stálin, cuja liderança incontestável assegurava a unidade das fileiras partidárias, os fenômenos de degenerescência apareceram nitidamente e se acentuaram. A indicação de Kruschov para o lugar de Stálin foi o estopim da degradação. Tipo aventureiro e oportunista, não tinha condições político-ideológicas de assumir esse posto. Em curto prazo, atuou como inimigo do socialismo. Já em 1956, no XX Congresso do PCUS, apresentou um relatório “secreto” contra Stálin e o Partido. Seu ajuste de contas com Béria, à margem de um processo normal de apuração de faltas, criminosas ou não, e depois o golpe de Estado de 1957, diante do qual a direção superior do Partido capitulou vergonhosamente, são fatos indicativos do grau de degenerescência que medrava no PCUS. Daí por diante, sob o domínio do revisionismo contemporâneo, o Partido degingolou totalmente.

A decadência ocorreu também nos países do Leste europeu. Na Bulgária, Romênia, Hungria, Polônia e Tchecoslováquia, o Partido perdeu suas características revolucionárias, seguiu a orientação soviética ou adotou caminhos “próprios”, nacionalistas-burgueses. Também na Albânia, depois da morte de Enver Hoxha, o PTA rendeu-se, entregou o poder, sem luta, aos inimigos do socialismo.



A maioria dos partidos comunistas se afastou do leninismo e perdeu sua independência ideológica

A degenerescência alcançou Partidos Comunistas de vários países do mundo capitalista. É o caso do Partido Comunista da Espanha, sob a direção de Santiago Carrillo. Esse Partido Comunista, antes chefiado por José Dias, dera exemplo de grande bravura e combatividade na guerra antifascista. Durante o longo período da ditadura de Franco, o Partido perdeu muitos de seus quadros, acomodou-se e acabou adotando as posições direitistas do eurocomunismo. É o caso também do Partido Comunista da Itália, que, sob a direção de Palmiro Togliatti, afundou no charco do oportunismo, transformou-se num partido social-democrata de centro-direita. E é igualmente o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), dirigido por Luís Carlos Prestes, que assumiu a linha *kruschovista*. A maioria dos Partidos Comunistas, durante o predomínio do revisionismo na União Soviética, afastou-se do leninismo; tornaram-se partidos de reformas, aliados da burguesia, do imperialismo. Poucos resistiram e mantiveram sua independência organizativa, política e ideológica. Vários extinguiram-se ou reduziram-se a pequenos grupos inofensivos social-democratas.

O fenômeno desagregador não é, porém, insólito. Já os Partidos da II Internacional, às vésperas da I Grande Guerra, abandonaram o caminho revolucionário e aderiram à burguesia imperialista. Tomaram o rumo da social-demo-

cracia. Apenas o que era dirigido por Lênin resistiu. Figuras expressivas do movimento operário internacional, como Kautski e Plekhanov, passaram ao campo dos inimigos do socialismo.

Constata-se, assim, que a degenerescência do Partido tem ocorrido em diferentes períodos, e manifestou-se tanto antes como depois de vitoriosa a Revolução. Sempre que isso aconteceu, o movimento proletário mundial sofreu duros golpes, retrocedeu. Contudo, a idéia do Partido revolucionário manteve-se viva.

Há um século e meio, a classe operária empenha-se em forjar o seu Partido de vanguarda. A história dessa luta é também a história da luta pelo socialismo. Socialismo e Partido são inseparáveis. Apareceram juntos e caminharam juntos no histórico cenário dos entrecosques de classes. É impossível mudar o regime econômico-social sem ter como suporte fundamental uma organização de vanguarda. Se o Partido entra em crise ideológica e política, isso se reflete na batalha pelo socialismo.

Impõe-se, assim, examinar as causas determinantes do fenômeno degenerativo que se repete desde há muito, e adotar as medidas capazes de preveni-lo. Mesmo porque o socialismo somente renascerá com a força necessária para se impor como sistema dominante no mundo se houver Partidos de perfil marxista identificados com princípios baseados na ciência social orientando e dirigindo a luta por uma sociedade "nova e melhor".

Desde logo, pode-se afirmar que os êxitos e insucessos do proletariado revolucionário estão relacionados com a questão da luta de classes em constante acirramento. Marx assinalava que "a história de todas as sociedades (...) é a história da luta de classes. Na época da burguesia toda a sociedade vai dividindo-se cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado". Essa "luta de classes é a força motriz dos acontecimentos". Destacava ainda que no enfrentamento com a burguesia "só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária".

Os fracassos têm origem nas posições de conciliação de classes e na ilusão da adaptação burguesa



O Partido deve ter presente em sua atividade essa orientação básica. Para vencer, é preciso situar-se ideológica e politicamente no campo do proletariado, não apenas na fase da Revolução, mas durante todo o período de transição até a passagem ao comunismo, abrindo caminhos novos à transformação da sociedade.

Os fracassos originam-se, em última instância, das posições de conciliação de classes, das ilusões pequeno-burguesas de que se pode triunfar nos marcos do regime capitalista, ou realizar as mudanças históricas adaptando-se às normas e ao estilo de vida burgueses. A conciliação com a burguesia é o fundamento da política social-democrata

que envolve desde Kautski a Togliatti e Santiago Carrillo até Kruschov, o defensor dos "três pacíficos", de teor descaradamente oportunista: o caminho pacífico, a competição pacífica e a coexistência pacífica.

Certamente, a luta de classes não pode ser enfrentada de maneira mecânica, sectária. O proletariado luta em todos os terrenos, utilizando as contradições existentes no campo adversário, defendendo as conquistas sociais, as liberdades democráticas, avançando passo a passo na estrada que conduz à Revolução e ao socialismo.

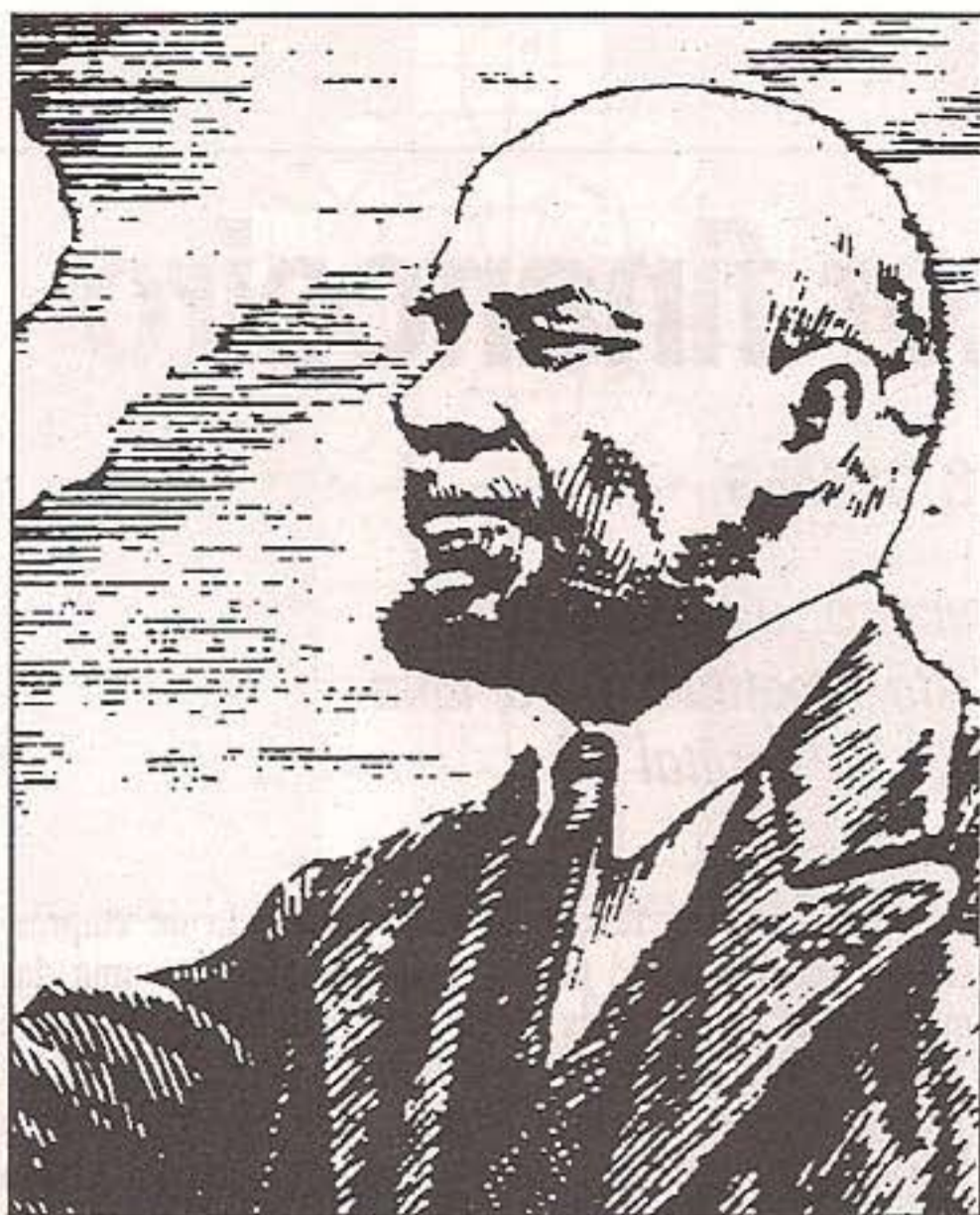
Além disso, há que considerar possíveis distorções na aplicação do correto princípio de *partido de vanguarda*. Lênin traçou sabiamente a feição do partido desse tipo. Não era suficiente ser destacamento de vanguarda, baseado na doutrina marxista; tinha que ser, ao mesmo tempo, um destacamento de classe, uma parte da classe, intimamente a ela vinculado. Enfatizava que o Partido não teria condições de dirigir a classe se não estivesse ligado às massas sem-partido, se essas não aceitassem sua direção, se o Partido não gozasse de crédito moral e político entre as massas. Esse entrosamento da parte com o todo é que permite a perfeita sintonia na atividade político-social, visando alcançar os objetivos programáticos.



Disciplina partidária e centro único de direção são requisitos para que o partido se fortaleça

Embora defendendo formalmente tais princípios, os partidos no poder podem deles afastar-se sempre que minorizem o conceito abrangente de *partido de vanguarda*, tornem-se auto-suficientes, uma organização à parte que tudo sabe e tudo pode, sobrepondo-se às massas. É provável que o PCUS e outros Partidos comunistas governantes nos últimos tempos tenham assim procedido. Ao invés de um destacamento da classe, transformaram-se numa entidade superior que se bastava a si mesma. Não dirigiam apoiados na classe, estreitamente a ela vinculados, inspirados na luta de classes, mas de forma independente, fechada em si mesma. A cabeça separada do corpo degenera inevitavelmente.

O liberalismo é outro fator prejudicial à atividade do Partido revolucionário. É uma tendência burguesa que se contrapõe às atitudes de classe do proletariado. Seus seguidores dão à democracia valor universal, absoluto, sem considerar seus condicionamentos de classe. Atuam nas fileiras comunistas procurando atenuar as contradições do sistema capitalista. Opõem-se ao centro único de direção, ao centralismo democrático, que reputam uma aberração burocrática. Renegam a disciplina do Partido — as resoluções coletivas não teriam caráter obrigatório para todos os militantes. Só formalmente aceitam o centro único e a disciplina; na prática, comportam-se como liberais social-democratas. Não aplicam decisões que julgam inconvenientes, tratam de amenizá-las ou distorcê-las. É evidente que



Lênin

sem centro único marxista e sem disciplina igual para todos o Partido definha, perde sua combatividade, fragiliza-se. O liberalismo é um caminho aberto à degenerescência do Partido do proletariado revolucionário.

A educação permanente e constante trabalho ideológico nas fileiras fazem bons militantes



Da experiência vivida ressalta ainda o fato de que a degenerescência tem começado geralmente nos órgãos dirigentes superiores do Partido. Onde faltam vigilância de classe e um nível razoável de conhecimentos teóricos nas bases partidárias, podem ocorrer desvios de conseqüências ruins, por parte das direções. Lênin dizia que para se saber se “um Partido é, ou não, autêntico Partido político operário, depende também de quem o dirige e do conteúdo de sua ação, de sua tática política”. Dada a complexidade que assume a luta contra a burguesia, maiores devem ser as exigências aos dirigentes comunistas de fidelidade à causa do proletariado. Quem dirige não pode vacilar entre o caminho revolucionário e o caminho oportunista, sobretudo nas épocas de crises agudas. Tem de pôr em prática o centralismo democrático, apoiar-se na sabedoria coletiva. Não pode alterar em profundidade a orientação adotada sem ampla discussão nas fileiras partidárias, jamais sobrepor-se arbitrariamente ao conjunto da militância. Atitudes irresponsáveis ou negligentes em assuntos sérios do Partido e da causa que defende são inadmissíveis.

Mas o coletivo partidário somente desempenha a função que lhe cabe nas decisões fundamentais quando, teórica e politicamente, está à altura das circunstâncias. Isso exige a educação permanente dos comunistas, o constante trabalho ideológico nas fileiras da organização de vanguarda. Engels demandava dos militantes socialistas alto grau de consciência, vontade férrea e energia revolucionária. Comunista sem essa energia e vontade de vencer, pobre de conhecimentos teóricos, ajuda muito pouco à causa do socialismo. Essas qualidades não nascem com o indivíduo, são forjadas na luta, adquiridas também nos centros de preparação de quadros, nas escolas do Partido. Lênin afirmava que “não pode haver um forte Partido socialista sem uma teoria revolucionária que agrupe a todos os socialistas”. Vale lembrar que no *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx, aparecem juntos, interligados, a teoria e o Partido em ação.



No partido reside o fator determinante dos sucessos e fracassos da revolução e da edificação socialista

O fortalecimento da composição orgânica do Partido é outro tema que passa à ordem do dia. Para garantir força de combate e espírito de sacrifício na luta de classes, é indispensável atrair às fileiras partidárias os que mais sofrem com a exploração capitalista e latifundiária – os operários e os camponeses. E conquistar também a grande massa dos excluídos, dos que vivem na pobreza e passam duras privações. O Partido Comunista abriga em seu seio elementos de diferentes setores sociais. É bom que isso aconteça, mas é essencialmente operário (e popular) por sua ideologia e objetivos socialistas. As ilusões de classe manifestam-se geralmente nos escalões da pequeno-burguesia e na área da denominada aristocracia proletária. Ao adquirir consciência política, quem luta melhor e mais abrangentemente pelo socialismo são os que nada podem esperar do regime capitalista, perverso e em decomposição.

Tais as observações que julgamos importantes para defender o Partido da degenerescência e consolidá-lo como organização de vanguarda do tipo leninista.

Cuidar do Partido foi sempre preocupação constante dos revolucionários proletários. Nos dias de hoje, essa preocupação deve ser ainda maior porque, na avaliação da luta secular pelo socialismo, evidencia-se que no Partido reside o fator determinante dos sucessos ou dos fracassos da Revolução e da edificação socialista. Cuidar do Partido para podermos dizer como dizia Lênin do Partido bolchevique: “Nele temos fé, nele vemos a inteligência, a honra e a consciência da nossa época”.

JOÃO AMAZONAS é Presidente Nacional do Partido Comunista do Brasil.

Fusões no setor financeiro

LUIZ MARCOS GOMES

Novidades no setor financeiro, o verdadeiro epicentro do sistema capitalista, apontam para uma maior concentração do capital

O ano de 1995 foi um ano tumultuado para o sistema financeiro mundial. Foi um período de falências, de revelações de escândalos e de crimes cometidos por grandes bancos internacionais, e também um ano em que as fusões de grandes instituições financeiras bateram um novo recorde. Existem dados indicando que nos Estados Unidos, por exemplo, as operações de fusões e aquisições de empresas atingiram cerca de 355 bilhões de dólares, o que significa um novo recorde histórico. O setor financeiro, verdadeiro centro de gravidade do sistema capitalista atual, foi o que registrou maior número de fusões, respondendo por 20% do valor das operações, seguido pelos setores de telecomunicações e de informática¹.

O quadro 1 resume as principais fusões ocorridas no sistema financeiro mundial até outubro de 1995, segundo levantamento feito pela revista inglesa *The banker*. A essa tabela deveria ainda ser agregada a operação de compra do banco TSB pelo Lloyd's Bank, na Inglaterra, que também foi uma das maiores do ano passado, pois o Lloyd, pelo critério do capital, antes dessa operação, ocupava o quinquagésimo lugar entre os maiores bancos do mundo².

A maior fusão do ano foi a do Bank of Tokyo com o Mitsubishi Bank, no Japão. O banco nascido dessa operação, o Tokyo Mitsubishi Bank, passou a ser o maior do mundo, com ativos calculados em torno de 820 bilhões de dólares, quase duas vezes o valor do PIB brasileiro.

Em todos os lugares, essa onda de fusões é explicada como uma busca desenfreada por parte desses trustes financeiros de melhorar sua posição relativa no mercado, reduzir custos (sobretudo pelo corte de empregados) e aumentar seu poder de interferência nas operações financeiras globais. Mas no caso específico dessa fusão entre os gigantes Bank of Tokyo e Mitsubishi Bank, há analistas que apontam como sua principal causa uma manobra das autoridades japonesas visando criar uma espécie de instituição "salva-vidas" no cenário de crescente crise do sistema financeiro daquele país. O novo Tokyo Mitsubishi Bank ficaria, assim, encarregado de absorver um número razoável de bancos problemáticos, como o Chuo Trust, o Hokkaido Takushoku Bank e o Nippon Credit Bank³. O sistema financeiro japonês vive uma de suas piores crises

do pós-guerra, em função de uma enxurrada de empréstimos vencidos e não pagos, e opera hoje com uma das mais baixas taxas anuais de juros do mundo, em torno de 2% reais ao ano. Há uma desconfiança generalizada atingindo os bancos japoneses, e cálculos de que os chamados *bad loans* (empréstimos ruins) ultrapassariam um trilhão de dólares. No decorrer de 1995, segundo a revista *The economist*, foi necessária uma operação de resgate para salvar o Cosmo. Outro banco importante, o Kizu, faliu, e o Hyogo, um banco regional, foi liquidado. Para piorar o cenário, no final do ano o gigante Daiwa Bank admitiu que um operador de sua sucursal de Nova York escondeu, durante onze anos seguidos, prejuízos de cerca de 1,1 bilhão de dólares. O Banco Central norte-americano (o Federal Reserve), diante do escândalo, interveio e encerrou as atividades do Daiwa nos Estados Unidos⁴.

Mas foi nos Estados Unidos que o processo de fusões e incorporações na área financeira, no decorrer de 1995, avançou mais do que em qualquer outro lugar. O sistema financeiro norte-americano é considerado bastante fragmentado, em comparação com outros países capitalistas como o Japão, a Alemanha e a França. A legislação, que vem sendo modificada, não favorecia o processo de fusões. Talvez por isso, o único banco norte-americano que aparecia entre os 50 maiores do mundo pelo critério de volume de ativos era o Citibank. Essa situação, porém, vem se modificando bastante nos últimos anos. Pelo levantamento feito pela revista *The banker*, das quinze operações de fusões e aquisições realizadas no ano passado entre os maiores 200 bancos do mundo, sete ocorreram nos Estados Unidos. Os principais motivos que explicam isso são, entre outros, a busca de uma determinada escala imposta pela crescente globalização das operações financeiras de todo tipo (empréstimos, operações de câmbio, mercados futuros etc.) e a redução de custos. A principal fusão foi a realizada entre os bancos nova-iorquinos Chemical e Chase Manhattan, a maior da história financeira dos Estados Unidos, resultando numa instituição com ativos da ordem de 275 bilhões de dólares. O Chemical, em 1991, já havia incorporado o Manufacturer's Hanover, despedindo 6.200 empregados e reduzindo custos operacionais em 750 milhões de dólares anuais. Com a nova fusão, há estima-

Quadro 1 – Sistema Financeiro Mundial. Principais fusões de bancos em 1995

Fusões	Posição do incorporador entre os 200 maiores	Capital (US\$) bilhões	Ativos US\$ bilhões	Ativos totais após fusão (US\$) bilhões
Mitsubishi	6	19,8	547,7	818,9 (Japão)
Bank of Tokio	14	12,5	271,2	
Swiss Bank Corp	19	11,6	161,8	192,9 (Suíça)
SG Warburg	183	1,7	31,1	
Chemical	27	10,0	171,4	285,4 (EUA)
Chase Manhattan	37	8,2	114,0	
Dresdner	35	8,9	253,8	268,0 (Alemanha)
Kleinwort Benson	359	0,8	14,2	
San Paolo Bank	47	6,2	153,1	156,5 (Itália)
Banca Naz. Delle Comunicazione	594	0,4	3,4	
National Australia	49	6,0	81,2	89,9 (Austrália)
Michigan National	340	0,8	8,7	
Banca di Roma	63	5,1	93,4	119,8 (Itália)
Banca Naz. Dell'Agricoltura	342	0,8	26,4	
First Union	74	4,5	77,3	113,5 (EUA)
First Fidelity	149	2,2	36,2	
First Chicago	76	4,5	65,9	113,0 (EUA)
NBD	102	3,2	47,1	
PNC	82	4,1	64,2	77,5 (EUA)
Midlantic	225	1,3	13,3	
Fleet Fin.	95	3,6	48,7	81,4 (EUA)
Shawmut	157	2,1	32,7	
Crédito Italiano	104	3,1	74,8	97,2 (Itália)
Crédito Romagnolo	278	1,0	22,4	
National City	138	2,4	32,1	45,8 (EUA)
Integra	291	0,9	13,7	
Boatmen's	158	2,1	28,9	36,6 (EUA)
Fourth Financial	471	0,5	7,7	
Unitas (Union Bank of Finland)	200	1,5	32,0	65,7 (Finlândia)
STS Bank	197	1,5	33,7	

Fonte: *The banker*, outubro/1995

tivas de que outros 12.000 trabalhadores sejam cortados, e que haverá uma redução de custos da ordem de 1,2 bilhão de dólares.

Outra grande operação, para os padrões norte-americanos, foi a oferta feita, no final de 1995, pelo banco californiano Wells Fargo, para absorver seu concorrente First Interstate pela quantia de 10 bilhões de dólares. A oferta surpreendeu o mercado financeiro devido ao seu caráter pouco usual, pois o First Interstate não estava em negociação com o Wells Fargo, que vem se consolidando como um dos principais da costa do Pacífico. É que a fusão provocaria um substancial aumento de ganhos e uma efetiva redução de custos, da ordem de 700 milhões de dólares anuais (evidentemente, com novos cortes de funcionários, como o banco admitiu)⁵. A operação foi finalmente concretizada em janeiro de 1996, com o anúncio do Wells Fargo de que irá adquirir o First Interstate pelo valor de 11,6 bilhões de dólares, um valor recorde na história das fusões bancárias nos Estados Unidos⁶.

Ao lado desse crescente processo de fusões, outro fenômeno que manteve o sistema financeiro nas manchetes, no decorrer de 1995, foi uma onda de falências e escândalos, a começar pela quebra de um dos mais antigos bancos comerciais da City de Londres, o Barings. De repente, a notícia caiu como uma bomba nos mercados financeiros: o Barings, instituição mais que centenária, e de cuja solidez ninguém duvidava, agente financeiro da Coroa Britânica, estava quebrando, em virtude de operações nos mercados futuros (derivados), realizadas por sua sucursal de Cingapura. O Banco da Inglaterra interveio e negociou a absorção do Barings pelo banco holandês ING Bank. Mas a falência deixou um rol de dúvidas no mercado. Um relatório divulgado em outubro de 1995 em Cingapura perguntava por que o Banco da Inglaterra, apesar de saber do fato, não havia impedido que o Barings excedesse seu limite de exposição legal, afirmando que o colapso do Barings havia sido causado por "incompetência institucional". Essa foi uma das mais fortes acusações feitas às autoridades encarregadas de fiscalizar a situação dos ban-

cos, abrindo uma discussão sobre se realmente alguém controla as ações dos grandes bancos, em escala internacional. A esse caso veio juntar-se o escândalo do Daiwa Bank, com as mesmas indagações: a habilidade de um operador da sucursal de Nova York em esconder perdas de mais de 1 bilhão de dólares por um período de onze anos punha em questão todos os controles legais a que o banco estava submetido, tanto no Japão quanto nos Estados Unidos, além de desmoralizar os chamados auditores externos, no caso a firma norte-americana Ernst & Young, que havia auditado o Daiwa e afirmado que a situação estava em ordem.

Em outubro, a revista norte-americana *Business Week* revelou os detalhes de um outro grande escândalo financeiro envolvendo o poderoso Bankers Trust, um dos maiores bancos dos Estados Unidos. A reportagem divulgava o conteúdo de uma extensa documentação reunida pela empresa Procter & Gamble e por investigações realizadas por órgãos da justiça norte-americana – cerca de 6.500 fitas gravadas e 300 mil páginas – na qual se demonstrava como o Bankers Trust realizava as chamadas *operações com derivativos*, auferindo grandes ganhos e provocando enormes prejuízos em seus clientes, entre os quais estava a Procter & Gamble, o monopólio norte-americano do setor de limpeza e higiene pessoal. Segundo ela, as perdas provocadas pelas operações fraudulentas com derivativos feitas pelo Bankers Trust atingiram mais de 500 milhões de dólares, sendo que a própria Procter & Gamble teria perdido quase 200 milhões de dólares⁷.

Operação salva-vidas significa novo comprometimento do Estado com o setor financeiro



Nenhum desses fatos deve causar muita surpresa entre os brasileiros, que assistem a um crescente conluio entre o governo FHC e o sistema financeiro. Nesse sentido, as operações salva-vidas montadas no decorrer de 1995 para socorrer os bancos significaram um novo patamar de comprometimento e envolvimento do Estado brasileiro com o setor financeiro. O governo chegou mesmo a lançar um programa especial, o Programa de Estímulo à Restruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, o PROER, para financiar e subsidiar operações de fusões e incorporações de bancos. A lógica é a mesma que vigora no centro do capitalismo, ou seja, os grandes bancos jogam um papel tão relevante e estratégico no funcionamento da economia que deve ser feito todo o possível para evitar qualquer turbulência nessa área. E quanto maior o banco maior o perigo de uma queda ser devastadora, segundo o princípio já cunhado pelos anglosaxões de *too big to fail* (grande demais para falir), exigindo a intervenção do Estado por meio de seus bancos centrais.

Em meados de 1995, já circulavam boatos de que pelo menos três grandes bancos privados estavam em situação ruim: o banco Econômico, o banco Nacional e o Bamerindus. Esses boatos estavam acoplados à chamada *teoria do dominó*, ou seja, a teoria de que, se os três quebrassem, poderiam le-

var de roldão todo o sistema financeiro e, numa reação mais ampla ainda, atingir seriamente o conjunto da economia. Aí reside a força dessas enormes instituições financeiras: seu poder de interferir no cerne da economia e de arrastar, com suas crises, todo mundo com elas. O governo FHC não fez por menos: socorreu a todos como pôde. Lançou o PROER para incentivar e acelerar o processo de fusões e incorporações, tudo em nome de *saúde econômica* do país. Financiou a incorporação do Nacional pelo Unibanco e do Econômico pelo Excel. Nessas operações ocorreu um fenômeno muito interessante, num país em que o que mais se fala é em *privatização e desestatização* como sinônimos de *modernização*. O Banco Central interveio (isto é, interferiu no *sagrado* princípio neoliberal do livre jogo do mercado), negociou a *parte boa* dos bancos em crise com aqueles que os incorporaram e ficou com a *parte ruim*.



Apenas uma fusão de bancos superou a despesa de um ano com as universidades

E ninguém reclamou da intervenção. O Estado absorveu prejuízos de bilhões de dólares. Dados oficiais divulgados indicam que em dois meses de vigência do PROER o Banco Central dispendeu cerca de 5,6 bilhões de reais apenas com a operação Nacional-Unibanco, quantia que superou toda a despesa feita em 1995 com as universidades federais, e que é 2,5 vezes maior do que foi liberado para o plantio da próxima safra agrícola⁸. E isso num país em que o sistema financeiro atende a apenas 20% da população⁹. Mas o fator que pesa, que define essa ação, como a realidade mostrou, não é nem o livre jogo do mercado, e muito menos o interesse da população, mas o poder da oligarquia financeira em manipular o Estado e colocá-lo a serviço de seus interesses como se fossem interesses de toda a sociedade.

LUIZ MARCOS GOMES é economista e jornalista. Foi editor de economia dos semanários *Opinião* e *Movimento* e membro do Conselho Federal de Economia de 1987 a 1989.

Notas

- (1) "EUA batem recorde de fusões", *Folha de S. Paulo*, 30/12/95.
- (2) *The banker Top 1000*, julho/95.
- (3) "More weddings", *The banker*, outubro/95.
- (4) "Financial disasters", *The economist*, 23/12/95.
- (5) "Wells Fargo's no-invite play", *The banker*, novembro/95.
- (6) "EUA tem maior fusão bancária da história", *Folha de S. Paulo*, 25/01/96. No caso, o título da matéria se refere não ao tamanho das instituições envolvidas, mas ao valor da operação, US\$ 11,6 bilhões.
- (7) "The bankers", *Business Week*, 16/10/95.
- (8) "Fusão custa US\$ 5,6 bilhões ao país", *Folha de S. Paulo*, 20/01/96.
- (9) Joe Akira Yoshino, "Uma avaliação dos bancos brasileiros", *Folha de S. Paulo*, 06/01/96. Segundo o autor, professor da USP, esse percentual é de 70% nos Estados Unidos, e de 75% na Alemanha.

O governo de FHC e o campo político conservador

DÉCIO SAES

Uma análise das políticas estatais inspiradas no neoliberalismo pode esclarecer melhor qual estratégia está sendo implementada no Brasil

Recentemente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso contestou a aplicabilidade do qualificativo “neoliberal” ao seu governo, e proclamou que a sua política tem, na verdade, um caráter “neo-social”. Como os analistas da política governamental devem reagir a essa autodefinição? A análise desse tipo de declaração contribui para esclarecer as vicissitudes da luta ideológica (esmaecida, porém não extinta), que ainda obriga os governantes das sociedades capitalistas atuais a fabricarem fórmulas que ocultam, senão os seus verdadeiros propósitos, pelo menos a orientação objetiva das suas políticas. É claro, entretanto, que o conhecimento da orientação política de um governo só pode ser obtido através do exame das medidas, propostas e iniciativas políticas que, no seu conjunto, compõem a estratégia governamental. Portanto, para sabermos se o governo Fernando Henrique Cardoso tem um caráter neoliberal, devemos deixar de lado as declarações do Presidente ou dos seus ministros – por mais sinceras que elas sejam – e nos concentrar na análise objetiva da estratégia governamental.

O que é a política estatal neoliberal?

A análise da política governamental implementada nas sociedades capitalistas atuais não pode se limitar a aferir o nível de proximidade existente entre os princípios doutrinários do liberalismo econômico e o conteúdo da política estatal; e, a seguir, deduzir dessa aferição que uma política governamental qualquer tem, ou não, um caráter neoliberal, conforme se detecte uma total identidade entre princípios econômicos liberais e política governamental ou, inversamente, algum desvio da segunda com relação aos primeiros.

As políticas neoliberais implementadas pelos Estados capitalistas atuais não podem coincidir integralmente com a doutrina do liberalismo econômico que, em geral, inspira-as. Tais políticas não podem concretizar incondicionalmente os princípios econômicos liberais, já que elas não são im-

plementadas num espaço social vazio, destituído de qualquer historicidade, e sim em sociedades capitalistas históricas, onde a política estatal repercutia, há décadas, a influência de outros princípios econômicos. Nessas condições históricas concretas, as políticas estatais inspiradas no liberalismo econômico têm necessariamente de: (a) ser vazadas em termos *gradualistas* (é politicamente inviável uma radical “revolução liberal” dentro das sociedades capitalistas atuais); (b) configurar-se como ação reformista afirmativa de *desmonte* da política estatal anterior.

Uma análise política que leve em consideração tais ponderações não reservará o qualificativo “neoliberal” tão somente às políticas estatais que se conformarem integralmente com os princípios econômicos defendidos por autores como Friedrich Hayek ou Milton Friedman. Será considerada neoliberal toda ação estatal que contribua para o desmonte das políticas de incentivo à independência econômica nacional, de promoção do bem-estar social (*welfare state*), de instauração do pleno emprego (*keynesianismo*) e de mediação dos conflitos sócio-econômicos.

Concretamente, esse desmonte passa pela implementação de três políticas estatais específicas. A primeira delas é a *política de privatização* das atividades estatais – não só a desestatização de empresas públicas, geradoras de produtos industriais ou serviços pessoais, como até mesmo a desestatização de atividades administrativas, tais como o serviço penitenciário, o Banco Central, a receita federal etc... A segunda delas é a *política de desregulamentação*, isto é, a redução da atividade reguladora e disciplinadora do Estado no terreno da economia (em geral) e das relações de trabalho (em particular). A última dessas políticas é a *política de abertura da economia ao capital internacional*: eliminação incondicional das reservas de mercado e do protecionismo econômico. A implementação de tais políticas implica seguramente uma mudança do padrão de intervenção do Estado capitalista na economia; mas não necessariamente – ao contrário do

que se poderia apressadamente pensar – a retração radical de toda espécie de atividade estatal ou a redução drástica do volume global do gasto público. Toda a “operação de desmonte” tem custos nada desprezíveis. A desativação das políticas de independência econômica nacional, de bem-estar social, de pleno emprego e de mediação dos conflitos sócio-econômicos tende a suscitar a hipertrofia da *ação desregulamentadora do Estado* e, correlatamente, a montagem de uma infra-estrutura específica de apoio a essa modalidade de ação. Ela tende igualmente a provocar a expansão de certos itens do gasto público e, no limite, a expansão do próprio volume global do gasto público: se a implementação global da política estatal neoliberal leva ao aumento regular do contingente de desempregados, é inevitável que os governantes neoliberais ampliem – caso queiram preservar minimamente a estabilidade social conquistada no período histórico anterior – os gastos assistenciais com desempregados¹.

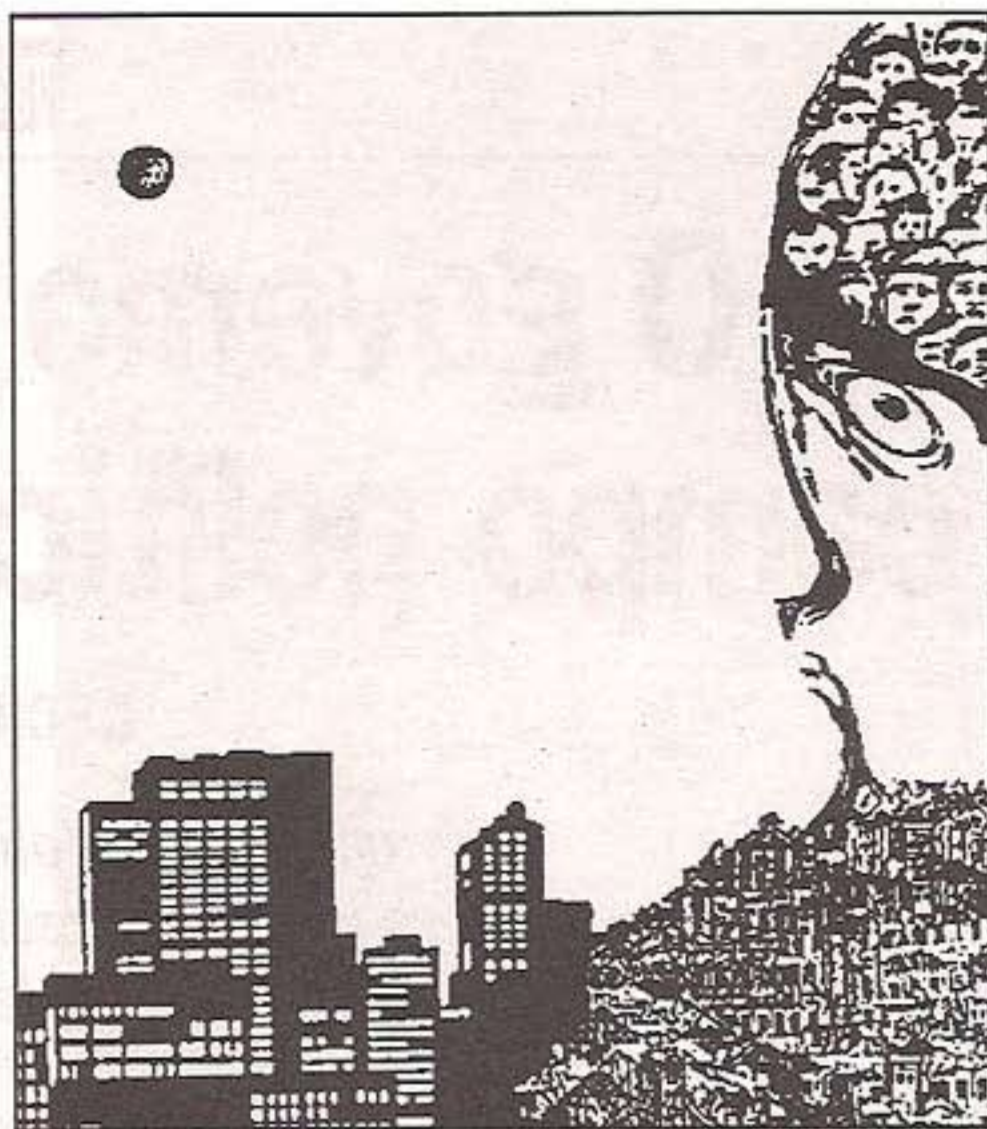
Mas o desvio das políticas estatais neoliberais concretas com relação à doutrina do liberalismo econômico, na sua expressão mais radical, tem uma segunda causa. Por mais que os agentes condutores da política estatal nas sociedades capitalistas atuais se inspirem na doutrina econômica liberal, e por maior que seja o apoio social conquistado pelas idéias econômicas liberais, é inevitável a emergência de *resistências* – mais ou menos localizadas (e emanadas, variavelmente, de certos setores do capital, da classe média ou das classes trabalhadoras) – a certos aspectos da política estatal neoliberal. Essas resistências também contribuem para que se estabeleça uma certa distância entre o liberalismo econômico dos manuais e as políticas estatais concretas inspiradas nos princípios aí contidos. Ou seja: os Estados capitalistas atuais praticam o “neoliberalismo possível” nas condições sócio-econômicas e políticas vigentes.

Os governos dos estados capitalistas atuais diferem em êxito na busca de metas neoliberais



É claro que, variando tais condições de país para país, varia, conseqüentemente, o grau de aproximação das políticas estatais concretas com relação ao modelo de política estatal neoliberal por nós proposto (privatizações, desregulamentação, abertura econômica). Só alguns poucos governos encontram condições favoráveis à implementação simultânea dessa três políticas específicas; boa parte dos governos escalona no tempo a implementação das diferentes medidas de orientação neoliberal, ou então se vê obrigado a renunciar a alguma frente de atuação e a se concentrar na implementação das demais políticas. Além disso, o ritmo de implementação de qualquer uma dessas políticas pode ser mais ou menos acelerado, conforme as condições sócio-econômicas e políticas encontradas por cada governo.

À vista disso, é possível dispor os governos dos Estados capitalistas atuais numa escala, conforme a ampli-



tude de seu êxito na perseguição das metas específicas da política estatal neoliberal. Anderson situa no topo dessa escala não só os governos conservadores da Inglaterra, a partir do primeiro ministério Thatcher em 1979, como também – significativamente – os governos trabalhistas da Austrália e da Nova Zelândia, a partir da década de '80. Tais governos teriam sido aqueles mais capazes de implementar medidas representativas de todos os aspectos da política neoliberal, e os mais bem sucedidos no enfrentamento de eventuais resistências sociais ao projeto neoliberal. Por nossa conta, situaríamos num ponto bem mais modesto dessa escala governos conservadores como o da França (gestão Balladur sob a presidência de Mitterand) na década de '90 e o da Alemanha (gestão Helmut Kohl) nas décadas de '80/'90. A despeito de estarem movidos pelo projeto neoliberal, tais governos acabaram se deparando com poderosos obstáculos econômicos e políticos, capazes de dificultar a concretização de seu programa. Na França, a política de desregulamentação foi dificultada – embora não derrotada – pela resistência das classes trabalhadoras (e isso, a despeito do considerável enfraquecimento, desde os anos 80, do movimento sindical); quanto à política de privatizações, ela acabou tendo um caráter moderado por obra inclusive da vigência de um “clima político” (a tradição de luta dos trabalhadores franceses) capaz de afugentar eventuais investidores estrangeiros. Na Alemanha, a resistência ao processo de privatização das empresas estatais tem partido de dentro do próprio Estado. Mais especificamente: alguns governos estaduais, poderosos financeiramente, têm se apresentado como compradores de empresas postas à venda pelo governo federal. Nesse casos, o processo de “devolução” de empresas estatais ao capital privado é substituído por um processo de “circulação” de empresas por entre esferas diversas (regional, federal) do aparelho do Estado.

Sintetizemos as nossas ponderações anteriores. Muitos governos – para não dizer taxativamente a maioria – dos Estados capitalistas atuais se inspiram num *projeto* político neoliberal e põem em execução uma *estratégia* neoliberal. Todavia, tais governos freqüentemente não logram conferir um caráter integral e radicalmente neoliberal à política de Estado, em razão da vigência de condições históricas desfavoráveis a qualquer “política de choque” ou da emergência de resistências sociais localizadas. Esse quadro deve ser levado em conta ao se analisar a orientação política – neoliberal ou “neo-social”? – do governo Fernando Henrique Cardoso.

O governo FHC e o programa político neoliberal

Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente por uma ampla frente política conservadora, da qual participavam: (a) os segmentos diversos (na sua maioria, porém não na sua totalidade) das classes dominantes; (b) a maioria da classe média; (c) um contingente importante das classes populares. Essa frente política apresentava um duplo aspecto: de um lado, era orientada pelo objetivo principal de derrotar eleitoralmente a esquerda; de outro, era dirigida pela corrente política neoliberal. Tal corrente exercia a hegemonia no seio da frente política conservadora, o que significa que a aglutinação de todos os setores conservadores – burgueses, pequeno-burgueses ou populares – da sociedade capitalista brasileira, com vistas a derrotar eleitoralmente a esquerda, fazia-se em torno do programa político neoliberal.

A política estatal desde logo anunciada pelo novo governo, recém-empossado, exprimia claramente essa hegemonia. Era visível que o governo de Fernando Henrique Cardoso buscava implementar, por múltiplas vias (medidas do Executivo, iniciativas políticas do Congresso, declarações oficiais, negociações com governos estrangeiros) uma estratégia neoliberal. Essa orientação era evidenciada por um conjunto de atitudes. Em primeiro lugar, o novo governo fixou um extenso programa de privatizações. Em segundo lugar, ele assumiu, dentro do Parlamento, a condução da luta por uma ampla reforma constitucional de feição claramente neoliberal: quebra de monopólios estatais (como os do petróleo e das telecomunicações), “saneamento” da previdência social e da administração pública (implicando a liquidação de direitos conquistados, respectivamente, pelas classes trabalhadoras e pela massa do funcionalismo público) etc. Em terceiro lugar, o governo FHC tomou medidas conducentes à abertura da economia ao capital internacional, como a assinatura, perante a Organização Mundial do Comércio, de protocolo que, na prática, abre o sistema financeiro nacional a *novos* bancos estrangeiros.

Mas sustentar que a estratégia do governo FHC é neoliberal não equivale a afirmar que os resultados da política governamental coincidem inteiramente com os propósitos da equipe dirigente. Na verdade, o ritmo de implementação da estratégia neoliberal no Brasil é muito mais lento do que aquele projetado por essa equipe; ou – para recorrer a

um termo objetivo de comparação – muito mais lento do que aquele alcançado pelo governo Menem na Argentina.

A moderação do ritmo de execução do programa político neoliberal no Brasil se deve, antes de mais nada, aos altos custos financeiros – dada a reduzida capacidade arrecadatória do sistema tributário brasileiro – da “operação de desmonte” do intervencionismo estatal anterior, não obstante o caráter incipiente de intervenção do Estado capitalista brasileiro nas condições de vida e de trabalho das massas. Ao dar o primeiros passos – a colocação de todo um contingente de funcionários públicos federais em “disponibilidade remunerada” – para “saneamento” da administração pública, o governo Fernando Collor havia sido criticado até mesmo por setores conservadores da opinião pública (segmentos da classe média e das classes dominantes) por estar “desperdiçando” recursos orçamentários. No governo atual – para tomarmos apenas um exemplo – a “devolução” integral e imediata dos serviços previdenciários ao capital privado é descartada, não por ferir a um eventual direito “universal” de idosos e doentes à proteção estatal, e sim em razão dos elevados custos financeiros de qualquer fórmula de transição de um regime previdenciário para outro². Ao abordarmos tais dificuldades, tangenciamos um fenômeno político de ordem mais geral: na periferia do capitalismo, os Estados são geralmente dotados de baixa capacidade extrativa – dada a dificuldade política de se tributar as classes dominantes, em particular os seus segmentos mais arcaicos – propriedade fundiária, especuladores urbanos; portanto, são maiores as dificuldades financeiras encontradas na implementação de “operações de desmonte” de um certo intervencionismo estatal.



Alguns setores resistem ao projeto neoliberal de FHC, dentro da própria frente conservadora

Mas a lentidão do governo FHC na execução no programa neoliberal não se deve apenas ao solo histórico em que ele está implantado; ela decorre igualmente do fato de que certos setores sociais resistem à concretização desse projeto. Não nos referimos aqui a uma eventual resistência popular ao projeto neoliberal: por ora, a oposição popular e de esquerda se vê globalmente colocada numa postura bastante defensiva – tanto no plano sindical quanto no plano político-partidário – diante desse projeto. Também não estamos aqui aludindo a um eventual constrangimento imposto à execução do programa neoliberal pelo caráter clientelístico e cartorialista de um dos partidos integrantes da coligação governamental: o PFL. Se, no plano do discurso, há contradição entre o neoliberalismo e clientelismo/cartorialismo, no plano político prático a relação entre ambos é harmoniosa. Em vários países capitalistas avançados – como a França, a Itália e o Japão, para citar tão somente os casos mais conspícuos –, a corrente política neoliberal tem se acomodado a práticas partidárias de cunho clien-

telístico e cartorialista com vistas a se viabilizar eleitoralmente. O neoliberalismo implica a mudança do padrão de intervenção do Estado capitalista na economia; mas isso não equivale a "racionalizar" o Estado capitalista, eliminando do seu seio o desperdício, a improdutividade e a corrupção. O "parasitismo" – como nos indica Marx em *O 18 Brumário* – não é um traço aleatório do Estado capitalista. Ao contrário: ele se configura como uma prática inerente a esse tipo histórico de Estado, bem como funcional para a reprodução da dominação política capitalista.

Após esses esclarecimentos, emerge a questão: qual é, então, o principal problema político enfrentado até agora (escrevemos este texto no final de 1995) pelo governo FHC na implementação da estratégia neoliberal? Tal problema consiste no conjunto de resistências opostas à estratégia neoliberal *na própria base de apoio do governo FHC*. Este é, portanto, o aparente paradoxo da atual conjuntura política: o governo FHC encontra dificuldade dentro da própria frente política conservadora que o elegeu.

O campo político conservador e o neoliberalismo

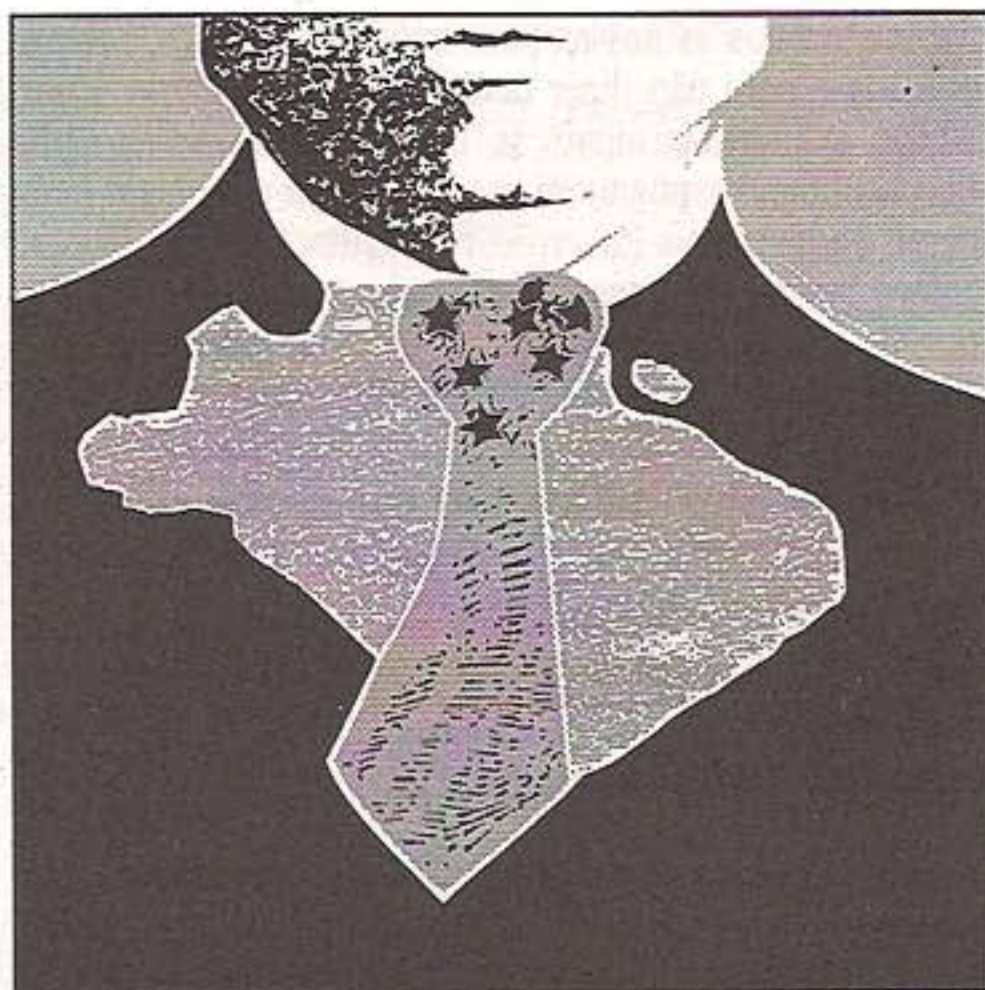
Dissemos anteriormente que, na conjuntura eleitoral de 1994, múltiplos setores sociais se aglutinaram para derrotar eleitoralmente a esquerda; e que foi a corrente política neoliberal quem dirigiu o processo de formação dessa frente política conservadora.

Agora, a análise deve dar um passo adiante: a corrente política neoliberal representa, antes de mais nada, os interesses do capital financeiro internacional, já que tais interesses coincidem com a realização *integral* do programa neoliberal.

Mais especificamente: ao capital financeiro internacional – representado internacionalmente pelo FMI, pelo Banco Mundial e por governos como o dos Estados Unidos –, interessa a implementação de uma política ampla e profunda de desestatização, de desregulamentação e de abertura da economia brasileira. A execução conjugada dessas três políticas significa, para o capital financeiro internacional, a abertura de novas oportunidades de investimento no espaço capitalista periférico (oportunidades essas que não são desprezíveis, dado o recrudescimento da guerra econômica e comercial dentro do espaço capitalista central).

Sendo o capital financeiro internacional o setor econômica, ideológica e politicamente mais poderoso do campo político conservador, ele logrou impor aos demais adversários da candidatura presidencial de esquerda o programa político neoliberal. Na conjuntura eleitoral de 1994, parecia aos setores subalternos da frente política conservadora que a adesão incondicional ao neoliberalismo era a única tática eficaz de luta ideológica e política contra a esquerda.

Ora, o problema político que se coloca para o governo FHC está em que, uma vez encerrada a conjuntura eleitoral, tais setores tendem a um outro modelo de comportamento político. Mais especificamente: cada setor social subalterno da frente política conservadora tende a apoiar



tão somente a execução daqueles aspectos específicos do programa neoliberal que correspondam aos seus interesses; ou, na melhor das hipóteses, a apoiar as medidas neoliberais que lhes pareçam não interferir nos seus interesses. Tal postura implica, portanto, *resistir*, de modo mais ou menos aberto, conforme o caso e as circunstâncias, à execução daqueles pontos do programa neoliberal que se chocam com os seus interesses específicos.

Vejam como esse modelo de comportamento político se concretiza nos diferentes segmentos da frente política conservadora. A grande burguesia industrial, congregada em organizações como a FIESP e a CNI, vem fazendo campanha, desde a constituinte de 1988, a favor de um aspecto específico da desregulamentação: a liquidação dos direitos sociais e trabalhistas conquistados, a partir de 1930, pelas massas brasileiras. O empresariado industrial brasileiro assume, além disso, uma posição oficial favorável ao programa de privatizações e lamenta, inclusive, que o ritmo de execução de tal programa não seja mais acelerado. É importante assinalar que esse segmento social assume tal postura a despeito de não ser o grande beneficiário do programa de desestatização: as privatizações, na medida em que implicarão a eliminação dos subsídios estatais, poderão encarecer insumos e serviços que as empresas industriais consomem, elevando, desse modo, os seus custos de produção (elevação essa cujo repasse integral para os preços finais pode se converter, conforme a conjuntura, em problema político). Ocorre entretanto que a burguesia industrial, não obstante o apoio às políticas de desregulamentação trabalhista e de desestatização, mostra-se *reticente* – para dizer o mínimo – com relação à promoção de uma abertura total e incondicional da economia brasileira ao capital internacional. A razão dessa reticência é evidente. A política de abertura econômica incondicional pode, no limite, levar ao desaparecimento do empresariado industrial e à conversão dos antigos industriais em importadores de similares estrangeiros (processo esse que se iniciou, durante o governo Collor, no setor de informática;

e que se manifesta hoje – embora em escala ainda reduzida – na indústria automobilística, onde as filiais importam crescentemente unidades das suas próprias matrizes).

Vejamos agora a posição dos grandes bancos nacionais. Também eles são – como, de resto, todos os segmentos das classes dominantes – favoráveis à desregulamentação das relações de trabalho. São, além disso, favoráveis ao programa de privatizações, já que tal programa, além de estar conectado a uma das principais bandeiras da luta ideológica contra o socialismo, pode eventualmente lhes proporcionar: (a) novas oportunidades de negócios (compra, a preço vil, de empresas estatais rentáveis); (b) a sua eventual “ancoragem” na esfera produtiva; e, conseqüentemente, a sua transformação em capital propriamente financeiro. Mostram-se entretanto contrários à abertura do sistema financeiro nacional a novos bancos estrangeiros, acomodando-se nesse terreno específico à idéia antiliberal da legitimidade de certas “reservas de mercado”. Dentro dessa perspectiva, a FEBRABAN passou a atuar como grupo de pressão em prol da manutenção do dispositivo constitucional (artigo 52 das “Disposições Transitórias” da Constituição de 1988) que proíbe a entrada de capital estrangeiro *novo* no setor financeiro. A resistência da burguesia bancária nacional à proposta de abertura incondicional do sistema financeiro ao capitalismo estrangeiro levou, de resto, o governo de FHC a optar por um caminho mais curto para alcançar esse objetivo: a assinatura, junto à Organização Mundial de Comércio (OMC), do protocolo já mencionado, sem esperar pelos resultados do processo parlamentar de reforma constitucional.

Segmentos da classe média e das classes trabalhadoras são atraídos pela modernização neoliberal



Esclareça-se, agora, que o campo político conservador, no Brasil atual, não é integrado apenas por segmentos das classes dominantes. Segmentos da classe média e das classes trabalhadoras também são atraídos pelo projeto neoliberal de “modernização” da sociedade brasileira. Sublinhe-se, entretanto, que é uma postura crítica com relação a *certas práticas* vigentes no Estado capitalista que impele tais segmentos para a esfera ideológica neoliberal. Mais claramente: esses setores sociais vêm na política neoliberal o caminho para a liquidação do Estado parasitário, cartorial e empreguista, que absorve, através do sistema tributário, os precários recursos financeiros do povo, e os coloca à disposição de uma casta de privilegiados destituídos de qualquer utilidade social: os burocratas e os políticos profissionais. Portanto, tais setores sociais, ignorando a acomodação regular – no mínimo, para se viabilizar eleitoralmente – do neoliberalismo à “fisiologia”, supõem que a liquidação do parasitismo estatal passe pela redução do raio de intervenção do Estado na vida econômico-social (o que implicaria privatizações, fim do prote-

cionismo econômico e das reservas de mercado etc.). Mas a adesão de segmentos da classe média e das classes trabalhadoras a esse “neoliberalismo de oposição” não implica apoio incondicional a todo o programa neoliberal. Por mais incongruente que isso possa parecer aos cultores da doutrina econômica liberal, tais segmentos exigem do Estado intervenção e proteção, quando o que está em questão é a sua condição de vida e trabalho. Vale dizer, esses setores sociais se opõem à liquidação dos direitos sociais e trabalhistas – de resto, modestos – vigentes no Brasil; e, nessa medida, resistem a propostas governamentais como a reforma da previdência social e a reforma administrativa. A atuação política das centrais sindicais conservadoras (Força Sindical e CGT) reflete essa “consciência neoliberal dilacerada” de parte da classe média e das classes trabalhadoras do Brasil atual.

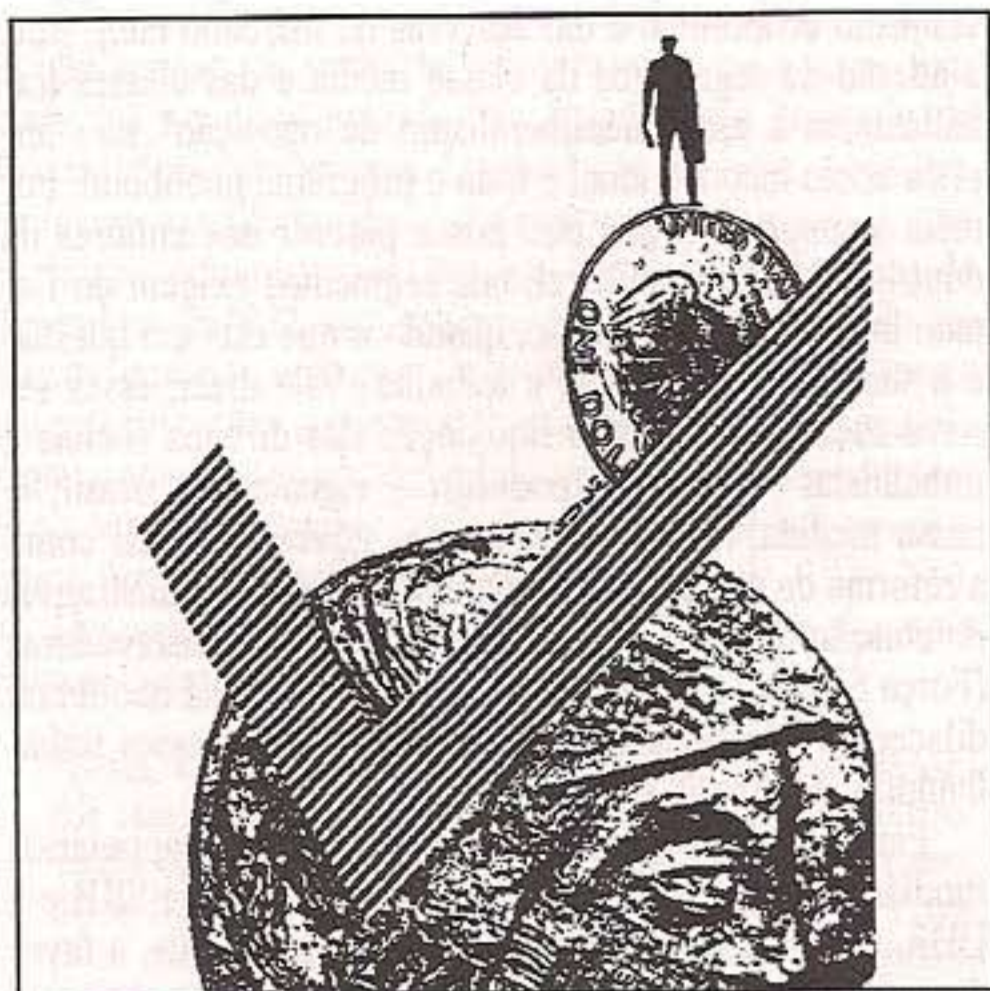
Para finalizar, mencionemos os grandes proprietários fundiários, congregados em organizações como a SRB e a UDR. A classe fundiária manifesta-se, geralmente, a favor da maioria do programa neoliberal: privatizações, desregulamentação, abertura econômica. Ela se opõe, entretanto, àquele aspecto do programa neoliberal que não convém aos seus interesses econômicos: a liquidação dos subsídios estatais à produção agrícola, o fim do tratamento especial dado pelo Estado aos agricultores endividados etc. Quando essa modalidade específica de intervenção do Estado capitalista na economia está em perigo, os proprietários fundiários protestam contra o governo e organizam “caminhonaços”.

A estratégia neoliberal e o regime político

Seria improvável que essas resistências à estratégia neoliberal, oriundas do campo político conservador, se manifestassem apenas no plano da ação corporativa. Na verdade, tais resistências se exprimem também dentro dos partidos que compõem a base de sustentação política do governo FHC: PSDB, PMDB, PFL. Em muitas votações no Congresso, ou por ocasião de certas iniciativas do Executivo, tais partidos se têm cindido em dois campos: o de defesa e o de ataque à proposta neoliberal. É o que ocorreu, por exemplo, no debate parlamentar sobre questões como a do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações, a das reformas da previdência social e da administração pública ou a da fixação de um teto anual para juros.

Mais ainda: tais resistências se exprimem até mesmo dentro do governo federal (exemplo: as divergências, no início de 1995, entre os ministérios da Fazenda e do Planejamento, a propósito do ritmo de execução do programa neoliberal), ou no relacionamento entre o governo federal e os governos estaduais situacionistas (exemplo: a divergência entre o Banco Central e o governo estadual de São Paulo quanto ao modo de abordar a crise financeira do BANESPA).

As resistências sociais ao programa neoliberal constituem um dos elementos explicativos do ritmo cadenciado – e não acelerado – de execução, no Brasil atual, da estratégia neoliberal. Esse ritmo é seguramente mais lento do que aquele alcançado por outros governos neoliberais da



América Latina (Argentina, México, Chile etc.). Tais resistências, agregadas à lentidão que elas contribuem para impor à execução da plataforma neoliberal, explicam conjuntamente, por sua vez, a atual tendência do governo federal a conduzir um processo de fortalecimento do Poder Executivo e do sistema presidencialista, em detrimento das prerrogativas políticas do Congresso. Essa tendência pode ser detectada em outros países latino-americanos, onde governos neoliberais devem enfrentar resistências de natureza semelhante. O exemplo mais conspícuo dessa tendência é o governo Fujimori, no Peru; mas podemos agregar-lhe sem dificuldades outros exemplos, como o do governo Sanchez de Lozada na Bolívia e o do governo Carlos Menem na Argentina.

No Brasil atual, a operação dessa tendência é comprovada por um fato bastante conhecido: o instrumento fundamental de definição da política do Estado, sob o governo FHC, é a edição ininterrupta de Medidas Provisórias do Executivo, e não a ação deliberativa do Congresso. Através da edição de Medidas Provisórias, o governo FHC contorna a questão da competência dos Poderes; e logra até mesmo transformar certos temas da reforma constitucional em matérias a serem exclusivamente tratadas – pela via da “regulamentação” – pelo Executivo (é o que ocorreu na abordagem da questão da abertura do sistema financeiro nacional a novos bancos estrangeiros, como já mencionamos anteriormente).

Emerge, portanto, nos países latino-americanos submetidos a governos neoliberais, um *autoritarismo civil*, mais ou menos pronunciado conforme o país. Esse novo autoritarismo – distinto do Estado militarizado, peculiar à etapa anterior do capitalismo latino-americano – corresponde à construção de um *presidencialismo invulgarmente forte*, cujo limite superior é a “ditadura presidencialista” implantada por Alberto Fujimori no Peru. É incumbência desse autoritarismo civil emergente não propriamente sufocar um poderoso movimento de oposição popular (cuja ascensão, no futuro, poderia eventualmente levar a um no-

vo surto de militarização do Estado), e sim neutralizar as reticências conservadoras – de caráter localizado e não genérico, como já vimos – diante do programa neoliberal. Mais claramente: o fato de que os governos neoliberais da América Latina enfrentam, por ora, reticências conservadoras, e não o movimento de massas, implica *em parte* que tais governos se inclinam para práticas autoritárias de cunho ainda moderado (novo autoritarismo civil), e não radical (ditadura militar).

Para finalizar, deve-se chamar a atenção para a causa histórica geral da complexidade da “operação de desmonte” do intervencionismo estatal anterior, do espoucar de resistências burguesas conservadoras ao programa neoliberal e, em última instância, do ritmo cadenciado de execução desse programa. A economia capitalista brasileira é – a despeito dos índices desprezíveis de “desenvolvimento social” aqui registrados – bem mais poderosa que a de países latino-americanos igualmente sujeitos a governos neoliberais, como a Argentina, o Chile e o México.

É preciso que a oposição popular e de esquerda, na construção de uma alternativa política ao projeto neoliberal, analise com cuidado esse quadro histórico geral; e aproveite os espaços políticos abertos pelas reticências conservadoras para fortalecer a frente política antiliberal. O desempenho da tarefa histórica de organização dessa frente política depende, enfim, da capacidade de a esquerda propor táticas que explorem essa “brecha”.

DÉCIO A. M. SAES é professor titular de Ciência Política da UNICAMP.

Notas

(1) O caráter aparentemente paradoxal das políticas neoliberais dos Estados capitalistas atuais é detectado por Eric J. Hobsbawm em *Estratégias para uma esquerda racional*, Ed. Paz e Terra, RJ/SP, 1991, especialmente o capítulo IV (“Com vistas ao ano 2000: política de declínio?”); e por Perry Anderson no texto “Balanço do neoliberalismo”, constante do livro de Emir Sader (org.), *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*, Ed. Paz e Terra, RJ/SP, 1995. Hobsbawm chama a atenção para a hipertrofia do intervencionismo estatal durante o governo ultra-neoliberal de Margareth Thatcher na Inglaterra, hipertrofia essa que, longe de ser ocasional, configura-se como uma das implicações da operação neoliberal de desmonte da política estatal anterior. Anderson demonstra que, a despeito das políticas neoliberais, a proporção do PNB médio dos países da OCDE, consumida pelo Estado, cresceu (de 46% para 48%) ao invés de decair, ao longo dos anos 80. Isso se deve ao aumento dos gastos sociais com desempregados e com aposentados, politicamente incontornáveis no atual contexto das sociedades capitalistas avançadas. Sobre esse ponto, ver Perry Anderson, *op.cit.*, pp. 15/16.

(2) Uma vez privatizada a previdência social, o Estado continuaria, entretanto, a pagar as pensões dos contribuintes do antigo regime previdenciário, sem contar com os recursos financeiros gerados pelos novos contribuintes, pois tais recursos já estariam sendo canalizados para o sistema previdenciário privado. Em entrevista recente, o ministro José Serra esclareceu que esta era a preocupação predominante do governo federal ao evitar o receituário liberal mais radical (“privatização integral e imediata”) na abordagem da questão previdenciária.

De que ri Fernando Henrique?

JOSÉ CARLOS RUY

*FHC governa para os ricos
e favorece uma nova dependência externa. Por isso esconde-se
atrás do frango de R\$ 1,00 o quilo*

O Presidente Fernando Henrique Cardoso está rindo à toa depois que descobriu um novo herói nacional, o frango, que foi a tônica de seus discursos e entrevistas de fim de ano.

A apologia do bípede coroa, de forma aparentemente feliz, a monótona cantilena entoada pelo Presidente e seus acólitos ao longo de 1995 – o repetido chavão de que o Plano Real promoveu a maior distribuição de rendas já ocorrida na história do país.

Isso seria muito bom se as bases das transformações anunciadas fossem sólidas.

Mas nada indica que sejam duradouras. O povo pobre, parece verdade, beneficiou-se da inflação baixa apesar de, em decorrência da jogada perversa que deixou os preços irem às nuvens nos meses de preparação do Real, no primeiro semestre de 1994, ter pago um preço quase insuportável para que o ajuste econômico fosse feito sem prejudicar os interesses das elites brasileiras e seus aliados externos.

Mas é preciso ver direito os fatos: não é que o povo tenha ganho mais; na verdade, o que ocorreu é que quem vive de salário passou a perder menos com a inflação baixa. Se há uma virtude nas mudanças promovidas por Fernando Henrique Cardoso, ela não está na repartição da renda, mas em limitar a pilhagem inflacionária dos salários e em mostrar quanto o trabalhador perdia com a inflação alta.

É preciso relativizar os benefícios que o governo anuncia. São números modestos e precários, pouco dignos de alarde. Afinal, o consumo *per capita* diário, em 1995, foi de apenas 208 gramas de arroz, 56 g de feijão, 24,4 g de carne de porco, 77 g de carne bovina, 61 g de frango e 1/3 de ovo. Os brasileiros alcançaram a marca de 2.545 calorias/dia *per capita*, superior às 2.440 cal/dia que os nutricionistas recomendam. Tudo isso é bom, mas é muito pouco. Médias tão apertadas revelam que a abundância das mesas dos privilegiados ainda é o prato vazio dos que não alcançaram sequer aquele consumo mínimo. Afinal, é bom

lembrar a desigual distribuição da renda no país para concluir que o acesso ao consumo de alimentos ainda não está garantido para todos os brasileiros. Pesquisa recente mostra que, apesar da renda média *per capita* anual das famílias brasileiras ser de US\$ 4.500,00, três vezes acima da linha da pobreza, 40% dos brasileiros vivem abaixo dessa linha, com renda inferior a US\$ 1.500,00 por ano.

Além disso, é preciso também registrar que o maior consumo não resulta de uma política deliberada do governo para melhorar a vida do povo, mas é um subproduto modesto dos esforços feitos para manter o Plano Real, e que transferem *bilhões de reais* aos mesmos poderosos de dentro e fora do país que foram os grandes beneficiados pelos anos de inflação alta. Um estudo ainda inédito feito pela liderança parlamentar do PCdoB mostrou que 42,4% do Orçamento da União para 1996 são “encargos financeiros”, juros – quantia que representa cerca de 13 vezes a verba destinada para a educação.

O governo ancorou o Plano Real na política de atrair capitais externos e no arrocho à agricultura. Para atrair dólares e compor a reserva de US\$ 50 bilhões tão alardeada, os juros foram jogados à estratosfera – são dos mais altos do mundo, cerca de 30% reais ao ano em 1995. E o Plano Plurianual de Investimentos, feito para substituir o Real, pretende aumentar a dívida externa do país dos atuais US\$ 120 bilhões para 170 bilhões em 1999. Um jogo arriscado de dependência externa, que o país já viveu, e apenas agravou os problemas da imensa maioria do povo.

A outra âncora do Real, responsável pelo frango *barato*, a “âncora verde”, foi “um pesado ônus” para os agricultores, diz o professor Fernando Homem de Melo, da USP. Embora a inflação tenha sido de 42,3% entre julho de 1994 e outubro de 1995, os preços agrícolas aumentaram apenas 29,2%. Roberto Rodrigues, presidente da Sociedade Rural Brasileira, aponta perdas, em 1995, de R\$ 5 bilhões só nas culturas de grãos, e mais R\$ 4 bilhões com a

laranja, café, cana e pecuária. Foi o pior ano para a agropecuária desde 1929, diz ele. Especialistas dizem que, em 1996, a âncora verde vai desaparecer, tragada pelos preços crescentes no mercado mundial, pelas perdas que a seca causou no sul do país e pela diminuição da área plantada, que poderá levar a uma colheita 15% menor do que a atual.

Apesar disso, Fernando Henrique ainda encontra motivos para parecer feliz. A taxa oficial de desemprego, por exemplo, é um deles. Indicada pelos critérios marotos do IBGE, que ajudam a esconder o número real dos que estão sem trabalho, ela diz que cerca de 5% da força de trabalho do país esteve desocupada em 1995, embora o DIEESE diga que foi o dobro. O Presidente reconhece que houve desemprego em algumas áreas, como calçados e metalúrgicos, mas diz que ele teria sido compensado por uma oferta maior no setor de serviços. Na média, diz, a taxa de desemprego não cresceu.

Isto é, os trabalhadores trocam de setor e as estatísticas não mudam. Recentemente, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o DIEESE mostraram a devastação que provocou esse remanejamento da força de trabalho no ABC. Ali, em 1989, 52% dos trabalhadores estavam na indústria, 12% no comércio e 36% em serviços. Em 1993, apenas quatro anos depois, o quadro mudou, e apenas 35% continuavam na indústria, enquanto 21% estavam no comércio e 44% nos serviços. A troca de setores representou um aviltamento enorme nos salários e na qualidade de vida dos trabalhadores, visível no crescimento das favelas na região – em dezembro de 1986 existiam 30.408 barracos no ABC. Em 1995, eles eram 42.727, 40% a mais. Este é o resultado do ajuste econômico feito *via mercado*, com presença apenas discreta do Estado.

Não é o crescimento da economia que vai acabar com a pobreza – é a intervenção do governo



Fernando Henrique diz que a vida dos trabalhadores só vai melhorar com o crescimento da economia, e que a exigência de intervenção do governo para melhorar os salários é *demagógica*. Declarou que não vai aumentar o mínimo e nem o salário dos servidores públicos. Ele tenta reeditar a façanha do marechal Dutra, que passou o governo sem mexer no mínimo. Parece um adepto da velha teoria dos militares e de Delfim Netto de que o bolo precisa crescer antes de ser repartido. Já em 1983 ele dizia que a oposição não pedia a “repartição do bolo, mas apenas que ele não pare de crescer”. Hoje, no governo, ele continua nessa tecla.

Mas a teoria do bolo não se aplica mais ao Brasil, se é que um dia se aplicou. É o que demonstram os economistas Ricardo Barros e Rosane Mendonça, do IPEA, e José Márcio Camargo, da PUC/RJ, para quem não é o crescimento econômico que vai acabar com a pobreza no Brasil, mas sim uma intervenção decidida e ousada do go-



verno. Para resgatar os 40% de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza bastaria, dizem eles, empregar 3% do PIB, cerca de US\$ 15 bilhões, uma quantia apenas um pouco maior do que aquela gasta para salvar bancos falidos.

Em seus discursos e entrevistas, o Presidente falou pouco a respeito do socorro aos bancos. Talvez porque considere que esta é uma questão menor pois, em seu governo, os banqueiros estariam sendo tratados a pão e água! Em contrapartida, voltou a outro tema freqüente, a reforma do Estado, que deve deixar de ser proprietário “para ser um Estado regulador”, não necessariamente mínimo, mas eficiente. Falou pouco também das privatizações. Disse que elas entram agora em outra fase, que o período das privatizações fáceis terminou. É verdade. Agora, a batalha vai envolver empresas gigantes, extremamente eficientes, assim reconhecidas mundialmente, como a Petrobrás, a Cia. Vale do Rio Doce, a Eletrobrás, etc.



FHC acha que as MP's são fundamentais e supera Sarney, Collor e Itamar em seu uso

Além de mexer em ícones da nacionalidade, da luta pela afirmação da independência e autonomia do país, a pauta das privatizações previstas para 1996 inclui empresas cuja venda envolverá bilhões de dólares – e parece que os capitalistas brasileiros e estrangeiros não estão muito dispostos a encarar essa parada.

Para diferenciar-se dos neoliberais, o Presidente tentou inovar: a idéia de menos Estado e mais mercado “é um pouco simplista”, disse. Precisa haver “mais mercado e mais sociedade”, isto é, mais controle do Estado pela sociedade civil, uma tese simpática, com a cor das convicções democráticas – mesmo que sejam apenas social-democráticas! Mas essa cor foi desbotada pelo elogio que o Presidente fez das famigeradas medidas provisórias como instrumento para as mudanças políticas, e mesmo para o confronto com o Congresso Nacional.

Na entrevista que deu a seu colega francês, o sociólogo Alain Touraine – um dos principais ideólogos da vertente que mistura social-democracia e neoliberalismo, à qual Fernando Henrique se filia –, ele reconheceu que, embora a medida provisória dê um “poder imperial” ao executivo, ela é fundamental para a reforma política que quer fazer, porque “a vontade política da maioria, por meio do Presidente, pode se contrapor às fragmentações dos partidos”. E mesmo o uso desse instrumento antidemocrático é canhestro, confessou ele à *Veja*. “Acho melhor colocar a medida provisória e ver o que acontece...” O furor “legisferante”, que supera o de seus antecessores, mostra isso. José Sarney teve uma média mensal de 8 medidas provisórias; Collor, de 5; Itamar, 18. Fernando Henrique supera-os de longe: o deputado federal Haroldo Lima, do PCdoB/BA, mostrou que ele tem uma média de 36 MPs por mês, mais de uma por dia!

**Não é preciso esquecer
o que FHC
escreveu: a essência
de suas
idéias parece se manter**



É a demonstração prática da opinião pouco lisonjeira que Fernando Henrique tem das funções do parlamento: este não é feito para tomar decisões como as exigidas pelas reformas que o governo quer fazer, disse ele a *Veja*.

O Presidente não disfarça o desejo de governar de forma imperial, sem um Congresso Nacional funcionando de forma independente, e que exista apenas para ratificar as iniciativas do executivo. Daí para a ditadura é um passo, e a admiração que Fernando Henrique Cardoso mostra pelo desempenho do general Ernesto Geisel na presidência da República parece confirmar seu pouco apreço pelos processos democráticos mais comezinhos das repúblicas burguesas.

Fernando Henrique repete o velho refrão antidemocrático de pretensos *salvadores da Pátria* messiânicos, que – como Jânio nos anos 60 e Collor recentemente – julgam ter recebido um mandato absoluto das urnas, capaz de sobrepor o Presidente aos demais poderes da República, principalmente o Congresso Nacional, e que transforma em antipatriótica ou demagógica qualquer manifestação de independência e autonomia do parlamento em sua atividade de fiscalizar e disciplinar a ação do Executivo, submetendo-a ao controle dos representantes eleitos da sociedade.

Fernando Henrique disse também que deu “ênfase à questão da distribuição de terras”, assentando 42.746 famílias, e que é preciso repensar a ocupação da terra. O objetivo da reforma agrária, em sua opinião, não é atender aos pobres do campo, mas sim dar terra a quem tenha capital e tecnologia para trabalhá-la.

O MST não concorda nem com uma coisa nem com outra. Para o movimento, o alvo da reforma agrária são os pobres do campo. São os pequenos arrendatários, os filhos dos pequenos produtores, os trabalhadores diaristas (os bóias frias) que abarrotam as periferias das cidades do interior. Esta é uma disputa política, de natureza classista. Ao contrário do MST, o governo quer uma reforma agrária que beneficie a empresa agrícola, capitalista, e que se subordine às necessidades do capital.

Feia mesmo foi a outra discordância, a respeito ao número de assentados, na qual a propaganda não escondeu o nariz de Pinóquio do governo. Contra o número oficial de mais de 40 mil beneficiados, o MST apresentou a conta mais magra de 12.263 famílias assentadas em 1995. O governo incluiu em sua conta quem já estava na terra e teve sua situação regularizada. Isso não conta para o MST, para quem assentar “é o ato de dar acesso à terra às famílias que ainda não tinham”.

Fernando Henrique quer passar a imagem de que governa para o povo e contra as elites irresponsáveis – entre as quais inclui os setores organizados dos trabalhadores, com destaque para funcionários públicos e aposentados, apresentados há muito tempo como beneficiários de privilégios duvidosos.

Mas há uma lógica no discurso do Presidente. Antes de assumir o ministério da Fazenda, em junho de 1993, ele disse: “esqueçam o que escrevemos no passado, porque o mundo mudou e a realidade agora é outra”. Mas, olhando bem, não há porque esquecer o que escreveu. Deixando-se de lado veleidades socialistas, seu marxismo desdentado de professor da USP, e mesmo as bandeiras democráticas com as quais se envolveu na luta contra a ditadura, a essência de seu pensamento parece manter-se.



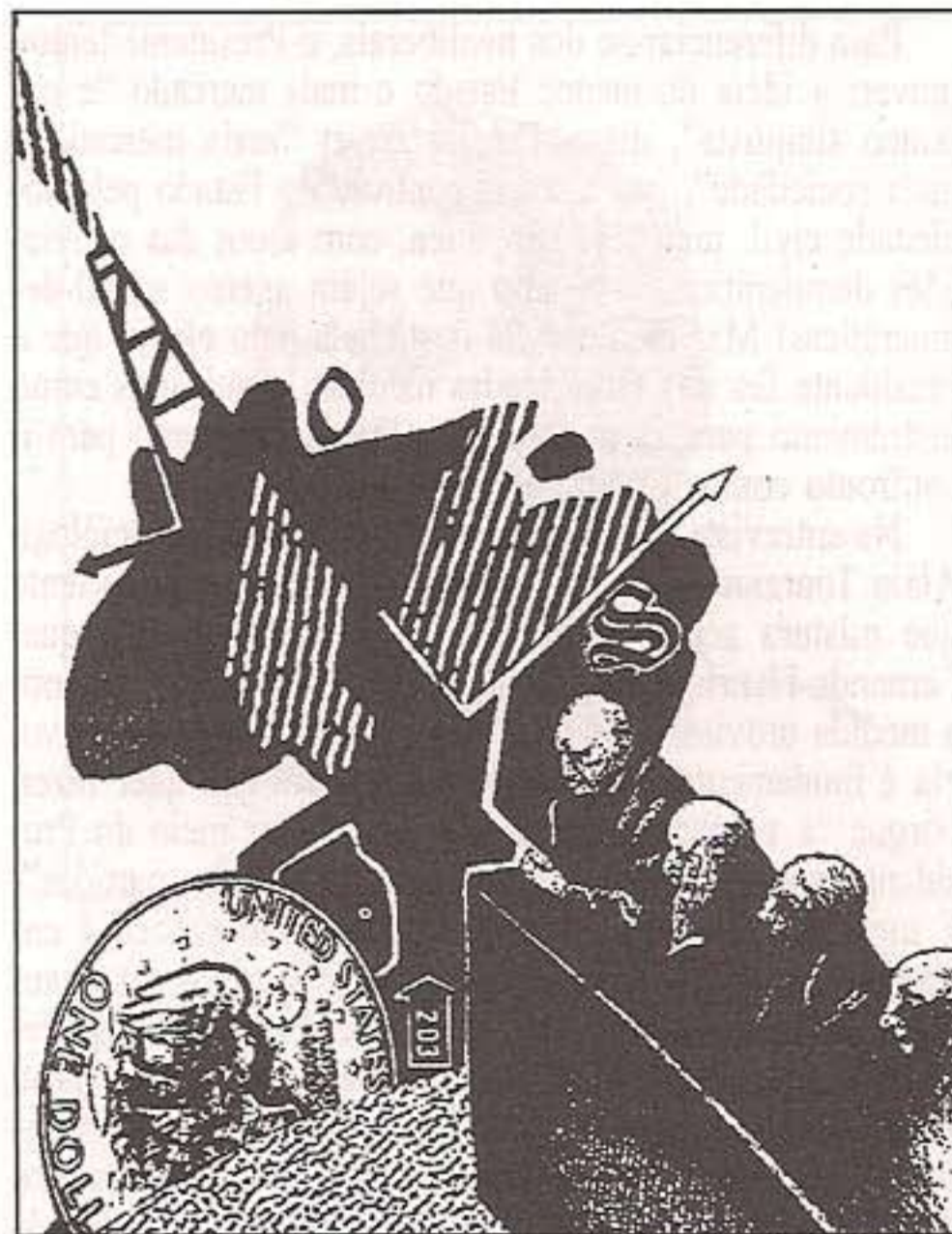
**O que mudou foi o modo
de FHC ver
a inserção do Brasil
no mundo
e o valor da autonomia**

O que mudou foi a maneira de conceber a inserção internacional do Brasil e a valorização da autonomia e independência do país. Ela é paralela a outra, semelhante, ocorrida na forma de pensar da burguesia brasileira nesse particular. Fernando Henrique Cardoso foi pioneiro na compreensão da complexidade das relações entre a burguesia brasileira e seus aliados internacionais, através da chamada *teoria da dependência*. Numa época em que era dominante o pensamento de que havia uma burguesia nacional capaz de contrapor-se ao imperialismo, ele apontava a relevância dos aliados internos dos interesses externos, entre os quais setores importantes (e dominantes) da burguesia.

Num texto de 1978 (publicado em 1985 num livro do qual foi um dos organizadores), Fernando Henrique chegou mesmo a radicalizar nesse rumo:

“Há analistas superficiais ou apologetas que, a fim de minimizar os aspectos da exploração da economia internacional, simplesmente afirmam que as economias ‘modernas’ são ‘interdependentes’. Ao sustentar tal banalidade, geralmente esquecem que a questão relevante são as formas assumidas pela ‘interdependência’. (...) Enquanto algumas economias se tornam devedoras dos centros mundiais de capital financeiro, outras são credoras. Os banqueiros certamente precisam de clientes, tanto quanto os clientes precisam de banqueiros. Mas a ‘inter-relação’ entre ambos é qualitativamente diversa, devido à posição ocupada por cada parceiro na estrutura da relação. O mesmo vale para a análise das economias ‘interdependentes’ nos mercados mundiais.”

Insistindo na tese de que o desenvolvimento capitalista dos países da periferia capitalista era viável e possível, mas não eliminaria os “problemas e conflitos sociais aí existentes”, ele dizia: “o que deve ser discutido como alternativa não é a consolidação do Estado e a realização plena do ‘capitalismo autônomo’, mas sim a sua superação. A questão relevante, então, é como construir caminhos para o socialismo”.



FHC, Bresser e outros organizaram uma ideologia adequada ao interesse das classes dominantes



Embora *inesquecíveis*, essas belas palavras ajudaram a esconder a outra face do então sociólogo e militante político. Afinal, estávamos em plena ditadura militar, e os temas democráticos e institucionais saltavam ao primeiro plano, deixando num segundo e longínquo patamar de preocupações a natureza do modelo de desenvolvimento na democracia que se buscava.

Fernando Henrique foi um ideólogo do desenvolvimento capitalista do Brasil e do papel central das elites empresariais nesse processo. Foi um pensador que ajudou a burguesia industrial a formular seu tímido projeto para o país. Em meados dos anos 60, há cerca de 30 anos, ele já defendia a tese da ambigüidade das chamadas elites tradicionais (os latifundiários, o grande capital mercantil) e pensava que elas poderiam ter um papel no processo de modernização do país. Trinta anos depois, ele se aliou ao PFL, com a intenção de cavalgar essas elites tradicionais para chegar à presidência da República.

Numa entrevista em 1979, ele dizia que “nunca estivemos tão próximos de uma ordem burguesa”, apesar dos que sonhavam com o socialismo. Já era um ponto de vista antigo: em 1977 ele dizia que não “se vai passar do autoritarismo ao socialismo distributivista, como alguns temem e outros, ingenuamente, pensam que é possível.” Mas “a realidade é que a economia brasileira está articulada a um sistema transnacional e se baseia em fortes interesses capi-

talistas internos. Nada disto desaparecerá, por encanto, com a redemocratização”.

Intelectuais como Fernando Henrique e Bresser Pereira, seu ministro da Administração, sistematizaram, nesses anos, uma ideologia adequada aos interesses dos setores dirigentes das classes dominantes brasileiras, e que tiveram um pé no palanque contra a ditadura militar. No governo, esforçam-se para impor ao país o figurino talhado de acordo com esses interesses. Eles falam há muito tempo que o Brasil já atingiu um estágio de industrialização que deixou para trás o subdesenvolvimento (embora o país continue injusto e pobre); insistem que o capital multinacional é um aliado no desenvolvimento do país, e não um obstáculo; que o Estado brasileiro deve ser reformado de acordo com o modelo e as necessidades dos interesses dominantes. Hoje, disse ele à *Veja*, “o problema é reformar a estrutura do Estado para conviver melhor com o sistema produtivo atual, que se globalizou.”



FHC faz a política da elite dizendo defender os interesses do povo, o que não é verdade

No discurso no Indian International Center, em Nova Delhi, ele registrou essa mudança radical que internacionalizou as formas de produção do capitalismo contemporâneo, e homenageou essa nova forma que o imperialismo assume: “é preciso que as regras nos diferentes países sejam similares”: alguns itens, particularmente a questão das patentes

e das regras de investimento, que “eram considerados como de a competência interna de cada país, estão agora sujeitos a regimes multilaterais de regras”, acredita.

Esta talvez seja a *novidade* antiquada de Fernando Henrique e do governo da aliança PSDB/ PFL: a repetição da velha artimanha da elite brasileira que, desde o Império, procura *nichos de mercado* do momento na economia mundial. O governo arma novamente esse jogo anacrônico de ajeitar a economia do país de acordo com os interesses dominantes internos e as imposições externas. Como no passado, Fernando Henrique joga com as contradições entre os blocos mundiais: afaga os EUA, diz que a Europa é o parceiro ideal para o Brasil, consolida o Mercosul, faz tratados comerciais e tecnológicos com China e Índia... Muitas vezes, esse jogo ter um ar de autonomia. Getúlio Vargas, em seu tempo, jogou com as contradições mundiais em benefício do país. Jânio Quadros, em 1961, usou uma política externa *independente* como biombo para ocultar uma política interna conservadora. Como os políticos do Império, gente como Bernardo Pereira de Vasconcelos (que se aliou ao PFL da época para fazer o *regresso*, assegurar a monarquia e garantir a escravidão), Fernando Henrique faz a política das classes dominantes dizendo defender interesses nacionais. E rende-se à globalização porque quem ganha com a dependência são essas mesmas elites dominantes que são, simultaneamente, esteio e promotoras da dependência externa do país.

As necessidades da globalização levam, pensa o Presidente, ao afastamento do Estado das funções produtivas. A ênfase dos governos, agora, diz, está “dirigida quase exclusivamente para tornar possível às economias nacionais desenvolverem e sustentarem condições estruturais de competitividade em escala global”.

A única coisa positiva que FHC pode apresentar ao povo no balanço é o preço acessível do frango



O ministro Bresser Pereira tem feito, há tempos, uma descrição clara – e reiterada – do tipo de Estado que o governo quer construir. A redução do tamanho do Estado, diz, implica seu afastamento da área empresarial, cabendo-lhe “regular e transferir, e não executar. A função reguladora é a função clássica do Estado. Por meio dela, mantém-se a ordem, a propriedade e os contratos são garantidos. Mas é também por meio dela que o Estado interfere no mercado e tenta corrigir suas falhas.” Fala também na necessidade de recuperar a capacidade do Estado de realizar poupança pública.

Ele usa uma expressão-chave, que denuncia a verdadeira natureza das mudanças que o governo tenta conduzir, e quer disfarçar com a história da fartura do frango. Bresser diz que a função clássica do Estado é *manter a ordem, e garantir a propriedade e os contratos*. Isto não é nada mais do que o velho estado liberal que, no Brasil, foi reduzido a pó pela

Revolução de 1930. Mas ele diz também que é função do Estado corrigir as distorções provocadas pelo mercado. Essa é a correção que, em sua origem, o pensamento neoliberal fez na velha teoria liberal do Estado.

O governo *social-democrata* de Fernando Henrique aplica uma política de natureza neoliberal para reformar o Estado, aprimorá-lo como instrumento da acumulação e reprodução do capital, torná-lo mais eficiente para encontrar, definir e defender um *nicho* subordinado para a produção brasileira na economia mundial dominada pelo imperialismo. Por isso, a única coisa positiva que Fernando Henrique pode apresentar ao povo, em seu balanço de fim de ano, é o frango a um e tantos reais o quilo.

JOSÉ CARLOS RUY é jornalista.

Bibliografia

Balanço da semana, gabinete do deputado federal Haroldo Lima, PCdoB/BA, 17 de novembro de 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTI, ENZO. “Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina”, in CARDOSO, Fernando Henrique; SORJ, Bernardo; FONT, Maurício (orgs), *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique, “Agentes sociais da mudança e conservação na América Latina”, in *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: Difel, 1969.

CARDOSO, Fernando Henrique, “As novas teses equivocadas”, in *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

Folha de S. Paulo, 26 de junho de 1983; 13 de maio de 1994; 31 de dezembro de 1995.

Jornal do Brasil, 11 de setembro de 1977; 19 de outubro de 1979, 9 de janeiro de 1996.

O Estado de S. Paulo, 26 de junho de 1983; 6 de outubro de 1995; 15 de dezembro de 1995; 24 de dezembro de 1995; 31 de dezembro de 1995, 8 de janeiro de 1996, 18 de janeiro de 1996, 21 de janeiro de 1996; 28 de janeiro de 1996.

O Globo, 19 de janeiro de 1996, 21 de janeiro de 1996; 24 de janeiro de 1996.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “O tamanho do Estado”, in *Folha de S. Paulo*, 22 de janeiro de 1996.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Reformas: Brasil e França”, in *Folha de S. Paulo*, 24 de dezembro de 1995.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Semiverdades e falsas idéias sobre o Brasil”, in *Novos Estudos Cebrap*, vol. 2, n. 2, julho de 1983.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Uma interpretação da América Latina: a crise do Estado”, in *Novos Estudos Cebrap*, n. 37, novembro de 1993.

SINDICATO DOS Metalúrgicos do ABC / Subsede do DIEESE. *Rumos do ABC: a economia do Grande ABC na visão dos metalúrgicos*. S. Bernardo do Campo, 1995.

Veja, 17 de janeiro de 1996.

A privatização da Vale e o leilão dos minérios brasileiros

SOCORRO GOMES

*Grandes investidores do capital financeiro
pressionam para se apropriar das imensas riquezas
controladas pela Vale*

*"Quanto é que vai ganhar o leiloeiro
que é também brasileiro
e em três lotes vendeu o
Brasil inteiro? Quem dá mais?"
Noel Rosa, compositor popular*

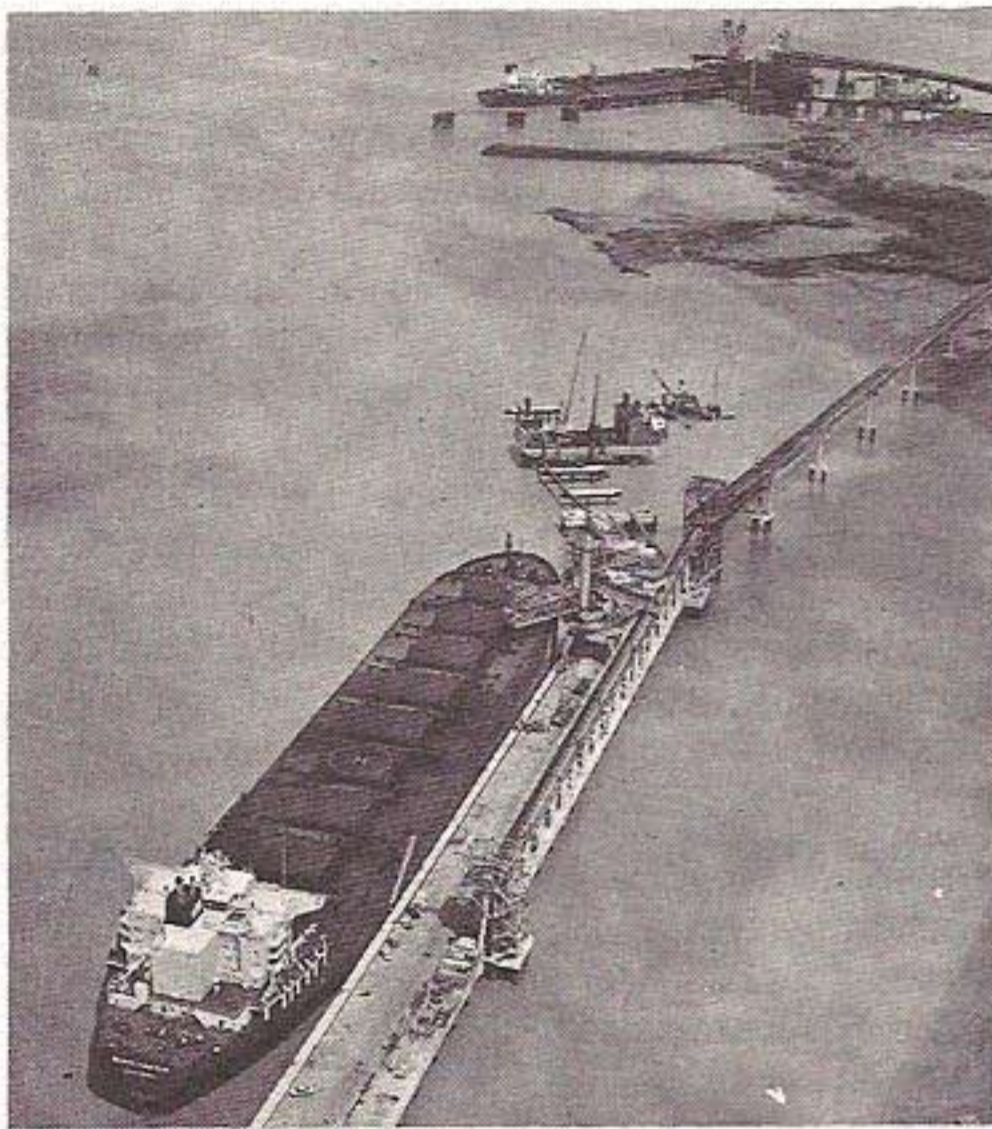
O governo antinacional de Fernando Henrique Cardoso deu partida oficialmente, no limiar do ano de 1996, ao processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD –, previsto para ser concluído ainda este ano.

Em solenidade realizada na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a presença dos ministros do Planejamento, José Serra, e das Minas e Energia, Raimundo Brito, foram assinados contratos com os dois consórcios vencedores da concorrência para avaliação da empresa e elaboração da minuta do edital de venda. Apesar dos nomes de fantasia – Vale Brasil e Projeta –, ambos os consórcios contam com a presença de consultorias estrangeiras em sua composição, como a norte-americana Salomon Brothers, o banco de investimentos Merrill Lynch, também dos Estados Unidos, e o britânico Banco Flemings. Curiosamente, os consórcios, que serão pagos a peso de ouro para “avaliar” a CVRD, já anunciaram que o valor das ações da companhia no mercado gira em torno de 10 a 12 bilhões de dólares. O ministro Serra declarou, em seguida à assinatura dos acordos, que o edital de venda da estatal será publicado no máximo em seis meses.

A notícia correu mundo e está provocando enormes expectativas em todos os mercados. Nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia, grandes investidores do capital financeiro e grupos de interesse no mercado internacional dos

minérios produzidos e comercializados pela Vale do Rio Doce, sobretudo seus concorrentes australianos, prepararam-se para o grande leilão. Como nos tempos das Ordenações Manuelinas, não escondem sua ansiedade por se apossar dos “veiros de ouro ou qualquer outro metal encontrados em terras do Brasil”.

Rigorosamente, o processo de privatização já está em curso, contrariando os anseios de amplos setores da sociedade (leia box) para os quais a manutenção do Estado nacional como sócio majoritário da Cia. Vale do Rio Doce é indispensável a fim de resguardar os interesses do país. Muito mais do que a avaliação da empresa e a elaboração da minuta do edital de venda, a tarefa precípua dos mencionados consórcios é fazer a corretagem das ações da estatal nos mercados norte-americano, europeu e asiático. Segundo matéria publicada dia 17 de janeiro último pelo *Jornal do Brasil*, a “Salomon Brothers deverá cuidar da oferta das ações no mercado norte-americano, do qual é uma das maiores corretoras. E o Banco Flemings, britânico, se encarregará de oferecer na Europa e na Ásia”. Numa espécie de ato falho, uma inconfidência, em que confessa onde se encontram e quem são os verdadeiros interessados na alienação da Cia. Vale do Rio Doce, usando linguagem que mais se assemelha à de um garoto-propaganda anunciando as excelências de sua mercadoria, o inglês Nicholas R. Hurd (diretor-geral do Banco Flemings no Brasil, instituição que ocupa o primeiro lugar no *ranking* mundial na avaliação do mercado de mineração) declarou, eufórico: “A Vale é uma empresa de primeiríssima linha. Não conheço no mundo nada igual. Nenhuma outra empresa de mineração no mundo tem o potencial da Vale. O grupo é completo. Além de ser líder em ferro, tem



Terminal Marítimo de Ponta da Madeira

minas de ouro, cobre, bauxita, e ainda atua em papel e celulose, navegação e ferrovias". É curioso. O discurso do governo tem sido diferente, na tentativa de justificar a privatização das empresas estatais. Invariavelmente, a publicidade oficial tem usado as palavras-chaves *ineficiência*, *prejuízo*, *baixa produtividade* etc. No caso da Vale (e de muitas outras estatais estratégicas, mas sobretudo da Vale), os leiloeiros de plantão deste final de século são obrigados a reconhecer que não estão vendendo uma empresa deficiente e frágil, muito menos "samba" e "violão", como fazia o personagem da bem-humorada canção de Noel Rosa.

A Vale do Rio Doce foi o resultado da luta nacionalista pela indústria e pelo desenvolvimento



A Companhia Vale do Rio Doce é a maior e talvez a última expressão do esforço nacional para abrir e trilhar um caminho de desenvolvimento econômico independente e sustentado, numa época de predomínio crescente dos grandes grupos econômicos internacionais sobre as nações do chamado Terceiro Mundo. Criada há pouco mais de meio século por decreto do Presidente Getúlio Vargas, de 1º de junho de 1942, a Vale do Rio Doce foi o resultado da luta de setores nacionalistas pela industrialização do país e pela aplicação de um projeto nacional de desenvolvimento, favorecida pela conjuntura mundial de então. Em pleno desenrolar da Segunda Grande Guerra, era enorme a necessidade das potências aliadas de fornecimento de minério de ferro, matéria-prima estratégica para a indústria bélica. Isso permitiu que Brasil, Inglaterra e Estados Unidos assi-

nassem os Acordos de Washington (3 de março de 1942), que definiam as bases para a instalação no país de uma produtora e exportadora de minério de ferro. "Pelos acordos, caberia à Inglaterra comprar e transferir ao governo brasileiro as Minas de Itabira e a Estrada de Ferro Vitória a Minas, enquanto os Estados Unidos emprestariam 14 milhões de dólares para a compra de máquinas e equipamentos". (*Cia. Vale do Rio Doce – 50 anos de história 1942-1992*, publicação da empresa). A Vale do Rio Doce nasceu caracterizada pelo mesmo pioneirismo e sentido desenvolvimentista que conduziu à criação, anos antes, da Companhia Siderúrgica Nacional, privatizada durante o governo Collor. Vivia o Brasil, há cinco, seis décadas, um período em que se faziam esforços a fim de criar as bases mínimas para alavancar o desenvolvimento nacional.



A Vale é gigantesca pelo patrimônio, pela diversificação e por seu sucesso econômico e financeiro

Hoje, a Cia. Vale do Rio Doce é um poderoso conglomerado, com 14 empresas controladas, 22 coligadas e quatro participações minoritárias, operando em nove estados brasileiros nas áreas de mineração, pelotização, pesquisa mineral, siderurgia, metalurgia, fertilizantes, bauxita, madeira, celulose, papel, ferrovia e navegação. É a maior produtora de minério de ferro do mundo, detém 25% do mercado mundial desse produto. Somente no ano passado vendeu mais de 101 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas. É ainda a maior produtora de ouro da América Latina e uma das cinco maiores do mundo, com uma produção de 17 toneladas anuais. Possui uma fabulosa infra-estrutura e eficientes meios de transporte: duas ferrovias – Vitória-Minas e Carajás – que, embora representem apenas 7% da malha ferroviária do país, transportam mais de 64% da carga movimentada em ferrovias. No ano passado, essas duas ferrovias transportaram 141 milhões de toneladas de carga. A Vale é responsável por 40% da movimentação portuária do Brasil. Os 50 navios da Docenave (pertencente à Vale) transportam 30 milhões de toneladas de produtos por ano.

A Cia. Vale do Rio Doce é gigantesca não somente pelo seu pujante patrimônio e pela diversificação das suas atividades. A empresa é também um inegável sucesso do ponto de vista econômico e financeiro. No ano de 1994, segundo relatório da empresa, seu faturamento foi de 4,1 bilhões de dólares, com um lucro de 645 milhões de dólares contra 262 milhões em 1993.

Os investimentos realizados e previstos atestam que a empresa encontra-se em franca expansão. Nos últimos dois anos, a Vale investiu cerca de 4 bilhões de dólares. Recentemente, com a inauguração da nova fábrica da Alunorte em Barcarena, no estado do Pará, cujos investimentos chegaram perto de um bilhão de dólares, o Brasil deixou de depender da importação da alumina, estágio intermediário entre a

bauxita e o alumínio. Na área de papel e celulose, onde a empresa tem intensificado suas atividades, estão sendo viabilizados projetos cujos investimentos se aproximam de 1,8 bilhão de dólares. No Projeto Cobre Salobo, também no Pará, serão investidos 1,5 bilhão de dólares, enquanto que, para a exploração do caulim, cujas reservas são calculadas em 100 milhões de toneladas, o Projeto Pará Pigmentos, também de responsabilidade da Vale, absorverá investimentos da ordem de 174 milhões de dólares. Também a produção de minério de ferro está em vias de expansão, com o projeto para a instalação de mais uma usina de pelletização no Porto de Tubarão, no Espírito Santo, com investimentos estimados em 200 milhões de dólares.

Esses dados, que traçam com nitidez o perfil de uma empresa patrimonialmente forte, produtiva, lucrativa, com atuação diversificada e excelente desempenho, segundo todos os indicadores econômicos e financeiros, denunciam, ao mesmo tempo, que sua alienação, se consumada, constituirá grave crime de lesa-pátria do governo entreguista de Fernando Henrique Cardoso, um flagrante atentado à soberania do país, um golpe mortal aos anseios de desenvolvimento do povo brasileiro. Ressalte-se que não há no Brasil nenhum grupo econômico com recursos para adquiri-la. O interesse em privatizar a Vale do Rio Doce parte de grandes grupos econômicos internacionais, que cobiçam os abundantes minérios que repousam na vastidão do território nacional e, em especial, na Amazônia. Frise-se ainda que somente uma empresa no mundo compete com a Vale, em desvantagem, no mercado internacional de minério de ferro: o conglomerado australiano CRA - DHP. A venda da Vale ou sua fragilização por meio da pulverização das empresas que fazem parte do seu complexo bancária a empresa brasileira da posição que ocupa no mercado mundial, que passaria a ser hegemônico pelo conglomerado australiano. A privatização da Vale interessa diretamente também aos grandes corretores de títulos e ações no mercado internacional de capitais, lucrativos rentistas na parasitária atividade da especulação financeira.

O principal problema é a alienação de recursos minerais aos interesses imperialistas mundiais



Tais aspectos que envolvem a privatização da Cia. Vale do Rio Doce, graves em si mesmos, não esgotam o problema. Os ministros e tecnocratas do governo estimulam a discussão sobre o valor das ações da Vale no mercado financeiro e vinculam a venda da empresa ao reforço de caixa do tesouro, a fim de reduzir a dívida pública, inominável falácia, visto que, por maior que seja a cotação das ações, e supondo que toda a sua venda resultasse em ingresso de dinheiro vivo no caixa do tesouro, nem mesmo 10% da dívida pública seria amortizada com a operação. Os leiloeiros ganham tempo para anestesiarem a opinião pública. Lançam balões de ensaio nos jornais, falam ora em

8 bilhões de dólares, ora em 10, ora em 12, discutem a forma de vender a companhia, se em bloco ou por partes, debatem sobre percentuais, anunciam a pulverização do conglomerado CVRD e a diversificação dos compradores.

Eludem, assim, o problema principal. A venda da Vale não está relacionada a este ou àquele valor a entrar no caixa do tesouro, nem é uma questão de cotação de títulos, se o governo ganhará tal ou qual soma no mercado de capitais. A questão de fundo é a alienação dos vastos recursos minerais do Brasil aos interesses imperialistas. Aqui o problema é de natureza estratégica, de concepção de desenvolvimento nacional. De defesa ou de renúncia à soberania do país. De responsabilidade com seu futuro ou de capitulação, tão vergonhosa quanto pragmática, às pressões dos grandes potentados internacionais.



Venda da CVRD acarreta prejuízos ao Pará e à Amazônia, com a quebra no desenvolvimento social

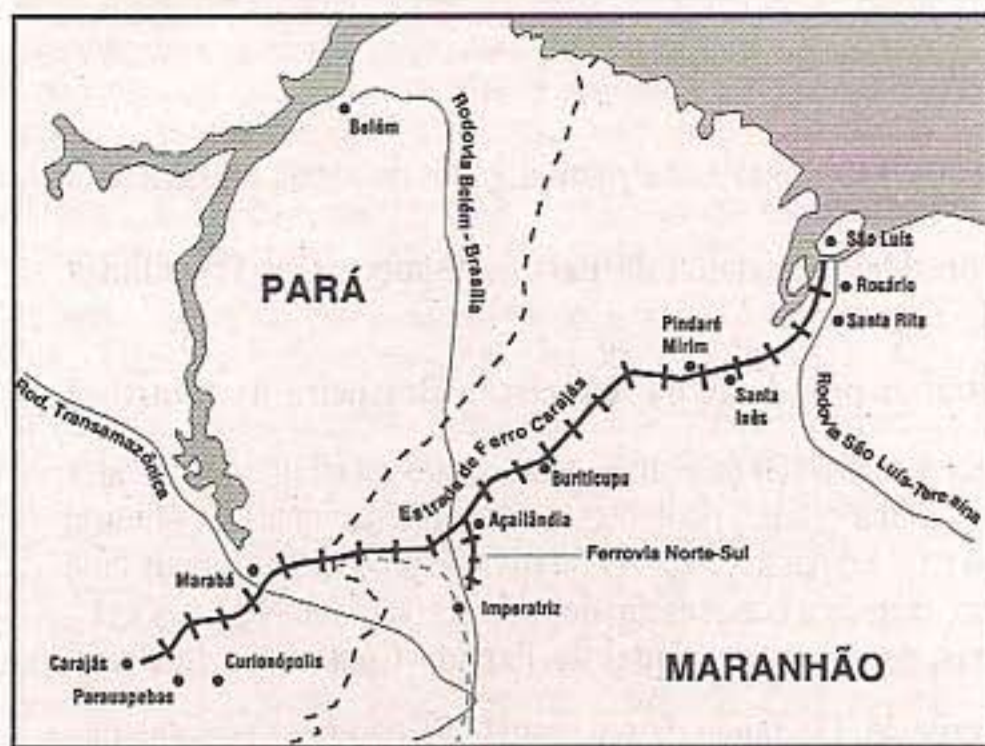
O Brasil ocupa posição privilegiada no mundo quanto às reservas e à produção de uma série de minerais estratégicos, alguns dos quais chamados de minerais do futuro, porquanto relacionados às revoluções tecnológicas e à descoberta de novas tecnologias de ponta. Dados de 1992 do Departamento Nacional da Produção Mineral, que extraímos da brochura *Retrato do setor mineral no Brasil*, publicada no ano passado pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), atestam a posição privilegiada de nosso país quanto à posse de reservas em relação às reservas mundiais (tabela 1) e quanto à produção, também em comparação com a produção mundial (tabela 2). No território nacional, os maiores depósitos naturais dessas riquezas são particularmente a Amazônia e, de modo ainda mais específico, a Província Mineral de Carajás, controlada pela Companhia Vale do Rio Doce.

Tabela 1 - Classificação das reservas minerais brasileiras no mundo - 1992

1ª	Reserva de nióbio	88,3% do total mundial
2ª	Reserva de caulim	14,1% do total mundial
3ª	Reserva de alumínio, fluorita e talco	
5ª	Reserva de ferro e magnesita	
6ª	Reserva de estanho	
7ª	Reserva de níquel	
Fonte: DNPM - <i>Sumário mineral</i> , 1993		

Tabela 2 - Situação mineral brasileira no mundo - 1992

1º	nióbio
2º	ferro
3º	alumínio e estanho



Localização geográfica do Projeto Carajás

A Companhia Vale do Rio Doce é guardiã, detém direitos minerários sobre imensas reservas de minério de ferro, ouro, cobre, bauxita, níquel, estanho, manganês, zinco, titânio e outros minerais com alto potencial econômico, como cobre associado ao ouro, prata e molibdênio, o níquel e a cassiterita, existentes nas ricas jazidas da Província Mineral de Carajás numa área de mais de 400 mil hectares da floresta amazônica.

Situada no Sul do Pará, na Amazônia Oriental, a Província Mineral de Carajás é uma das áreas mais ricas em minérios do planeta. Ali estão depositadas 18 bilhões de toneladas de minério de ferro com teor de 67% de hematita, o suficiente para, mantido o ritmo atual, fornecer minério de ferro por mais 500 anos. A jazida de manganês possui reservas estimadas em 65 milhões de toneladas. As reservas de ouro são calculadas em 16 milhões de toneladas. Hoje, o Projeto Carajás, tocado pela Cia. Vale do Rio Doce, responde pela produção, beneficiamento, transporte e exportação anual de 35 milhões de toneladas de minério de ferro, além de 1 milhão de toneladas de manganês e 9 toneladas de ouro. Há poucos dias, a Vale anunciou a descoberta de uma grande mina de ouro no sul do Pará, no município de Curionópolis. A nova mina contém reservas de 150 toneladas e pode produzir 15 toneladas de ouro por ano. A direção da empresa tem a expectativa de encontrar novas quantidades do precioso metal quando concluir as escavações na área, até setembro deste ano. O Brasil é o 3º produtor mundial de bauxita (minério de alumínio), com reservas de 3,8 bilhões de toneladas, das quais 3,231 bilhões de toneladas em Carajás, guardadas pela Cia. Vale do Rio Doce, sofregamente cobiçadas por três das "seis irmãs" do alumínio com empreendimentos no Brasil – as norte-americanas Alcoa e Reynolds e a canadense Alcan. Repousam no território brasileiro 6 bilhões de toneladas de titânio, 5 bilhões das quais na Amazônia, sob controle da Cia. Vale do Rio Doce. O titânio, valorizado pelas tecnologias de ponta, é considerado um "metal do futuro", um dos principais componentes de superligas, conhecido como anatásio, resistente à corrosão e às deformações mecânicas, mesmo quando submetido a elevadas temperaturas. É usado, por essa razão, em veículos espaciais, condensadores de instalações nucleares navais, usi-

nas dessalinizadoras de água do mar, protótipos de reatores de fusão nuclear etc. Especialistas afirmam que, no total, poderiam ser obtidas, a partir dessas reservas, mais de 700 milhões de toneladas de óxido de titânio puro, o que posicionaria a CVRD como controladora de 50% das reservas mundiais desse metal do futuro. Tal como a bauxita, cobiçada pelas "três irmãs" do alumínio, o titânio brasileiro, com a alienação da Cia. Vale do Rio Doce, cairia em mãos da norte-americana Du Pont e da luxemburguesa Samitri, principais interessadas na apropriação desse metal precioso.

Os defensores da soberania nacional precisam atentar para o fato de que 39,9% da área de mineração total já pertencem a empresas de capital estrangeiro, situação que tende a se agravar depois da aprovação, no ano passado, da emenda constitucional que acabou com a distinção entre empresa brasileira de capital nacional e empresa brasileira de capital estrangeiro. A venda da Vale do Rio Doce aparece, assim, como passo decisivo para a alienação do rico patrimônio mineral brasileiro, uma vez que, com sua venda, a estatal perderá os direitos minerários acima referidos.

A venda da Vale acarretaria enormes prejuízos ao estado do Pará e à região Amazônica como um todo. Encontram-se em andamento no Pará grandes projetos comandados pela Companhia. Entre investimentos realizados e previstos, são 9 bilhões de dólares que já geraram 11 mil empregos diretos e indiretos no estado. Dados recolhidos junto à empresa atestam que a Cia. Vale do Rio Doce pagou aos cofres públicos paraenses 67 milhões de dólares somente em tributos estaduais e municipais, o que representa cerca de 20% da receita tributária do estado. Não há no Pará, mesmo entre aqueles setores minoritários que defendem a alienação da Companhia, quem possa contestar que o montante desses recursos tende a crescer, o que só será possível com a manutenção do seu controle pelo Estado brasileiro. O Fórum Paraense de Defesa da Vale assumiu posição pública, através de documentos e manifestações, sustentando a opinião de que a Vale, além da importância econômica estratégica que tem para o país, pode vir a ser uma poderosa alavanca para o combate à miséria e às desigualdades sociais no Pará. Já na atualidade a Companhia repassa 8% do seu lucro líquido aos municípios onde exerce atividades, a título de investimento, o que vale dizer para o desenvolvimento social, com previsíveis conseqüências benéficas nas áreas de ensino, habitação, desenvolvimento tecnológico e ambiental, nas quais a companhia desenvolve projetos.



A privatização da Vale é um atentado ao desenvolvimento dos estados e da região amazônica toda

A cobiça privatista pela Vale, a tentativa de aliená-la a poderosos interesses externos, deve ser condenada de forma veemente pelo povo paraense, por ser um atentado ao desenvolvimento regional e estadual. As reservas de mi-

Opiniões

“Vender a Vale seria uma atitude insensata, uma atitude impensada. Os responsáveis seriam julgados de forma drástica pelo povo brasileiro.”

Leonel Brizola, presidente nacional do Partido Democrático Trabalhista

“Privatizar a Vale é renunciar ao futuro.”

Barbosa Lima Sobrinho, jornalista, ex-presidente da Associação Brasileira de Imprensa

“A Vale do Rio Doce é um valioso patrimônio nacional construído pelo esforço de muitas gerações de brasileiros. É a maior mineradora de ferro do mundo, empresa lucrativa e altamente competitiva. Sua venda a poderosos grupos internacionais constituiria duro golpe à soberania nacional, porquanto empobreceria ainda mais o país e o nosso povo. A tentativa de privatizá-la é mais uma demonstração de entreguismo do governo neoliberal de FHC. Por isso, merece a condenação de todos os verdadeiros patriotas.”

João Amazonas, presidente nacional do Partido Comunista do Brasil

“A Vale não é privatizável, e isso é uma vantagem para o setor privado. Deixando de ser estatal, ela não faria projetos que desenvolvem regiões inteiras.”

Eliezer Batista da Silva, ex-presidente da CVRD na revista IstoÉ, 2/4/95

“A privatização da CVRD significa para mim privatizar o subsolo brasileiro. Significa forte possibilidade de abrimos mão de nossas reservas de ferro, ouro, manganês, bauxita, potássio, cobre, caulim, prata, titânio, entre outros metais nobres.”

Pedro Simon, na Folha de S. Paulo, 19/9/95

“A empresa é uma organização que honra a capacidade de empreender, qualquer que seja a iniciativa, privada ou estatal. Hoje, respeita o ambiente, é eficiente, competitiva, lucrativa. E no Pará detém jazidas e pode dispor de energia e meios de transporte que lhe garantem maior lucratividade ainda nas próximas décadas. Qual a vantagem de privatizar lucro? A quem interessa? Pode ser do interesse do governo? Privatizada, esse lucro iria para onde os donos de capital resolvessem aplicá-lo. Pelo tamanho da Vale, certamente a maioria do capital seria estrangeiro. E é óbvio que o interesse de gerar empregos estaria lá fora.”

Almir Gabriel, governador do Pará, na Folha de S. Paulo, 15/4/95

“Entendo que a CVRD precisa ser objeto de ampliação de seu caráter público. Isso passa, por exemplo, por uma interação com os governos estaduais e municipais e com a sociedade – tendo em vista o seu papel social, enquanto centro de decisão indutor do processo de desenvolvimento. Mas essa e outras alterações que a transformariam de empresa estatal em empresa pública não passam pela privatização da propriedade da empresa.”

Vitor Buaiz, governador do Espírito Santo, na Folha de S. Paulo, 15/4/95

“Na realidade, as gigantescas massas de minério de ferro de primeira qualidade com as quais a natureza dotou nosso país e a existência de enormes mercados para esse produto fazem com que tais recursos minerais se transformem em poderosíssimos instrumentos de desenvolvimento, desde que se disponha de estruturas bem armadas e direcionadas para esse fim, como a Vale. Alienada que seja a estrutura da Vale, a preocupação compreensível e legítima de seus novos proprietários será com seus próprios balanços, e com os objetivos de suas empresas. Assim, acredito que é necessário meditar antecipadamente nesses desdobramentos e ponderar as vantagens e os inconvenientes das possíveis soluções, no sentido de suas conseqüências no desenvolvimento nacional.”

Eng. Paulo J. L. Vieira, em depoimento na Câmara dos Deputados, em 10/5/95

“Não consigo entender o que se passa na cabeça dos que exercem hoje as mais altas funções no executivo e no legislativo. Há pouco, num lance desastroso, retiraram da Constituição a justa diferenciação entre ‘empresa brasileira de capital nacional’ e ‘empresa brasileira de capital estrangeiro’, com isso deixando nosso subsolo pronto para ser controlado pelos grandes oligopólios que dominam mundialmente o setor. Absolutamente desnecessária tal medida, eis que a Carta Magna não proibia, nem sequer limitava, o ingresso do capital estrangeiro nas atividades de mineração. Vedava, tão somente, o controle das mineradoras aqui sediadas por pessoas desvinculadas da comunhão nacional, fossem elas nascidas no Brasil ou alhures. Agora, depois desse crime de lesa-pátria, insistem em privatizar a Companhia Vale do Rio Doce, sem ao menos saber o que representará mais essa insensatez.”

Contra-almirante Gama e Silva, coordenador da Frente Tiradentes

nérios do estado do Pará são estimadas em mais de 500 bilhões de dólares, além das reservas ambientais da biodiversidade, de valor inestimável. A Vale do Rio Doce tem sob sua responsabilidade um milhão e cento e sessenta e cinco mil hectares de floresta, cuja biodiversidade, explorada racionalmente e em função dos interesses nacionais, poderá alçar nosso país à condição de uma nação moderna e próspera.

Com preocupação constatamos que se acelera o processo de privatização da Vale, no quadro da aplicação da

política neoliberal pelo governo entreguista de Fernando Henrique Cardoso. Mas temos razões para confiar no espírito patriótico do povo brasileiro e de suas lideranças mais lúcidas, que, em diversas ocasiões, têm reiterado sua posição contrária à venda da Empresa.

SOCORRO GOMES é deputada federal pelo PCdoB-PA e coordenadora do Movimento Paraense em Defesa da Cia. Vale do Rio Doce.

O programa da virada: das eleições à alternativa de poder na Rússia

LUIS FERNANDES

*Uma indagação não poderia deixar
de ser feita na atualidade: o que pretendem fazer
os comunistas da Rússia?*

No final de 1995, os acontecimentos políticos na Rússia voltaram a surpreender e abalar o mundo. Escassos quatro anos após a dissolução da União Soviética, e mesmo enfrentando uma intensa campanha de perseguição, discriminação, intimidação e difamação por parte do governo russo, os comunistas emergiram como os grandes vencedores das eleições para a Câmara Baixa (Duma) do Parlamento. Num quadro partidário altamente fragmentado, o Partido Comunista da Federação Russa (PCFR) obteve quinze milhões de votos (pouco mais de 22% dos votos válidos), o dobro da votação do segundo colocado (o Partido Liberal-Democrático, comandado pelo ultranacionalista de direita Vladimir Jirinovski). Com esse desempenho eleitoral, o PCFR conquistou 158 das 450 cadeiras da Duma.

Que significado tem esse resultado? Que perspectivas ele aponta para o desenvolvimento russo e mundial? O que pensam e o que pretendem fazer os comunistas na Rússia? Esta edição da PRINCÍPIOS publica um documento fundamental para responder a essas (e outras) indagações – o Programa do Partido Comunista da Federação Russa, aprovado no seu último Congresso no início de 1995. Antes de destacar alguns pontos relevantes (e polêmicos) desse Programa, vamos primeiro examinar, de forma resumida, a evolução histórica do PCFR e o resultado das recentes eleições na Rússia.

Breve histórico do PC da Federação Russa

O PC da Federação Russa tem suas origens no antigo Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Na sequência da revolução soviética, após a formação da União das

Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no final de 1922, o Partido Comunista da Rússia (bolchevique) fundado e liderado por Lênin se transformou, no âmbito da República Russa, em Partido Comunista (bolchevique) da URSS. Enquanto nas demais repúblicas da União a estrutura republicana dos Partidos Comunistas foi mantida, na Rússia passou a existir unicamente a estrutura do PC de toda a União (o PCUS). Essa situação se manteve até 1990, quando as estruturas da URSS começaram a se desintegrar em meio à crise de hegemonia que marcou o período final da *perestroika*¹. Nos marcos dessa crise, setores do PCUS descontentes com a política de Gorbachev formaram, em maio de 1990, o Partido Comunista da Federação Socialista Soviética Russa. O Próprio PCUS já havia, então, deixado de ser um partido unificado, fragmentando-se numa série de plataformas concorrentes que abrangiam um amplo espectro político-ideológico. Iéltsin, por exemplo, era dirigente de uma das correntes no Partido, chamada Plataforma Democrática.

Após deslocar Gorbachev do poder na sequência do golpe/contragolpe de agosto de 1991, o Presidente russo Bóris Iéltsin banuiu o PCUS e o PC russo, e proibiu a publicação de jornais comunistas como o *Pravda* não só na Rússia como em toda a União. Em 1992, vários Partidos Comunistas foram reorganizados na Rússia, em geral a partir de remanescentes de diferentes plataformas de esquerda do antigo PCUS. Entre esses, o Partido Comunista dos Operários de Victor Anpilov (que jogou importante papel nas mobilizações de rua em defesa do Parlamento sitiado e bombardeado por Iéltsin em 1993), a União dos Comunistas do antigo dirigente da Plataforma Marxista no seio do PCUS, Andrei Prigarin, e o Partido Comunista dos

Bolcheviques da União Soviética de Nina Andreieva. Em novembro daquele ano, a Corte Constitucional julgou ilegal o banimento do PC russo, que foi restabelecido em fevereiro de 1993 com o nome Partido Comunista da Federação Russa (já que esta havia deixado de ser socialista e soviética). Esse se tornou, de imediato, o maior Partido Comunista em atuação na Rússia, mas os demais continuaram existindo. Foi formada uma coordenação comum de todos esses partidos, visando à reconstrução voluntária do Estado Soviético Federal e à unificação em torno de um Partido Comunista único.

Após o bombardeio e fechamento do Parlamento russo pelo presidente Bóris Iéltsin, em outubro de 1993, os partidos comunistas voltaram a ser banidos, e sua imprensa, fechada. O PC da Federação Russa foi legalizado, uma vez mais, às vésperas das eleições para a nova Duma em dezembro de 93, enquanto os outros partidos permaneciam interditados. O PCFR obteve 11% dos votos nesse pleito, elegendo 45 deputados e consolidando-se como principal força política da oposição ao regime comandado por Iéltsin.

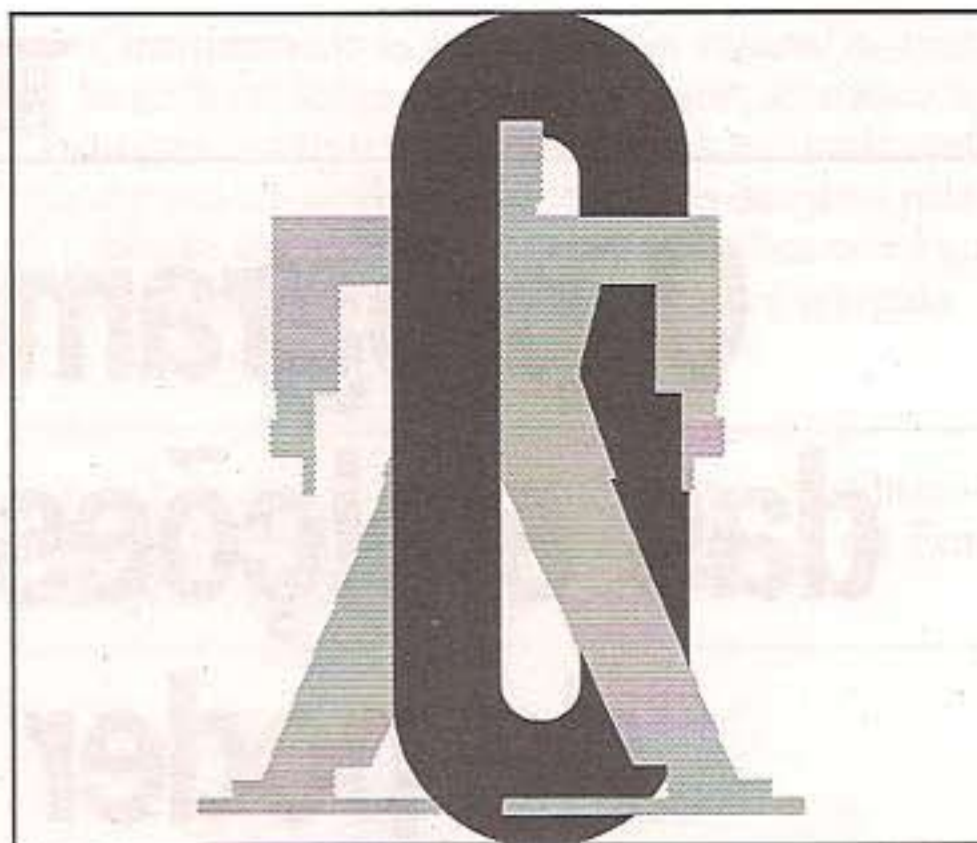
Um balanço sucinto das eleições de 1995

As eleições parlamentares de 1995 foram realizadas nos marcos da nova Constituição imposta à Rússia após o esmagamento do antigo Parlamento em outubro de 1993. Nos marcos dessa Constituição, o poder legislativo perdeu praticamente todos os seus poderes, que foram centralizados no executivo nacional. Em outras palavras, instituiu-se oficialmente uma espécie de *cesarismo presidencial* (com todo o apoio dos dirigentes do "mundo livre" no Ocidente...). Além de despido de seus poderes anteriores, o legislativo foi dividido em duas Câmaras: a Câmara Alta (o Conselho da Federação), uma espécie de Senado dominado por cargos nomeados pelo poder executivo; e a Câmara Baixa (a Duma), que compõe a representação parlamentar propriamente dita.

O triunfo dos comunistas na eleição é ainda mais importante em vista dos artifícios do governo



As eleições de dezembro de 1995 foram para a Câmara Baixa. A Constituição de Iéltsin impôs um sistema distrital misto de representação na Duma. Dos seus 450 integrantes, 225 são eleitos individualmente em distritos uninominais, e os outros 225 são eleitos com base na representação proporcional da votação das listas partidárias. Para os partidos ou coligações que concorrem no sistema proporcional, foi instituída, ainda, uma cláusula de barreira de 5% – o partido ou coligação que não alcançar 5% da votação nacional fica excluído da representação proporcional (embora ainda possa eleger deputados no sistema distrital). Em suma, o regime de Iéltsin se valeu de todo um elenco de artifícios e subterfúgios legais-institucionais para tentar



manietar o poder legislativo russo e cassar as vozes dos que se opõem à sua política de restauração capitalista neoliberal. Isso torna ainda mais significativo o triunfo dos comunistas nas recentes eleições. A Tabela 1 reúne os resultados do pleito, segundo a Comissão Eleitoral Central.

Tabela 1 – Resultados das eleições para a Duma russa em dezembro de 1995

Lista partidária	% dos votos	Eleitos por sistema proporcional	Eleitos por sistema distrital	Total
Partido Comunista da Federação Russa	22,31	100	58	158
Nossa Casa Rússia	9,89	44	10	54
Partido Liberal Democrático da Rússia	11,06	50	1	51
Iabioko	6,93	31	14	45
Partido Agrário	3,78	0	20	20
Escolha Democrática da Rússia	3,9	0	9	9
Poder ao Povo	2,1	0	9	9
Congresso das Comunidades Russas	4,29	0	5	5
Mulheres da Rússia	4,6	0	3	3
Partido da Autogestão dos Trabalhadores	4,01	0	1	1
Comunistas-Rússia Trabalhadora	4,52	0	1	1
Independentes	0	0	76	76
Outros (Partidos ou Coligações)	n.c.	0	18	18
Total		225	225	450

Fonte: Comissão Eleitoral Central da Rússia

O que esses resultados indicam? Em primeiro lugar, cabe ressaltar que as eleições galvanizaram e mobilizaram efetivamente a sociedade russa, revertendo um quadro an-

terior de apatia e desinteresse generalizados. O comparecimento às urnas subiu de 50% nas eleições de 1993 para 62% em 1995 (Observação: o voto na Rússia não é obrigatório). A esquerda emergiu como a grande vitoriosa do pleito, com destaque para o desempenho do PCFR, que mais do que triplicou sua bancada na Duma (passando de 45 para 158). Os comunistas e seus aliados de esquerda mais próximos (o Partido Agrário e a organização Mulheres da Rússia) tiveram, juntos, mais de 35% dos votos no sistema proporcional (o que equivale a 45% dos votos conferidos a listas partidárias, nos dados fornecidos pela Comissão Eleitoral). Ao todo, esse bloco de esquerda aumentou sua representação na Duma de 123 para 182. Houve um importante realinhamento de forças no interior do bloco. Os comunistas, que antes representavam pouco mais de um terço da bancada de esquerda, converteram-se, agora, na força amplamente majoritária no seu interior.

O PCFR foi o partido mais votado em 70 dos 89 territórios da Federação Russa, tendo ficado em segundo em outros 13. Seus piores resultados foram em Moscou e São Petersburgo, onde venceram as forças governamentais, mas mesmo aí o Partido dobrou a sua votação. As áreas populares e operárias em torno das duas cidades votaram maciçamente nos comunistas, formando uma espécie de "cinturão vermelho" em torno de ambas as cidades. Cabe registrar, ainda, que o PCFR não foi o único Partido Comunista a disputar as eleições russas. Três outros partidos menores (o Partido Comunista dos Operários Russos, o Partido Comunista Russo e o Partido Russo dos Comunistas) formaram a lista conjunta "Comunistas-Rússia Trabalhadora", que por muito pouco não ultrapassou a barreira dos 5% (alcançou 4,52% dos votos). Essa lista ainda conseguiu eleger um deputado pelo sistema distrital em São Petersburgo (antiga Leningrado). Isolado e sem expressão política, o Partido Comunista dos Bolcheviques da URSS, de Nina Andreieva, optou pelo boicote às eleições.

Nossa Casa não chegou a um décimo dos votos, ficando atrás dos liberais e dos comunistas



O regime de Iéltsin sofreu uma derrota fragorosa nas urnas. A lista aberta e oficialmente identificada com o governo (a Nossa Casa Rússia) não chegou a alcançar 10% dos votos, ficando atrás tanto dos comunistas quanto do Partido Liberal Democrático. Mesmo se esses forem somados aos de outras forças que, de maneira geral, respaldam as reformas neoliberais na Rússia (o Iabloco e a Escolha Democrática da Rússia), a votação total do bloco governista não ultrapassou os 21%, materializada numa bancada de pouco mais de cem deputados na Duma.

Entre o bloco de esquerda e o bloco governista encontram-se diferentes organizações políticas que também se identificam como forças de oposição a Iéltsin. Elas podem ser agrupadas em dois pólos principais. O primeiro é

o Partido Liberal Democrático, do polêmico e folclórico líder nacionalista Vladimir Jirinovski. Este, na verdade, perdeu força, caindo da posição de partido mais votado e maior bancada da Duma em 1993 para a de segundo partido mais votado e terceira bancada da Duma em 1995 (esse descompasso entre votação e bancada reflete o péssimo desempenho do Partido no sistema distrital). O segundo pólo é mais heterogêneo e abarca diferentes formações "centristas", como os nacionalistas mais moderados do Congresso das Comunidades Russas e forças de centro-esquerda como o Partido da Autogestão dos Trabalhadores. Apesar de terem recebido, ao todo, mais de 10% dos votos no pleito, a representação dessas formações na Duma é diminuta (não deve passar de 20 deputados), em razão das listas partidárias isoladas não terem ultrapassado a barreira dos 5% e de seu desempenho no sistema distrital ter sido fraco. Para completar o quadro da composição da Câmara Baixa do Parlamento russo, há que registrar, ainda, a eleição de 77 candidatos independentes pelo sistema distrital.



A população russa quer alternativa socialista para a crise sistêmica que o país atravessa

O resultado das eleições indica, assim, a clara repulsa do eleitorado à política neoliberal imposto à Rússia por Bóris Iéltsin na seqüência dos seus golpes de Estado em 1991 e 1993. O pleito se transformou num plebiscito de condenação do Presidente. Ao mesmo tempo, registrou a opção de amplas camadas da população por uma alternativa socialista para a crise sistêmica engendrada no país pelo processo de restauração capitalista². Os dados arrolados acima indicam que, mesmo sem ter alcançado maioria absoluta, o bloco de esquerda comandado pelo PCFR tem ampla margem de manobra e condições favoráveis para aprovar sua política na Duma. Mas isso é insuficiente para mudar a rota do país, devido ao processo de esvaziamento dos poderes do legislativo a favor do executivo, que acompanhou a escalada golpista de Iéltsin. Por isso, todas as atenções (e tensões) se voltam, agora, para as eleições presidenciais marcadas para junho deste ano (1996). As mudanças promovidas por Iéltsin no seu gabinete imediatamente após o pleito fazem parte da movimentação para a disputa das eleições presidenciais. Se a virada política verificada nas eleições legislativas for confirmada no pleito de junho, haverá uma alteração fundamental no curso do desenvolvimento russo, com amplas e profundas conseqüências tanto do ponto de vista interno quanto internacional. Mas que novos caminhos os comunistas propõem para a Rússia?

O programa da virada

PRINCÍPIOS publica nesta edição os trechos principais do documento que fundamenta e sintetiza a orientação

estratégica do PC da Federação Russa – o programa aprovado no terceiro Congresso do Partido, em janeiro de 1995. A importância desse documento é evidente. Não quero, aqui, me adiantar à sua leitura pelo público da revista, mas tão somente destacar alguns pontos que me parecem particularmente relevantes e/ou polêmicos. O leitor certamente formará a sua própria opinião ao examinar o Programa.

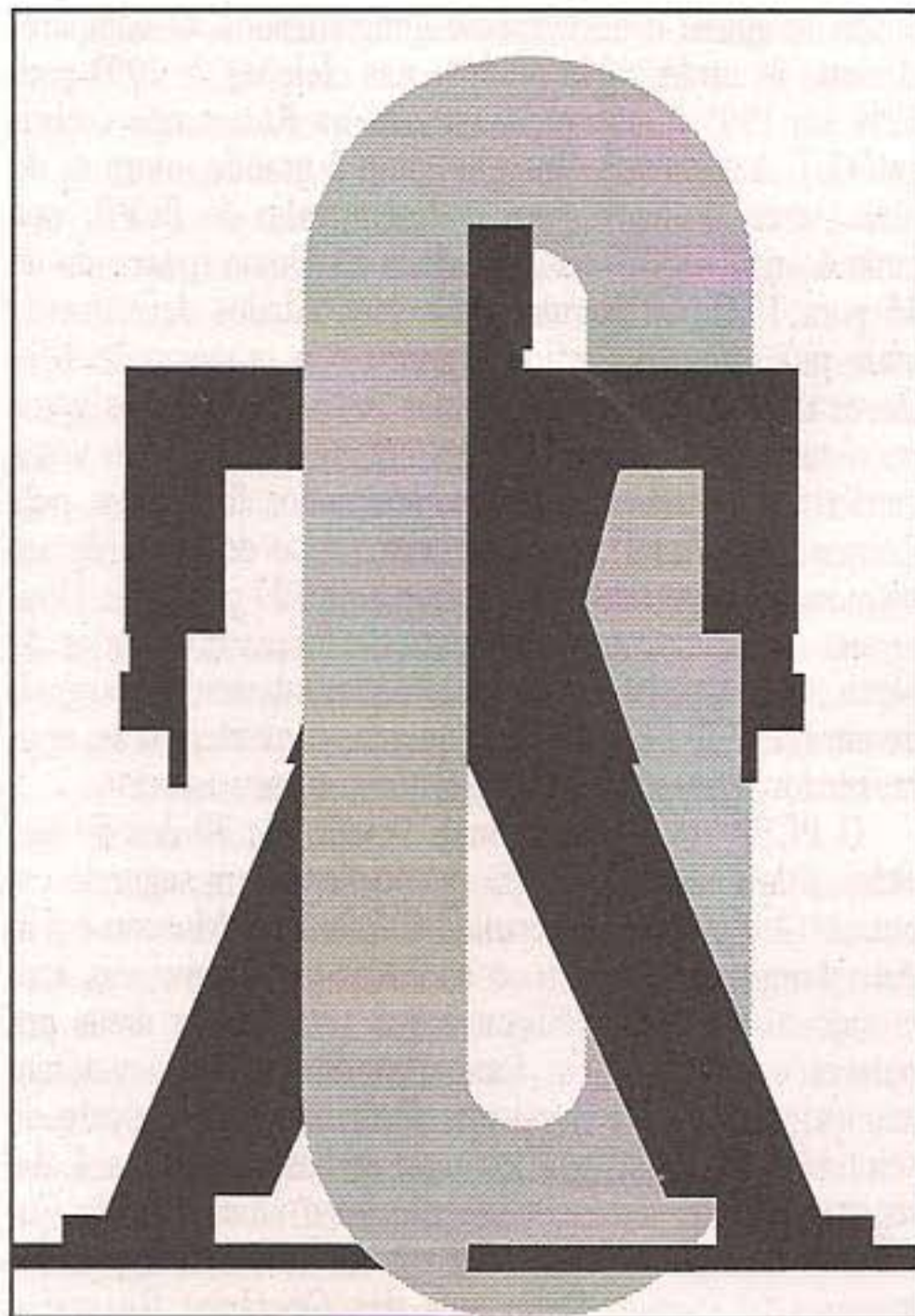
A corrente burguesa transformou o PCUS num partido de “traição nacional” da URSS



O documento contém análises importantes sobre o processo que culminou no colapso do socialismo na URSS. Tratando-se de informações provenientes “de dentro” da própria URSS, por quadros que ocuparam funções dirigentes importantes, fornecem-nos um ângulo privilegiado para o exame crítico do desenvolvimento socialista soviético. Do ponto de vista político-ideológico, destaco a identificação, pelo PCFR, de uma contínua luta de tendências (proletária pequeno-burguesa, democrática burocrática) no seio do PCUS, ao longo da sua história, e a autocrítica do Partido por ter convivido por tanto tempo com a corrente pequeno-burguesa (que foi ganhando espaço e poder até se transformar, através de Gorbachev, Iakovlev, Shevardnadze e Iéltsin, num “partido de traição nacional” que destruiu a URSS e afundou a Rússia para formar aceleradamente uma nova burguesia nos escombros do socialismo). Do ponto de vista econômico, o PCFR faz observações interessantes sobre o enquadramento do socialismo soviético no formato de um “regime de mobilização” que teria perdido a sua razão de ser no desenvolvimento do pós-guerra. Como consequência, o princípio socialista da remuneração segundo o trabalho foi deformado, resultando na generalização de fenômenos sociais profundamente negativos, como a perda do sentido da propriedade social, o parasitismo, a indiferença, a passividade etc.

As etapas para o socialismo na Rússia

Apoiado nessas reflexões críticas, o PCFR formula uma estratégia para um “desenvolvimento socialista ótimo” que não representa uma simples volta ao passado. As reflexões do Partido sobre essa questão parecem, de fato, bastante maduras. Elas se orientam para um processo prolongado de transição ao socialismo na Rússia, marcado pelo encadeamento de três etapas básicas. A primeira seria caracterizada pela formação de um governo de salvação nacional voltado para a defesa e o restabelecimento da economia nacional russa devastada pela sanha neoliberal de Iéltsin. Essa fase seria dominada por uma política ativa de proteção e desenvolvimento do mercado nacional e das empresas russas estruturadas sobre múltiplas formas de propriedade. A segunda etapa seria marcada pelo restabelecimento das estruturas políticas dos *soviets* e pela consolidação do pa-



pel dirigente das formas socialistas na evolução econômica e social. Já a terceira se caracterizaria pela consolidação da supremacia das formas de propriedade social na base econômica, completando a passagem da sociedade russa para um “desenvolvimento socialista ótimo”.

A questão nacional e o nacionalismo

Subjacente às reflexões acima e a todo o programa está uma formulação teórica bastante polêmica sobre a fusão da luta pelos “interesses nacionais estatais da Rússia” com a luta pelo socialismo. Em razão da perda de posições internacionais com Gorbachev e Iéltsin, e da devastação econômica, social, política e espiritual produzida pela tempestade neoliberal, o PCFR identifica que a outrora poderosa Rússia está sendo transformada numa espécie de “apêndice semicolonial” dos países capitalistas centrais, confinada ao papel de fornecedor de matéria prima barata para o Ocidente. A presente resistência do povo russo assumiria, portanto, o caráter de uma “luta de libertação nacional”. Por mais que essa imagem possa ser exagerada, a perda de posições e soberania da Rússia no mundo é mais do que evidente, e qualquer Partido de esquerda sério, atuando nessas condições, teria de incorporar as contradições desse processo à sua reflexão estratégica e à definição da sua política de alianças. O problema é que as reflexões programáticas do PCFR dão um passo além e identificam o próprio socialismo como realização da “cultura e tradição moral comunal-coletiva da Rússia”, com a “essência do pensamento russo”. Nessa base, a luta em defesa do

Estado nacional russo é *confundida* com a luta pelo socialismo. O reconhecimento de que a URSS foi "herdeira geopolítica do Império Russo" (que me parece válido) transforma-se na identificação da Revolução de Outubro de 1917 como "movimento de autopreservação estatal nacional da Rússia" (que me parece altamente problemática). De projeto universal baseado nas relações de trabalho do mundo moderno, que deve buscar raízes e formas nacionais para se realizar, o socialismo se torna, assim, expressão de uma suposta "vocaçao nacional" particular, incapaz, por isso mesmo, de se universalizar (a não ser na forma de chauvinismo). Os riscos dessa abordagem, além de evidentes, não são alheios à trajetória histórica da Rússia e da própria URSS. Como reagirão, por exemplo, os estados vizinhos com significativas minorias nacionais russas, à disposição expressa no programa de combinar a "defesa da integridade estatal da Rússia" com a "reunião nacional do povo russo"?

De todo modo, o que se destaca no Programa do PCFR é o fato de – quer pelo ângulo da retomada do socialismo, quer pelo do resgate e defesa da Nação Russa – o Partido ter uma alternativa efetiva a apresentar para o desenvolvimento do país. Desse ponto de vista, a vitória eleitoral dos comunistas russos tem significado e impacto diferentes da seqüência de triunfos eleitorais de herdeiros dos antigos partidos socialistas governantes na Lituânia, Látvia, Ucrânia, Bielorrússia, Bulgária, Hungria e Polônia. Nestes, o triunfo eleitoral da esquerda representou uma clara conde-

nação das políticas restauracionistas de corte neoliberal adotadas a partir de 1989/90, mas as coalizões eleitorais vitoriosas não tinham (têm) um projeto de desenvolvimento alternativo substancialmente diferente. Na Rússia esse projeto existe, e o seu triunfo pode alterar significativamente a correlação de forças no mundo, desafiando a arrogância imperialista dos dirigentes dos países capitalistas centrais e marcando o fim do período geral de defensiva em que ainda se encontram as lutas democráticas e populares diante da ofensiva neoliberal. Quem viver, verá...

LUIS FERNANDES é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, autor do livro *URSS – ascensão e queda*, São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.

Notas

(1) Para uma análise mais detalhada desse período, ver o meu artigo "A luta de classes na Rússia (1991-1993)", publicado na *Princípios* nº 31, novembro de 1993 a janeiro de 1994.

(2) O processo de restauração capitalista em curso na Rússia conseguiu provocar mais destruição e retrocesso econômico-social do que a própria invasão nazista na Segunda Guerra. O PIB russo está reduzido à metade do valor que tinha em 1991, enquanto mais da metade da população vive oficialmente abaixo da linha de pobreza.

Falsificação eleitoral com base na lei

A eleição parlamentar russa de dezembro de 95 foi um excelente exercício das virtudes malsãs do voto distrital misto, tão benquisto por amplos setores das elites brasileiras.

Os resultados parciais divulgados pela imprensa brasileira até o dia 27 de dezembro de 1995 mostravam a enorme distorção na representação política provocada por esse sistema. Pelo sistema distrital misto vigente na Rússia, metade do Parlamento é eleita através do voto proporcional, e metade através do voto distrital.

No sistema proporcional em vigor no Brasil de hoje, a divisão dos lugares no Parlamento entre os partidos é feita proporcionalmente ao percentual de votos obtidos por partido. Se tiver 5% dos votos, terá 5% dos deputados.

No sistema distrital, que esteve em vigor no Brasil até a República Velha e foi abandonado em consequência das conquistas democráticas dos anos seguintes, os parlamentares disputam *por distrito*, e ganha aquele que tiver mais votos. Os votos dados aos partidos que foram derrotados são simplesmente desprezados, ignorados, ficando tais partidos sem representação no distrito e no Parlamento. Se a disputa for entre dois partidos, e um deles tiver 51% dos votos, fica com as vagas do distrito, e o que teve 49% dos votos fica sem nada. É como se aqueles eleitores todos, seus candidatos e partidos não existissem!

Os apologistas da elite dizem que o voto distrital misto corrige essa distorção. Corrige mesmo?

Os resultados da eleição russa mostram que não. Lá, no sistema proporcional, que escolhe metade do Parlamento, o Partido Comunista tinha, até o dia 27 de dezembro último, 22% dos votos, elegendo cerca de cem deputados. No sistema distrital, os comunistas tinham apenas cinquenta e oito deputados, fazendo um total de 158 deputados nesse sistema misto.

Se os comunistas elegeram cem deputados na eleição de uma das metades do Parlamento, pode-se supor que elegeriam duzentos se o sistema proporcional valesse para todo o Parlamento, e não 158, como conseguiram no sistema distrital misto.

A conclusão que se impõe, portanto, é que, longe de corrigir as distorções do sistema distrital puro, o sistema praticado na Rússia, e que muita gente quer importar para o Brasil, falsifica, com base na lei, a chamada *verdade eleitoral*.

E falsifica beneficiando o governo, as elites, os que estão em posição de mando. Ieltsin e seus aliados foram beneficiados por esse sistema, que amenizou seu fiasco eleitoral e enviou para o Parlamento apenas parte da condenação popular a seu governo. Condenação veemente que, antes da abertura das urnas, já se exprimia numa pesquisa de opinião (publicada por *The Economist*, 16/12/95), onde dois terços das pessoas ouvidas diziam que os principais problemas da Rússia são crise econômica (25%), perda da qualidade de vida (15%), paz (8%), liderança política (7%), preços altos (6%) e desemprego (4%).

José Carlos Ruy

Por nossa pátria soviética!

PARTIDO COMUNISTA DA FEDERAÇÃO RUSSA

No dia 17 de dezembro de 1995, todos os cidadãos da Rússia elegerão os deputados à Assembléia Federal, e também, seis meses depois, em junho de 1996, o Presidente da Federação Russa. Para que não se equivoquem nessas eleições, é necessário examinar detidamente a situação atual do país – que forças políticas atuam e quem defendem.

Quem são os atuais comunistas?

Os governantes da Rússia e seus apadrinhados culpam a nós, os atuais comunistas, por todos os pecados. Afirmam incansavelmente que só pensamos em recuperar nossos “privilégios”. É uma mentira cínica.

Nós pertencemos ao mesmo Partido de Alexei Stakhanov e Iuri Gagarin, Mikhail Sholokhov e Alexandr Tvardovski, Ivan Panfilov e Georgui Zukov, Musa Dzalil e Vassili Sukhomlinski, Pacha Angelina e Terenti Maltsev, Serguêi Koroliov e Igor Kurchatov; e de milhões de comunistas e patriotas sem partido, da Pátria socialista, que nunca tiveram outro privilégio que não fosse o de serem os primeiros a atirar-se ao combate e trabalhar até a última gota de suor.

Nós não traímos os ideais de amizade, bondade e justiça, nem desencadeamos conflitos fratricidas. Acaso somos nós que procuramos a guerra e novas desgraças?

Nós não traímos o povo trabalhador, nem paramos as fábricas, nem geramos o desemprego. Acaso somos nós que arruinamos as reformas?

Nós não traímos nossas bandeiras e nem a Pátria, muito menos abandonamos nossos amigos ou aliados. Acaso somos nós que levamos o país à ruína?

Aqueles que acreditam nessas mentiras que reflitam: quem as difunde, e com que in-

tenção? São os mesmos chefes da “nomenclatura” e seus súditos jornalistas e “cientistas”, que mantêm poder e posição (mesmo anteriormente), governando o país descontrolada e mediocrementemente. (Ninguém fez sequer uma canção para essa gestão.) Pesam sobre essas consciências sangue, holocaustos, lágrimas de refugiados e desemprego.

Eles querem atribuir a nós, os atuais comunistas, os seus próprios pecados, os do partido da traição nacional, que considera a Rússia como o seu sapato, encobrindo-se, até pouco tempo, sob o rótulo de “comunista”. Hoje esse partido de Trótski e de Béria, de Vlasov e Iakovliev, de Gorbachev e Ieltsin, adotou hipocritamente um novo nome: “A Rússia é a Nossa Casa”.

Um homem que faz sua casa inicia a construção pelos alicerces, e não pelo telhado. Porém a casa deles, onde se bebe e rouba de tudo, gerando crianças sem lar e drogados, e onde os doentes não são tratados, o povo a chama com acerto *guardida*.

O Partido Comunista da República Socialista Federativa Soviética da Rússia surgiu do seio do PCUS, desde as bases e por iniciativa das massas, ainda no verão de 1990. Fundou-se para defender os que vivem de seu próprio trabalho. Em 1991, depois do intento frustrado do Comitê de Emergência (Guekachepê), que defendia a União Soviética e o Socialismo, a velha nomenclatura, em aliança com rufiões de toda espécie, deu um golpe de Estado, e o seu primeiro ato foi dissolver o Partido Comunista. Em que pesem todas as perseguições e proibições, renovamos o Partido e continuamos a sua luta.

Hoje em dia o PCFR já conta com mais de meio milhão de comunistas-patriotas; possui o seu programa e objetivos claros. Concorremos às eleições em 1993 e fizemos parte da Assembléia Federal para lutar pelo restabelecimento do poder do povo e pela legalidade. (...)

O que acontece na Rússia?

Hoje em dia, todos falam da crise: a queda da produção, a redução do nível de vida, a redução da população e a humilhante situação do país. Porém nem todos, em absoluto, compreendem com clareza *qual é a essência da crise justamente neste momento*.

Apesar de estar atualmente de joelhos, a Rússia ainda possui forças suficientes para se levantar. Porém nossa desgraça e perigo principais estão precisamente no fato de que, sob pretexto de conversações de conciliação, os dirigentes estão esgotando e dissipando essas últimas forças.

É impossível restabelecer a Rússia sem uma paz civil sólida inter-étnica. Porém o rumo nefasto do regime atual em direção à divisão furtiva da propriedade e do poder e à submissão do país aos interesses estrangeiros tem levado a uma estratificação social e empobrecimento insólitos, e a discórdias que já ameaçam tornar-se guerra civil.

É impossível restabelecer a Rússia sem trabalhar intensa e criativamente. Porém, hoje em dia, as pessoas que sabem e querem trabalhar bem simplesmente são impedidas de se dedicarem a seus afazeres. A geração intermediária está sendo embriagada com vodca barata, enquanto quase toda a juventude é empurrada aos quiosques de vendas ou arrastada à delinqüência, cultivando assim, em sua mente, o desprezo ao trabalho produtivo.

É impossível restabelecer a Rússia sem o apoio do potencial industrial e intelectual altamente desenvolvido. Porém, hoje em dia, a destruição mais rápida se dá precisamente nas áreas em que estão concentradas as maiores conquistas da ciência e da técnica nacionais, e os especialistas mais habilitados e intelectualmente brilhantes. Cientistas, engenheiros, desenhistas e os melhores trabalhadores se vêem obrigados a fazer trabalho-extra em outras atividades, ou a trabalhar fora do país.

É impossível restabelecer a Rússia sem o apoio das forças espirituais e físicas do povo e sem interiorizar a continuidade histórica e a responsabilidade pelo futuro. Porém, hoje em dia, estão sendo destruídas a grande cultura e a melhor educação e saúde públicas do mundo. O respeito pelos mais velhos, que tiveram uma vida difícil, mas gloriosa, está se desarraigando; o mesmo acontece com o respeito às profundas tradições de patriotismo e de amizade entre os povos da Rússia, de conciliação, coletivismo e ajuda mútuos.

Sem dúvida, a Rússia é um país rico e poderá vegetar por mais tempo por conta das vendas generalizadas das suas riquezas materiais: petróleo, carvão, ouro, diamantes, e, daqui a pouco, até a terra em que se encontram essas riquezas. Porém é um caminho que priva o país do futuro, e um crime ante os nossos descendentes.

Como corrigir a situação?

Hoje em dia, nós, os comunistas, consideramos tarefa principal do país salvar, multiplicar e pôr a serviço da reconstrução da pátria seus recursos materiais e espirituais: o melhor da história milenar da Rússia e da prática mundial. E, como disse Kosmú Prutkov: "Busca as raízes!". (Kosmú Prutkov é o pseudônimo literário que utilizavam os poetas A. Tolstói e os irmãos Zhenchuznikov nas revistas *O contemporâneo*, *Iskra* (A centelha) e outras, nos anos 50 e 60 do século XIX. A imagem satírica de Kosmú Prutkov parodiava a letargia intelectual, a "lealdade" política e o epigonismo na literatura.)

A raiz política das nossas calamidades está no caráter antipopular e explorador do poder, em seu descontrole e irresponsabilidade perante o povo. Tal poder não pode ser forte, e é inevitável que degenere em arbitrariedade, anarquia ou ditadura. Por conseguinte, é necessário reorganizar o sistema político. O país necessita da Constituição de um genuíno poder do povo, quer dizer, dos soviets.

A raiz econômica de nossas calamidades está no fato de que agora, na Rússia, estão sendo destruídas todas as condições que inspiravam o homem ao trabalho honesto: "jogar por dinheiro", especular e intermediar é muito mais rentável do que produzir. Por conseguinte, é necessário mudar a política econômica, de maneira a dar prioridade ao produtor nacional, independentemente das formas de propriedade, e estimulá-lo a aumentar de produção.

A razão social das nossas calamidades está no menosprezo pelos direitos dos cidadãos ao

trabalho e ao descanso, a educação e assistência médica gratuitas, a moradia barata e a uma previdência social confiável. Por conseguinte, para reconstruir as forças espirituais do povo, fortalecer a saúde da nação e deter sua extinção é necessário restabelecer a garantia dos direitos sócio-econômicos do homem e ajustar um sistema para colocá-los em prática, que exclua o igualitarismo e o parasitismo.

A raiz espiritual e moral de nossas calamidades está na ofensiva em larga escala contra os seculares valores e ideais de espiritualidade e modo de vida nacionais, da "quinta coluna" tentando transformar a Rússia segundo modelos de além-mar, alheios a ela. Por conseguinte, é necessário suspender a introdução do vandalismo, do culto ao lucro, da violência e da libertinagem e do egoísmo e individualismo; e preservar das influências estrangeiras as culturas nacionais, as línguas dos povos da Rússia e suas doutrinas tradicionais.

A raiz das nossas calamidades na política externa está na submissão do nosso país aos interesses ocidentais, na desintegração forçada e ilegal da União Soviética e na perda dos aliados estratégicos. Por conseguinte, é necessária uma virada no rumo da política externa, para que passe a proteger os interesses nacionais e estatais da Rússia. Em primeiríssimo lugar, reconstruir o Estado Federal, proteger as nossas terras da entrada de lixo nuclear e mercantil, de dinheiro "sujo", enfermidades contagiosas e drogas.

Não tenhamos ilusões: enquanto se mantiver no país esse regime de autocracia presidencial, onde os órgãos legislativos e representativos careçam de direitos reais, será impossível cumprir plenamente o programa dos comunistas ou de outras forças de esquerda e patrióticas, mesmo que consigam a maioria parlamentar. *O êxito das eleições parlamentares dará frutos reais somente se for consolidado com a vitória nas eleições presidenciais.* Baseando-nos nessa situação, cumprimos o nosso programa em duas etapas. (...)

Após o triunfo de nosso candidato a Presidente

A princípio, nós, os comunistas, nos opomos à instituição do poder incontrolável de um Presidente, incongruente com a composição multinacional e estrutura federativa da Rússia; e defendemos a sua supressão. A presidentomania ressuscitou o regime dos boiardos (governo dos sete boiardos na Rússia, 1610, que entregou de fato o poder aos interventores poloneses. Foi aniquilado pelas Milícias de Minim e Pozarski em 1612). Esse regime está le-

vando o país à fúria pelo poder. Não obstante, as forças patrióticas usarão durante certo período de transição, as prerrogativas presidenciais para *superar as seqüelas do golpe de Estado; restabelecer no país a legalidade e o poder do povo; e solucionar rapidamente o rol de tarefas.*

Em consonância com a maioria da Duma de Estado (Parlamento), o novo Presidente formará um governo *de confiança popular*, chamado a aplicar as seguintes medidas prioritárias e inadiáveis:

- *Pôr em prática uma nova política econômica* reformando a política fiscal, de crédito e tarifária, adotando medidas emergentes de regulação estatal direta para estimular os produtores e as inversões na produção nacional, e suspender a saída de recursos financeiros e materiais para o exterior.
- *Nivelar os salários mínimos, aposentadorias, pensões e subsídios às condições mínimas de vida.* Apoiar urgentemente a família, a maternidade e a infância, os aposentados e inválidos. Compensar a população por suas economias, que foram convertidas pelo poder atual em papeizinhos sem valor. Acabar com o desemprego.
- *Esmagar implacavelmente o crime organizado* e o banditismo, tornar mais severas as medidas punitivas contra todos os que se dedicarem ao roubo, à corrupção e à dilapidação das riquezas naturais, materiais e espirituais do país.
- *Devolver ao povo o controle* sobre a gestão do aparato estatal, das empresas produtivas, independentemente da sua forma de propriedade, das estruturas comerciais, bancos e outras instituições financeiras e de crédito que utilizem as economias da população. Eliminar todos os subterfúgios para obter rendas não provenientes do trabalho.
- *Acabar com o saque da propriedade estatal e de todo o povo* a pretexto de privatizar. Abolir as operações de privatização que fogem à legislação federal e aos interesses do país e dos direitos dos trabalhadores. No Programa do PCFR está dito que a tarefa dos comunistas *não é eliminar os proprietários, mas sim converter todos os cidadãos em genuínos donos, coproprietários do patrimônio de todo o povo.* Isso é o que diferencia os comunistas dos pseudodemocratas, que, sob pretexto de emitir ações e privatizar, tiram tudo dos trabalhadores. Introduzir o monopólio estatal do comércio exterior das riquezas naturais e outros produtos de importância estratégica.

- *Aplicar medidas urgentes para proteger a independência tecnológica e alimentar, e a segurança ecológica do país.* Oferecer apoio estatal de emergência a produções de alta tecnologia e instituições científicas. Adotar um conjunto de medidas para proteger o meio ambiente e a principal riqueza natural, a terra, não admitindo sua venda nem depredação.

- *Apoiar todos os camponeses:* kolkhosianos (cooperativados) e granjeiros. Garantir paridade de preços às produções industrial e agrícola. Pôr em prática o programa de revitalização das comunidades rurais, preparado pela União Agrícola da Rússia.

Tudo isso possibilitará superar os efeitos destrutivos das “reformas”, estabilizar a situação e reorientar o país ao desenvolvimento econômico, social e espiritual sustentado.

Uma Rússia renascente se dirigirá aos governos e povos das repúblicas da União Soviética, ilegalmente desintegrada, propondo o restabelecimento voluntário do Estado Federal único.

O final desse período de transição se dará com a convocação da Assembléia Constituinte, que elaborará e submeterá à votação popular um projeto para uma nova Lei Fundamental da Rússia. De nossa parte, nós, os comunistas, nos comprometemos a *preparar e defender um projeto de Constituição que garanta o poder aos trabalhadores através dos soviets, de baixo para cima, desde o trabalho coletivo até o órgão legislativo supremo, que deve controlar o chefe de Estado e o Governo.*

Dessa forma, surgirá a possibilidade de pôr fim a um dos períodos mais trágicos da nossa história, sem guerra civil nem destruição contínua. A Rússia voltará à legalidade e devolverá o poder ao povo. *Somente o próprio povo terá direito de decidir seu destino.*

O que pretendemos, então?

Hoje todos prometem muito, mas nem todos podem cumprir suas promessas. Nós, sim, podemos. Para tanto, contamos com uma forte organização, a maior do país, e quadros qualificados. Possuímos uma enorme experiência política e a decisão de não permitir que se repitam as trágicas páginas da história: nem a transgressão da legalidade e nem as repressões.

Somos realistas. O PCFR não prometeu nenhum milagre, nem o país das mil maravilhas nas eleições anteriores, tampouco nas atuais. Hoje em dia, a economia está tão destruída que, em qualquer governo, teremos que “apertar os cintos” para restabelecê-la. A

questão está somente em saber quem é que teria que apertá-lo: o povo assolado ou os ruínas e ladrões? (...)

Estamos a favor de que progredam os que realmente proporcionam proveito e utilidade ao país. Nós vemos como nossa tarefa não “beneficiar” todo o mundo, mas sim ajudar o povo a sair desse lodaçal por seu próprio esforço, garantindo as condições necessárias para isso. São claras e simples:

- o poder será devolvido ao povo;
- será lucrativo produzir;
- o operário e o camponês terão a possibilidade de trabalhar honestamente, sendo remunerados conforme a quantidade e qualidade do seu trabalho;
- o professor, o médico, o engenheiro, o cientista, o artista, o escritor e o desportista voltarão a sentir-se necessários à sociedade;
- a mulher criará tranqüilamente seus filhos, certa de seu futuro;
- os estudantes de todos os graus terão ensino gratuito e descanso pleno;
- os talentos não ficarão sem apoio do Estado;
- o policial, o fiscal e o juiz defenderão o homem honesto, e a lei os protegerá;
- o soldado receberá todo o necessário e se dedicará aos seus afazeres de direito;
- o aposentado, o inválido e o doente terão previdência social;
- a previdência da sociedade, da família e do indivíduo e a liberdade de expressão e de atividade social serão garantidas;
- os refugiados terão casa e Pátria;
- o depositante enganado recuperará suas economias;
- o delinqüente será encarcerado;
- a Rússia não será o “sexto” dos “Sete Grandes”.

Nosso objetivo é a liberdade e a justiça. Ou seja, liberdade de receber pelo próprio trabalho tanto quanto se mereça realmente, sem o velho igualitarismo, e também sem a nova extorsão capitalista.

Se o poder estatal garante isso, as pessoas livres de um país livre farão todo o resto por si mesmas, sem sermões nem amarras.

E quem não trabalha não come. (...)

As próximas eleições parlamentares e presidenciais nos dão, talvez, a última oportunidade de mudar *pacificamente e por vias democráticas* o atual rumo político e socioeconômico que tem levado a nossa Pátria a uma terrível tragédia.

Convocamos todos a apoiarem a Plataforma Eleitoral do Partido Comunista da Federação Russa!

Ao apoiá-la, estaremos juntos advogando:

- **Pela paz e contra a guerra civil!**
- **Pelo trabalho honesto e contra os parasitas!**
- **Pelo poder ao povo, contra a máfia!**
- **Pela lei e pela ordem, contra a arbitrariedade e a violência!**
- **Pela amizade e fraternidade entre os povos, contra o ódio e a maldade!**
- **Pela verdade e a pureza, contra o engano e a libertinagem!**
- **Pela honra e a dignidade do Estado russo!**

Os líderes da nossa agremiação eleitoral são Guennadi Ziuganov, Svetlana Goriacheva e Aman Tulieiev.

Os nossos objetivos imediatos são o triunfo do poder ao povo, a unidade estatal da Rússia numa união renovada dos povos, a paz civil na sociedade, tranqüilidade e segurança em cada lar e bem-estar para cada família.

O nosso apelo é dirigido, acima de tudo, aos trabalhadores, que levam uma vida muito dura e amarga, atualmente.

A nossa mensagem vai também para aqueles que ingressaram no PCUS não por arrivismo e nem por privilégios, e que, como nós, foram traídos pelos “líderes”.

Em nosso Programa vocês acharão muitas das razões por que sofrem em noites de inquietação, e sem as quais não pode haver sossego nas mansões mais luxuosas.

A nossa exortação é de pessoa a pessoa, de casa em casa, de cara a cara. É explicar, transmitir, chamar, escrever, convencer o familiar, o companheiro, o vizinho.

Os nossos aliados são todos aqueles que amam a Grande Rússia, os que vivem o orgulho por sua história e cultura e a quem o coração se oprime de dor ao ver os sofrimentos e a zombaria insólitos contra a memória de muitas gerações de russos e soviéticos.

A nossa esperança está na sensatez e na consciência do nosso grande povo, na união dos trabalhadores, na firmeza do combatente e na honra do patriota.

A nossa causa é justa!

A nossa palavra de ordem é: Rússia, Trabalho, Poder ao Povo, Socialismo!

Terceira Conferência Pan-Russa do Partido Comunista da Federação Russa, realizada em Moscou em 26 de agosto de 1995.

Trabalhemos juntos por um mundo melhor

JIANG ZEMIN

Este é o texto integral do discurso proferido por Jiang Zemin, Presidente da República Popular da China, em 24 de outubro de 1995, na reunião comemorativa do 50º aniversário da ONU

“E m poucos anos, a humanidade dirá adeus ao século XX, um período saturado de vicissitudes, e entrará no século XXI, um século cheio de promessas. Nesta virada de século, é de extrema importância que estejamos reunidos aqui, países de todos os rincões do mundo, para comemorar o 50º aniversário da ONU, a organização intergovernamental mais representativa e autorizada do nosso tempo. Podemos aproveitar esta oportunidade para rever o passado e considerar o futuro a partir de um plano superior, e compartilhar nossos pontos de vista sobre como realizar os elevados objetivos da ONU.

Há 50 anos, quando a Guerra Mundial contra o fascismo terminou vitoriosa, nasceu a ONU. Esse foi um grande evento na história das relações internacionais. As duas grandes guerras por que passou o mundo, em um curto período de 30 anos da primeira metade deste século, deixaram à humanidade não somente as conseqüências da mortandade e da destruição sem precedentes, mas também dolorosas e profundas lições. A formulação da Carta das Nações Unidas e a fundação da organização responderam às necessidades do momento, refletiram o forte desejo das pessoas de eliminar o látigo da guerra e manifestaram o sonho da humanidade por um novo mundo de paz, igualdade, cooperação e prosperidade.

Nos cinquenta anos que se passaram desde a 2ª Guerra Mundial, nosso mundo sofreu extraordinárias mudanças, radicais e inspiradoras em alguns momentos, e tormentosas e preocupantes em outros.

Os povos dos vários países que experimentaram um despertar sem precedentes pelo batismo de guerra demandaram o controle de seus próprios destinos. A luta pela libertação nacional e pelo progresso social se espalhou como fogo na mata. Milhões de pessoas romperam as cadeias do colonialismo e mais de cem países obtiveram sua independência nacional. Os países em desenvolvimento entraram em grande número para o cenário da política inter-

nacional e têm um importante papel nos assuntos mundiais, que deve ser reconhecido. Graças à rápida expansão das forças produtivas e ao avanço da ciência e da tecnologia, a economia mundial alcançou um grau sem precedentes em nível e desenvolvimento. As forças que buscam a conservação da paz e o fim das guerras têm aumentado constantemente. Com a paz que já dura meio século, a sociedade humana alcançou enorme progresso.

Sem dúvida, o período posterior à Guerra Mundial não foi um tempo de harmonia e tranquilidade. O confronto da guerra fria entre Leste e Oeste, as agudização das contradições entre Norte e Sul, o incessante surgimento de conflitos regionais e a persistente escalada da corrida nuclear fez com que os habitantes deste planeta vivessem atemorizados e inseguros sob as sombras das armas nucleares. Com o fim da guerra fria, a situação internacional se moveu em conjunto para uma distensão. Porém a hegemonia e a política de forças seguem presentes, e os conflitos armados e as guerras locais por territórios, problemas étnicos, questões religiosas e recursos naturais surgem um após outro. A ordem política e econômica internacional injusta e irracional não mudou, e centenas de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento ainda estão afundadas em pobreza. A sobrevivência e o desenvolvimento da humanidade seguem enfrentando uma série de formidáveis desafios.

A ONU, como um espelho, reflete as mudanças do panorama internacional. Com a passagem de uma situação a outra, dentro do cenário mundial, as Nações Unidas também seguiram um caminho acidentado e tortuoso.

Apoiando-se nos esforços de seus membros, as Nações Unidas têm feito muitos trabalhos úteis e têm contribuído positivamente para mitigar os conflitos regionais, erradicar o colonialismo, facilitar a redução dos arsenais de guerra e promover a paz, a cooperação e o desenvolvimento do mundo. O intenso debate entre os membros sobre os infor-

mes do Secretário-Geral intitulados *Uma agenda para a paz e Uma agenda para o desenvolvimento* indica o desejo geral de todos os países de poder contar com uma ONU mais dinâmica e eficaz na promoção da elevada causa da paz e o desenvolvimento.

Dados o seu papel e a sua influência no mundo atual, as Nações Unidas não podem ser substituídas por nenhuma outra organização internacional ou bloco de países. Sem dúvida, as Nações Unidas também têm suas falhas e fracassos. Certas grandes potências tenderam a usar a organização como cobertura para defender seus interesses políticos particulares. E suas rivalidades com frequência deixam a ONU no limbo. Além disso, a vontade de um grande número de países em desenvolvimento e seus direitos e interesses não têm sido propriamente respeitados nas Nações Unidas, durante muito tempo. Essa, certamente, não é uma situação satisfatória.

O mundo em mutação nos ensina que o povo faz história e a impulsiona sempre para a frente



Confúcio, o filósofo da antiga China, disse: "Aos quarenta anos de idade eu não tinha mais dúvidas, e aos cinquenta compreendi a vontade dos céus." Um homem com décadas de vida pode entender melhor as mudanças das coisas e pode ser mais firme no seu propósito de alcançar suas aspirações e ideais. No 50º aniversário da ONU, é natural que as pessoas tenham muitas esperanças de que essa organização observe os propósitos e princípios de sua Carta de Fundação, escute os chamados dos povos de todos os países, mantenha-se à altura dos tempos e saúde o novo século de uma maneira diferente.

O que o mundo em mutação nos ensina hoje é que o povo faz a história e a impulsiona para frente. À medida que a história avança como uma corrente irrefreável, a sociedade humana progride com força irresistível. Qualquer país que prefira usar a força e busque hegemonia e expansão por meio de seu poder está condenado ao fracasso. Aqueles que fabricam desculpas para violar a soberania de outros países e interferir em seus assuntos internos provarão, ao final, o fruto amargo de suas próprias ações. Ignorar deliberadamente a colorida e diversa realidade do mundo e praticar atos hegemônicos como a imposição do próprio sistema social, o modo de desenvolvimento e os valores particulares a outros, e a ameaça arbitrária por meio de isolamentos e sanções, inicialmente só pode causar danos aos países visados, porém, no final, também trará danos a quem desenvolver tal política. Basear a própria prosperidade na contínua miséria e atraso de outros, sob a injusta e irracional ordem econômica internacional, é impopular; e a pretensão de monopolizar os assuntos mundiais, controlando, ao mesmo tempo, o destino de outras nações, não chegará a parte alguma. Ao final, qualquer ato anacrônico e que vá contra os interesses fundamentais dos



Jiang Zemin

povos de todo o mundo encontrará, inevitavelmente, resistência e oposição.

Nossa experiência e as lições de meio século, os propósitos e princípios da carta da ONU e o tema historicamente decisivo da paz e do desenvolvimento nos impõem graves e urgentes tarefas.



Devemos manter um meio internacional seguro, pacífico, estável e de respeito à soberania das nações

Devemos criar um meio ambiente internacional seguro e confiável, de paz e estabilidade. A paz é a necessidade básica de todos os povos. Sem a paz não se pode falar em desenvolvimento. As disputas entre os Estados devem ser resolvidas por meio de negociações pacíficas e consultas, em vez de apelar-se ao uso e à ameaça de uso da força. As operações de manutenção da paz da ONU devem realizar-se observando-se estritamente as provisões relevantes de sua Carta, e não devem converter-se em uma intervenção camuflada nos assuntos internos dos Estados-membros. Todavia, menos ainda é desejável que essas forças de manutenção pela paz se vejam envolvidas no conflito como uma parte do mesmo. Além disso, as Nações Unidas devem juntar-se em seus recursos ao realizar operações da manutenção pela paz. Há que se juntar esforços para conseguir a completa proibição e cabal destruição das armas nucleares, bem como de outras armas de destruição em massa, a redução dos grandes arsenais que um pequeno

número de países possui e o controle e a eliminação de vários fatores que podem conduzir à guerra, com o intuito de salvaguardar a segurança de todos os países e regiões do mundo.

Devemos manter as normas que governam as relações internacionais sob os princípios de igualdade dos Estados soberanos e de não-interferência de um país em assuntos internos de outro. Esses princípios, definidos há cinquenta anos por seus fundadores, na Carta da ONU, revestem-se, atualmente, de maior vitalidade e significado reais. Todos os Estados soberanos, grandes ou pequenos, fortes ou fracos, ricos ou pobres, são igualmente membros da comunidade internacional. Todos os países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, têm direito de participar dos assuntos internacionais em pé de igualdade. Os princípios de mútuo respeito à soberania e à integridade territorial, de não-agressão, de não-interferência em assuntos internos de outros países, de igualdade e mútuo benefício e de coexistência pacífica devem servir como normas para que todas as nações os observem em suas inter-relações. A inviolabilidade da soberania dos Estados nega a todos os países qualquer privilégio para intervir nos assuntos internos de outros países ou para impor-lhes sua vontade. Algumas grandes potências, muitas vezes sob o disfarce de promover a "liberdade", a "democracia", e os "direitos humanos", violam a soberania de outros países, intervêm em seus assuntos internos e assim minam sua unidade nacional e harmonia étnica. No mundo de hoje, este é um dos principais motivos de intranquilidade. É tempo de escrevermos um novo capítulo nos anais das relações internacionais, eliminando por completo da face da terra fenômenos como os abusos cometidos pelos países grandes contra os pequenos, a dominação dos países fracos pelos fortes e a opressão dos países pobres pelos ricos.

Complementaridade e benefícios mútuos devem reger as relações econômicas no mundo



Devemos estabelecer um novo tipo de relações econômicas internacionais caracterizadas por mútuos benefícios, complementaridade e desenvolvimento comum. À medida que os países se unem cada vez mais aos outros em suas relações econômicas, suas interdependência e mútua complementaridade com vantagens comparativas se fazem mais e mais claras. Nenhum país pode permitir-se estar alijado da comunidade internacional, ou isolar-se do mercado mundial. A internacionalização da vida econômica requer que todos os países realizem amplos intercâmbios e cooperem entre si nos terrenos da economia, da ciência e tecnologia, das finanças, do comércio etc., aplicando uma política de abertura e descartando o protecionismo e as políticas comerciais discriminatórias. O domínio colonial prolongado e a injusta e irracional ordem econômica internacional causaram a miséria e o atraso em muitos países do

Terceiro Mundo. A luta para se acabar com a pobreza é a meta mais importante para o mundo de hoje. Os países desenvolvidos devem ajudar os países em desenvolvimento dando-lhes capital; reduzindo ou perdendo suas dívidas; transferindo tecnologia e realizando intercâmbios comerciais em termos eqüitativos, visando ajudá-los a revitalizar suas economias e melhorar as condições de vida do povo. Isso também corresponde aos interesses de longo prazo dos países desenvolvidos. A conquista de crescimento econômico comum e de prosperidade de todos os países são as metas às quais toda a humanidade deveria se dedicar.



A sobrevivência humana e o bem-estar requerem harmonia e vontade para vencer as diferenças

Devemos criar uma situação de harmonia internacional que permita a cada país decidir seu futuro independentemente, e devemos buscar os terrenos comuns deixando de lado as diferenças. Neste nosso mundo existem duzentos países diferentes entre si em termos de sistema social, valores, nível de desenvolvimento, história, religião e cultura. Cabe à soberania de cada nação decidir, considerando suas condições nacionais e a vontade popular, que sistema social terá e que caminho escolherá para seu desenvolvimento. Ninguém tem o direito de intervir nessa decisão. Cada país e cada povo possuem características especiais e pontos fortes. Somente através do respeito mútuo, buscando terrenos comuns, arquivando as diferenças, praticando a coexistência amistosa e complementando-se mutuamente pode-se conseguir transformar o mundo num jardim colorido onde cem flores concorram em beleza. Sem diversidade, o mundo não poderia existir tal como o conhecemos. Sem diversidade, não existiriam tampouco as Nações Unidas. Quem se negar a reconhecer e respeitar a diversidade do mundo e tentar impor a uniformidade seguramente se chocará contra um muro de pedras.

Devemos unir as nossas mãos para encarar os desafios de sobrevivência e de desenvolvimento humanos. Todos nós compartilhamos do mesmo planeta. Problemas como a degradação ecológica, a miséria e o desemprego, a explosão populacional, o aparecimento de enfermidades epidêmicas, a extensão do abuso de drogas e dos crimes transfronteiriços e a falta de proteção dos direitos da mulher e da criança são temas de alcance global que têm a ver com a sobrevivência e com o desenvolvimento da humanidade. Os países desenvolvidos, que se modernizaram e se industrializaram às custas da degradação ambiental, e por isso, muito devem ao mundo, deveriam dar uma contribuição bem maior à proteção do ambiente. A solução gradual desses assuntos globais requer tanto esforços em nível nacional quanto uma coordenação e uma cooperação estreita entre os países.

Consideramos que os pontos acima mencionados devem ser incorporados à nova ordem político-econômica in-

ternacional. Os povos de todo o mundo desejam seu estabelecimento. As Nações Unidas podem cumprir seu importante e único papel nesse aspecto. Pode-se dizer que a materialização de tal ordem político-econômica internacional é a característica principal do mundo melhor que vamos construir juntos.

A China é integrante da comunidade internacional. Não pode manter-se separada do resto do mundo porque a sua reforma e os seus processos de abertura e modernização demandam um ambiente internacional de paz duradoura e fortes relações de amizade e cooperação com outros países. O mundo, por sua vez, necessita da China, já que um mundo pacífico e próspero requer uma China estável e próspera.

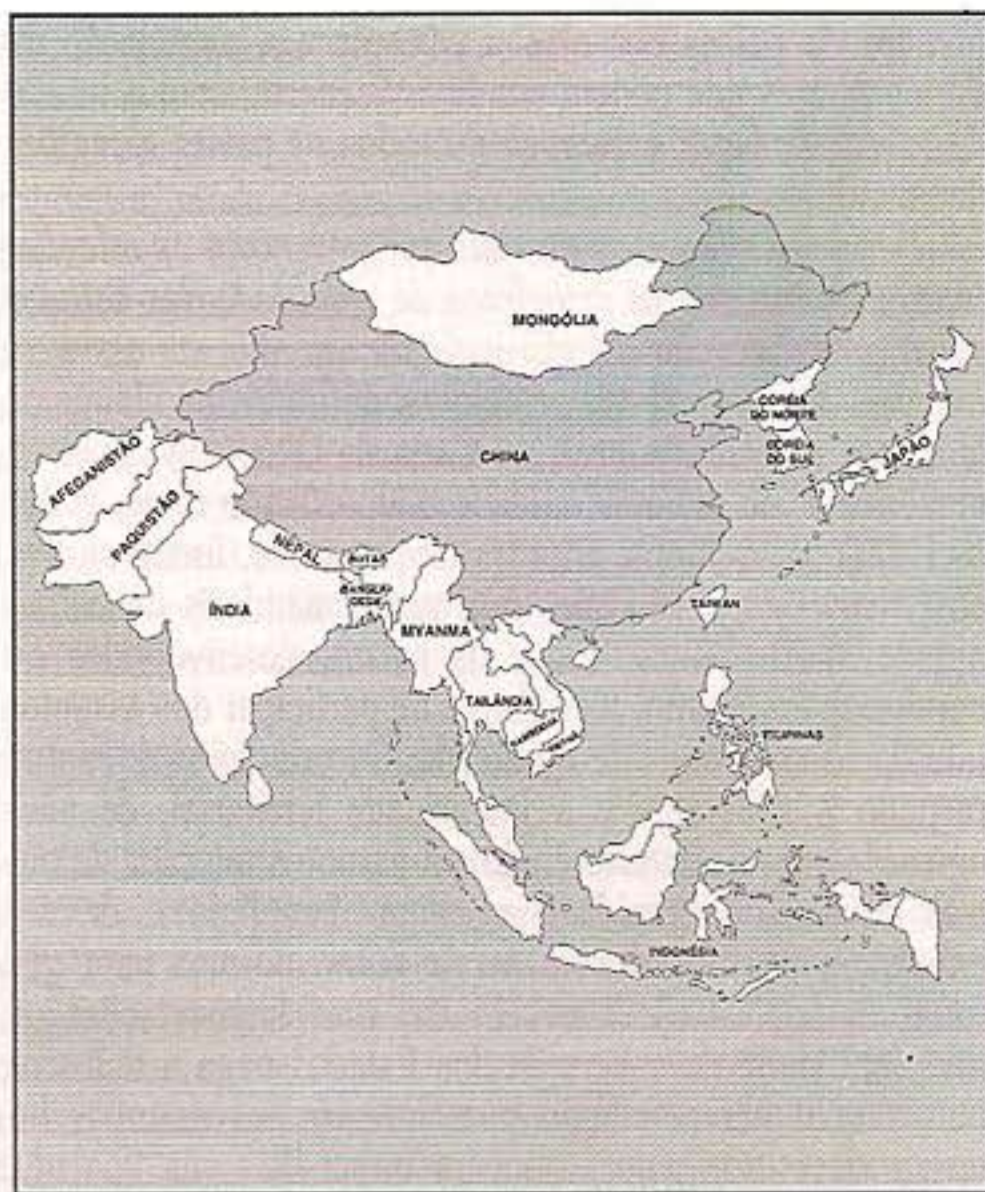
A China é um país com uma população numerosa e uma longa história. É a terra de uma esplêndida e antiga civilização, e uma grande contribuinte para o progresso humano. A partir de meados do século XIX, a China foi reduzida a uma sociedade semicolonial e semifeudal cada vez mais pobre e mais atrasada. O povo chinês lutou incessantemente por longo tempo para defender a sua independência, a sua soberania e a sua unidade nacional, e para realizar seu rejuvenescimento, que culminou com a fundação da República Popular da China em 1949.

**Unamos nossas mãos
para receber o
novo século com um
mundo justo
e melhor para todos**



Agora, o povo chinês avança com passos decididos rumo ao socialismo com peculiaridades chinesas, concentrando suas energias no desenvolvimento econômico e na melhoria de suas condições de vida. O povo chinês ama a paz, deseja o desenvolvimento e quer cultivar relações de amizade e cooperação com os povos de todos os países do mundo, mantendo invariavelmente uma política exterior independente e pacífica. Inclusive quando a China se fizer mais forte e desenvolvida, não buscará a hegemonia nem será ameaça para outros. Pelo contrário, a China é uma importante força para a manutenção da paz e da estabilidade mundiais e fará contribuições ainda maiores à humanidade. Se a China, país que possui a quarta parte da população mundial, se mantiver subdesenvolvida e pobre durante muito tempo, isso terá sérias conseqüências para a paz e a estabilidade na região Ásia-Pacífico e no mundo em geral.

Somente existe uma China em todo o mundo. Taiwan é uma parte inalienável do território chinês. O Governo da República Popular da China é o único governo legítimo e o único representante da China nas Nações Unidas. A reunificação pacífica da pátria é a vontade indestrutível e a decisão de todo o povo chinês, incluindo os compatriotas de Taiwan, e essa é uma corrente irresistível da história. Com uma tradição patriótica que remonta há milhares de anos, o povo chinês possui a capacidade, os recursos e a



confiança para superar todas as interferências e para tornar realidade a sua reunificação nacional.

Como país promotor da “Conferência Internacional sobre a Organização Internacional de São Francisco” e como uma das quatro nações integrantes do Presidium, a China deu uma importante contribuição ao surgimento das Nações Unidas. Como fundadora desta organização internacional e membro permanente do Conselho de Segurança, a China sempre respeitou os propósitos e princípios da Carta e conscientemente cumpriu com suas responsabilidades e obrigações internacionais. A China deseja ver mais vezes em jogo o papel positivo das Nações Unidas nos assuntos internacionais. Pensamos que a ONU deve adotar as reformas necessárias e apropriadas, com base em sérias deliberações e discussões, num espírito de equidade e justiça, racionalidade e consulta plena. Essa reforma deve conduzir à realização dos propósitos e princípios da Carta da ONU, para realizar as pesadas tarefas confiadas às Nações Unidas por nossa época, para refletir o princípio de distribuição geográfica equilibrada e para fortalecer a posição e o papel dos países do Terceiro Mundo na organização internacional.

Os dirigentes políticos da nossa geração carregam sobre seus ombros a missão histórica de levar adiante a causa da paz mundial, do desenvolvimento e do progresso face ao futuro. A história é, ao mesmo tempo, justa e impiedosa. Não devemos fraudar as grandes expectativas dos povos de todo o mundo. Unamos nossas mãos e trabalhemos juntos para receber o novo século com um mundo ainda melhor!”

JIANG ZEMIN é Presidente da República Popular da China.

Um olhar sobre a Amazônia

Entrevista com

PEDRO MARTINELLI

*O fotógrafo olha de forma atenciosa
o ser humano que vive na Amazônia e critica
a "floresta" que a mídia mostra*

Pedro Martinelli é fundamentalmente fotojornalista. Foi assim que começou há quase trinta anos. Trabalhou nos principais jornais e revistas do Brasil, como O Globo, Veja, Placar, mas não se limitou a fotografar notícias. Em sua carreira fez trabalhos para várias revistas especializadas. Nunca esqueceu, porém, sua base jornalística. Agora, com toda essa bagagem, Pedro resolve correr atrás do seu sonho: fotografar o homem da Amazônia – o caboclo, mistura do índio com o colonizador, que há mais de quatrocentos anos habita a região e é, na verdade, uma das raízes do povo brasileiro.

Pedro de Oliveira e Simonetta Persechetti

PRINCÍPIOS – *Depois de onze anos dirigindo o Estúdio Abril (pertencente à Editora Abril), como você teve a idéia desse trabalho sobre a Amazônia?*

PEDRO – Essa idéia nasceu antes de começar a trabalhar no Estúdio. Aprendi a enxergar a Amazônia quando morei lá com os irmãos Villas Boas, em 1970. Trabalhava para o jornal *O Globo*, e fui enviado para acompanhar o contato com os índios gigantes. Lá comecei a entender a Amazônia. Depois fui trabalhar na *Veja* e fiz várias matérias na região mas, na verdade, me sentia um predador. Estava predando a informação. Você ia lá, passava uma semaninha para fazer um especial. Quatro fotógrafos eram enviados: um para Rondônia, outro para Mato Grosso e outro para o Acre, voltando uma semana depois com o material. Aquilo me deixava magoado. Sentia que havia muita história para ser contada. Por isso, de dez anos para cá, comecei a comprar tudo o que saía sobre a Amazônia. Percebi que a idéia que as pessoas têm da região é totalmente irreal e absurda. É uma Amazônia de fauna, flora e índios. São livros lindos, poéticos e românticos, com fotos aéreas que mostram o rio, a exuberância da floresta, o jacaré de boca aberta, o macaquinho, o tucano e o índio na festa de Quarup (cerimônia indígena tradicional). Mas ninguém se preocupou em contar a história do indivíduo que habita essas margens dos rio; quem é esse caboclo, como ele vive, qual sua

história. Então, ao longo desses onze anos em que dirigi o Estúdio, fui montando meu projeto, pesquisando, lendo vários autores. Nesse tempo cheguei aqui o Jacques Cousteau, fiquei animado, pensando que fosse dar uma contribuição diferente. Que nada! Ele chegou aqui, mergulhou e disse que o boto era cor-de-rosa. O que é mentira. Ele é cinza ou branco, a luz que incide nele dentro d'água é que te dá essa impressão. Enfim, mais uma história exótica, turística. Percebi que havia então a brecha desse homem que nós acabamos atropelando, o caboclo amazônico, e resolvi trabalhar no resgate dessa história, e por isso fui para lá.

PRINCÍPIOS – *Você está lá há quanto tempo?*

PEDRO – Um ano. Mas calculo que vou ficar lá uns cinco anos, até porque não acredito que alguém possa fazer alguma coisa razoavelmente séria sobre a Amazônia em menos tempo. Aliás, isso nós fizemos a vida inteira, como jornalistas. Vamos lá, pegamos o "micro" do nada e inventamos uma história, como faz a televisão. Chega a equipe, filma tudo num dia, vai embora e dá sua opinião. É isso que não quero fazer. Primeiro, é preciso entender. Depois, conviver. Só então você fala. Resumindo, pretendo melhorar a qualidade de informação sobre a Amazônia, para que as pessoas tenham um melhor entendimento do que acontece por lá. O esforço e a dignidade de um homem que faz as coisas com as mãos, nas condições mais terríveis do mundo. Essa história visual é que precisa ser contada. O que existe até agora é um monte de palpites engratados, sentados em seus escritórios, falando sem nunca ter passado mais de dois dias na região. Quando estão lá, saem em lanchas maravilhosas com ar-condicionado, e vão emitindo opinião. Vêem derrubada e acham que estão destruindo a Amazônia. Vêem o peixe-boi sendo morto e dizem que está em extinção. Um monte de besteira. Você precisa ver as coisas dos dois lados, precisa conviver, entender o problema. Precisa saber por que o caboclo mata o peixe-boi. Com certeza é porque tem alguém interessado que vai lá e estimula a matança. Nesse contexto, a fotografia tem um papel importantíssimo. Não tem conversa. Ela não é papel que aceita qualquer coisa, está lá. Eu sou

fotojornalista, fotógrafo documental. Não me interessa se isso é correto ou não, é ecológico ou não. Estou fazendo uma documentação importante. Quero que as escolas, as universidades possam entender melhor como é a Amazônia, sem ficar dando muito palpite, porque palpite errado atrapalha. O que eu gostaria que as pessoas entendessem é que não adianta você – de São Paulo, Nova York ou Paris – tentar preservar a Amazônia. Você tem que preservar o caboclo. Se você preservá-lo, ele vai saber preservar a Amazônia, ele sabe como fazer isso, cortar a madeira na hora certa, não fazer derrubadas, matar só o peixe que ele precisa comer.

PRINCÍPIOS – *Quais as histórias que você já fez?*

PEDRO – Fiz uma história legal, a da juta. Fui documentar porque fecharam muitas fábricas por falta de estímulo, por falta de incentivo. Para você ter uma idéia, o sujeito que planta a juta ganha R\$ 0,35 por quilo. O que é um desastre. Você não imagina o que é plantar juta debaixo d'água, com jacaré, sucuri e acidentes de monte. Essa juta é vendida em Manaus para a indústria por R\$ 1,00. Então, por que o caboclo vai se matar plantando juta?

Na Amazônia tem gente que estimula a depredação trocando produtos por tartaruga e pirarucu



Fotografei a pessoa que mergulha para pegar a juta. O processo é o seguinte: eles plantam a juta na várzea. Depois da colheita, a juta tem que ficar oito dias de molho debaixo d'água, para amolecer a fibra. Oito dias depois, o rio já subiu um metro. Então ela precisa mergulhar, pegar o feixe e trazer para cima. Aí senta em cima da canoa, um pau flutuante, e começa a lavar o caule e tirar a casca. Depois, vai para casa e põe no varal para secar. Ela tem que estar bem seca, porque senão altera o peso, e o comprador sabe se ela está seca ou não. Em seguida, ela chega na indústria, uma indústria que está em extinção porque o Brasil importa juta do Paquistão para poder manter as fábricas em Manaus. Agora, enquanto estiverem pagando trinta e cinco centavos o quilo para o caboclo, ele vai preferir ficar com o arpão e pescar um peixe que vai vender a R\$ 0,70, ou então viver da extração da castanha, ou até mesmo da pesca da tartaruga, do pirarucu. Porque tem gente na Amazônia cuja função é lotar um barco com açúcar, café e fumo e ir de casa em casa dos ribeirinhos, em troca de tartaruga, pirarucu salgado. São atravessadores, especuladores que ganham em cima disso. São esses caras que estimulam a depredação. É aí que tem que se fazer o controle. Tem que controlar os barcos que chegam em Manaus e em Belém. É lá que está a tartaruga. Porque se não tiver gente que compre a tartaruga, o caboclo não vai matar. Vai matar para comer, para sobrevivência. Nas fotos que fiz agora, documentei um fechadinho que se chama *curral*, é a geladeira do caboclo. Tinha seis tartarugas no seco e cinco na água. É como um galinheiro. Você precisa, vai lá e mata e come a tartaruga. Os peixes ficam dentro da canoa

com água, como se fosse um aquário. Ele mata o que precisa para comer. Mas se chega uma pessoa e oferece R\$ 3,00 por tartaruga, ele começa a pegar mais e a matar mais. Não tem sábado ou domingo em Manaus que você não receba um convite para ir comer tartaruga. Três ou quatro festas por dia, e todas com tartaruga. É a mesma coisa com a madeira. Por que você vai encher o saco do cara que está derrubando madeira? Pega a nota fiscal e vê quem está comprando essa madeira. Se não tiver comprador, ninguém vai derrubar a troco de nada. Se estão derrubando é porque tem alguém por trás disso. Vai ver a quantidade de navios que saem daqui cheios de toras para o Japão.

PRINCÍPIOS – *Já que você falou de madeira, como é a história do pau-rosa?*

PEDRO – É a mesma história da juta. Desde a derrubada das árvores, do caboclo que carrega nas costas as toras de duzentos quilos, seu esforço, comendo macaco no meio do mato, até chegar à usina que mói a madeira. Depois repete esse processo, passo a passo, tudo isso para fazer o famoso *Channel n° 5*. Aliás, todos os perfumes amadeirados usam o pau-rosa. Agora inventaram o sintético, porque o pau-rosa está em extinção. Mas é insubstituível. Todos os grandes perfumistas franceses e japoneses querem o pau-rosa brasileiro.

Para você ter uma idéia, o caboclo ganha um salário por mês e gasta tudo em pinga. O patrão desconta tudo dele: fumo, calção, pilha de rádio, tudo. O caboclo fica três meses no mato e uma semana na cidade. Nessa semana, ele fica o tempo todo bêbado, vinte e quatro horas ligado, gasta tudo em pinga e cerveja. Aí chega para o patrão e pede para voltar para o mato, porque sabe que não vai beber, porque lá a bebida não chega, ele escova os dentes três vezes por dia, penteia o cabelo, enfim, fica saudável. Aí chega o intermediário que compra o pau-rosa por R\$ 15,00 o litro e vende por R\$ 35,00. A essência chega em Paris a R\$ 80,00 o litro.



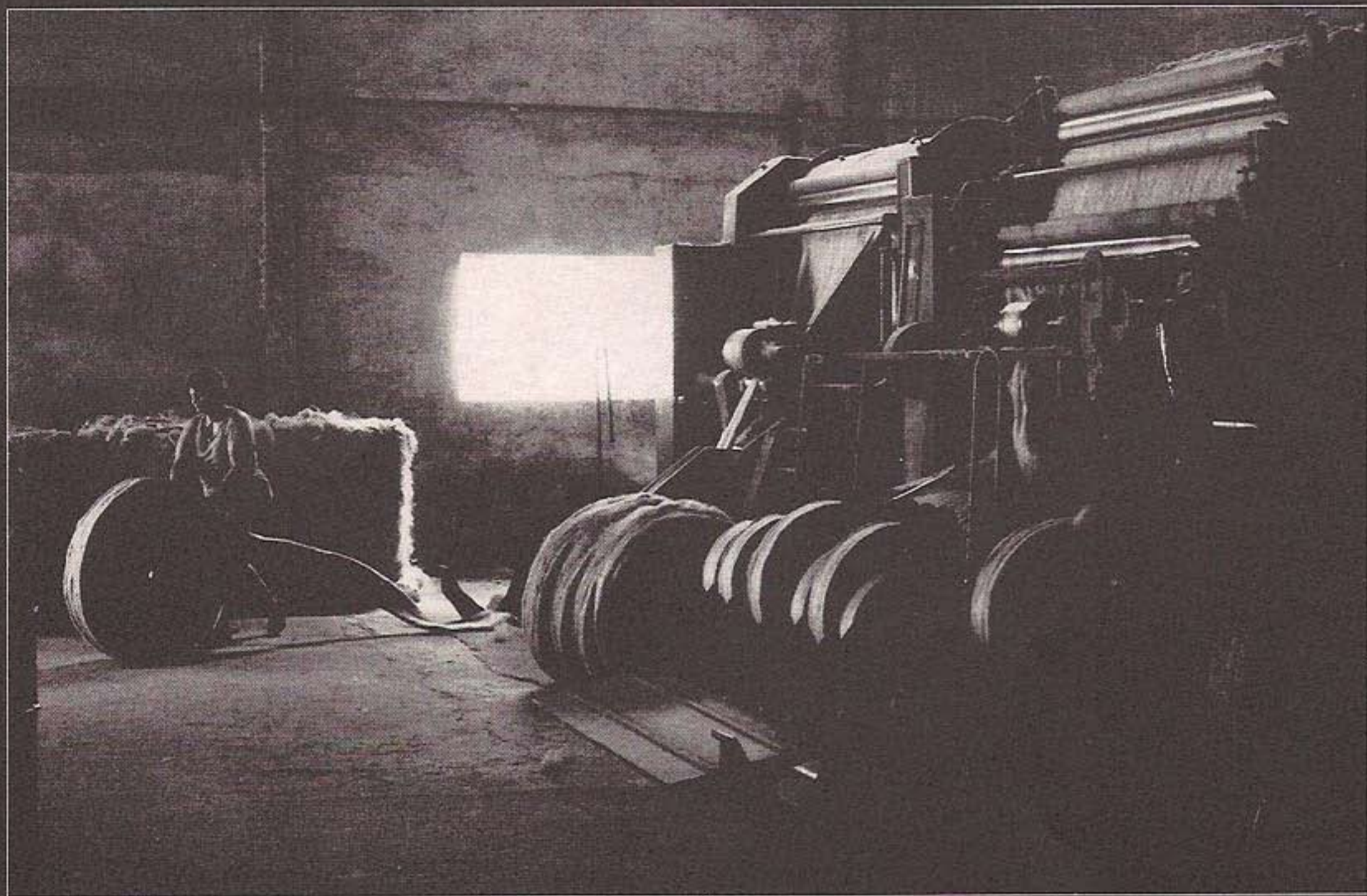
Em fazendas sem cercas, caboclos que vão pegar castanha são mortos para assustar os demais

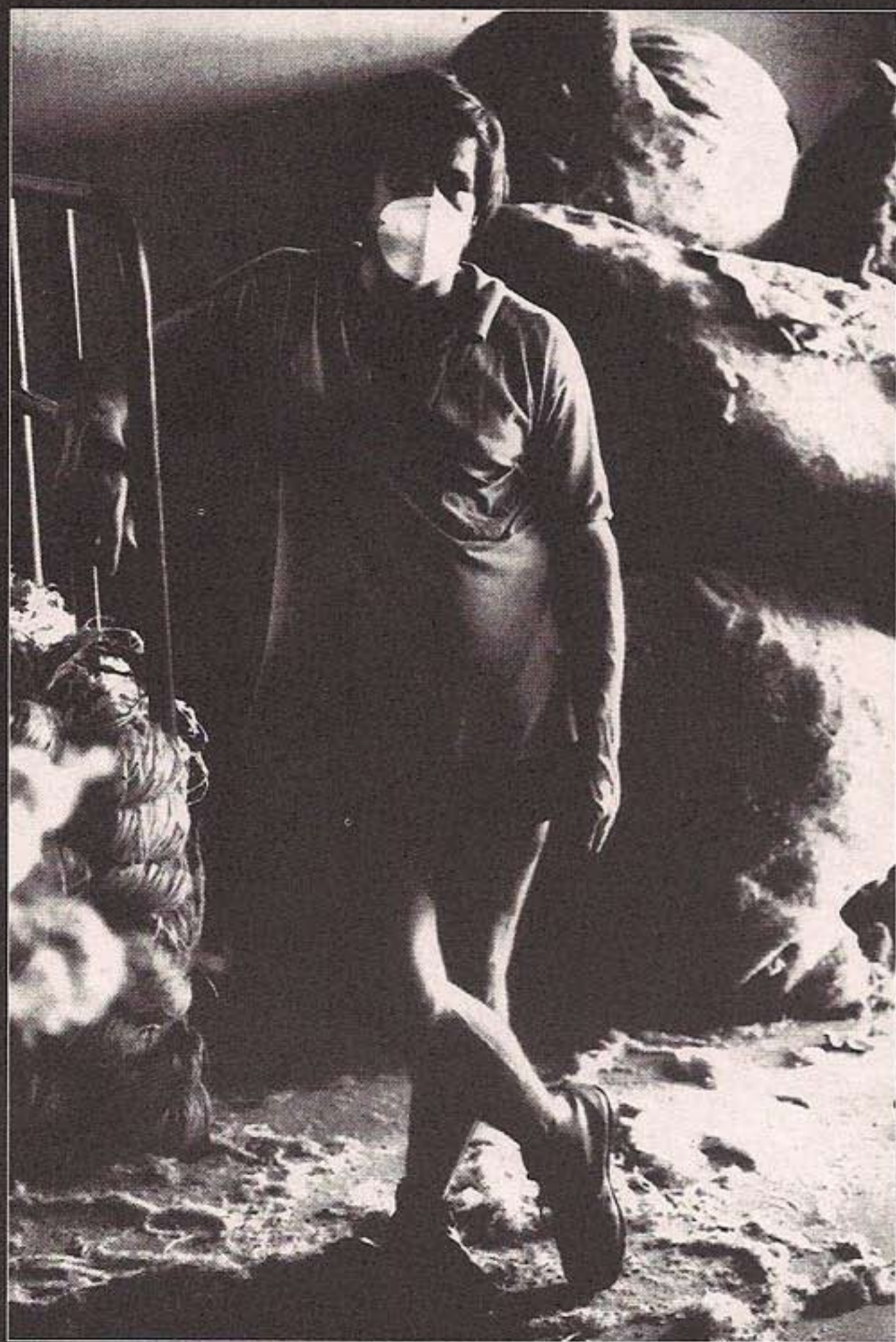
Agora vou atrás do peixinho ornamental. Você já viu alguma matéria dizendo que o Brasil é o maior exportador de peixinho ornamental? Quero contar como é a vida desse pescador. Onde ele dorme, suas dificuldades do trabalho. Eles pescam com uma lanterna que ligam em uma bateria, tomam choques perigosos porque colocam a lanterna dentro da água para atrair os peixes, que são apanhados com uma redinha. E esses peixes vão para o Japão. É assim que estou trabalhando. Vou fazer essas histórias também com a borracha e a castanha. Aliás, a coleta da castanha é um grande problema. Lá existem fazendas enormes, mas não existem cercas, então os caboclos chegam lá para pegar castanhas e encontram jagunços que matam dois ou três para assustar todo mundo. Agora estou atrás de imagens

continua na p. 45

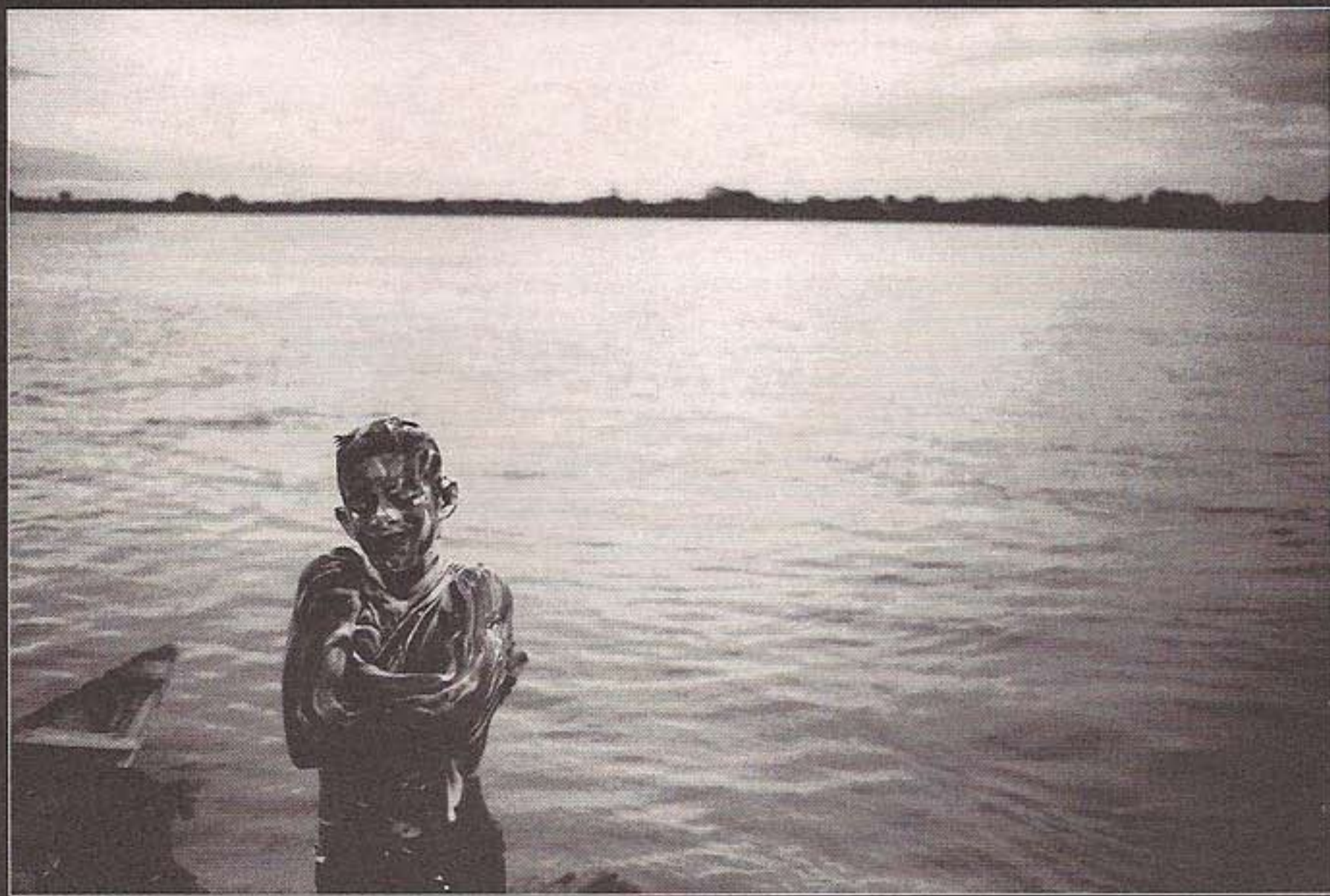
Principios

O HOMEM DA AMAZÔNIA









que ninguém fez ainda, as fotos da seca da Amazônia. Isso nenhum turista viu.

PRINCÍPIOS – *Nesse trabalho sobre a Amazônia você deve ter tido uma preocupação estética diferente para conceber as imagens. Como é isso?*

PEDRO – Sem dúvida. Pesquisei todos esses livros sobre a Amazônia, que chamaria de livros turísticos, para dar de presente de Natal. Livro bonito para a gente ter em casa na mesa de centro e dizer aos amigos: “Olha como a Amazônia é bonita”. Não fui lá para fazer isso, mas para fazer a minha história, que é a história do caboclo, que, visualmente, já é inédita. Resolvi fazer o trabalho em preto e branco para dar um tom ao mesmo tempo poético e dramático. Entrei na Amazônia com dois objetivos: primeiro, pessoal – conhecer o ponto de vista dessas pessoas pelas quais tenho a maior admiração, uma admiração profunda pelo homem que vive lá, o trabalhador da Amazônia. Você precisa ter humildade para encostar no cara, ouvir, compreender. Essa é a minha ótica. Nós atropelamos a história do caboclo. Para o bando de cá, que está muito mais ligado em Miami e Disneyworld, o caboclo não existe na Amazônia. É só fauna, flora e índio. Mas o caboclo vive lá há mais de 400 anos. É o produto do colonizador que chegou aqui e transou com a índia, e nasceu o caboclinho. É a história do Brasil. Tá lá no livro do Darcy Ribeiro (*O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*). Para mim isso é fantástico. Você lê o livro e vê o caboclo na tua frente. O Darcy é um gênio, ele ficou lá pouco tempo, mas compreendeu tudo e está contando de onde nós saímos. Isso para a criança, para o jovem, é bárbaro.

É isso que quero contar. Eu acredito nisso. Não adiantaria nada eu querer mostrar algo em que não acredito. Meu trabalho é documental, e gostaria que servisse para que os jovens, nas escolas, nas universidades, entendessem a Amazônia. A fotografia nasceu para isso. Além de ser uma forma de expressão, é um documento. Não tem contestação. Quando você fotografa um cara cortando uma árvore, ele está cortando uma árvore; quando está tomando banho, ele está tomando banho. Só quero fotografar o lado digno desse homem. Não vou lá para fazer pobreza e miséria, porque seria falso.

Veja publicou a história do pau-rosa. A Folha, a da juta e esta revista publica um portfolio



PRINCÍPIOS – *Então o papel da fotografia é de ser memória de uma sociedade?*

PEDRO – Lógico, de memória. Não tenho dinheiro para fazer esse trabalho. Não tenho nenhum patrocínio. Estou fazendo isso por minha conta. Venho para São Paulo trabalhar, fotografar. Com o que ganho aqui, vou para lá e gasto nesse trabalho. Não consegui ganhar nada esses anos, mas também não estou devendo nada para ninguém, não vendi minha alma para ninguém. A fotografia é isso aí.

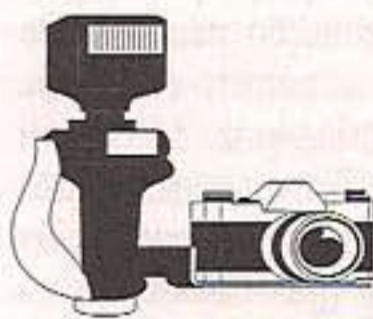
Quando a *Veja* publicou a história do pau-rosa foi bárbaro. Contou a minha história e em preto e branco. Quando a *Folha* deu duas páginas do primeiro caderno de domingo sobre a juta eu achei o máximo. É assim que se forma opinião.

PRINCÍPIOS – *Como você pretende divulgar esse trabalho?*

PEDRO – Fazendo tudo o que for possível. A idéia é fazer um livro sobre essas reportagens. Pretendo também fazer exposições. Esse é um trabalho de documentação, conta a história do homem da Amazônia. Em 1997, faço trinta anos de fotojornalismo. Então acredito que terei uma história para ser contada...

PRINCÍPIOS – *Especialmente lá fora, no exterior, existe uma preocupação muito grande com a biodiversidade da Amazônia, que é considerada hoje o celeiro do mundo. Como é que você vê esse problema?*

PEDRO – Olha, a Amazônia, para o brasileiro, é Manaus, é pororoca, encontro das águas, rio Negro. Mas Pantanal também é Amazônia, é pré-Amazônia. Mato Grosso é Amazônia legal. No Mato Grosso, voltei agora, vinte e três anos depois, e vi a maior devastação da minha vida. O Mato Grosso vai acabar. Não estão tomando nenhuma medida, simplesmente acabando. Antigamente, se extraía madeira nobre e se metia fogo. Depois vieram os projetos agrícolas. Mas agora existe a necessidade de se ocupar a terra pelos fazendeiros. Estrada na Amazônia é puro interesse político. Porque depois que passa a estrada ocupa-se a fazenda. Isso acompanhei em 1970, quando fui cobrir o índio. Decolava de Cuiabá, e até Peixoto de Azevedo eram três horas e vinte de vôo, e aquilo era um tapete verde. Mas a Cuiabá-Santarém estava vindo. Dois meses depois, voava e a estrada já estava lá, longe. Era estrada de interesse. Hoje essa ocupação é mais rápida. Mete-se o trator e ateia-se fogo. Hoje a região é um paliteiro negro. Isso também é Amazônia, pelas minhas contas. Isso está acabando.



A verdadeira depredação não é visível do avião: lixo, plástico nos rios... Manaus é uma imundície

O problema do Parque Nacional do Xingu é virar uma ilha, porque as fazendas já estão encostando nele. O crime maior é que as cabeceiras dos rios que passam dentro do Xingu já estão poluídas. Isso tem que ser cuidado. Na Amazônia de que eles falam, ou no estado do Amazonas, que não inclui Belém, pela própria geografia já é difícil fazer uma extração. Nós não vamos ver as grandes derrubadas na Amazônia, mas sim uma depredação invisível. Então, se você continuar vendo as fotos aéreas, você vai ver que ainda tem muita terra, mas por baixo... Agora, ninguém fala do lixo, da sujeira, plástico nos rios. Manaus é uma imundície. Nunca vi ninguém trabalhar nisso. Nunca vi ninguém fazer um trabalho com a população ribeirinha. Explicar o que pode e o que não pode jogar no rio. Esse trabalho de conscientização ninguém faz. É mais fácil cuidar do macaco de cara vermelha aqui na serra do Arara, que é perto do Rio de Janeiro. Ninguém faz isso, ninguém se preocupa com isso. Não me conformo com isso. ■

Internacionalização da Amazônia: as variadas táticas do imperialismo

ERON BEZERRA

A complexidade de questões que envolvem a Amazônia exige um estudo mais atento para desvendar a sua verdadeira realidade

Lamentavelmente, um dos maiores problemas para se estudar e compreender um pouco a Amazônia são os fatos e informações contraditórios, não somente pela metodologia distinta que os autores utilizam mas também pela complexidade e dificuldade de se obter as informações. As contradições de dados sobre o tamanho real das áreas desmatadas, que oscilam entre 7% (351.000 km²) e 12% (601.000 km²) ou as áreas minerais ocupadas por empresas estrangeiras fazem parte dessa situação peculiar. Da mesma forma, há controvérsia quanto ao número efetivo de índios que ainda habitam a região, variando de 150 a 250 mil, conforme o autor e o enfoque. Não menos controvérsia, igualmente, repousa na relevância das queimadas amazônicas para incremento de CO₂ (gás carbônico) na atmosfera e o conseqüente efeito-estufa. Autores como Molion (INPE) e Feanside (INPA), para ficar em apenas dois exemplos, apresentam visões completamente distintas. É bem verdade que, em alguns casos, essas discrepâncias numéricas refletem interesses econômicos e sociais distintos, portanto inconciliáveis. Outras vezes, os dados que aparecem sobre a Amazônia provêm de algum especulador curioso, metido a "amazonólogo", que, na verdade, nunca pisou na Amazônia.

Os movimentos de defesa da Amazônia, bem como os estudiosos da região, devem ter, além da preocupação com a preservação da Amazônia contra as freqüentes agressões ao seu riquíssimo e variado patrimônio botânico, mineral, animal etc., também a preocupação com a pressão internacional pela sua internacionalização.

A tentativa de transformar a Amazônia num grande lago, transformar o rio Amazonas num rio internacional ou a "conversão da dívida por floresta" são exemplos inquestionáveis

desse objetivo expansionista dos imperialistas, movidos exclusivamente por interesses econômicos e geopolíticos, embora verbalizem pretensas preocupações ecológicas.

Assim sendo, a primeira providência sensata, quando se discute a Amazônia, é ser comedido nas afirmações e cauteloso quanto aos dados científicos aventados, para que não se volte a cometer heresias como a de dizer que a "Amazônia é o pulmão do mundo" ou que a "Internacionalização da Amazônia não passa de imaginação fantasiosa".

Panorama sobre a Amazônia

Dentro da visão de cautela que a complexidade amazônica requer, aceitam-se como razoáveis, para análise, os seguintes parâmetros:

- A Amazônia legal brasileira é uma extensa área de 5 milhões de km² (60% do território nacional), habitada por algo como 13 milhões de pessoas (2,6 hab./km²) e onde se localiza a maior biodiversidade do planeta, juntamente com a maior bacia hidrográfica, a maior floresta tropical e, principalmente, a maior planície mineral do planeta Terra.
- Na questão indígena: admite-se que vivem na Amazônia legal em torno de 200 mil índios, distribuídos em 170 etnias, agrupados lingüisticamente em 39 famílias genéticas e isoladas, e comunicando-se em mais de 200 línguas distintas. Ocupam uma área de 930 mil km² (11% do território nacional) e estão aglutinados em 550 áreas, das quais mais de 50% ainda não estão demarcadas e registradas.
- Na questão do efeito-estufa: o referencial menos contestado é o fornecido por um relatório elaborado por uma



comissão de pesquisadores de diversas instituições, e publicado pela revista *Time* (02/01/89). O relatório "Planet of the year" conclui que há uma concentração de aproximadamente 7 bilhões de toneladas de m^3 de CO_2 (gás carbônico) na atmosfera, provocada pela queima de combustíveis fósseis (76%) e florestas tropicais (24%). Desse total, o Brasil contribuiu com 5.5% (1.0% de combustíveis fósseis e 4.5% das queimadas). Os 94.5% restantes são de responsabilidade, basicamente, dos países industrializados, sendo que os Estados Unidos lideram o *ranking* com uma emissão de 22.8% de todo o CO_2 atualmente na atmosfera. Há correntes de pesquisadores que sustentam que a Amazônia não apenas não contribui com o acúmulo de CO_2 da atmosfera, mas que funciona como uma espécie de filtro, "limpando" o CO_2 da atmosfera, através da fotossíntese. Outros pesquisadores, entretanto, sustentam que todo o CO_2 utilizado na fotossíntese é devolvido à atmosfera através da respiração e da decomposição orgânica. Estaria em equilíbrio.

- O desmatamento e a "desertificação": o número mais utilizado como parâmetro gira em torno de 580 mil km^2 (incluindo floresta e savanas), o que representaria 11,5% da Amazônia. Esse desmatamento não é homogêneo. Enquanto estados como Amazonas, Roraima e Amapá ainda detêm mais de 98% de sua cobertura vegetal, o estado de Tocantins-Goiás já destruiu 63% de sua vegetação (basicamente savanas). Nos demais estados, o nível de desmatamento oscila entre 6% (AC), 12% (PA) e 17% (RO, MT e MA). Trabalhos com grande rigor científico, como os de Salati, atestam que 50% das chuvas amazônicas decorrem da própria evapo-transpiração da floresta, que certamente será comprometida se houver um desmatamento intensivo na região.

- Questão agrária: ninguém desconhece que os maiores latifúndios do país se encontram na Amazônia. O INCRA e os institutos fundiários estaduais admitem que, das terras cadastradas, nada menos que 76% (Pará), 87% (Maranhão) e 90% (Amazonas) estão na mão de latifundiários.
- Realidade sócio-econômica: a Amazônia é uma região com profundas distorções e um grande vazio demográfico, mesmo se considerarmos os 2,6 hab./ km^2 . Se eliminarmos desse cálculo a população urbana, que, a rigor, vive em reduzidas áreas, a densidade populacional da Amazônia cai para menos de 1 hab./ km^2 . No Amazonas, por exemplo, esse percentual chega a 0,27 hab./ km^2 . A população está isolada, tendo a via fluvial como único meio de transporte. Em recente publicação sobre a educação no Brasil, duas cidades amazonenses (Pauini e Novo Airão) são recordistas de analfabetismo, com índice superior a 80%. Se considerarmos que 98% de toda economia amazonense está concentrada em Manaus, é possível ver com clareza o dantesco "retrato" da realidade amazônica.

Esse breve panorama, mesmo sem nenhuma pretensão de aprofundamento dos pontos elencados – que não são objeto deste trabalho – permite-nos compreender, *a priori*, as causas da cobiça internacional e, ao mesmo tempo, perceber que a ofensiva imperialista tem sido "facilitada" pelo descaso e pela irresponsabilidade com que os governantes deste país têm tratado a questão amazônica.

Histórico das investidas imperialistas

É natural que uma área tão rica, pelo menos potencialmente, desperte permanente atenção dos potenciais imperialistas que consideram um "absurdo" a soberania brasileira sobre essa área. Daí as constantes investidas pela sua internacionalização, com o discurso e a tática se alterando de acordo com a realidade.

Cronologicamente, as investidas na Amazônia remontam ao século XVI, quando ingleses, holandeses e, mais tarde, franceses tentaram se apoderar da região. Na época, a tática dos franceses consistiu exatamente no aliciamento de índios para viabilizar suas pretensões. Tática semelhante foi utilizada sem sucesso com o líder da Cabanagem, Eduardo Nogueira Angelim, ao qual se propunha a independência do estado do Pará.

Entre os episódios mais relevantes, podemos ainda destacar:

- Cria-se em Londres (1832) a Companhia Comercial Brasileira de Colonização, Agricultura, Criação de gado, Fabricação de sal, Minerais, para atuar no Norte do Brasil.
- A Campanha de Exploração dos Recursos Naturais da Amazônia Matheus E. Maury (1850), articulada pela Superintendência Hidrográfica dos EUA.
- Pressão pela abertura do Rio Amazonas à navegação internacional, oficializada em 1853 pelo diplomata americano W. Trousdale.
- A criação do Bolivian Syndicate, em 1901, que visava arrendar o estado do Acre.

- Os acordos de Washington (1927), onde o governo americano condicionava empréstimos à troca de latifúndios para assentamento e/ou exploração de grandes grupos, como o projeto Fordlândia (PA), com 1 milhão de seringueiras.
- Movimento Pró-Internacionalização da Amazônia, da UNESCO, (1945). A pretexto de desenvolver pesquisas científicas, a UNESCO propõe a criação do Instituto da Hiléia Amazônica, controlado por um conselho supranacional, onde o Brasil só teria um (01) voto.
- Teoria dos grandes lagos, formulada pelo Instituto Hudson (1964), a pretexto de produzir energia e melhorar o acesso hidrográfico.
- Projeto Jari (1966), do megaempresário americano Daniel Ludwig, que pretende formar um enclave de 3 milhões de hectares.
- Ata da Sobrevivência Cultural Panamericana (1991), formulada por senadores americanos, subordinando qualquer acordo para redução da dívida externa às condições de vida dos povos indígenas do país pretendente.
- Projeto de conversão da dívida externa, onde igualmente a redução da dívida estava condicionada à permuta por áreas de preservação.

As investidas americanas não têm motivações ecológicas ou humanas, e sim econômicas



- Lei de Patentes (1993) – ofensiva americana no sentido de patentear a nossa rica biodiversidade, sem a qual o seu extraordinário conhecimento de biotecnologia é inócuo.
- É ilustrativo, ainda, mencionar as “expedições científicas” de Charles Maciel de la Condamine, Henri Alexandre Wickman, Spruce, entre outros, que contrabandearam material botânico para seus países de origem.
- Da mesma forma, as “missões religiosas”, como a Missão Evangélica da Amazônia (1944), a Sociedade Asas do Socorro (SAS), subsidiária da Mission Aviation Fellowship (1964), a Missão Novas Tribos do Brasil e o Summer Institute of Linguistics (1965), que atuam entre os índios operando com aviões, aeroportos, hospitais, escolas etc.
- Há também a presença constante de “aventureiros” e “humanistas” em áreas longínquas da Amazônia, como é o caso dos suíços Pierre-Henri Liniger e Fabiene Corinne, e do haitiano Jean Coet, presos pelo exército em 1991 no garimpo dos tucanos. Portavam instrumentos mecânicos de garimpagem e se identificaram como membros da Juventude Socialista de Genebra.

As razões da cobiça

Ninguém de bom senso tem qualquer ilusão de que as investidas americanas na área tenham motivações humanitárias ou ecológicas. Todos sabem que a pressão pela internacionalização da Amazônia fundamenta-se no caráter

estratégico da área – faz fronteira com 7 países – e no seu enorme potencial econômico.

Do ponto de vista econômico, a lista de potencialidades é extensa, sendo dignos de destaque os seguintes aspectos: maior bacia hidrográfica do mundo; maior biodiversidade do planeta, tanto do ponto de vista da flora como da fauna; terras de várzea, agriculturáveis, de alta fertilidade, suficientes para produzir em torno de 60 milhões de toneladas de grãos (equivalente a toda produção nacional); e, especialmente, a maior planície mineral do mundo, onde apenas as reservas mensuradas e avaliadas estão estimadas em 1 trilhão e 600 bilhões de dólares. (Tabela 1)

Não é, efetivamente, algo que se possa desprezar.

A estratégia imperialista

Como se pode ver, a estratégia imperialista envolve múltiplos aspectos, que vão de “inocentes” missões científicas e/ou religiosas a projetos minerais, reservas extrativistas, ofensiva legislativa (como no caso da Lei de Patentes) ou cooptação direta de líderes extrativistas e/ou indígenas, através do financiamento de inúmeros projetos, tanto gerais (reservas extrativistas) como específicos (cursos, seminários, encontros etc).

A título de exemplo, é relevante mencionar que, em 1993, no momento em que as tropas americanas desembarcavam na Guiana, as principais lideranças indígenas do país (pelo menos em termos de notoriedade) eram convidadas a participar de um seminário em Nova York cujo tema básico era um genérico “Bacia Amazônia”, conforme me adiantou o coordenador geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), com sede em Manaus.

“Coincidentemente”, as resoluções do Senado Americano que subordinavam a redução da dívida externa dos países da América Latina às condições de vida dos povos indígenas e/ou à conversão da dívida em áreas de proteção ambiental ocorrem no mesmo período do governo Collor – porta voz descarado do projeto neoliberal –, e, não por coincidência, é precisamente esse governo entreguista o que mais “trata” e maior celeridade dá à questão indígena e ambiental no país.



O imperialismo mudou de tática e desenvolveu o conceito de reservas para exploração futura

Parece ficar evidente que, diante das limitações de ordem legal para se ter acesso a grandes áreas privadas na Amazônia, o imperialismo mudou de tática e busca desenvolver o conceito de “áreas bloqueadas”, ou seja, grandes reservas (indígenas, ambientais e minerais) que ficariam preservadas para a exploração futura, por parte do imperialismo, tão logo cessassem as limitações legais e políticas.

Hoje, na Amazônia, nada menos que 1.330.000 km² estão “bloqueados” entre áreas indígenas (930 mil km²) e unidades de conservação (400 mil km²). Se agregarmos 1.625.000 km² de área “bloquada” pelas mineradoras em

Tabela 1 – Patrimônio mineral da Amazônia – Região Norte

Substância	Reserva total (Milhões ton.)	Valor da reserva US	UF	Localização
1. Argila	184,34	462.065.963	PA/AM	Diversos
2. Alumínio	3.861,80	49.724.496.040	PA/AM	Trombetas
3. Caulim	949,25	58.107.124.000	PA/AP	Jari, Capim
4. Calcário	2.522,35	8.532.065.000	RO/AM/PA	Itait., Jatap., Nham
5. Cobre	9,3416	22.354.448.000	PA	Carajás
6. Cromo	2,960	345.052.000	AP	Vila Nova
7. Estanho	2,8605	8.460.000.000	RR/AM/RO/PA	diversos
8. Ferro	17.705,25	315.330.502.500	PA	Carajás
9. Fosfato	15,0	867.546.000	PA	Maecuru
10. Diamante	1,44 milhões de quilates	79.200.000	RR	Tepequém, Maú, Coti, Contigo
11. Gipsita	533,29	1.975.565.066	PA/AM	Cupari, Jatapu
12. Linhito	35,50		AM	Benjamin Constant
13. Manganês	90,30	5.970.636.000	AP/PA	Serra do Navio e Carajás
14. Nefelina e sienito	70,0	1.478.000.000	PA	Capitão Poço
15. Nióbio	81,49	1.067.519.000.000	AM	Seis Lagos
16. Níquel	1,593	18.080.550.000	PA	Carajás
17. Ouro	0,599331	7.690.231.271	PA/RR/RO/AM/AP	Diversos
18. Petróleo	17 milhões de barris	340.000.000	AM	Carauari
19. Potássio	335,3	24.007.126.000	AM	Nova Olinda
20. Pirofillita	77,0	425.430.000	PA	Ourém
21. Silício metálico	11,4	16.242.744	PA	Tucuruí
22. Sal gema	475,32	5.145.493.000	AM	Nova Olinda
23. Tungstênio	(5,850) mil ton.	18.831.135	PA	São Félix e Marabá
24. Turfa	70 bilhões de ton.		AM/PA/AP	Diversos
25. Titânio	18,184	13.456.160.000	PA	Maraconai
26. Zinco	86,0 mil ton.	136.740.000	PA	Carajás

Fonte: CPRM-AM

todo o país, vamos alcançar um território de 2.955.000 km² (35% do território nacional), superior em extensão à maioria dos países do mundo.

Num *paper* apresentado durante um seminário preparatório à Eco 92, em Belém (PA), o então diretor de Ecossistema do IBAMA – governo Collor – deixa clara essa visão. Diz textualmente: “Sendo muito difícil interferir no processo (ocupação desenfreada da Amazônia) por razões de ordem política, estratégica e econômica, procurou-se trabalhar no sentido de estabelecer áreas que ficassem resguardadas de suas influências diretas ou que, pelo menos em tese, fossem indisponíveis para atividades ‘desenvolvimentistas’. Assim, um Parque Nacional e uma série de reservas florestais (que deveriam funcionar como reservas de recursos para o futuro) foram criadas nos anos de 1959-61”.

A tabela 2, onde é demonstrado o tamanho das áreas “bloqueadas” na questão mineral, indígena e ambiental, dá uma melhor dimensão desse problema.

Tabela 2 – Terras indígenas, de mineradoras e de unidades de conservação na Amazônia Brasileira

Tipo da área	Extensão (em km ²)	Observação
Indígena	930.000	
Mineradoras	1.625.000	
Unidades de conservação	400.000	
Total	2.955.000	35% do território nacional (O Amazonas tem 1.564.000 km ²)

A política oficial

De maneira geral, o governo central, em questão de Amazônia, vem sempre a reboque. Os seus eventuais projetos econômicos e as demais ações direcionadas para a

Amazônia são, via de regra, respostas a alguma atitude mais ofensiva do imperialismo.

Dessa forma, por exemplo, é que surge o INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia), na década de 50, em contraposição ao Instituto da Hiléia, preconizado pelos americanos.

Nem sempre o governo adota uma postura sensata como fez na questão do INPA. Algumas vezes, governantes da própria região reagem com absurdos equivalentes. A proposta patrocinada pelos governadores, durante os preparativos da Eco 92, visando à elaboração de um "código Amazônico" – no geral os Estados passariam a legislar em questão ambiental –, ilustra muito bem esse rol de absurdos.

Neste século, os principais projetos desenvolvidos na Amazônia provocaram enorme impacto ambiental, salvo raras exceções, como a Zona Franca de Manaus.

Falência e corrupção são o resultado da maioria dos projetos iniciados na Amazônia nestes anos



O primeiro projeto do século foi precisamente a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, que, após 10 anos e 30 mil mortes, inaugurou os seus 364 km, e hoje está abandonada. Depois vieram os enclaves de Fordlândia e Belterra (PA), a exploração mineral da Serra do Navio (AP), a construção da Belém-Brasília, a Zona Franca de Manaus (AM), a Transamazônica, o projeto Jari (PA), o projeto Trombetas (PA), a Hidrelétrica de Tucuruí (PA), Balbina (AM), Samuel (RO), o projeto Grande Carajás (PA), Serra Pelada (PA), Pólo-Noroeste (RO e MT), Albrás-Alunorte (PA), construção da BR-364 (AC-MT) e da BR-174 (AM-RR), prospecção de gás e petróleo no Vale do Juruá e Solimões (AM), a implementação do Calha Norte, a Ferrovia Norte-Sul, algumas grandes agropecuárias e madeireiras – Cristaliro (Volkswagen), Barreira Branca (Bamerindus), Miriti etc. e, finalmente, o projeto Sivam.

A maior parte desses projetos, financiados com dinheiro público, estão abandonados, exauridos, falidos, ou envoltos em grandes trapanças e corrupção, como é o caso do Sivam.

Ao longo dos tempos, uma presença constante tem sido a da "tropa". Já os portugueses, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, estabeleceram 37 fortificações na região. A partir da década de '20 deste século, esse trabalho foi intensificado com a criação de regiões militares, o Comando Militar da Amazônia, Batalhões de Infantaria de Selva, Centro de Instrução de Guerra na Selva (diretamente associado à Guerrilha do Araguaia) e dezenas de pelotões de fronteira, na vã tentativa de "cercar" uma área de fronteira que vai do Acre ao Amapá, numa extensão de 9.600 km.

Algumas considerações

Seria uma ingenuidade muito grande imaginar que os americanos fazem pressão pela demarcação de áreas in-

dígenas e financiam as reservas extrativistas preocupados com o bem-estar dos povos da floresta e/ou mesmo por questões de ordem ambiental. A posição de Bush na Eco 92 (de não assinar o tratado da biodiversidade) e os fartos exemplos históricos não nos permitem ter essa ilusão. Para os americanos, essa questão está dentro da sua estratégia da "Amazônia como patrimônio da humanidade".

Isso não significa dizer, porém, que passemos a fazer caso contra as demarcações de terras indígenas e as unidades de conservação. Paradoxalmente, essas "áreas bloqueadas" se constituem na garantia de que a nossa rica biodiversidade não será inteiramente destruída, na medida em que a "política oficial" tem sido desastrosa. Seria uma reserva estratégica, até que possamos dispor de uma correlação de forças mais favorável ao movimento popular.

O problema não reside na extensão das áreas indígenas, uma vez que o território bloqueado para mineração, por exemplo, é extremamente maior. Desde que tais áreas estejam rigorosamente subordinadas aos preceitos de nossa soberania, não vemos em que isso poderia se tornar um entrave ao nosso desenvolvimento, ou até mesmo à nossa integridade territorial.



A maior parte da terra amazônica é hoje terra de ninguém, onde se saqueia nossa riqueza

Uma solução definitiva para a complexa política amazônica, porém, é algo que carece de uma permanente discussão.

Preliminarmente, entendemos que a Amazônia não pode continuar no profundo atraso sócio-econômico a que longos séculos de descaso a submeteram. Tampouco é plausível desconhecer que a maior parte do território amazônico, hoje, constitui-se em "terra de ninguém", onde aeroportos clandestinos e aventureiros de toda sorte saqueiam as riquezas e buscam firmar seus enclaves.

Dessa forma, parece-nos imperiosa a execução de um programa que, a um só tempo, garanta o controle efetivo sobre a região e promova o seu desenvolvimento de forma permanente e sustentada. Um projeto similar ao Sivam, desde que com seus custos redimensionados e sem ingerência americana, poderia resolver a primeira exigência. Restaria a segunda.

Por outro lado, de imediato, a primeira providência a ser tomada seria o aprofundamento do conhecimento científico/tecnológico sobre a região, notadamente do seu extraordinário potencial farmacológico. Isso seria feito através do fortalecimento das universidades e institutos de pesquisas nacionais, particularmente os existentes na região.

ERON BEZERRA é engenheiro agrônomo, professor da Universidade Federal do Amazonas, deputado estadual e presidente regional do PCdoB-AM.

Reflexões sobre a reforma tributária

LUIS ANTONIO PAULINO

O que estaria por trás das propostas de reformas tributária e fiscal que o governo Fernando Henrique Cardoso quer fazer?

Um dos objetivos do governo deve ser o de formular políticas que contribuam para a solução de nossos problemas sociais e econômicos. Quanto a que problemas são esses e que objetivos devem ser perseguidos, existe hoje um razoável consenso. Poderíamos, de forma simplificada, elencar as cinco principais questões que têm estado no centro dos debates econômicos das sociedades capitalistas no pós-guerra: manutenção de um alto nível de emprego; estabilidade de preços; eficiência; distribuição equitativa da renda; crescimento econômico.

Embora poucos ousem, ao menos publicamente, declarar-se contra a busca de qualquer um desses objetivos, grande discórdia se estabelece quando a questão é saber como atingi-los. No centro do debate está um problema crucial: qual o papel apropriado do Estado para que tais metas sejam atingidas?

Em torno dessa questão, há os que advogam a idéia de que os mercados privados, livres da tirania do governo, dariam conta dos problemas. Para os que assim pensam, a intervenção do governo para tentar corrigir as "imperfeições do mercado" acaba fazendo surgir distorções ainda maiores. Estado bom, dizem eles, é Estado pequeno.

Uma outra corrente advoga que a economia de mercado deixada ao seu livre curso é extremamente instável e incapaz, por si mesma, de dar resposta satisfatória aos problemas acima colocados. Prescrevem, portanto, um papel ativo do governo para que o sistema econômico mantenha-se estável, e os objetivos propostos sejam alcançados.

Em nossa história recente, é provável que encontremos exemplos que poderiam ser utilizados por essas correntes para justificar seus argumentos. A realidade, entretanto, é muito mais complexa e matizada. Provavelmente, haverá situações em que as soluções de mercado sejam as mais adequadas, ou até mesmo as únicas possíveis. Não se pode negar, entretanto, que a instabilidade é uma característica intrínseca do capitalismo. As metas mencionadas são, fre-

qüentemente, contraditórias entre si, e, ao atingir uma delas, não raro nos afastamos das demais. Não se pode negar, enfim, que o governo joga um papel fundamental quando tais situações se configuram, ao promover movimentos contra-cíclicos e arbitrar as perdas, para evitar a ocorrência de situações caóticas e socialmente insustentáveis.

Se admitimos como importante e necessária a intervenção do Estado no funcionamento do sistema econômico, não podemos desconhecer que ela será tanto mais eficiente e eficaz quanto mais eficientes e eficazes forem os instrumentos à sua disposição.

Entre os diversos instrumentos que o governo tem à mão para intervir na economia, dois se destacam nas sociedades capitalistas modernas: a política fiscal e a política monetária.

Através da política fiscal, objeto desta discussão, o governo pode tanto influir no nível de demanda agregada da economia (e, portanto, afetar os dois primeiros objetivos mencionados – o nível de emprego e a estabilidade dos preços) como pode também contribuir para o alcance dos demais objetivos mencionados (distribuição de renda, crescimento e eficiência do sistema econômico).

A bem da verdade, a política fiscal é um dos mais poderosos instrumentos que o governo tem à mão para interferir no funcionamento do sistema econômico. Desde logo, portanto, quando se coloca a questão da reforma tributária, é preciso que uma questão básica seja respondida: que tipo de Estado queremos?

Uma vez definido o tipo de Estado que queremos, se o Estado mínimo e passivo do *laissez faire* ou o Estado ativo do *welfare state*, o sistema tributário deverá adequar-se a ele.

Essa questão é de extrema relevância, uma vez que se fala em "reforma fiscal" e "reforma tributária" como se houvesse um grande consenso nacional em torno da questão. Desconhece-se, entretanto, que a reforma fiscal e a reforma tributária dos que advogam a tese do Estado mínimo vai exa-

tamente em direção oposta às reformas preconizadas por aqueles que vêm um papel importante na ação do governo para a consecução dos objetivos mencionados.

No conjunto de propostas que estão hoje em discussão, tanto há propostas que caminham na primeira direção e advogam menos Estado, menos impostos e menos políticas sociais, como também há as que caminham na direção oposta e reivindicam mudanças na política fiscal e tributária, de forma a dotar o Estado de maior capacidade de intervenção no sistema econômico.

A discussão torna-se ainda mais complicada pela confusão que se faz entre "reforma fiscal" e "reforma tributária". Reforma tributária transformou-se, para o cidadão comum, em sinônimo de *equilíbrio fiscal*. Trata-se, evidentemente, de uma idéia enganosa, uma vez que uma coisa não implica a outra. No início dos anos oitenta, a reforma tributária promovida pelo governo Reagan nos EUA fez com que o déficit público americano alcançasse patamares inusitados.

A questão tributária é apenas um dos lados da questão fiscal. Diz respeito, basicamente, às formas de financiamento dos gastos do governo. A questão fiscal, entretanto, é muito mais ampla, e trata não apenas da forma que o governo deve arrecadar os recursos de que precisa, mas, principalmente, da forma como o governo gasta esses recursos.

Se um governo arrecada uma grande parcela em tributos, deve oferecer um alto nível social ao povo



Teoricamente, não deveria haver contradição entre uma e outra questão. Espera-se que quanto mais um governo arrecade mais participe dos esforços para se alcançar os objetivos mencionados inicialmente. Assim, se um governo arrecada uma grande parcela da renda nacional na forma de tributos, deveria, em contrapartida, oferecer um alto nível de segurança social aos cidadãos. Pelos menos é o que ocorreu em países onde se implantou de forma efetiva o *Estado de bem-estar social*. O governo arrecada impostos e contribuições que vão, não raro, acima de 50% do PIB, mas, em compensação, oferece garantias sociais ao cidadão de tal monta que justificam essa aparente voracidade do fisco.

No Brasil, entretanto, vive-se uma situação insólita. Quando se compara nossa carga tributária à dos países desenvolvidos, constata-se que é pequena. Quando se observa, entretanto, o outro lado do problema, isto é, o que o governo faz com o dinheiro que arrecada, chega-se à conclusão oposta. No fundo, a questão é a seguinte: o governo arrecada pouco e gasta mal o dinheiro arrecadado.

Tal contradição fica patente quando se observa a execução orçamentária do governo e se verifica o peso desproporcional dos pagamentos de juros da dívida pública, quando comparado aos demais gastos do governo.

Paralisou-se, no final de 1995, a manutenção das estradas federais por falta de R\$ 32 milhões¹ no orçamento

do Ministério dos Transportes, e pagaram-se, no mesmo ano, mais de R\$ 4 bilhões aos credores da dívida externa. Enquanto todas as despesas de custeio e investimento do governo federal em 1995 não passaram de R\$ 12 bilhões, a rolagem da dívida interna, até o mês de outubro, já havia custado aos cofres do tesouro mais de R\$ 14 bilhões. O estado de São Paulo arrecadou em 1995, de ICMS, cerca de R\$ 16 bilhões e, sem que o estado tenha feito um único novo empréstimo, os juros da sua dívida interna cresceram R\$ 18 bilhões. Segundo matéria publicada na imprensa², a previsão é que o gasto do governo federal com juros em 1996 alcance R\$ 32,7 bilhões, dos quais R\$ 26,4 bilhões gerados pela dívida interna. Considerando-se que a arrecadação tributária federal deverá alcançar em 1995 cerca de R\$ 80 bilhões³, tem-se uma dimensão do verdadeiro desequilíbrio fiscal do Estado brasileiro.



No Brasil, os tributos não cumprem a função de distribuição de renda, como deveria acontecer

O reverso da medalha é a questão da distribuição de renda. Além de financiar diretamente os gastos do governo, os tributos são importante instrumento de distribuição de renda na maioria dos países. No Brasil, entretanto, nunca cumpriram essa função. A nossa concentração de renda é das maiores do mundo. Estudo recente publicado pelo DIEESE⁴ mostra que no Brasil, em 1990, os 20% mais pobres dispunham de 2,6% da renda pessoal disponível, enquanto os 20% mais ricos ficavam com 48,1%. Dos países relacionados no estudo, o Brasil é o que apresentava a pior situação.

É evidente, portanto, que não basta defendermos a realização de uma reforma tributária que torne o sistema tributário mais "eficiente". É preciso que, acoplada à reforma tributária, realize-se uma reforma fiscal que modele a ação do Estado brasileiro na direção de realmente alcançarmos uma maior justiça social. Sem isso, tudo será inútil.

O sistema tributário brasileiro – situação atual

O sistema tributário brasileiro⁵ acumulou, ao longo do tempo, inúmeras distorções. Entre os diversos problemas que vêm se acumulando, destacamos os seguintes:

- a) desmonte da organização da administração tributária federal e ausência de medidas que assegurem maior eficiência e eficácia da administração tributária;
- b) alto índice de evasão tributária;
- c) elevação da carga tributária efetiva, isto é, elevação da carga tributária para os setores que cumprem suas obrigações fiscais;
- d) estreiteza da base de tributação;
- e) estrutura tributária regressiva;
- f) inexistência de tributação efetiva sobre o patrimônio;



g) oneração tributária das exportações, de bens de capital e insumos de produção.

Afirma-se frequentemente que o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo. Afirma-se também que existe uma tendência mundial no sentido de reduzir os impostos. Nenhuma dessas afirmações, rigorosamente, é correta.

“Em toda a área abrangida pela OCDE, as despesas públicas aumentaram de 37,2% do PIB na década de 80 para um índice estimado de 41,05% no ano passado. Nos principais países europeus, essa taxa subiu de 44,7% para 51%. Mesmo no Reino Unido, onde o governo comprometeu-se a estabelecer limites ao poder do Estado, o índice permanece estático em cerca de 43%”⁶.

Na Suécia, por exemplo, os impostos correspondem a 53% do PIB. Também ultrapassam os 50% do PIB na Dinamarca, e ficam próximos desse valor em países como Finlândia, Holanda, Noruega, Bélgica e Itália. No Japão e nos Estados Unidos, estão próximos a 30%. O único país da OCDE que tem uma carga tributária semelhante à média histórica brasileira é a Turquia, com 23% do PIB.

A carga tributária no Brasil é, em média, 25% do PIB. Em 1994, chegou a 28%. Em 1995, estima-se uma carga tributária efetiva de 30,7% do PIB. Embora tenha se elevado substancialmente nos últimos dois anos, é bem mais modesta que a da maioria dos países desenvolvidos. É, entretanto, altamente heterogênea, dando origem a inúmeras distorções, cuja base está no caráter regressivo de nossa estrutura tributária (os mais pobres pagam proporcionalmente mais impostos do que os ricos), na baixa abrangência de nossa base de tributação e na reintrodução de alguns impostos em “cascata”⁷, isto é, impostos que se sobrepõem de forma cumulativa nas diversas etapas do processo produtivo, prejudicando em especial os setores mais “horizontalizados” da economia.

O resultado desse processo cumulativo de distorções no sistema tributário é o aumento da “carga efetiva de im-

postos”, isto é, do montante recolhido por aqueles setores que realmente pagam impostos.

A demonstração mais efetiva dessas distorções pode ser vista no fato de que

“a despeito de todos os ‘pacotes fiscais’ que traziam elevação de alíquotas e criação de novos tributos, constata-se que a carga tributária se manteve praticamente constante ao longo deste período, ampliando a privatização dos recursos públicos por determinados segmentos da sociedade e penalizando os que estão sob maior controle”⁸.

Conforme relata matéria publicada na *Gazeta Mercantil*,

“os bancos pagam muito menos impostos sobre os lucros do que se imagina. Apesar de sofrerem um tributação nominal que varia entre 50 e 55% a título de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSL), as instituições financeiras chegam a reduzir a menos de 6% o valor real desses impostos”⁹.

Isso é feito através dos mecanismos de “planejamento tributário”, que consistem no aproveitamento das brechas deixadas na legislação tributária para, legalmente, evadir-se da tributação.

Quando se observa a estrutura tributária brasileira, verifica-se que a distribuição do ônus tributário pesa de maneira mais do que proporcional sobre os assalariados e os setores de renda mais baixa.

Estudo recente da Fundap afirma que

“a análise comparativa entre as cargas tributárias revela, para a OCDE, grande harmonia e equilíbrio entre as distintas bases de tributação, além da preferência crescente pela utilização de impostos gerais sobre o consumo e pela tributação das pessoas físicas no imposto de renda... No caso brasileiro, não há equilíbrio na composição da carga tributária, sendo exagerado o peso das contribuições sociais, sobretudo as que incidem sobre o faturamento, e muito baixa a participação da tributação sobre a renda”¹⁰.

A participação dos impostos sobre a renda, os lucros e a propriedade no Brasil são significativamente menores que a média dos países europeus, tanto em termos de porcentagem do PIB quanto em termos de porcentagem da receita total. Enquanto no Brasil os impostos oriundos desses fatos geradores respondem por 5,6% do total dos tributos arrecadados, na Comunidade Européia respondem por 22,4%.

No Brasil, as contribuições sociais respondem por uma parcela significativamente superior da carga tributária em relação à média européia (33,8% Brasil contra 28,4% na CEE). Tal fato está relacionado com as tentativas recentes do governo federal de reconcentrar receitas no âmbito da União apelando para a criação de novas contribuições sociais que não entram na partilha dos impostos federais entre estados e municípios.

Finalmente, a parcela da receita total decorrente dos impostos sobre consumo é expressivamente mais alta no Brasil do que na Europa. Enquanto lá os impostos sobre consumo contribuem com 31,9% da receita total, no Brasil esse percentual é de 43,8%.

De acordo com trabalho desenvolvido pela Coordenação Geral de Estudos Econômico-Tributários da Secretaria da Receita Federal¹¹, as taxações efetivas revelam para o Brasil uma maior tributação sobre o trabalho e sobre o consumo, relativamente ao capital. Enquanto a alíquota efetiva média sobre o capital é de apenas 8,18%, os rendimentos do trabalho são taxados em 19,27%. O consumo é taxado em 16,75%.

Situação bem diversa encontra-se nos países da OCDE, onde os rendimentos oriundos do capital são taxados em 38,43%, a renda do trabalho taxada em 32,83% e o consumo em 12,65%.

Observando-se as duas situações, percebe-se claramente o quanto a estrutura tributária brasileira é mais regressiva que a observada nos países desenvolvidos.

No Brasil, o tributo pesa duas vezes mais para famílias de baixa renda, numa flagrante injustiça



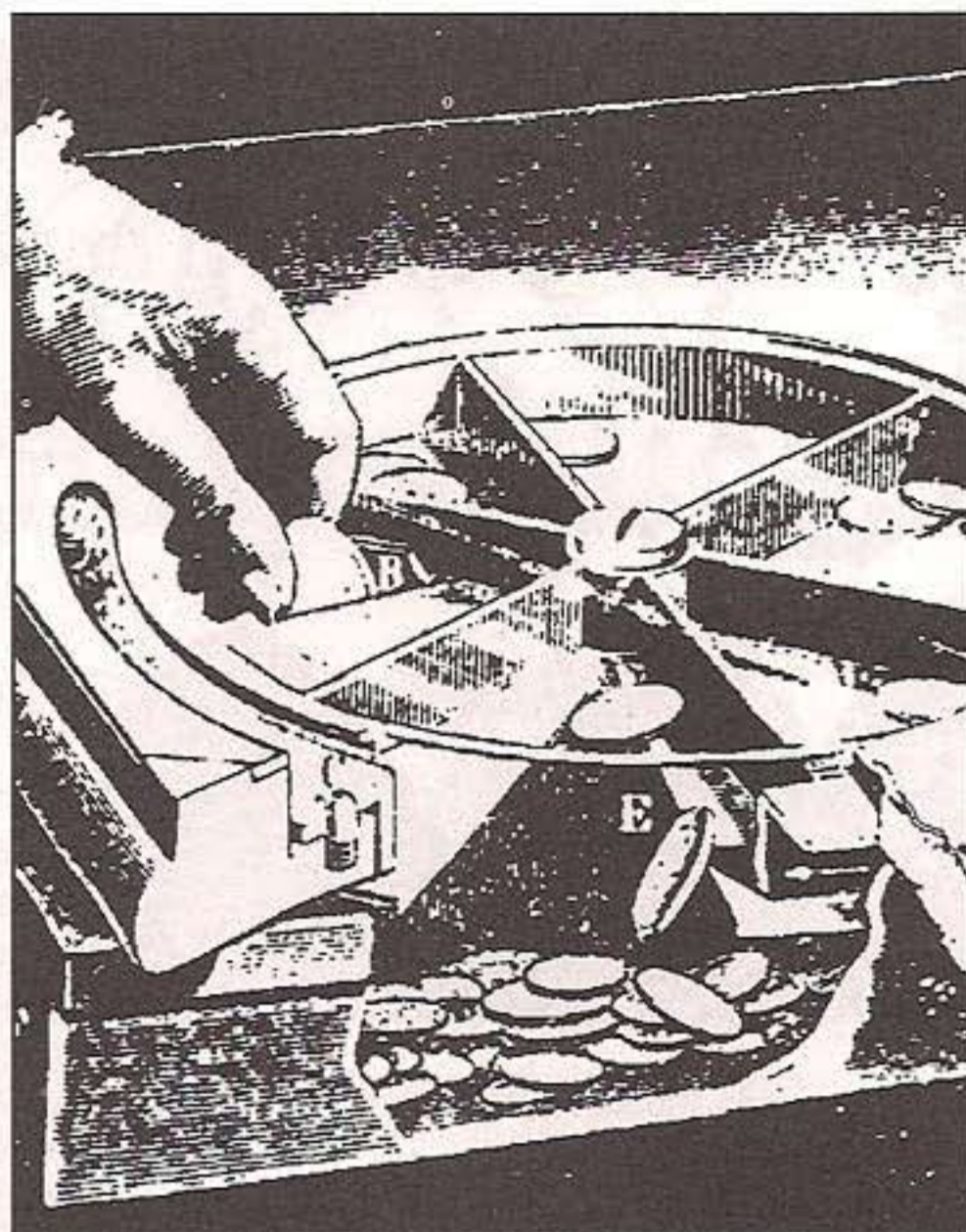
Um outro estudo, do DIEESE¹², mostra que, no Brasil, o peso dos tributos para as famílias de baixa renda é duas vezes superior ao daquelas com renda mais alta. Enquanto a carga tributária efetiva para quem ganha até um salário mínimo é de 33,5%, os que recebem mais de 100 salários mínimos são tributados em apenas 15% – uma situação exatamente inversa daquela que se poderia esperar de um sistema tributário mais justo.

As disfunções do sistema tributário brasileiro não apenas discriminam os assalariados e a parcela dos trabalhadores de baixa renda. As recorrentes tentativas do governo federal de recuperação de receita através do aumento das alíquotas nominais de impostos e contribuições sociais têm dado origem a outras importantes distorções.

O aumento da evasão fiscal e da informalidade é o que mais chama atenção. São os elementos centrais no aumento da carga tributária efetiva daqueles setores sob maior controle dos órgãos de fiscalização.

O excessivo número de tributos acarreta custosas obrigações acessórias aos contribuintes, dificulta o controle fiscal e estimula a evasão. Há, atualmente, sete impostos federais, três estaduais, quatro municipais, além de 15 taxas para exercício de poder de polícia, 17 taxas para a prestação de serviços, 20 espécies diferentes de contribuições sociais e 14 tipos de contribuições econômicas.

Uma outra questão que precisa ser destacada no caso das contribuições sociais, em particular aquelas incidentes sobre o faturamento (PIS-PASEP e Cofins), é o seu caráter cumulativo, configurando contribuição em cascata. Tal fato vai em sentido contrário à tendência mundial de tributação sobre a produção e consumo, que se baseia no valor agregado. Além de onerarem o consumidor final por se tratarem de tributos indiretos, e, portanto, repassados aos preços, esses tributos comprometem a competitividade de nossas exportações, devido à impossibilidade prática de sua desoneração.



Podemos enfim afirmar que

“existem hoje, na estrutura impositiva brasileira, problemas de conceituação de impostos, de desoneração imperfeita, de tributação em cascata e de estreiteza das bases de tributação que distorcem a incidência tributária, além de elevar excessivamente a carga microeconômica de impostos. Desses problemas, aparentemente menores, e não do arcabouço tributário como um todo, deriva-se o sentimento dos agentes econômicos e sociais de que a carga tributária é excessiva, embora no agregado ela seja baixa”¹³.

A proposta do governo

Em 23 de agosto de 1995, o governo enviou ao Congresso a Proposta de Emenda à Constituição que altera o capítulo do sistema tributário da Constituição Federal. De acordo com a exposição de motivos, a Proposta de Emenda à Constituição visa melhorar a qualidade do sistema tributário brasileiro, mediante quatro objetivos fundamentais:

- simplificar o referido sistema, aumentando sua economicidade para o fisco e para o contribuinte;
- facilitar o combate à sonegação e às injustiças criadas;
- diminuir o Custo-Brasil e ampliar a competitividade de nossa economia;
- permitir uma distribuição social mais justa da carga tributária¹⁴.

O núcleo da emenda constitucional é a extinção do IPI e sua substituição por um imposto sobre o valor adicionado, no caso o próprio ICMS, que será “administrado, arrecadado e fiscalizado, no que lhes couber, pela União, pelos Estados e Distrito Federal...”¹⁵. De acordo com a proposta, o IPI, que é um imposto federal, deixaria de existir.

tir, e o ICMS, que atualmente é um imposto estadual, passaria a duas alíquotas: uma estadual e outra federal. Dada essa dupla competência sobre um mesmo tributo, ou, se quisermos, essa duplicidade de tributos sobre um mesmo fato gerador¹⁶, a Proposta de Emenda à Constituição propõe a celebração de convênios entre a União e os estados, "para assegurar a uniformidade de procedimentos administrativos e interpretações"¹⁷.

A Proposta contempla ainda outras medidas:

- desoneração completa das exportações de bens e serviços da incidência do novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), já representado pela fusão com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);

- isenção do Imposto sobre Serviços (ISS) sobre as exportações de serviços;

- desoneração dos investimentos com isenção do novo ICMS sobre a aquisição de máquinas e equipamentos de uso produtivo;

- maior tributação sobre as importações, uma vez que, ao contrário do atual IPI, a alíquota federal do ICMS incidirá sobre os bens adquiridos no mercado externo.

Além disso, o projeto propõe a implementação do princípio do destino para a cobrança da alíquota estadual do ICMS: o montante do imposto recolhido pertenceria ao estado onde o bem foi efetivamente consumido.

Para evitar a chamada "guerra fiscal", o projeto estabelece que as alíquotas estaduais do ICMS serão definidas de maneira uniforme por mercadoria ou serviço, sem distinção de operações internas e interestaduais, pelo Senado Federal. Proíbe ainda qualquer tipo de financiamento pelo bancos estaduais dos valores a serem recolhidos, fechando assim mais um porta importante para a guerra fiscal¹⁸. Estabelece também que sempre que uma alíquota estadual for reduzida haverá aumento automático da alíquota federal, de forma que a tarifa final permaneça constante.

Proíbe também a redução da base de cálculo, bem como a concessão de crédito, anistia ou remissão relativa a impostos, a não ser que lei específica o permita.

Projeto traz novidades, dando maior liberdade aos municípios e mudando áreas de competência



As eventuais perdas dos estados e municípios com a desoneração das exportações será compensada por um fundo formado por 20% da arrecadação do IPI e, depois de 1998, pela alíquota federal do ICMS, para compensar as perdas dos estados, estimadas em cerca de R\$ 1,5 bilhão.

O Projeto introduz outras novidades:

- a quebra do sigilo bancário pela Receita Federal;
- a possibilidade de o governo instituir empréstimos compulsórios "visando o enxugamento da liquidez da economia";

- a possibilidade de cobrança de pedágio em vias conservadas por empresas privadas;

- a transferência do ITR (Imposto Territorial Rural) para a competência estadual;

- a instituição de um piso para a alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS);

- a concessão de maior liberdade aos municípios para taxar de forma progressiva a propriedade territorial urbana (IPTU);

- a não alteração dos critérios de repartição das receitas entre os três níveis de governo fixados pela Constituição de 1988;

- a não alteração das chamadas *contribuições sociais*, uma vez que a Proposta de Emenda à Constituição só diz respeito ao capítulo referente ao Sistema Tributário¹⁹;

O Projeto exime a União da exigência da anterioridade para a instituição de novos impostos e empréstimos compulsórios. Além disso, permite a sua criação através de lei ordinária ou medida provisória²⁰.



Três alíquotas para IRPF: 15%, 25% e 35%. Esta última é vista como ineficaz pela Refeita Federal

Além da Proposta de Emenda à Constituição, o governo encaminhou ao Congresso dois outros projetos: um alterando o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica (IRPJ), e outro alterando o Imposto de Renda – Pessoa Física (IRPF).

O primeiro foi aprovado pela Câmara Federal em 09/11/1995 depois de diversas alterações em relação à proposta original.

Os principais pontos do projeto aprovado são estes:

- redução da atual alíquota de 25% para 15% para as empresas que registram um lucro real acima R\$ 240 mil. Hoje, a base mínima de tributação é de R\$ 130 mil, com alíquotas adicionais de 12% a 18%;

- fim da correção monetária sobre os balanços;

- isenção das remessas de dividendos ao exterior da incidência de Imposto de Renda;

- a tributação sobre o mercado de capitais continua como é hoje: 10% para os investidores nacionais e isenção para os estrangeiros;

- para efeito de pagamento de impostos sobre o lucro, os lucros obtidos no país e no exterior serão agregados;

- o projeto estabelece também uma diferenciação de prejuízo operacional e não-operacional, e permite que a compensação de prejuízos seja feita apenas com lucros da mesma natureza;

Como forma de amenizar o impacto do fim da correção monetária dos balanços, foi introduzida a possibilidade da dedução dos juros sobre o capital próprio, até o limite das taxas de juro de longo prazo (TLJP), condicionada à existência de lucro ou reserva de lucro em valor superior ao dobro do juro creditado.

O projeto relativo ao IRPF mantém, para 1996, três alíquotas: 15% para os contribuintes com rendimentos entre R\$ 900 e R\$ 1.800; 25% para os que recebem entre

R\$ 1.800e R\$ 16.000; e 35% para quem tiver rendimentos superiores a R\$ 16.000. Segundo noticiado pela imprensa²¹, o governo estaria contando com a derrubada da terceira alíquota pelo Congresso, pois, além de abranger apenas 12 mil dos 6 milhões de contribuintes, é considerada ineficaz pela Receita Federal.

Avaliação crítica

Como já foi observado, o sistema tributário brasileiro sofre de uma série de disfunções que acabam lhe conferindo um caráter regressivo e afetam de maneira negativa a eficiência do setor produtivo. As recorrentes tentativas do governo federal de manter e ampliar sua participação no total arrecadado levaram, por sua vez, a um aumento exagerado no número de tributos, principalmente as chamadas *contribuições sociais*, e a um aumento mais que proporcional da carga tributária efetiva àqueles setores sobre os quais os fisco tem maior capacidade de controle.

A expectativa em torno das reformas propostas pelo governo era de que pudessem contribuir para o avanço do sistema tributário pelo menos em três questões importantes:

- diminuir a regressividade²² do sistema;
- eliminar aqueles aspectos do sistema que afetam de maneira negativa a eficiência do sistema produtivo nacional, particularmente no que se refere a sua competitividade internacional;
- redução no nível de sonegação.

A reforma proposta não busca maior equidade vertical, mas cobre uma brecha de evasão fiscal



Sob esse prisma, a reforma proposta pelo governo pode ser criticada. Quanto à questão da regressividade, observa-se no conjunto de propostas uma grande ênfase na ampliação da base tributária, principalmente pelo peso cada vez maior que os impostos indiretos adquirem. Nenhuma ênfase, entretanto, é observada na busca de maior equidade vertical. No que se refere ao IRPJ, é preciso registrar um avanço: a agregação dos lucros obtidos em território nacional e estrangeiro para efeito de cálculo do imposto devido cobre uma importante brecha de evasão fiscal, no caso das empresas que mantêm subsidiárias nos chamados "paraísos fiscais". No que se refere à tributação dos lucros em bolsa obtidos no mercado de capitais por investidores externos, ocorreu um claro recuo do governo em relação à proposta original. O projeto inicial previa a tributação dos ganhos obtidos nas bolsas tanto para residentes como para não residentes com alíquotas de 5%, 10% e 15% nos anos de 1996, 1997 e 1998 respectivamente. O relator do projeto introduziu uma mudança tornando isentas para todos as aplicações com prazo igual ou superior a 180 dias. Diante da alegação da Receita Federal de não ter como fiscalizar os prazos de investimentos e do *lobby* das bolsas de valo-

res, acabou-se recuando e voltando à situação atual: taxaçaõ de 10% para os investidores residentes no país e isençãõ para os não residentes.

A proposta inicial do governo já era tímida. O Chile, por exemplo, taxou em 30% a entrada de recursos financeiros especulativos. O recuo para a posição atual, entretanto, é inexplicável. A dívida interna tem crescido a uma velocidade assustadora – do final de junho até o final de setembro cresceu de R\$ 69,5 bilhões para 98,4 bilhões – quase 30 bilhões em três meses. Grande parte desse crescimento da dívida interna é contrapartida da entrada desses recursos externos especulativos. Manter esses ganhos especulativos isentos de tributação, enquanto grande parte dos tributos arrecadados é utilizada justamente para o pagamento dos juros da dívida interna que essa entrada de capitais acarreta, é dar ao sistema tributário a função inversa da que deveria ter. Ao invés de distribuir renda, contribui para concentrá-la.

Acrescente-se ainda o agravante de que grande parte desses "recursos externos" que estão sendo isentos são, na realidade, recursos originários do próprio país, que apenas dão esse "passeio" ao exterior para poder fugir da tributação que a lei impõe aos investidores nacionais. Segundo o próprio relator do projeto²³, dos US\$ 20 bilhões que entraram no Brasil com base no chamado Anexo IV – as normas do Banco Central que disciplinam as operações de estrangeiros nas bolsas –, cerca de um terço, ou US\$ 7 bilhões, saíram do próprio país por meio das CC5 – contas bancárias abertas no Brasil por pessoas físicas e jurídicas residentes no exterior, e que podem ser movimentadas livremente. Isto é, o dinheiro sai pela CC5 e retorna pelo Anexo IV, fugindo, assim, da tributação.

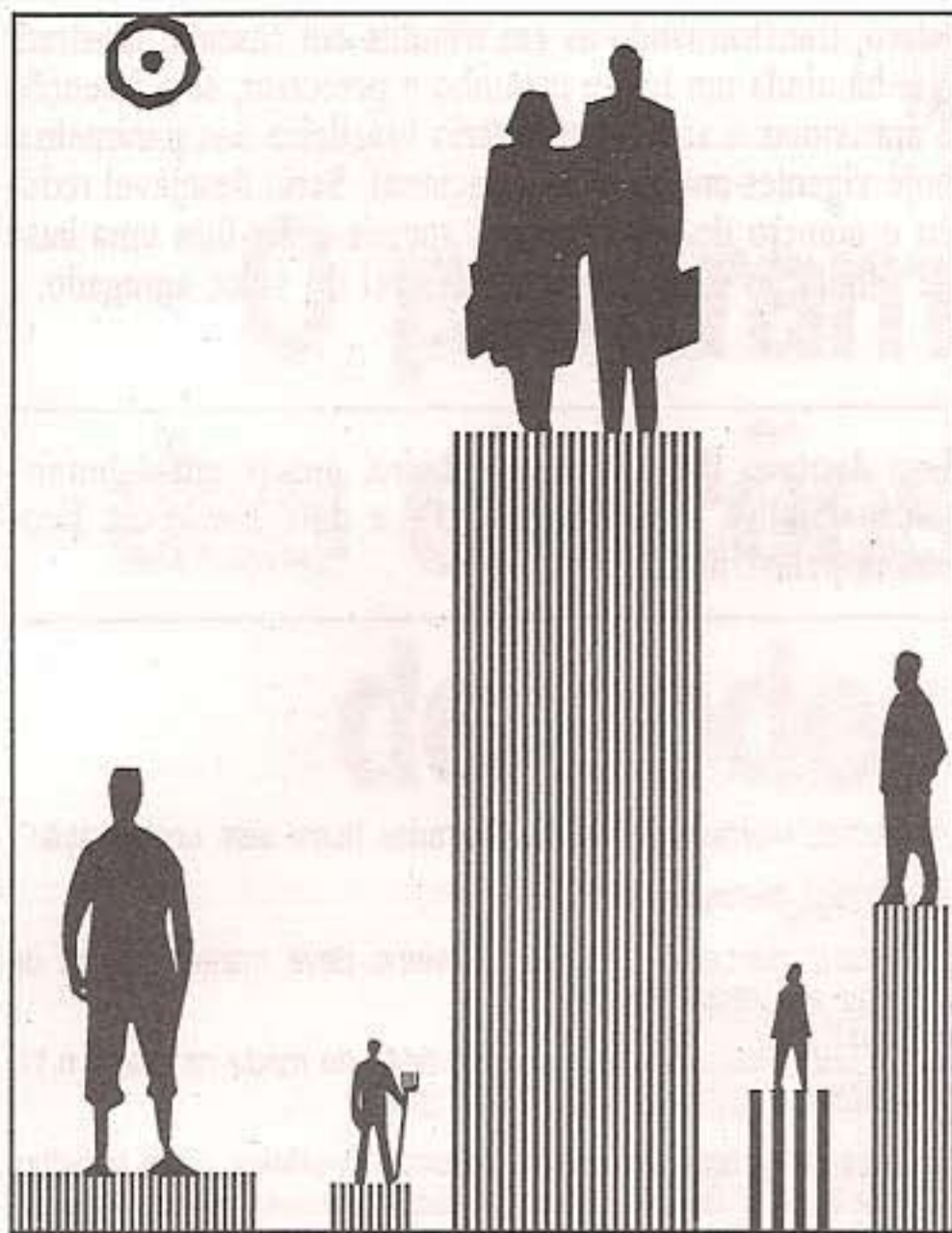
Há ainda dúvidas quanto ao resultado efetivo em termos de aumento de arrecadação que as demais mudanças introduzidas de fato trarão. Segundo noticia a imprensa²⁴, o governo imagina que as mudanças introduzidas permitirão um ganho adicional de 5,7 bilhões. É preciso considerar, entretanto, que mudanças como o fim da correção monetária, que tendem a elevar a base tributável e aumentar a arrecadação, poderão ser mais que compensadas pela possibilidade de lançar-se como despesas o pagamento de juros sobre o capital próprio dos acionistas.



A transferência do ITR à esfera estadual é um equívoco, e atrapalha o cruzamento de dados

No que se refere ao IRPF, o pouco empenho do executivo em aprovar a terceira alíquota (de 35%) para os níveis superiores de ganho é reveladora de que o foco de atenção atual do governo não é a questão da regressividade da estrutura tributária.

Outro equívoco do governo é a transferência do ITR para a esfera do governo estadual. Caso haja de fato vontade política de transformá-lo em instrumento acessório impor-



tante para a alteração da estrutura fundiária brasileira, sua permanência na União é da maior importância.

Além disso, como chama a atenção o Unafisco-Sindical, "os dados da Declaração do ITR são importantíssimos para o cruzamento com o Imposto de Renda (pessoas física e jurídica), pois os rendimentos da atividade rural são utilizados amplamente pelos ruralistas/empresários e profissionais liberais que possuem imóveis rurais para gerar rendimentos isentos e não tributáveis, com a intenção de justificar variação patrimonial"²⁵.

Taxação de patrimônio ausente do projeto. A desoneração de exportações de tributos é um avanço



Observe-se finalmente que, com exceção da possibilidade introduzida de dar maior progressividade ao IPTU, as medidas com relação a taxação do patrimônio praticamente estão ausentes do projeto. Apenas a título de comparação, é importante lembrar que em 1990, no países da OCDE, os tributos sobre o patrimônio representaram 5,3% do total da arrecadação. No Brasil, representam apenas 2,2% da receita²⁶.

Quanto à questão do aumento da eficiência do setor produtivo, é preciso destacar que a desoneração das exportações de tributos com ICMS e ISS é um avanço. Exportar impostos torna nossa produção menos competitiva no exterior.

Resta pendente, entretanto, quando o assunto é competitividade internacional, a questão das contribuições sociais.

É bom lembrar que temos contribuições sociais sobre a folha de pagamentos: Contribuição Previdenciária, Contribuição do Salário-Educação, Contribuição para SESI/SENAI, ou SESC/SENAC, ou SENAR, ou ensino aeroviário, ou ensino marítimo, Contribuição adicional para o INCRA; sobre o lucro: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – (CSLL) e sobre o faturamento (PIS-PASEP e COFINS). Essas contribuições, particularmente aquelas incidentes sobre o faturamento, constituem-se em tributos indiretos que incidem de forma cumulativa sobre as diversas etapas do processo produtivo, desaguando no custo final dos produtos. O ideal, do ponto de vista da competitividade internacional do sistema produtivo brasileiro, seria que as chamadas contribuições sociais das empresas tivessem por base de incidência o valor adicionado em cada etapa produtiva, evitando-se, dessa forma, a ocorrência do fenômeno da tributação em cascata. Na maioria dos países da OCDE, embora o recurso às contribuições sociais seja cada vez mais intenso dada a impossibilidade de financiamento da seguridade social com base apenas nas contribuições sobre a folha de salários, a preferência tem sido estabelecê-las com base no valor adicionado, de forma a minimizar os efeitos indesejáveis sobre a eficiência do sistema produtivo.



Sigilo bancário tem sido garantia de proteção à sonegação, lavagem de dinheiro, contravenção...

Os mecanismos propostos visando inibir a "guerra fiscal" entre os estados são positivos. Existem inúmeros estudos que demonstram a ineficácia desse tipo de política de atração de investimentos produtivos. Na medida em que um estado ou município oferece vantagens fiscais para atração de um investimento, é imediatamente seguido pelos demais. Estabelece-se um verdadeiro leilão de vantagens que servem apenas para aumentar os lucros dos investidores e drenar recursos dos estados. No final das contas, as decisões locais dos investimentos acabam sendo determinadas por outras razões, como disponibilidade de infra-estrutura, de mão-de-obra melhor qualificada e proximidade de mercados consumidores. Para apresentar tais vantagens, os estados precisam de recursos que, por conta da "guerra fiscal", acabam por ir para os bolsos de grandes grupos privados.

A proposta de flexibilização do sigilo bancário é correta, uma vez que "o sigilo bancário tem servido mais como garantia de proteção à sonegação, às lavagens de dinheiro do narcotráfico, à contravenção, às vendas de armamentos, à evasão de divisas, às fraudes cambiais, e menos como 'garantia individual' "²⁷.

Cabe observar ainda que a possibilidade de instituição de empréstimos compulsórios "em razão de conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo", associada à possibilidade de tais empréstimos serem instituídos por Medida Provisória, coloca nas mãos do governo um poder

de arbítrio sobre o dia-a-dia das pessoas que, em condições normais de funcionamento da sociedade, é incompatível com a garantia dos direitos individuais do cidadão, mesmo ressalvada a função social da propriedade. Para situações de força maior, como guerras ou outras calamidades, a própria Constituição já estabelece a possibilidade de sua instituição; em condições normais, é inadmissível que o governo possa se apropriar dos recursos das pessoas, em geral dos assalariados, da classe média e pequenos empresários, através de uma simples Medida Provisória, simplesmente porque a "equipe econômica" achou que as pessoas estão consumindo demais.

Sentido de uma reforma

Se, como declara o governo, as intenções que o levam à proposição da reforma são a promoção da justiça social, o estímulo à expansão e à modernização do setor produtivo do país, a adequação do nosso sistema tributário à nova realidade internacional, a simplificação das obrigações dos contribuintes e o fortalecimento da federação²⁸, é preciso observar o seguinte:

1. Embora algumas das modificações sugeridas apontem na direção proposta, outras há que marcham exatamente na direção contrária. Uma condição necessário para promoção da justiça social é a diminuição do grau de regressividade do sistema tributário. E isso as mudanças propostas não permitem. Muito pelo contrário, a pouca ênfase na equidade vertical, a grande ênfase nos impostos indiretos e o tratamento privilegiado dado ao capital especulativo apontam no sentido de tornar o sistema tributário nacional um instrumento de maior concentração de riqueza, e não instrumento de política social, como deveria ser.

Seria desejável reduzir o número de contribuições sociais e dar-lhes base mais adequada



2. Uma reforma efetiva exige, antes de mais nada, medidas severas de combate à sonegação, o que implica, no mínimo, o reaparelhamento e o fortalecimento da Receita Federal. Ao lado das medidas encaminhadas, não consta que o governo tenha tomado qualquer iniciativa nesse sentido. Segundo dados do Unafisco Sindical, em 1969 existiam 13.000 funcionários na área de fiscalização e arrecadação federal; hoje, esse contingente está reduzido a menos da metade: 6.150 fiscais, sendo 1.024 nos serviços aduaneiros e 1.600 nas atividades de fiscalização externa. A administração tributária federal apresenta, hoje, um dos menores índices de presença fiscal do mundo²⁹.

3. Finalmente, no que se refere à busca da eficiência produtiva, é preciso destacar que embora a adoção de um tributo do tipo "valor adicionado" e a desoneração das exportações sejam passos importantes, o emaranhado de contribuições sociais e, principalmente, o seu caráter cumu-

lativo, transformando-as em tributos em cascata, mostram que há ainda um longo caminho a percorrer, se a intenção é aproximar o sistema tributário brasileiro aos parâmetros hoje vigentes em nível internacional. Seria desejável reduzir o número de contribuições sociais e dar-lhes uma base de tributação mais próxima possível do valor agregado.

LUIS ANTONIO PAULINO é engenheiro, mestre em Administração Pública pela EAESP-FGV e doutorando em Economia pela Unicamp.

Notas

- (1) *Gazeta mercantil*, 07/11/95, "Estradas ficam sem conservação".
- (2) *Gazeta mercantil*, 19/10/95.
- (3) *Gazeta mercantil*, 01/11/95, "Governo deve manter política de restrição ao crédito em 96".
- (4) DIEESE. *Desigualdade e concentração de renda no Brasil*. n.11, agosto/95.
- (5) A caracterização do sistema tributário brasileiro, neste trabalho, foi feita a partir de três estudos básicos: AFFONSO, Rui de Brito Álvares e SILVA, Pedro Luiz Barros. *Reforma tributária e federação*, FUNDAP. UNESP, 1995; UNAFISCO Sindical - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. *Reforma tributária: a administração tributária que o cidadão quer, de que o Estado necessita e que a SRF deve oferecer*. 1995; DIEESE. *Desigualdade e concentração de renda no Brasil*. n.11, agosto/95.
- (6) O editorial citado foi publicado pela *Gazeta mercantil* no dia 08/11/95.
- (7) Ver DAIN, Sulamis. "Introdução" in AFFONSO, Rui de Brito Álvares e SILVA, Pedro Luiz Barros, op.cit., 1995.
- (8) Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, 1995, op.cit., p.11.
- (9) *Gazeta mercantil*, 25/9/95.
- (10) DAIN, Sulamis. 1995, op.cit., p.14.
- (11) Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, 1995, op.cit., p.17.
- (12) DIEESE, 1995, op.cit., p.34.
- (13) DAIN, Sulamis. 1995, "Visões equivocadas de uma reforma tributária", in AFFONSO, Rui de Brito Álvares e SILVA, Pedro Luiz Barros, 1995, p.51.
- (14) Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda à Constituição n.175-A, 1995 (do: Poder Executivo). Mensagem n. 888/95, p.20.
- (15) Id. *ibid.*, p.4.
- (16) Quanto à questão de tratar-se de um único imposto sobre o qual haveria competência complementar entre a União e os estados, ou de se tratarem, na realidade, de dois impostos sobre um mesmo fato gerador, o *Boletim Informativo do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal*, na sua edição de 04/9/95, afirma o seguinte: "O dispositivo e sua justificativa aludem a um só imposto sobre operações de circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal. Na realidade, são dois impostos que se superpõem, tendo em comum o fato gerador, a base de cálculo, os contribuintes, a não-cumulatividade e seletividade em função da essencialidade das mercadorias e serviços. Os elementos distintivos entre ambos são as alíquotas e os titulares da competência para cobrá-los. Esse insólito

bis in idem concretiza-se ainda por discriminação em favor da União, cuja exação terá alíquotas (uniformes por mercadoria ou serviço, sem distinção de operações internas e interestaduais) fixadas em lei ordinária, de tramitação e aprovação mais fluidas que as Resoluções do Senado exigidas para a fixação das alíquotas do imposto estadual, também uniforme por mercadoria ou serviço, sem distinção entre operações internas e interestaduais".

(17) Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda à Constituição n.175-A, 1995 (do: Poder Executivo). Mensagem n. 888/95, p. 4.

(18) Para atrair novos investimentos aos seus territórios, os estados costumam oferecer vantagens fiscais às empresas que ali se dispõem a instalar-se. Tais vantagens vão desde doação de terrenos e execução de serviços de infra-estrutura até isenção de impostos. A essa disputa entre os estados deu-se o nome de *guerra fiscal*. Um dos instrumentos mais comuns utilizados pelos estados com esse objetivo é o *financiamento* do pagamento do ICMS. Através desse mecanismo, uma parcela, ou até mesmo o total do ICMS devido pela empresa, é devolvido à mesma, com prazos de carência de dez anos, e mais cinco anos para pagar com juros subsidiados.

(19) As *contribuições sociais*, embora sejam recursos fiscais, são definidas por lei ordinária com base no artigo 195 da Constituição Federal, que trata das formas de financiamento da Seguridade Social.

(20) O princípio da anterioridade, presente na Constituição atual (art. 150, inciso III, alínea b), exige que um tributo só possa ser cobrado no exercício financeiro seguinte ao de sua criação. Ainda de acordo com a Constituição, novos impostos só podem ser criados através de Lei Complementar (art. 154, inciso I).

(21) *Gazeta mercantil*, 13/11/95, p. A9.

(22) Um sistema tributário é dito regressivo quando as pessoas de renda mais baixa acabam pagando proporcionalmente mais impostos que os ricos. O imposto sobre o consumo de produtos da cesta básica, por exemplo, é regressivo na medida em que pesa muito mais no bolso do pobre, que gasta grande parte de sua renda com esses produtos, do que no bolso do rico, que gasta uma fração insignificante de sua renda com tais bens.

(23) *O Estado de S. Paulo*, 03/11/95.

(24) *Gazeta mercantil*, 18/10/95, "Serra diz que renovação do FSE em 1998 será inviável".

(25) UNAFISCO Sindical - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita federal. *Reforma tributária: a administração tributária que o cidadão quer, de que o Estado necessita e que a SRF deve oferecer*. p.37.

(26) DIEESE. *Desigualdade e concentração de renda no Brasil*. n.11, agosto/95. p.36.

(27) UNAFISCO Sindical - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. *Reforma tributária: a administração tributária que o cidadão quer, de que o Estado necessita e que a SRF deve oferecer*. p.29.

(28) Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda à Constituição n.175-A, 1995 (do: Poder Executivo). Mensagem n. 888/95, p.10.

(29) UNAFISCO Sindical - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. *Reforma tributária: a administração tributária que o cidadão quer, de que o Estado necessita e que a SRF deve oferecer*. p.27.

Livros com até 45% de desconto

Amazônia/Carajás - Na trilha do saque,
Marcos Kowarick, 336 pág. R\$ 20,00

Cadernos negros 18 - Contos afro-brasileiros
grupo Quilombohoje, 80 pág. R\$ 10,00

Luta Armada - no Brasil dos anos 60/70
Jaime Sautchuk, 96 pág. R\$ 10,00

Dialética radical do Brasil negro,
Clóvis Moura, 248 pág. R\$ 20,00

Cadernos negros 17,
poetas do Quilombohoje, 80 pág. R\$ 7,00

Obras escolhidas, G. Plékhanov
(capa dura), 390 pág. R\$ 15,00

Lênin - Biografia ilustrada, Bolsanello, 128 pág. ... R\$ 11,00

A mãe, Máximo Gorki, 320 pág. R\$ 15,00

A II Internacional - Pelos seus congressos,
E. Carone, 132 pág. R\$ 11,00

URSS - Ascensão e queda,
Luís Fernandes, 2ª ed., 272 pág. R\$ 20,00

Marx e os sindicatos, D. Losovski, 216 pág. R\$ 17,00

Manifesto do Partido Comunista,
Marx e Engels, 72 pág. R\$ 6,00

Rio Maria - A terra da morte anunciada,
Moacyr de O. Filho, 128 pág. R\$ 10,00

O socialismo vive (documentos do
8º Congresso do PCdoB), 110 pág. R\$ 6,00

Socialismo - Ideal da classe operária,
J. Amazonas, 3ª ed., 120 pág. R\$ 10,00

Problemas econômicos do socialismo
na URSS, Stálin, 100 pág. R\$ 9,00

AIDS na rota da cocaína, Fábio Mesquita, 72 pág. R\$ 6,00

Reportagem sob a força, Julius Fucik, 120 pág. ... R\$ 9,00

Araguaia - Relato de um guerrilheiro,
Glênio Sá, 52 pág. R\$ 6,00

Na compra de dois exemplares, desconto de 15%; de 3 a 4 exemplares, desconto de 30%; de 5 ou mais exemplares, desconto de 45%. Validade: até outubro de 1995.

Enviar cheque nominal para até 15 dias ou vale postal ou depositar em conta da Editora Anita Ltda., Banco Itaú, São Paulo, agência 251, c.c. nº 48678-3.

Pedidos para:

Editora Anita Ltda.: Rua Monsenhor Passalacqua, 158 - CEP 01323-010 - São Paulo - SP - Fone: (011) 289-1331

O envio pelo correio é por nossa conta. Não atendemos por reembolso postal.

Lendas dos revoltosos

MANUEL DOMINGOS

O conhecimento dos acontecimentos que marcaram a história podem produzir ou desfazer mitos. Como interpretar a Coluna Prestes?

A passagem da Coluna Prestes pelos sertões deixou marcas profundas. Decorridos 70 anos, ainda povoa as lembranças dos mais antigos. Viajando pelo interior do Nordeste, sempre encontrei alguém disposto a contar casos do tempo dos revoltosos¹.

O que foi, para os nordestinos, a Coluna Prestes? Muitos homens barbudos, lutando contra o governo, montados a cavalo, armados, lenço vermelho no pescoço, carentes de banho e roupa limpa, com sotaque esquisito, dispostos a tudo, sempre escapulindo, quebrando o sossego de todos, levando as montarias que encontravam, "requisitando contribuições", carneando bois e cabras com incrível agilidade para os churrascos apressados, dando os maiores prejuízos. Cidades abandonadas às pressas, gente escondendo os seus pertences. Mulheres chorando, pedindo aos santos; crianças excitadas com o reboliço, outras transtornadas com a perda de seus carneiros de estimação... Homens corajosos prometendo resistir, alguns recebendo dinheiro, armas e patentes do governo para combater; homens prudentes, convidando os revoltosos a comer em suas mesas...

O sertão nordestino viveu grandes agitações em 1925 e 1926. E quando no rastro dos soldados de lenço vermelho vinham os soldados do governo, os *legalistas*, as atribuições pareciam não ter fim: homens arrogantes, nervosos, violentos, exibindo uma autoridade desregrada, fazendo questão de mostrar tudo que podiam. Era, então, mais difícil evitar roubos, bebedeiras, estupros, desmandos de toda ordem. Muitas vezes, ninguém podia segurar os homens do governo.

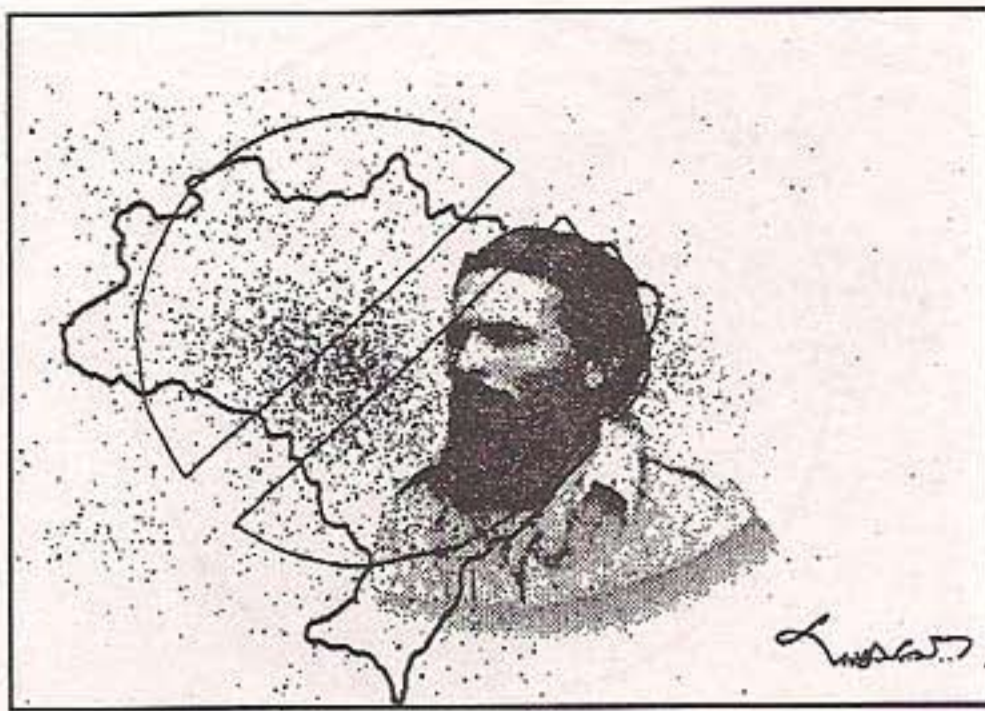
Para os letrados do litoral, das grandes capitais, a Coluna foi outra coisa: um dos mais importantes acontecimentos políticos do Brasil republicano. Não um movimento comunista, como muitos hoje pensam. Na época, Prestes era um capitão do Exército que nada sabia de comunismo. Nem uma manifestação tenentista como as outras, quarteladas frustradas, sem dia seguinte. Sim, um movimento com um espectro mais variado de figurantes, duração mais prolongada (cerca de dois anos), despertando mais simpatias nos meios urbanos, derramando mais sangue. Um audacioso gesto de rebeldia contra o domínio oligárquico. A tradição literária, a partir da idéia de que o Exército

seria "porta-voz" de setores da sociedade civil, consagraria a Coluna como um protesto radical de classes médias urbanas emergentes numa sociedade em confronto cada vez mais acirrado com a ordem estabelecida. Estudos mais recentes, sem negar necessariamente os reflexos dos conflitos sócio-políticos sobre o movimento dos oficiais do Exército, realçariam o seu conteúdo corporativista.

Qualquer que seja o resultado do debate sobre a natureza do tenentismo, cabem poucas dúvidas sobre a importância da marcha dos revoltosos no cenário brasileiro de então. Nenhuma outra manifestação política dos anos '20 mostrou capacidade de desgaste do poder e das instituições como a Coluna. Os revoltosos obrigaram o Presidente Arthur Bernardes a governar permanentemente sob estado de sítio e condicionaram a ação do seu sucessor, Washington Luiz. Alimentaram, enfim, as esperanças de alterações na vida do país, ajudando a compor o ambiente para a grande ruptura de 1930.

Um dos aspectos mais notáveis desse movimento foi a sua capacidade de apresentar heróis ao país. No meu entender, aí está a sua conseqüência maior: os comandantes dessa expedição militar ganharam legenda bastante para influenciar fortemente a dinâmica política nacional por muitas décadas. Da Coluna saiu o mais influente líder de esquerda brasileira no século XX. Da Coluna saíram igualmente lideranças da Revolução de 1930, autoridades de destaque no Estado Novo, golpistas conservadores dos anos '50 e ministros da feroz ditadura militar instaurada em 1964. Luís Carlos Prestes, Miguel Costa, Juarez Távora, João Alberto, Cordeiro de Farias... Homens com pensamentos e destinos bem diferentes, mas com algo em comum: nenhum renegou o seu passado de revoltoso, nenhum dispensou o porte do glorioso título, credencial de firmeza e valentia na defesa de ideais.

Os acontecimentos geradores de heróis são momentos privilegiados, intensos, da elaboração ideológica. Herói é símbolo, e os símbolos são gerados (ou "construídos", na expressão usada por Lucien Febvre nos anos '20 e posta em moda, na atualidade, por Derrida) num processo complexo, multifacetário, onde a criatividade humana está potencializada como resultado da agudização de conflitos sociais.



No surgimento dos heróis, pouco vale a canhestra e desmoralizada “verdade dos fatos” no sentido em que falam os historiadores tradicionais. Na elaboração dos símbolos, os “fatos” são criados, recriados, selecionados, omitidos, obscurecidos, realçados, enfim, vistos e revistos ao sabor das tendências epistemológicas ou do andamento do embate político-ideológico.

O herói tem obrigatoriamente algo de fantástico, de sobrenatural. Assim como o seu oposto, o vilão, pode e deve ter traços de homem comum, jamais pode ser um homem comum. Do contrário, não cumpre o papel sócio-político a que está destinado: o de galvanizar atenções, portar bandeiras, legitimar ordens estabelecidas, representar causas. Ou ainda o de servir de modelo, inspirar comportamentos paradigmáticos a membros de um coletivo. Historicamente, no Ocidente, a origem dos heróis confunde-se com o surgimento dos conceitos de puro e impuro, do bem e do mal. Num momento posterior, a figura do herói aparece nas elaborações sobre o falso e o verídico. O herói, tal como os deuses, sempre serviu como referencial de identificação coletiva. Tribos, nações, classes sociais, exércitos, corporações, seitas, partidos... Que movimento, grupo social ou entidade pode dispensá-lo?

Heróis e vilões fascinam e metem medo. Encantam uns, apavoram outros, provocando controvérsias sem fim. Forjar suas imagens, reafirmá-las, desconstruí-las ou retocá-las sempre constituiu, conscientemente ou não, atitude geradora de conseqüências políticas importantes e doloridas: não apenas ensejam revisão e ideários, mas interferem no delicado campo da afetividade. Os homens amam seus heróis, e a emocionalidade é dificilmente reprimida quando suas imagens são levadas a exame. O admirador do herói está sempre pronto a ver como iconoclastia qualquer comentário sobre o seu ídolo que não sejalouvaminheiro.

Produtora de heróis, a Coluna tem sua história necessariamente envolvida em versões fantásticas. Mas não foi por sortilégios que o movimento viveu os seus momentos mais espetaculares nos sertões nordestinos. Para o Brasil letrado, urbano e litorâneo, o interior do Nordeste foi sempre terreno fértil para lendas. Aos seus olhos, essas paragens ermas e exóticas constituíam o ambiente onde tudo poderia acontecer. Muitas fontes ensinaram isso ao Brasil letrado; os relatos de naturalistas estrangeiros horroriza-

dos, como Spix e Martius; as páginas emocionantes de Euclides da Cunha, tão primorosas no estilo quanto carregadas de positivismo e racismo, dando conta de “retardatários da civilização” ou de “refratários à racionalidade”; os romances, reportagens e filmes sobre paisagens escaldantes, impróprias à vida humana, cangaceiros desalmados, beatos ensandecidos, padres milagreiros... Nesse ambiente, a Coluna consolidou sua marca mais nobre, a do punhado de heróis morrendo e matando pelo bem do Brasil².



A verdadeira ameaça à Coluna eram os jagunços. Tensão e tiroteios aumentam no Ceará

Em terras do Sul, para onde se dirigiram após as insurreições tenentistas de 1924, os revoltosos não chamariam tanta atenção. Estavam num meio marcado, de longa data, por refregas de tropas, regulares ou não. Pouco se distinguiriam dos elementos de instinto separatista, perturbadores da idéia de nação, ameaçadores da ordem republicana, sem ideais maiores. Confundir-se-iam com chimangos e maragatos. Não se destacariam facilmente dos dispositivos de caudilhos que não sabiam viver sem lutar, sempre empolgados com motivos pequenos, disputas pelo poder local, rixas, brigas de terra, tudo entremeado com roubos de gado, crimes pessoais (ou de honra) e degolas sinistras. Tanto mais que esses dispositivos, no Rio Grande do Sul, haviam tomado parte efetiva nas insurreições que deram origem à Coluna.

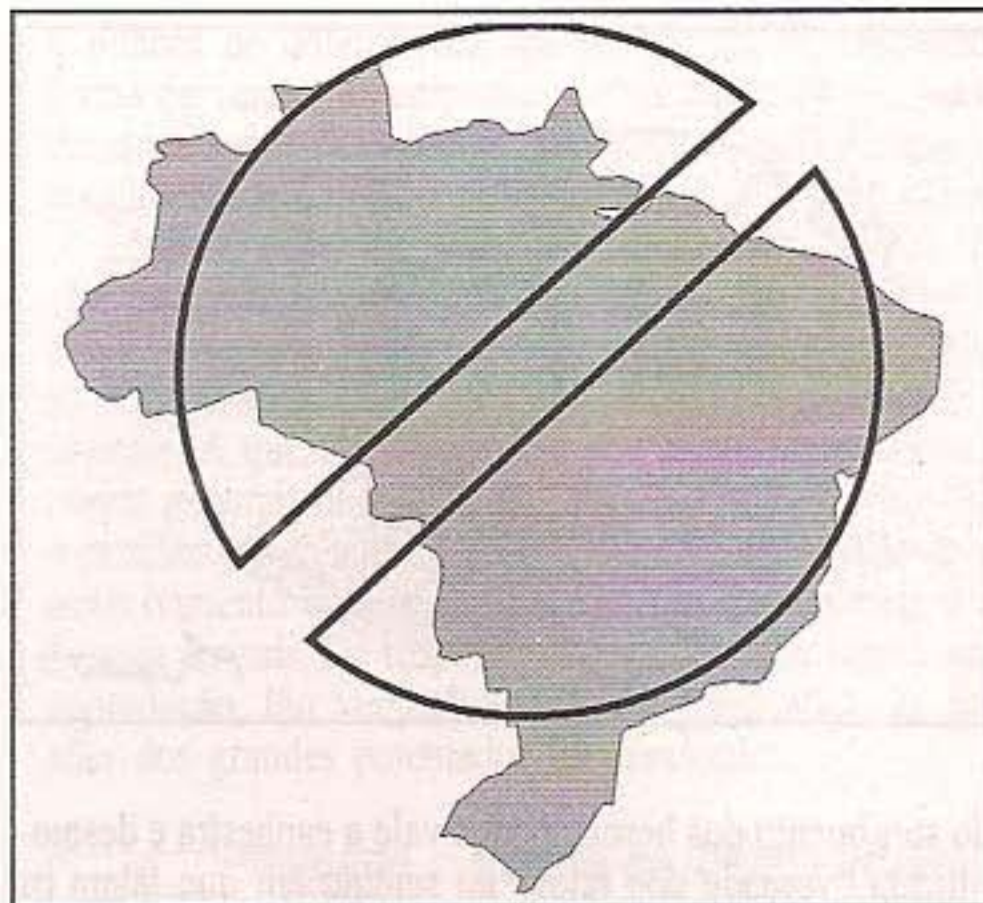
Subindo rumo ao Norte, desde Foz do Iguaçu, de onde iniciou o seu trajeto atravessando o imenso vazio que era o Brasil central, cortando as matas de Goiás, escapando da perseguição das tropas do eficiente coronel Bertoldo Klinger, com as quais haviam gasto muita munição preciosa, os revoltosos mostrariam a todo o país que não se prendiam a conflitos localizados. Intrigariam uma opinião urbana acostumada a rebeldias de curta duração. Mas, na marcha ousada, ainda percorriam um imenso vazio demográfico, redescobrimo antigas trilhas dos bandeirantes. Nessas selvas onde o telégrafo e a estrada de ferro não haviam chegado, não encontrariam obstáculos maiores. Nem provocariam desdobramentos políticos relevantes.

Pelejando no Nordeste, tudo seria diferente. Aí, nos exóticos sertões do semi-árido brasileiro, os revoltosos, que nunca tiveram no Exército e nas polícias militares adversários à altura (ou com efetiva disposição de lutar), enfrentariam os seus mais temíveis contendores, os vaqueiros-camponeses-guerreiros, a quem a visão preconceituosa estigmatizou como *jagunços*. Como a sociologia está em débito com essa figura! Foram esses os homens que efetivamente ameaçaram a expedição rebelde. Aí também receberiam as únicas adesões mencionáveis de todo o trajeto, percorreriam as maiores distâncias e viveriam os momentos de maior privação. Enfim, experimentaríamos e exibiriam, à fartura, situações repletas de ingredientes com

que os homens têm fabricado heróis ao longo da história: sangue e sofrimento, perigo e coragem, força e obstinação, astúcia e destreza, honra e traição.

As etapas maranhense e piauiense do percurso dos revoltosos não teriam todos esses elementos. Aí houve pouca luta, pouco sangue e quase nenhuma privação. Na época, esses estados eram refrigerio, área de refúgio, abrigando a população desvalida pela crise pecuária extensiva do Nordeste Ocidental interminavelmente prolongada, que ganhou o nome de "seca". A decantada pobreza não significava, ainda, falta de comida. Ninguém passou sem carne, leite, mel, e os cajueiros e umbuzeiros estavam carregados.

É no lado cearense da Ibiapaba que surgem mais dificuldades: sede, pouca comida, hostilidades, tiroteios fatais. E também a tensão, a expectativa de combate (não confirmada) contra homens de Floro Bartolomeu e do Padre Cícero – entre eles, Lampião, que não era homem do Padre, mas não lhe faltava em consideração.



Revoltosos percorreram mais de vinte mil quilômetros, número impressionante até hoje



No trecho que se inicia na descida da ladeira dos Miuns, serra do Pereiro, fronteira do Ceará com o Rio Grande do Norte, começam efetivamente os grandes transtornos. Muita fome, muita sede, povoados vazios, emboscadas traiçoeiras, franco-atiradores infalíveis, como no tempo de Canudos. Sertanejos caíam sobre os revoltosos com o mesmo ímpeto e desassombro com que, anos antes, enfrentaram a "fraqueza do governo". Perseguições implacáveis, comandadas por chefes experimentados, pagos pelo governo. Homens conhecedores do terreno e do jeito da população, ladinos, mestres da dissimulação, como Horácio de Matos, Franklin Albuquerque e Abílio Wolney. Últimos herdeiros das melhores tradições de guerra do sertão pecuarista, assumiram, na literatura, lugar de destaque na lista dos vilões. O cortejo de padiolas aumenta sem parar, exigindo esforços sobre-humanos para evitar o gesto indigno: largá-las no caminho. E pior, insuportável, o que deixa a luta sem perspectiva e levanta dúvidas sobre o valor do sacrifício: a confirmação do fracasso dos esperados levantes militares urbanos.

É nesse pedaço semi-árido, em terras do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e sobretudo na Bahia, que os revoltosos empreenderiam manobras táticas geniais e mostrariam obstinação para nenhum aedo reclamar. Prestes à frente, guiando tudo, pavimentando a sua trajetória de mito. Os revoltosos desdobraram-se em antológicos gestos de astúcia, audácia, grandeza, firmando em definitivo a condição de heróis que carregariam pelo resto de suas vidas. Plantaram lendas no ritmo com que percorreram mais de 20.000 quilômetros. Só a distância vencida bastaria para impressionar. Uma das mais extensas marchas militares da história da humanidade! Aníbal, Bolívar, Mao TseTung

teriam concorrentes entre os jovens oficiais do Exército Brasileiro.

A relativa tranquilidade do trecho maranhense-piauiense não seria, entretanto, impeditivo à fabricação de lendas. Ao contrário, foi um dos momentos em que a imaginação ficou mais acerba. Governo e revoltosos, elite e povo, literatos e analfabetos tudo fantasiaram. Ou quase tudo. A começar pelo famoso combate de Uruçuí, nas margens do Parnaíba, que nunca aconteceu. Nessa cidade, assim como em Benedito Leite, do lado maranhense, mil soldados governistas (Exército e polícias militares de diversos estados), fortemente armados e entrincheirados, tendo à frente o chefe de polícia do Piauí, Jacob Manuel Gaioso Almendra, aguardavam os revoltosos³.



Autoridades posaram até o fim de seus dias de defensores e heróis da população angustiada

Para esse ponto do rio Parnaíba o comando da Coluna enviara um destacamento de 200 homens, precariamente armado e municiado, comandado por Djalma Dutra. Aproximando-se de Benedito Leite ao anoitecer do dia 7 de dezembro de 1925, esse comandante revoltoso desloca uma pequena patrulha de observação que é recebida pelos governistas entrincheirados. Mal os observadores rebeldes iniciaram uma resposta, os governistas entraram em pânico, fugindo em desabalada carreira. Ao amanhecer do dia 8, não havia mais nem sombra da força legalista que, para alegria dos revoltosos, deixara armas, munição, montarias, mantimentos e vergonha.

Posteriormente, o comandante Gaioso Almendra (fascinado pelas tradições medievais da Espanha, esse oficial mudara de nome para Gayoso y Almendra) tentaria explicar-se, salientando a superioridade e a ferocidade dos rebeldes. Mas, de fato, não houve combate. Morreram mais

homens na fuga alucinada, afogados no rio Parnaíba ou perdidos entre as cascavéis no areial das chapadas do sul do estado, que de tiros dos revoltosos. O episódio serviria à pena de Lourenço Moreira Lima, o secretário do estado-maior da Coluna, que tudo descreveu usando de mordaz ironia, sem deixar de comparar a derrota de Gaioso ao monumental fiasco de Moreira César em Canudos...

Fantasiado foi também o famoso “cerco de Teresina”, nos últimos dias de dezembro de 1925. Matias Olímpio, o governador, insistiu até o final de seus dias em posar de defensor de sua capital, que os revoltosos queriam invadir. O alarmado general João Gomes, que, de São Luís, comandava a festa governista, havia transformado Teresina numa praça de guerra com 4.000 soldados, muito armamento e munição. Quilômetros de trincheiras defendiam a capital do Piauí. Inseguro, o general chegou a propor às autoridades federais a evacuação da população civil. Matias Olímpio não concordou. Nas trincheiras, mal anoitecia, soldados apavorados gastavam toneladas de munição contra um inimigo distante, invisível. A população, impressionada com os preparativos bélicos das autoridades e com o tiroteio infernal, viveu semanas de terríveis angústias, muitas famílias fugindo desesperadas, carregando apressadamente os seus pertences, rio abaixo, em balsas improvisadas.

Muitas ameaças de invasão não passaram de blefes para despistar os governistas e prosseguir



Ora, os revoltosos nunca cercaram Teresina, nunca planejaram a sua invasão e, menos ainda, reuniam condições operacionais para a proeza. Ao iniciar o seu trajeto piauiense, a Coluna já era uma tropa experimentada em muitos combates, tinha um efetivo estabilizado em torno de 1.100 homens e uma estratégia definida. Nessa estratégia, o que importava era o deslocamento permanente, não a conquista de posições. A Coluna não procurava o confronto, sobretudo com fortes concentrações de forças legalistas. O seu objetivo era prolongar ao máximo a duração do protesto armado, na esperança da eclosão de rebeliões militares nos centros urbanos. Como resumiu Cordeiro de Farias, um dos mais destacados comandantes revoltosos: “nossa estratégia era *durar*”⁴.

Os rebeldes já haviam abandonado a ilusão de garantir o controle de um território como base operacional. A rigor, nunca haviam pensado seriamente no assunto. A última vez em que levantaram a possibilidade tinha sido no Maranhão, único estado onde a Coluna foi de fato “bem recebida”. Passaram em áreas distantes de São Luís, onde o poder estadual mal se fazia presente. Aí foram recebidos com manifestações de simpatia de chefes do interior, homens que não pensavam em reformar o país, mas que desejavam derrubar o governo do estado, como Manuel Bernardino, que durante alguns dias esteve do lado dos revoltosos acompanhado por 200 homens armados de rifles...

O cerco a Teresina seria o abandono da tática da Coluna, que era a de evitar confrontos, sobretudo com forças superiores. Na verdade, ainda no Maranhão o comando rebelde havia deliberado chegar o mais rápido possível ao Ceará, onde militares e familiares de Juarez Távora acenavam com possibilidades de uma insurreição em Fortaleza. O Piauí, portanto, nada mais era para os revoltosos que o caminho para chegar ao Ceará. Conversei com Prestes sobre o “cerco” de Teresina. Ele, enfático:

“Essa pretensão não existia. Só no aproximamos da capital do estado porque foi onde o Gaioso parou. Ele veio correndo desde Uruçuí, nós viemos atrás dele. Quando estávamos ainda a 40, 50 quilômetros de Teresina, ouvimos o tiroteio. Os companheiros, como João Alberto e Siqueira Campos, faziam troça até: ‘estão gastando a nossa munição’. (...) Não atacamos: fomos até as primeiras trincheiras, mas logo em seguida nos retiramos. (...) Foi muito pequena a demora aqui, só o tempo necessário para que a tropa que estava no Maranhão passasse, atravessasse o rio, pudesse reunir com a outra e reorganizássemos a marcha em direção ao Ceará”⁵.

A propalada tentativa de invasão de Teresina não passou de uma manobra diversionista, um blefe bem sucedido, como dezenas de outros concebidos por Prestes, para que as tropas governistas ficassem concentradas em determinado ponto, deixando sem defesa os locais onde os rebeldes pretendiam efetivamente passar. Enviando alguns soldados às trincheiras de Teresina, Prestes fez com que o interior do Piauí e boa parte do Ceará ficassem desguarnecidos. Mas o governador Matias Olímpio e o bravo general João Gomes jamais admitiriam o logro. Depois de fazer a população passar por tantos vexames? Depois de espalhar pelo país a notícia de suas corajosas posturas em defesa da população e da ordem?



As versões fantasiosas também serviam aos revoltosos. Espalhariam imagem de força e luta

A situação do bispo D. Severino de Melo também ficara delicada. Numa atitude de desprendimento por todos enaltecida, o prelado havia procurado o inimigo para pedir que abandonasse o “cerco” de Teresina! Dois dias antes da visita de D. Severino, o destacamento encarregado de fazer demonstrações nas trincheiras da cidade, sob comando de João Alberto, já havia recebido ordens de retirar-se rumo ao Ceará. Como ficaria o bispo se todos soubessem que sua intervenção nada teve de “decisiva”, e que, na verdade, perdeu seu tempo? E, mais grave ainda, que os inimigos o utilizaram como instrumento de manobra, mandando através dele recado, segundo o qual a cidade ainda poderia ser vítima de alguns ataques, tendo em vista que não havia como enviar, em tempo hábil, uma contra-ordem ao comandante João Alberto?

Melhor seria que a história registrasse a inextinguível bravura e o desprendimento com que se houveram, em

transe tão doloroso, o governador, o general e o bispo. Ficasse, pois, consignado: os revoltosos “cercaram” Teresina e a invasão da cidade foi corajosamente repelida. A versão também não faria mal aos revoltosos: Brasil afora correria a notícia não só de seu arrojo, como de sua força, capaz de cercar uma capital defendida por mais de 4.000 soldados fortemente armados e entrincheirados! Não poderia haver melhor desmentido às insistentes afirmações de autoridades federais, dando conta de que os rebeldes estavam nas últimas, isolados, famintos, frustrados.

Os acadêmicos, ao escreverem sobre a Coluna, também criam suas histórias. Com suas teses e pesquisas, desfazem algumas lendas, criam ou reforçam outras, não abdicando da parte que lhes cabe na fabricação de mitos. Alguns resolveram alçar os revoltosos à condição de guerrilheiros! Os revoltosos, que o tempo todo faziam questão de manter, às vezes com caricaturas grotescas, a fisionomia, a estrutura, os princípios hierárquicos e a prática de um exército regular! Que não tiravam os distintivos do Exército Brasileiro! Eles, que nunca pretenderam, como sói acontecer aos guerrilheiros, destruir um exército intruso a serviço de um opressor! Que não conheciam o cenário da luta e que jamais buscaram ganhar a adesão do povo porque confiavam na apregoada índole libertária, democrática e popular de sua corporação, a corporação dos apóstolos da pátria, a única capaz de garantir um belo destino ao Brasil⁶!

Na concepção moderna, guerrilha tem apoio do povo e é braço armado do movimento político



A Coluna, sem dúvida, empregou algumas táticas usuais na luta de guerrilha: fustigar e fugir, armar-se com o suprimento do inimigo etc. Na chamada “guerra de movimento”, Prestes mostrou que havia assimilado a experiência das contendas entre chimangos e maragatos. Daí a ser considerada movimento guerrilheiro, cuja forma organizacional difere radicalmente do exército regular, é ou desaviso ou licenciosidade própria dos criadores de mito. Guerrilha, na acepção moderna, é braço armado de movimento político, vive do apoio do povo, exprime um sentimento enraizado na população e disso tira a sua força. Leva a vantagem do conhecimento pormenorizado do terreno. Guerrilheiro age sempre politicamente, objetivando ampliar a adesão popular. Do ponto de vista militar, é movimento essencialmente defensivo. Quando chega ao ponto de querer destituir governo, deixa de ser guerrilha, ganha dimensões e formato de exército regular. Que movimento político, que partido teve a Coluna como braço armado? O movimento tenentista, o partido militar. Quanto ao “povo”, que, sensibilizado pelas idéias liberais de voto secreto e liberdade de imprensa, batia palmas para a Coluna, não estava nos sertões devassados pelos revoltosos.

Interessante é verificar que, na época, os militares insurretos proclamavam-se “revolucionários” ou “conspira-

dores”, não fazendo nítida distinção entre os dois termos. Aceitavam ainda a expressão popular *revoltosos*. Ninguém se lembrou de batizá-los de guerrilheiros. Décadas depois, a guerrilha popularizada no continente como movimento de libertação nacional e democrático e os militares de carreira como o seu contrário, alguns apresentam a Coluna como movimento guerrilheiro. Mas essa lenda da “Coluna Guerrilheira” é apoiada em outra, a da adesão popular. Pesquisadores e revoltosos afirmam que isso ocorreu pelo menos em dois estados, o Maranhão e o Piauí. Já fiz referência à adesão que os revoltosos conseguiram no Maranhão. Quanto à adesão de piauienses, indaguei a Prestes, e o velho comandante esclareceu:

“Tivemos a ilusão, que também teve o companheiro Guevara alguns anos mais tarde, de que, nessa região, teríamos adesões. Mas não tivemos. Aqui, simplesmente fomos recebidos de maneira cordial pela população. Noutros estados, a população fugia, alertada pela propaganda que o governo fazia. Essa foi a diferença. Aqui (no Piauí) tivemos algumas adesões de crianças, jovens de 12, 14 anos”.

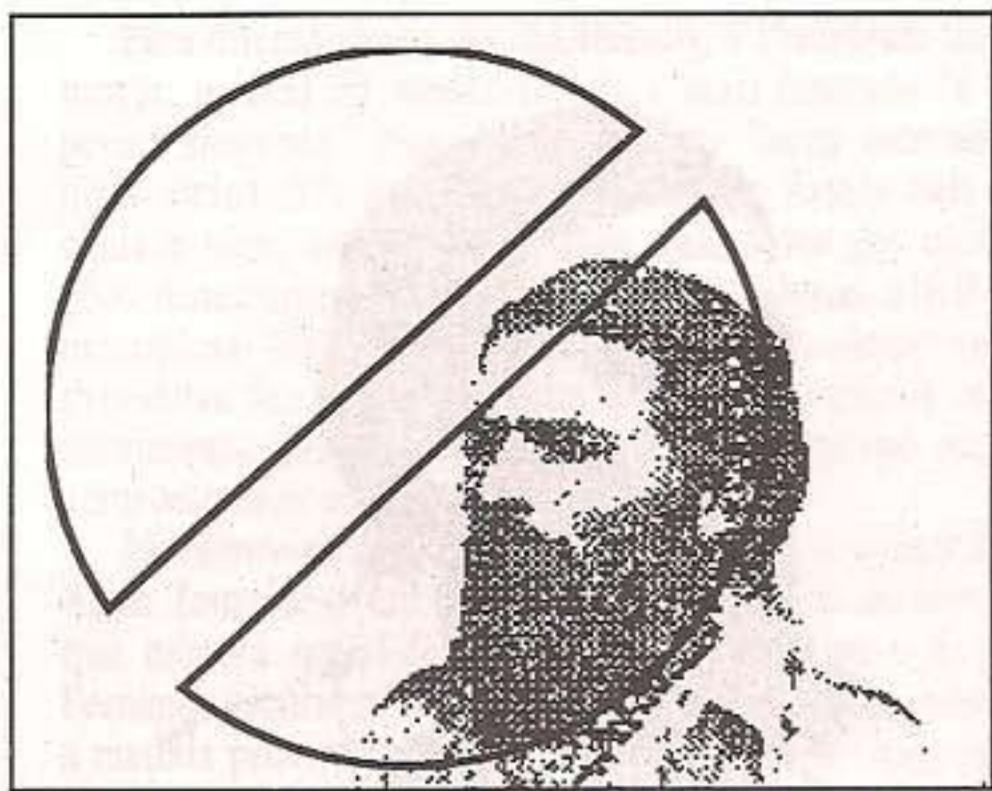
Na lembrança de Prestes, a acolhida “cordial” dos piauienses. Na memória popular, as atribuições infernais de uma guerra que não compreendiam...

Não penso que Prestes, referindo-se à “cordialidade” dos piauienses, estivesse conscientemente alimentando a mitologia em torno da Coluna. O que tinha presente, muito provavelmente, era a grande diferença encontrada pelos revoltosos entre o percurso piauiense e o trecho iniciado na serra do Pereiro. No Piauí, os tiros não incomodaram os revoltosos tanto quanto o mosquito transmissor da malária. Era época de chuva, e o vale do Parnaíba estava infestado. Mais da metade dos rebeldes foi contaminada.



Guevara sempre visou ao levante de massas mobilizadas pelo exemplo dos homens que o seguiam

Já na comparação com Guevara e na afirmação de que a fuga da população era decorrente da “propaganda que o governo fazia”, Prestes usa a imaginação. As “ilusões” dos revoltosos nada tinham a ver com as “ilusões” de Guevara, que nunca teve em mira manifestações de quartel, mas levantes de massas mobilizadas pelo exemplo do punhado de homens que o seguia. Na Bolívia, o Che frustrou-se porque a população não o acompanhou. No Brasil, os homens da Coluna frustraram-se por outras razões, já que não tomavam a ação de massas como força capaz de derrubar o governo e impor reformas. Poucos e limitados foram os seus gestos para atrair a simpatia das populações. Aliás, estavam apressados, não teriam tempo para isso. A derrubada do governo seria tarefa de parte “sadia” do Exército. Os revoltosos encerraram sua marcha, no início de 1927, quando sentiram que os quartéis não se pronunciaram.



Quanto à fuga da população, esta tinha motivos mais sérios do que a “propaganda que o governo fazia”, num tempo sem rádio nem televisão. Vale lembrar, os sertanejos nordestinos não tinham motivo para acreditar no governo, e menos de três décadas separavam Canudos da Coluna. O povo fugia por conta das informações recebidas das áreas visitadas pelos revoltosos, onde era difícil sobrar cavalo, boi, carneiro, galinha e milho nos paióis. E também porque não adiantava lutar contra soldados de corpo fechado.

“Torcendo os fatos”, Prestes foi desonesto? Não vejo assim. Recorrer à investigação da moralidade dos líderes nunca ajudou a compreensão dos processos políticos. A interpretação de um episódio como a Coluna não cabe no colete cambiante dos critérios morais. Em política, noções sobre o certo e o errado sempre foram movediças, variando conforme a época, o lugar, a cultura, as circunstâncias e, sobretudo, as forças em disputa. Sintetizando a experiência milenar e, em particular, o espetáculo da transformação de valores ensejado pela ascensão da burguesia, quando tudo o que era sólido desmanchava-se no ar, Marx já dizia, no *Manifesto comunista*, que quem doutrina dita o certo e o errado para o conjunto da sociedade. E os que não têm o poder, mas almejam alcançá-lo, devem rever os conceitos estabelecidos.

Prestes apenas apresentava os fatos de um ângulo particular, diferente do ângulo do governador, do general e do bispo, das forças que se opunham à quebra das regras institucionais da Primeira República. O seu jeito de ver os feitos dos revoltosos era, em essência, o mesmo dos comunistas e de praticamente toda a mais destacada intelectualidade nacional, de Jorge Amado a Carlos Scliar, de Niemeyer a Raul Bopp. Todos, ao longo de décadas, mesmo admitindo as “limitações políticas” dos revoltosos, ou, mais complacentemente, vendo o seu protesto como “arroubo juvenil”, exaltaram as suas proezas em prosa, verso, panfleto e desenho. Agiram desonestamente? Estavam iludidos? E o chileno Neruda, autor do mais belo canto ao herói Prestes, que razão teria para engodar seus admiradores brasileiros? Ora, tomavam posição política concreta diante de circunstâncias definidas, defendendo, a seu modo, o ideal de mudança no país. Tinham como referencial um conjunto narrativo unificado que guardava sua coerên-

cia própria: a mitologia da Coluna. E mitologia, usando as palavras de Vernant, que há décadas trata do assunto, é “um sistema de pensamento original, tão complexo e rigoroso como, a seu modo, pode sê-lo”.

Os interessados em descobrir falhas de caráter em Prestes não devem procurá-las em suas declarações sobre a Coluna. O chefe do estado-maior dos revoltosos agiu politicamente, cumprindo o papel que detinha – da personificação do mito. Heróis que se prezam agem responsabilmente, não agridem as suas próprias lendas. Isso seria ruim para a pátria e para o povo, que deles tanto precisam, como acreditava o comunista Jorge Amado nos anos 40, n’*O cavaleiro da esperança*, biografia de Prestes, livro que impressionou muitas gerações, inclusive a minha:

“Herói, que coisa tão simples, tão grande e tão difícil! Herói, que palavra mais linda! Só o povo concebe, alimenta e cria o herói. Nasce das entranhas do povo, que são as suas necessidades. Nasce do povo, é o próprio povo no máximo das suas qualidades. Como o poeta, vai na frente do povo. O poeta e o herói constroem os povos, dão-lhes personalidade, dignidade e vida. São momentos supremos na vida de uma nação e na vida de um povo. Tão necessários como o ar que se respira, a comida que se come, a mulher que se ama”.

Na época em que Jorge Amado escreveu *O cavaleiro da esperança*, a intelectualidade brasileira ainda se prendia a autores como Carlyle, Lavissee e Ranke, que valorizavam o papel dos “grandes homens”, dos “gênios”, atribuindo-lhes excepcional responsabilidade na movimentação das engrenagens sociais e na definição de processos históricos. Poucos, dominando o alemão, tomavam conhecimento das idéias de Weber sobre o “líder carismático” como indutor de mudanças. Auguste Comte ainda era sofregamente absorvido e adaptado para consumo nacional. Sua teoria não entrava em choque com o culto aos grandes homens. Pelo contrário, a ritualística da *Religião da humanidade* proporcionava-lhes lugar de destaque no glorioso altar da pátria e no esforço de construção da *ordem* e do *progresso*.



Freud, Jung, Eliade e outros tomavam a mitologia como modo de expressão conceitual

Na Europa, entretanto, já surgiam teorias capazes de questionar inovadoramente a personificação dos processos históricos. Era um período de intensa produção de estudos sobre símbolos, mitos, ritos. Disciplinas como a filosofia do conhecimento, a psicologia, a psicanálise, a etnologia, a sociologia, a história das religiões e a lingüística passavam a tomar a mitologia como dimensão irrecusável da experiência humana. Intelectuais como Freud, Jung, Eliade, Malinowski, Mauss, Dumézil agregavam ao estudo do indivíduo e das coletividades importantes reflexões sobre a atividade imaginativa, tomando a mitologia como modo de expressão diferente do pensamento conceitual, investigan-

do os mecanismos formadores do jeito coletivo de pensar, de guardar experiências vividas e manifestar memórias ocultas. Tratando da formação das idéias, da elaboração do pensamento, conceitos e valores, enriqueceram a realidade mostrando em definitivo que a imaginação dos homens dela faz parte. A um só tempo, revitalizariam e fragilizariam as ciências humanas: ampliariam as possibilidades de apreensão do global com a proposição de novos problemas e novas abordagens, preparando o fim do primado do mecanicismo positivista, mas também abririam caminho aos corifeus da desilusão e da irracionalidade que hoje ocupam livrarias, imprensa e salas de aula.

Marx fez um arcabouço teórico com base em contribuições de renhidos anti-revolucionários

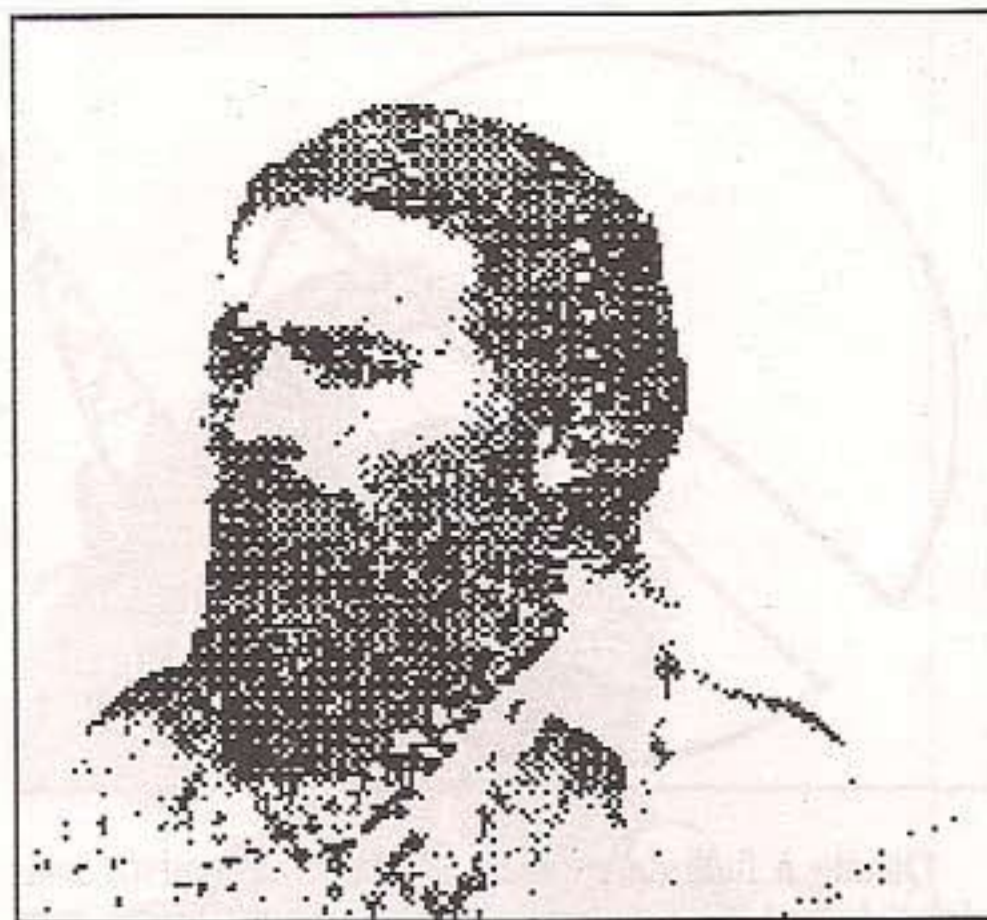


Em prejuízo de sua própria causa, os militares comunistas desconhecaram, menosprezaram ou repeliram levemente as suas contribuições. Não aproveitaram o exemplo de Marx, que montou o arcabouço de sua teoria baseado nas contribuições geniais dos mais renhidos anti-revolucionários, Hegel em destaque, e viveu de olhos abertos às novidades. Deixaram o espaço franqueado à proliferação de modismos enfrentos, onde a permissividade sem limites tornou-se a regra: ensaios sobre sociedades nos quais se abstrai a geografia, a história, a economia, os conflitos sociais e todo um aparato conceitual arduamente construído ao longo dos séculos; tentativas de levar figuras notáveis e coletivos inteiros ao divã de psicanalistas dispostos a fazer sumir noções de tempo, espaço, interesses de classe, tudo embrulhado em linguagem hermética, adequada à fraqueza de conteúdo a à ausência de sentido.

É possível que Jorge Amado não tenha lido os teóricos da época. Artistas não carecem de teses circunspectas para produzir suas obras. Camões não precisou disso quando descreveu as batalhas sanguinolentas de D. Sebastião na África, consolidando, num poema, a auto-identificação dos portugueses. Nem José Pacheco, que em versos maravilhosos ressaltou o grande confronto ocorrido na porta do céu entre Lampião e São Pedro, ajudando Virgulino a obter a legenda de bandido-herói e, com isso, resgatando alguma dignidade para os milhares de potenciais candidatos a cangaceiros espalhados pelo sertão.

Mas não tenho dúvidas de que as idéias de um militante como Jorge Amado sobre o papel do herói exemplificam uma assimilação confusa de teorias antagônicas. Inspirado em Marx, Jorge Amado diz, poeticamente, como convém a quem narra epopéias, que o herói "nasce do povo, é o próprio povo no máximo de suas qualidades". Sem respirar, abandona Marx e assume os seus adversários teóricos, notadamente Carlyle: "O poeta e o herói constroem os povos, dão-lhes personalidade, dignidade e vida".

Marx, que não negou a importância do herói-símbolo enquanto referencial de agrupamentos humanos, nem des-



curou o estudo das personalidades históricas, nunca os cobriu de mantos sagrados, nem lhes conferiu o papel de taumaturgos, super-homens construtores de povos e nações. Censuraria rudemente Victor Hugo por conta de sua apreciação do segundo *18 Brumário*, dizendo que o famoso romancista não via no acontecimento "mais que um ato de força de um só indivíduo". Pela mesma razão, atacou Proudhon. Acreditando na força dos coletivos sociais, viu o grande personagem como produto, não como criador; um instrumento na luta de interesses sociais conflitantes, jamais o motor ou a razão de ser desses interesses. Outro poeta-militante famoso, Brecht, versificaria mais fielmente a sua teoria escrevendo: "Infeliz da pátria que precisa de heróis⁹".



Comunistas não fugiram ao fascínio dos heróis: muito se disse sobre grandeza, e nada sobre os erros

O militante Jorge Amado, em seu embaralhamento teórico, não conflitava com a prática do movimento comunista no século XX. Os comunistas não escaparam ao fascínio dos heróis. Interessados em mobilizar grandes massas, compreenderam a importância dos símbolos, signos, legendas e ritos, utilizando-os intensamente. Em suas práticas, como pesou o enaltecimento dos grandes líderes! Longas análises sobre contradições sociais e dinâmica política; eloqüentes proclamações de fé na força de massas conscientes de seus interesses eram peremptoriamente negadas pelo realce do papel de grandes homens nos acontecimentos históricos. Pilhas de análises de revoluções, coleções de biografias escritas por intelectuais militantes, sempre enfatizando a inteligência, a grandeza moral, a coragem, a firmeza de atitudes e o sofrimento dos grandes líderes revolucionários. Nenhuma linha sobre os seus erros, vacilações, fragilidades, idiosincrasias – atributos generosamente reservados aos inimigos, os vilões. Uma lite-

ratura que convidava à crença em clarividentes maravilhosos conduzindo lutas políticas e a construção de novas sociedades. (...)

A identificação de um homem ou, bem mais raramente, de uma mulher que sintetizasse as melhores qualidades do povo e força de grandes coletivos revolucionários mostrou valia na mobilização de contingentes. Mas exigiu contrapartida: descartou o homem comum das formulações sobre o seu próprio destino. Frente ao herói, o homem comum torna-se pequeno, cabendo-lhe, no máximo, assimilar exemplos, seguindo conformadamente as idéias do maior. Hoje, quando os revolucionários, ainda estupefatos com os caminhos tomados pela fantástica experiência de construção do socialismo, buscam explicações para a letargia na elaboração teórica da revolução, devem ficar atentos às fragilidades da filosofia da história que lhes orientou os passos. É ingênuo tributar apenas ao Estado repressor as causas da ausência da criatividade na produção intelectual. A liberdade, fundamental à criação, não é frustrada apenas pela ação policial. A prática do culto ao herói também joga seu papel.

Se a realidade era pouco digna dos heróis, que seu lugar fosse ocupado pelas lendas



A crença segundo a qual o herói é o fator decisivo para os grandes projetos sócio-políticos tem complicado terrivelmente a interpretação histórica ao longo dos séculos. Faz com que a história se amolde aos heróis. Tucídides, talvez o primeiro ocidental a pretender separar, no discurso histórico, o maravilhoso da realidade observável, ficou longe de seu intento. Políbio, três séculos depois, polemizando com Philarco, criticá-lo-ia com veemência: "O historiador não deve oferecer uma história que produza emoções através do fantástico¹⁰".

Platão, que tanto buscou a verdade e a justiça, procurando ver além das trevas, não deixou de censurar duramente os que apresentavam o lado "frágil", ou humano, dos heróis gregos. Bons tempos aqueles em que os heróis eram mais abertamente tidos como deuses! O grande reformador queria salvar a sua pátria ameaçada. Não conseguiu, convém lembrar. Já então, considerava os heróis imprescindíveis. O que desabonasse suas imagens deveria ser suprimido. Se a realidade era indigna dos heróis, que a lenda tomasse o seu lugar!

As preocupações dos gregos antigos atravessam os tempos. Estão vivas em tudo, ou quase tudo o que se tem dito ou escrito sobre a peleja dos revoltosos nos sertões, confirmando a frase famosa, escrita bem antes do surgimento da psicanálise: "A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um grande pesadelo".

É o que eu sinto, quando, pelos sertões, converso sobre os revoltosos, vasculho papéis velhos, repasso exemplares

da literatura revolucionária do século XX ou leio respeitáveis teses acadêmicas.

MANUEL DOMINGOS é Doutor em História pela Universidade de Paris, professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

Notas

(1) Este artigo resume alguns elementos de um estudo mais pormenorizado, *A peleja dos revoltosos nos sertões*, escrito em 1994, que obteve o primeiro lugar num concurso promovido pelo Centro de Estudos Sociais Luís Carlos Prestes e pela Universidade da Paraíba. A publicação desse texto está sob responsabilidade dos promotores do concurso.

(2) A Coluna Prestes originou-se da junção de tropas paulistas remanescentes da rebelião de julho de 1924 e tropas gaúchas levantadas em outubro do mesmo ano. Diante do fracasso dessas tentativas insurrecionais, uma reunião em Foz do Iguaçu (abril de 1925) deliberou pela resistência armada itinerante. A primeira penetração dos revoltosos no território hoje considerado como Nordeste ocorreu em agosto de 1925, quando atingiram o noroeste de Minas e o sudoeste da Bahia. Em seguida, retornaram a Goiás e, demandando o norte, chegam ao Maranhão em meados de novembro. Deixam o Nordeste em 20 de agosto de 1926, depois de terem percorrido terras do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Minas. Em 3 de fevereiro de 1927, os revoltosos encerram sua marcha internando-se na Bolívia. Eram, na ocasião, 620 homens, muitos deles feridos, todos mal vestidos, mal armados, fisicamente exaustos, mas perfeitamente em ordem e considerando-se vitoriosos.

(3) É relativamente vasta a literatura sobre a Coluna. Entre os principais textos estão as memórias e biografias de participantes como Cordeiro de Farias, João Alberto, Juarez Távora e Italo Landicci. A obra referencial, inclusive para a reconstituição cronológica da expedição, é de Lourenço Moreira Lima, *Coluna Prestes, marchas e combates*, São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. Os textos acadêmicos mais conhecidos são os de Neill Macaulay, *A Coluna Prestes, revolução no Brasil*, Rio/SP: Difel, 1977; e de Anita Leocádia Prestes, *A Coluna Prestes*, São Paulo: Brasiliense, 1990.

(4) FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo e Walder de Goes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p.103.

(5) As fitas com o depoimento de Prestes, gravadas em 11/4/1985, estão hoje no arquivo público do Piauí. Reproduzo a íntegra de suas declarações no trabalho já mencionado, *A peleja dos revoltosos nos sertões*.

(6) Entre os que trataram a Coluna como movimento guerrilheiro está João Quartim de Moraes, em *A esquerda militar no Brasil*, São Paulo: Siciliano, 1991, que a considerou uma "guerrilha rural de esquerda militar". Anita Leocádia Prestes, em sua tese de doutoramento apresentada à UFF, endossa o termo e vai mais longe, classificando-o como "um exército com características populares" (op.cit. 297-298).

(7) VERNANT, J.P. *Mythe et société en Grèce Ancienne*. Paris: La Découverte, 1974, p.207.

(8) AMADO, Jorge. *O Cavaleiro da Esperança*. Rio de Janeiro: Record, 1982, p.09.

(9) As observações de Marx estão no prefácio à 2ª edição de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de 1869.

(10) Vernant, na obra já citada, considera que Políbio permanece até hoje o melhor crítico de Tucídides.

Lênin e a burocracia

LUCIANO CAVINI MARTORANO

O líder proletário fez importantes considerações sobre a burocracia do Estado mesmo antes da tomada do poder pelos bolcheviques

O objetivo deste texto é bastante modesto: resgatar parte da contribuição teórica e prática do principal agente da Revolução Russa de 1917, Vladimir Ilitch Lênin, sobre a burocracia do Estado na transição socialista, e na soviética em particular. Essa é uma questão fundamental na discussão sobre a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário, e sobre a estrutura e a função do aparelho de Estado no socialismo. Não se trata portanto de apresentar nenhuma análise sobre as razões do insucesso da experiência em questão, embora, talvez indiretamente, se possam encontrar aqui alguns elementos que auxiliem aqueles que se propõem a tal empreendimento.

Como Lênin analisava a burocracia do Estado? Ele não se deparou com essa questão apenas após a tomada do poder pelos bolcheviques. Ao contrário, já em *O Estado e a Revolução*, escrito, como se sabe, às vésperas da Revolução, o líder bolchevique faz importantes formulações sobre o tema.

Logo no início do livro o autor coloca a pergunta sobre a situação privilegiada dos funcionários: “que é que os coloca acima da sociedade?” (Lênin, 1983:16) – acima no sentido de separados do povo, e não propriamente da influência e do poder da burguesia. Logo em seguida, ele destaca a corrupção de funcionários como um dos “meios de manter e exercer a onipotência da riqueza” (Lênin, 1983:17), além do fato de o emprego público ter se tornado um objeto de barganha e cooptação política da grande burguesia para atrair as “camadas superiores do campesinato, dos pequenos artesãos, dos comerciantes, etc.” (Lênin, 1983:38). O emprego público torna-se também uma “ponte para atingir empregos altamente rendosos nos Bancos e nas sociedades por ações, como constantemente sucede em todos os países capitalistas, mesmo nos mais liberais” (Lênin, 1983:96).

Por isso, Lênin julga “o corpo de funcionários inseparável da burguesia” e “inteiramente incapaz de executar as decisões do Estado proletário” (Lênin, 1983:72). Isso, somado ao fato de a burocracia, ao lado do exército permanente, ser uma das instituições mais típicas da máquina governamental burguesa, leva-o a se definir pela supressão, como condição da instauração de um Estado proletário.

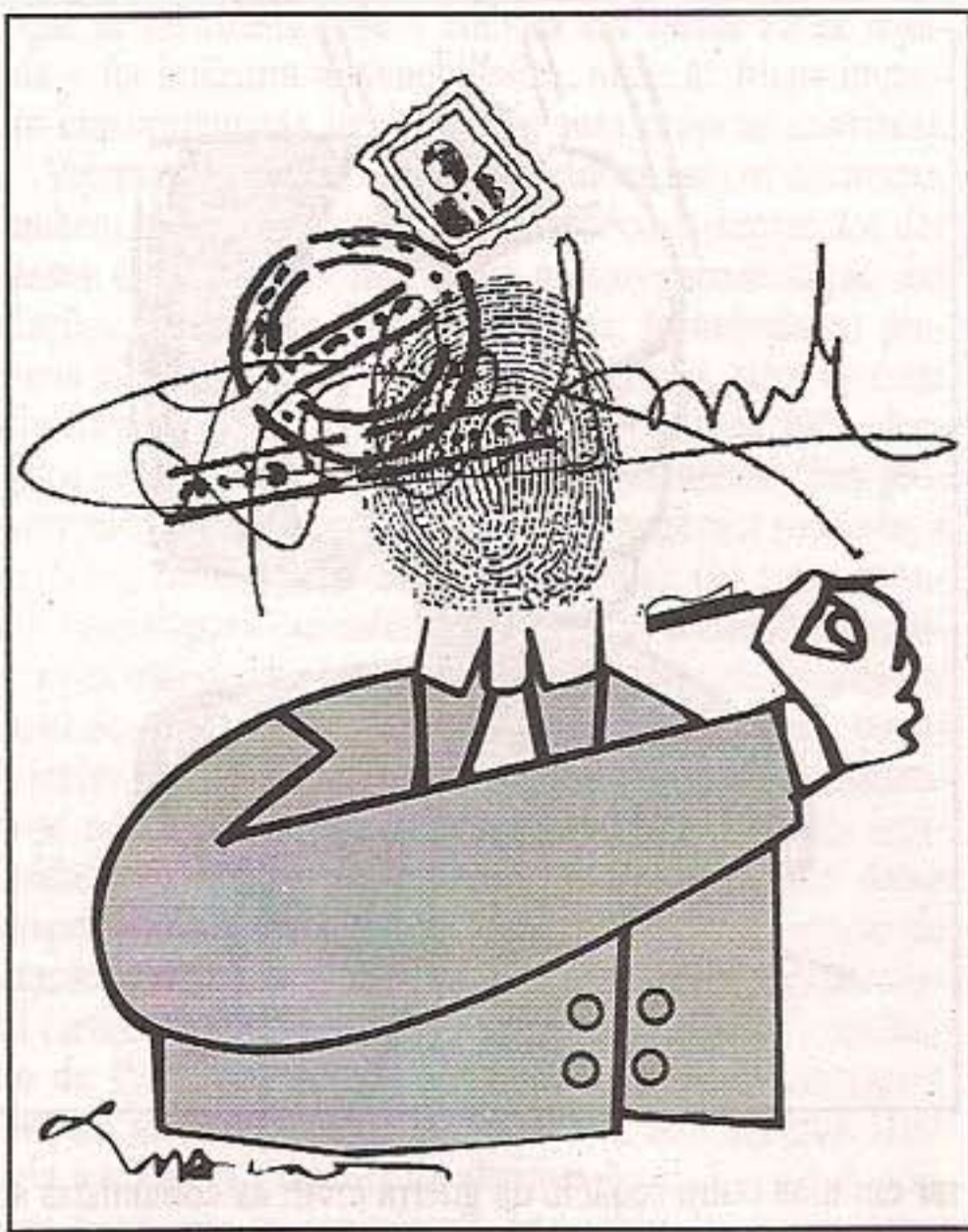
Quanto à exequibilidade dessa tarefa e o modo de sua implementação, comenta:

“Não se trata de aniquilar o funcionalismo de um golpe, totalmente e por toda a parte. Eis onde estaria a utopia. Mas destruir sem demora a velha máquina administrativa, para começar imediatamente a construir uma nova, que permita suprimir gradualmente o funcionalismo, isso não é uma utopia, é a experiência da Comuna, é a tarefa primordial e imediata do proletariado revolucionário” (Lênin, 1983:60).

Até aqui, e em certa medida, Lênin reitera as posições de Marx sobre a questão, mas há em *O Estado e a Revolução* uma nova tese que não se encontra em Marx e em Engels. Ela se refere às condições materiais, criadas já no capitalismo, que permitem a implantação do Estado proletário e seu posterior desaparecimento. Ou seja, o grande desenvolvimento da tecnologia, da comunicação e dos transportes permitiu a simplificação da atividade administrativa estatal, reduzida a processos de registro e de controle. Dessa forma, tornou possível o exercício dessa atividade a todos os cidadãos de instrução primária (Lênin, 1983:54-55).

Lênin, no final do livro, explicita as duas premissas criadas pelo capitalismo que viabilizam a participação de todos na gestão do Estado: (1) a instrução universal, já então realizada na maior parte dos países capitalistas avançados; e (2) a educação e a disciplina dos operários nos correios, nas estradas de ferro, nas fábricas etc. (Lênin, 1983:124). Ou seja, utiliza a idéia da complexidade crescente das sociedades modernas não para justificar sua maior burocratização, mas para postular o fim desta.

A leitura de *O Estado e a Revolução* revela que seu autor fazia um uso indistinto das noções de *burocracia* e de *burocratismo*. Ele não possui, nem tampouco os desenvolverá em seus trabalhos posteriores, conceitos precisos para designar os distintos fenômenos. No caso da expressão *burocracia*, nota-se que ele a usa tanto para designar a camada social dos funcionários como para qualificar uma má e ineficiente organização da economia e da administração – nesse segundo caso, emprega também o termo ‘papelada’ (Lênin, 1978:260 e 271)¹.



Tanto *burocracia* como *burocratismo* têm uma forte conotação pejorativa, por isso ele recorre ao termo *funcionário* para designar o servidor público no aparelho do Estado proletário. Assim, ele admite que, no socialismo, todos se tornem temporariamente funcionários, mas que ninguém se transforme num burocrata (Lênin, 1983:138). Ou então, aceita que no socialismo haja os *detentores de funções públicas* (Lênin, 1983:146). A diferença entre ambos é que o burocrata é sempre um privilegiado, afastado das massas, colocado acima delas – fenômeno que é qualificado como sendo a essência do burocratismo (Lênin, 1983:145). A esse burocratismo é atribuída, posteriormente, a capacidade de vincular “sempre e em toda parte o poder de Estado aos interesses dos latifundiários e dos capitalistas”² (Lênin, 1978:166).

A luta contra a burocracia e suas causas

Se formos periodizar a luta ensejada por Lênin contra as manifestações burocráticas na Rússia, podemos distinguir dois momentos bastante diferenciados: o primeiro cobriria o período imediatamente pré-revolucionário e imediatamente pós-revolucionário – ou seja, de 1917 até o início de 1919; o segundo envolveria quase todo o período do comunismo de guerra – iniciado em meados de 1918, atravessando a Nova Política Econômica (NEP) começada em março de 1921, até a morte do líder bolchevique.

Qual a diferença básica entre ambos os períodos? No primeiro, pode-se classificar a perspectiva de luta contra a burocracia como sendo manifestamente otimista: nesse período, apesar das dificuldades, parece não haver dúvida alguma sobre a vitória final do proletariado, e num prazo relativamente breve. Já no segundo os problemas vão se

avolumando e os resultados não aparecem, a perspectiva é de grave preocupação para um futuro longínquo.

Novamente recorrerei a *O Estado e a Revolução* como uma das fontes para reconstituir o primeiro período. Nessa obra, Lênin acentua que o socialismo simplificaria as funções da administração do Estado, permitindo a rápida supressão hierárquica no interior do aparelho do Estado, e “reduzindo tudo a uma organização dos proletários em classe dominante, em que empregue, por conta da sociedade inteira, operários, contramestres e guarda-livros.” Isso permitiria, em ritmo acelerado, a participação de toda a população em todos os domínios da vida social e política. Além disso, a possibilidade da “supressão completa da burocracia” já se daria nos marcos do socialismo, graças à redução da jornada de trabalho e à melhoria das condições de vida das massas (Lênin, 1983:60, 61, 132 e 148).

O mesmo tom se repete no livro *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, escrito em finais de 1918. Nessa obra, apesar de reconhecer que “Durante muito tempo depois da revolução os exploradores conservam inevitavelmente uma série de enormes vantagens de facto”, entre elas “os hábitos de organização e de administração, o conhecimento de todos os ‘segredos’ (costumes, processos, meios, possibilidades) da administração” (Lênin, 1979:39), Lênin é enfático: “Mas na Rússia quebramos completamente o aparelho burocrático, não deixamos dele pedra sobre pedra” (Lênin, 1979:34).

Ainda em um texto do início de 1919, minuta do projeto de programa do Partido Comunista da Rússia, os termos do discurso são os mesmos: “Na atualidade, na Rússia foram demolidas por completo as fortalezas do burocratismo” (Lênin, 1978:166).

Mas, menos de dois meses depois, as preocupações começam a aparecer, e o discurso vai mudando de sentido, evidenciando, com o passar do tempo, a gravidade da situação nesse terreno específico da vida soviética. Em 19 de março, no seu *Informe sobre o programa do partido*, apresentado no VIII Congresso do Partido, Lênin reconhece:

“Dissolvemos este pessoal burocrático antiquado, o removemos e logo começamos a colocá-lo em outros postos. Os burocratas czaristas começaram a entrar nos escritórios dos órgãos soviéticos, nos quais introduzem seus hábitos burocráticos, se encobrem com o disfarce de comunistas e, para assegurar um maior êxito em sua carreira, procuram as carteiras de militantes do PC da Rússia. De modo que depois de serem lançados pela porta, se metem pela janela!” (Lênin, 1978:171).

Em seguida, o discurso é claramente uma negação daquele que prevalecera no primeiro período, como mostra este apresentado na reunião do grupo comunista do II Congresso Nacional de Mineiros, em 24 de janeiro de 1921:

“Quer dizer, apareceu a chaga. No programa escrevemos em 1919 que em nosso país há burocracia. Quem lhes proponha acabar com a burocracia será um demagogo. Se alguém se apresenta para vocês e diz: Acabemos com a burocracia!, isso será demagogia. Será uma bobagem. Temos que lutar contra a burocracia durante muito tempo, e quem pensar de outra maneira é um charlatão demagogo” (Lênin, 1978:248).

Lênin então passa a admitir a existência da burocracia já não apenas em razão da sobrevivência dos antigos funcionários no novo aparelho de Estado, mas brotando da sobrevivência de antigos funcionários no novo aparelho, inclusive nas fileiras dos operários que passaram a ocupar postos na administração. Na sua *Carta ao Congresso*, de dezembro de 1922, isso aparece explicitamente quando ele admite que nos operários “que atuaram por muito tempo nas organizações soviéticas (nesta parte da carta, quando digo operários sempre me refiro também aos camponeses) já se enraizaram certas tradições e certos pré-julgamentos que é desejável precisamente combater” (Lênin, 1979:279).

Um mês depois, em janeiro de 1923, Lênin faz uma nova e dura constatação:

“Nossa administração pública, com exceção do Commissariado dos Negócios Exteriores, é em sua maior parte uma sobrevivência da velha administração que sofreu mudanças mínimas. Só foi ligeiramente retocada por cima; nos demais aspectos continua sendo o mais tipicamente velho de nossa velha administração pública” (Lênin, 1978:285).

O caminho descrito não poderia ser mais revelador: da infiltração de velhos burocratas disfarçados de comunistas à admissão de que toda a antiga administração permanecia praticamente intocada. Em um de seus últimos artigos, *Mais vale pouco e bom*, de março de 1923, novamente o dirigente bolchevique é obrigado a reconhecer: “Nossa administração pública se encontra num estado tão deplorável, para não dizer detestável” (Lênin, 1978:292).

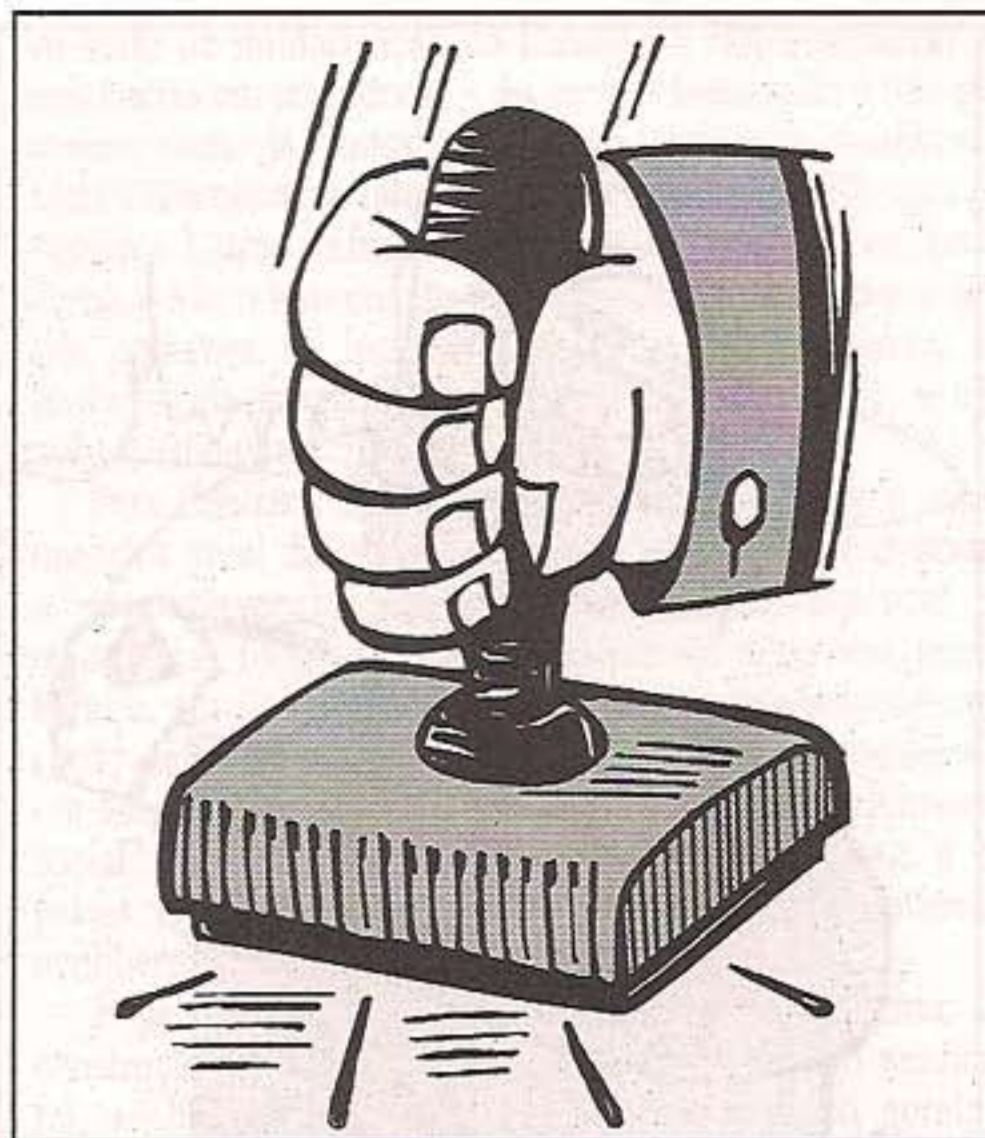
A guerra civil na Rússia reduziu o setor operário e deixou o país com nível de vida mínimo



Lênin se revela extremamente cauteloso em relação às perspectivas de melhoras: deve-se estudar o problema e não ter pressa em encontrar soluções. “Passar-se-ão anos antes que consigamos aperfeiçoar nosso aparelho estatal.” (Lênin, 1979:13)

A sua análise sobre as causas da burocracia é apresentada em dois níveis diferentes – um, preocupado com as razões imediatas do surgimento e crescimento da burocracia do aparelho estatal soviético; o outro, com as raízes mais profundas do fenômeno.

No primeiro nível, a causa imediata apontada são as conseqüências da guerra civil na Rússia. Ela obrigou o setor mais avançado do proletariado a um esforço extremo, sobre-humano, para responder às exigências do trabalho militar, e seu resultado foi a redução do setor operário que estava à frente da administração estatal, cujo número, além de excessivamente escasso, estaria completamente exausto. É por isso que Lênin reitera, sucessivas vezes, a necessidade de se incorporar ao trabalho administrativo novas forças operárias e camponesas, sobretudo os sem filiação partidária. Mas a aplicação dessa recomendação vai esbar-



rar em uma outra seqüela da guerra civil: os comunistas se fecham num estreito círculo de governantes, temendo a incorporação dos sem partido.

A guerra civil deixara ainda o país arruinado e na miséria, o que dificultava o esforço de elevar o nível de vida do conjunto da população – apontado, como já se viu, como uma das condições principais para sua participação na atividade política e estatal³ (Lênin, 1978:167, 172, 259 e 260).

Já as causas mais profundas do fenômeno burocrático na Rússia são, para Lênin, o seu insuficiente desenvolvimento capitalista e o escasso nível educacional e cultural em que se encontrava a grande maioria da população. Ou seja, uma pesada herança do passado que vai marcar fortemente todos os esforços da transição soviética, além de motivar nos bolcheviques fortes expectativas do desencadeamento da revolução socialista em países capitalistas mais desenvolvidos.

O insuficiente desenvolvimento cultural é sucessivamente reiterado, atingindo o conjunto dos operários e dos camponeses, e, portanto, também aqueles que se incorporavam à administração estatal ou se filiavam ao partido bolchevique, a despeito de sua coragem e de seu entusiasmo na luta para a construção da nova sociedade (Lênin, 1978:167, 170, 260 e 291).

É necessário também sublinhar que a Revolução estava em meio a um complexo e difícil processo de institucionalização formal e oficial do novo poder estatal – processo esse em grande parte desconhecido, já que a experiência da Comuna de Paris praticamente sequer o iniciara.

Por último, resta examinar como Lênin concebeu a luta contra a burocracia a partir do exame que fizera de suas causas. Ela se daria envolvendo dois aspectos: o primeiro estaria relacionado à preconização de medidas envolvendo o interior do aparelho estatal, consistindo na proposta de

sua obreirização, na rotatividade dos funcionários na execução de suas tarefas, na redução de seu número e na recomendação de uma maior prestação de contas às massas; o segundo atingiria o conjunto da população com o desencadeamento de uma revolução cultural para vencer o atraso russo.

A idéia da obreirização do aparelho de Estado não é propriamente uma idéia nova, se lembrarmos da indicação, contida em *O Estado e a Revolução*, de que os operários deveriam controlar os técnicos (Lênin, 1983:124-125), e se admitirmos que algum tipo de correspondência deve haver entre um Estado que se reivindique proletário e a composição social do conjunto de seus funcionários. Mas como se daria concretamente essa obreirização?

Em uma carta dirigida a Zinoviev, datada de 30 de abril de 1919, Lênin admite que a necessidade de “pessoas honradas” nos Comitês Executivos Distritais de toda a Rússia é “desesperadora”, e recomenda a seleção de 300 a 600 operários de Petrogrado, avaliados pelo Partido e pelos sindicatos, para serem enviados aos comitês (Lênin, 1978:177).

Em um discurso de 7 de novembro do mesmo ano, realizado na reunião conjunta do Comitê Executivo Central de toda a Rússia, do Soviete de deputados operários e soldados vermelhos de Moscou, do Conselho Central dos Sindicatos de toda a Rússia e dos comitês de fábrica, o líder marxista destaca como um importante resultado do balanço do segundo aniversário da Revolução de Outubro a elevação da composição proletária dos membros do aparelho de abastecimento de 30% para 80% em um ano (Lênin, 1978:208).

Esse processo de recrutamento envolvia também os operários sem filiação partidária, que deveriam ser selecionados nas chamadas Conferências de Operários e Camponeses sem Partido, as quais deveriam se transformar em fontes de novas forças para a administração estatal (Lênin, 1978:213, 227, 261 e 262-265).

A rotatividade de tarefas impede o surgimento de hábitos burocráticos e resistência à mudança



Uma outra medida adotada no período, e que deveria se constituir numa forma eficaz de controle pelos operários do funcionamento da administração estatal, é a criação da Inspeção Operária e Camponesa (IOC), cujos primeiros esforços fracassaram, motivando a proposta de sua reorganização (Lênin, 1978:285-290).

Ao propor a contínua rotatividade dos funcionários no exercício de tarefas da administração governamental, busca-se impedir que a prolongada permanência na execução repetitiva de uma mesma tarefa sirva de fonte para o surgimento de hábitos burocráticos e de resistência a mudanças. Além disso, se quer criar as condições para que cada servidor do Estado tenha a visão mais global possível do con-

junto da ação estatal, e não uma idéia limitada e parcial (Lênin, 1978:167).

Em relação à proposta de redução do número de funcionários, o próprio Lênin oferece um exemplo de sua aplicação:

“Em agosto de 1919 realizamos o censo de nosso aparelho de Moscou, que arrolou um total de 231.000 empregados estatais e soviéticos, cifra que compreende não apenas os empregados dos organismos centrais, mas também locais, da cidade. Faz pouco, em outubro de 1922, efetuamos novo censo, seguros de que nosso avultado aparelho havia sido reduzido, que seria menos numeroso; deu como resultado 243.000 pessoas. Eis aqui o balanço de todas estas reduções de pessoal” (Lênin, 1979b:12).

A elevação do nível cultural do povo russo através de uma revolução cultural, é, portanto, a indicação de sentido estratégico na luta contra a burocracia. Essa revolução seria um longo trabalho de anos, para vencer a chamada barbárie russa no campo educacional, visando atingir os níveis ocidentais. A sua primeira missão seria erradicar o analfabetismo da população, que criava enormes dificuldades para a participação dos operários e dos camponeses na vida política e social (Lênin, 1978:24).



A revolução cultural se volta para o conjunto da população e não só ao Partido e ao Estado

Outro passo importante seria a aquisição do conjunto de conhecimentos e de técnicas já acumulados em outros países como a base inicial para se pensar um posterior desenvolvimento de caráter socialista. Assim a Rússia, quase inteiramente pré-capitalista, teria de passar pelo acúmulo cultural e técnico obtido pelo capitalismo, para então poder criar algo de novo e de original. No caso específico da administração estatal, o revolucionário marxista propõe, por exemplo, o envio de especialistas russos para países como Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, para que pudessem recolher bibliografia sobre o tema e assim estudá-lo (Lênin, 1978:298).

Apesar da aparente modéstia da revolução cultural, o que vale a pena destacar é que ela se volta para o conjunto da população, não se reduzindo a medida restrita ao Partido e ao Estado.

Sem dúvida é preciso salientar ainda que boa parte dos esforços de Lênin para combater a burocracia envolvem o partido bolchevique, já que a ele estaria reservada a direção de todo o processo. Nesse sentido, se chama a atenção para os riscos de um partido no poder se preocupar unicamente com seu aumento numérico, descuidando-se de sua qualidade (Lênin, 1978:201). Decorrem daí suas sugestões para a depuração do partido de membros julgados carreiristas e oportunistas. Além disso, enfatiza-se a importância da melhoria de sua composição social com o recrutamento de novos operários para as fileiras partidárias, e para os seus órgãos de direção. Em um de seus

últimos artigos, "Como reorganizar a Inspeção Operária e Camponesa", recomenda a incorporação de 75 a 100 novos operários e camponeses ao Comitê Central (Lênin, 1978:286).

O líder bolchevique revela grande realismo frente às primeiras manifestações de burocratismo no aparelho de Estado soviético, mas não consegue indicar as *formas práticas do processo de desestatização*. Ou seja, limita-se a reafirmar a conhecida tese marxista do controle da burocracia socialista pelos operários e camponeses, sem indicar a necessidade de estes últimos, através de suas organizações, irem se apropriando, imediata e progressivamente, das atribuições e tarefas estatais. Esse processo de desestatização protagonizado pelos trabalhadores se chocaria, fatalmente, com os interesses da burocracia, mas do êxito de sua realização dependem a construção do socialismo e a transição para o comunismo, onde o Estado deverá desaparecer⁴.

LUCIANO CAVINI MARTORANO é mestrando em Ciência Política na Unicamp.

Notas

(1) Sobre os conceitos de burocracia e de burocratismo, consultar POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais no Estado capitalista*, Martins Fontes, especialmente a 5ª parte, item 3, "Estado capitalista". Burocratismo. Burocracia.

(2) A tradução dos textos em espanhol é do autor.

(3) Alguns dados sobre a redução da classe operária urbana: dos 3.024.000 operários industriais de 1917 sobram apenas 1.243.000 entre 1921-1922. Em Petrogrado, a capital da Revolução, a redução

foi mais drástica: de 400.000 operários em outubro de 1917 para 71.575 em abril de 1918.

Segundo David Mandel, "as fábricas perderam o grosso de seus elementos mais ativos e radicais, os jovens operários e os bolcheviques, que haviam emergido como líderes naturais no curso da revolução" (apud CALLINICOS, 1922:38).

(4) Daí o erro de Norberto Bobbio em pretender anunciar uma "descoberta do óbvio" no pensamento marxista atual: "Uma dessas descobertas realmente extraordinárias, que desde pelo menos há vinte anos mudou muitas coisas no mundo do marxismo teórico, é que o poder, quando é descontrolado, pode degenerar, e que contra as possíveis degenerações do poder ocorre predispor remédios, enaltecer barreiras, erguer defesas eficazes" (Bobbio, 1979:27). Ora, há mais de um século Marx apresentou a tese do controle da burocracia pelos trabalhadores na transição socialista - ver *A guerra civil em França* -, através de medidas bem mais eficazes do que as defendidas por Bobbio.

BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto. "Existe uma doutrina marxista do Estado?", in *O Marxismo e o Estado*. Graal, 1979.

CALLINICOS, Alex. *A vingança da história. O marxismo europeu e as revoluções do Leste europeu*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

LÊNIN, Vladimir I. *Acerca de la incorporación de las masas a la administración del Estado*. Moscú: Editorial Progreso, 1978.

_____. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. Lisboa: Avante, 1979.

_____. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1983.

_____. *Últimos escritos (Testamento político) & Diário das secretárias*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.

DIFERENÇA NÃO É SÓ DE FORMA. A DIFERENÇA É CONTEÚDO.

Assine e dê PRINCÍPIOS de presente.

Nome _____

Endereço _____ Fone _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Assinatura anual (4 edições) - 30,00

Assinatura bianual (8 edições) - 55,00

Assinatura especial (9 edições: 5 passadas + 4) - 45,00

Mande cheque nominal junto com seus dados para enviarmos a revista. Se preferir, ligue ou escreva dando nº de cartão Credicard e vencimento. Ou telefone para que enviemos a revista junto com boleto bancário.

Editora Anita Ltda.

Rua Monsenhor Passalacqua, 158 - CEP.: 01323-010 - São Paulo - SP - Tel.: (011)289-1331

Números disponíveis para assinatura especial ou compra avulsa: 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38 e 39. Preço: R\$ 5,00

Ludovico Geymonat: do neopositivismo ao materialismo dialético

FABIO MINAZZI

O autor analisa as críticas que o filósofo italiano fez ao positivismo clássico, e que o levaram a dar uma contribuição teórica original à tradição marxista

A publicação pela PRINCÍPIOS deste artigo sobre a vida e a obra do filósofo marxista italiano Ludovico Geymonat cumpre um duplo objetivo: tornamos acessível a um público mais amplo uma informação básica sobre um dos pensadores mais instigantes do nosso tempo, além de prestar uma homenagem a esse homem de pensamento e ação, falecido em novembro de 1991. Uma de suas obras mais importantes, Galileu Galilei, será publicada no Brasil, este ano, pela Nova Fronteira.

Fabio Minazzi, o autor do artigo, é Doutor em Filosofia, autor de diversos livros, e foi aluno de Geymonat. O presente artigo foi publicado inicialmente na revista *Fundamenta Scientiae*, em 1989, e incluía uma informação bibliográfica detalhada sobre a obra de Geymonat, que aqui deixamos de publicar por falta de espaço. Nossos agradecimentos a Fabio Minazzi e a Michel Paty (editor de *Fundamenta Scientiae*) pela autorização para a publicação desta tradução, feita por Sandra Lambert Damas, com revisão técnica de Olival Freire Jr.

Os editores

“De fato, estas exigências internas críticas (elaboradas pela metodologia científica moderna) – uma vez liberadas do revestimento filosófico, posto pelos neopositivistas – não somente não estão em contradição com as linhas gerais do materialismo dialético, mas (...) podemos considerá-las como um desenvolvimento natural da tenaz polêmica conduzida por Engels e por Lênin contra todas as tentativas visando à absolutização do conhecimento científico. Uma simples reflexão poderia, na verdade, nos mostrar que elas fornecem a esta polêmica instrumentos conceituais particularmente eficazes, justamente porque elas não

resultam de considerações gerais sobre o processo de conhecimento, mas de uma análise concreta dos procedimentos – os mais sutis – efetivamente presentes na ciência de nossa época.” [...] “Se o epistemólogo marxista propõe um retorno ao materialismo, isto não ocorre por ‘fidelidade’ aos clássicos do marxismo, mas por uma razão muito séria e convincente: é porque ele se encontra em condições de esboçar uma nova forma de materialismo – não mais mecânico e sim dialético – capaz de enunciar em termos filosoficamente corretos o que há de mais significativo na dinâmica real da ciência.”

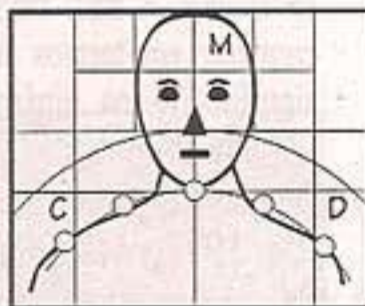
Com essas palavras, Ludovico Geymonat, no seu ensaio de 1972, *Metodologia neopositivista e materialismo dialético*, motivava a exigência de integrar a lição do empirismo lógico com a lição marxista. Tal operação comportava, talvez, dificuldades teóricas, mas permitia entender a fundo a autonomia e a originalidade da reflexão filosófica de Geymonat, que o levaram a reelaborar de maneira inédita e crítica tanto as exigências internas neopositivistas como a linha diretiva tradicional marxista.

Na verdade, muitas vezes, ao longo de sua vida, Geymonat assumiu posições contra a corrente, e o fez com uma grande independência de espírito. Nascido em Turim em 1908, ele obteve na universidade dessa cidade sua licenciatura em Filosofia (em 1920) e em Matemática (em 1932), sob a direção de Peano, Pastore e Juvalta. Mesmo com a filosofia italiana dos anos '30 sendo dominada pelo pensamento de Croce e de Gentile, que negam a existência de qualquer relação significativa entre a ciência e a filosofia, Geymonat inicia, em 1931, sua carreira de autor com seu primeiro livro, *O problema do conhecimento no positivismo*, no qual, ligando-se à tradição do positivismo, ele faz uma crítica detalhada ao neo-idealismo, defendendo

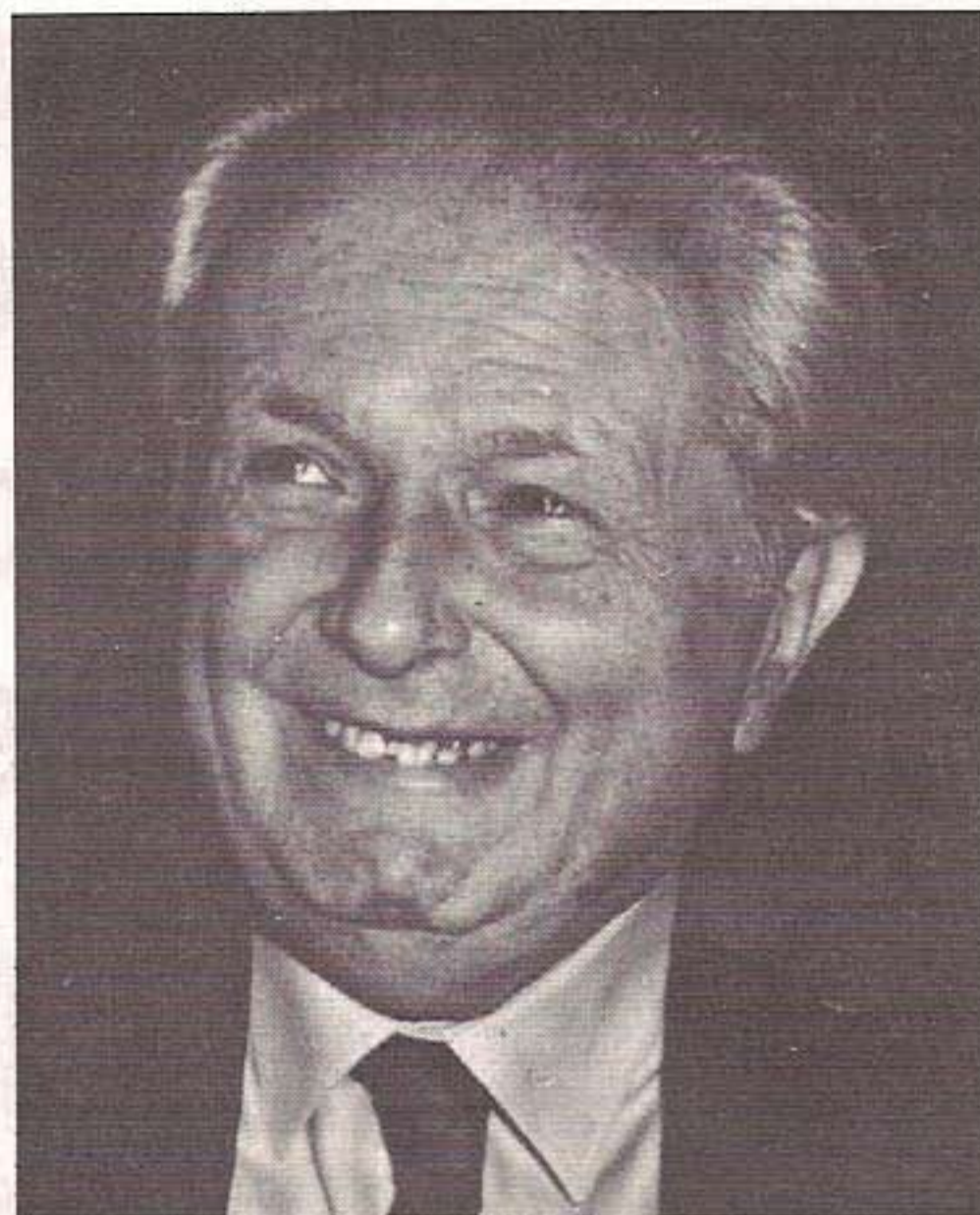
abertamente o caráter totalmente cognitivo da ciência. Após uma breve estada na Alemanha, ele publica, em 1934, o livro *A nova filosofia da natureza na Alemanha*, no qual dá as primeiras informações relativas às investigações de Dingler, Reichenbach, Schlick e Carnap.

Mas é em 1935 que, graças a uma estada de seis meses em Viena, ele entra em contato direto com o *Wiener Kreis* (Círculo de Viena), tornando sua, de maneira crítica, a lição moderna dos neopositivistas. Nesse ano ele publica na *Rivista di filosofia*, de P. Martinetti, o ensaio *Novas correntes da filosofia austríaca*, que Schlick “julga como a melhor exposição de nossas idéias que tenha sido publicada, até hoje, onde quer que seja, por um observador neutro”. Nesse mesmo período, Geymonat é obrigado a abandonar o posto de assistente na Faculdade de Ciências da Universidade de Turim porque se recusou a se inscrever no partido fascista, como era exigido pela lei daquela época. Foi pelo mesmo motivo que, de 1935 a 1940, Geymonat não pôde participar em nenhum concurso público, mesmo tendo obtido os diplomas necessários para o ensino de matemática, física, filosofia e história, não podendo ensinar nos liceus do Estado. A partir de 1940, as circunstâncias o impedem também de lecionar em escolas particulares, e é então que ele parte para Barge, na Província de Cuneo, de onde é originária sua família por parte da mãe. Ele continua suas pesquisas filosóficas e, ao mesmo tempo, dá início às suas atividades políticas clandestinas, que o levam a organizar grupos de resistentes comunistas com os quais ele lutará até a Libertação. Ele sofreu três meses de detenção nas prisões fascistas e tornou-se em seguida comissário político da 105ª brigada Garibaldi Carlo Pisacane, no Piemonte.

Geymonat traduziu os positivistas para que a Itália pudesse entender essas idéias inéditas



Contudo, em seus anos de luta, Geymonat consegue colocar em ordem seus estudos filosóficos elaborados anteriormente e publica os *Estudos por um novo racionalismo*, em abril de 1945, significativamente, alguns dias após a insurreição nacional. Depois de ter assumido por um curto período o cargo de diretor da edição piemontesa do *L'unità* (órgão do Partido Comunista Italiano), e de ter participado do Conselho Comunal de Turim, Geymonat retoma sua intensa atividade cultural. Traduz várias obras dos neopositivistas a fim de fazer melhor compreendida, na Itália, essa corrente filosófica até então inédita. Geymonat começa em seguida uma árdua batalha cultural e política com o objetivo de renovar profundamente a cultura italiana, colocando no centro das reflexões filosóficas os problemas que nascem no seio do empreendimento científico. Em 1948, ele pôde, enfim, se apresentar ao primeiro concurso universitário, no pós-fascismo – um concurso de filosofia; ele vence e é nomeado professor de filosofia na Uni-



Ludovico Geymonat

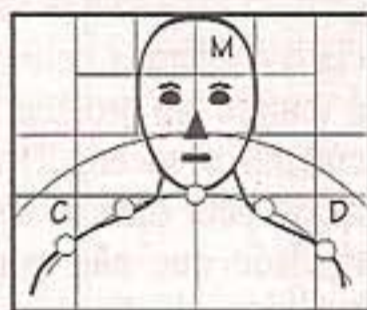
versidade de Cagliari (1949), de história da filosofia na de Pávia (1952), e, em 1956, obtém a primeira cadeira italiana de filosofia das ciências na Universidade de Milão. Nos anos 50, participa com Abbagnano, Preti, Frola, Dal Pra e Bobbio do movimento amplo e diversificado do “neoiluminismo” italiano (as “novas luzes”), elaborando um novo racionalismo que ele descreve nos *Ensaio de filosofia neo-racionalistas* de 1953. Graças ao seu ensino universitário, à sua atividade no CNP (Centro Nacional de Pesquisa) no setor lógico-matemático, na Domus Galileiana de Pisa (para a história das ciências e das técnicas), Geymonat não somente forma uma nova geração de pesquisadores que se dedicam ativamente aos estudos epistemológicos, lógicos e de história das ciências e da técnica, mas luta principalmente para introduzir essas disciplinas nas universidades (e na cultura italiana).

No início dos anos 60, quando a cultura filosófica começa a fazer sua lição de rigor do neopositivismo, Geymonat adota uma nova direção com a publicação de *Filosofia e filosofia das ciências*, livro no qual desenha uma nova forma de epistemologia histórica. Seu projeto para um novo historicismo chega enfim à maturidade com a elaboração de sua monumental *História do pensamento filosófico e científico*, em sete volumes (1970/1976), escrita em colaboração com seus assistentes, e na qual a abertura ao marxismo baseia-se na tomada de consideração analítica da história do pensamento ocidental. Em 1974, a Academia Internacional de História das Ciências lhe confere a Medalha Koyré e, em 1985, a Academia dos Lincei lhe atribui o prêmio nacional de Filosofia. Geymonat continua a desenvolver em vários livros o seu programa de pesquisa filosófica para uma renovação profunda do marxis-

mo. Entre eles, devem ser citados *Ciência e realismo* (1977), os *Elementos de filosofia das ciências* (1985), *As razões da ciência* (1986), escrito em colaboração com Giorello e Minazzi (no qual se efetua, de maneira concisa e cuidadosa, uma comparação crítico-dialética entre as posições do historicismo científico marxista e as do empirismo libertário, ligado à nova filosofia das ciências) e o muito recente *A liberdade* (1988).

Até mesmo à luz de um perfil biográfico tão curto e esquemático, podemos compreender como Geymonat não se restringiu jamais ao papel de repetidor passivo das idéias neopositivistas: ele sempre as reelaborou, de maneira crítica e pessoal. Aproximando-se das idéias do Wiener Kreis (Círculo de Viena), ele compreendeu imediatamente que essa nova linha de pesquisa permitia ultrapassar duas graves limitações da diretriz tradicional do positivismo. Em primeiro lugar, conforme os positivistas clássicos, o conhecimento científico inevitavelmente desembocaria em problemas insolúveis que entrariam, segundo Spencer, no domínio do incognoscível, enquanto que, para Du Bois-Reymond, tais problemas se tornariam verdadeiros enigmas do mundo. Para os neopositivistas, ao contrário, não há problemas insolúveis, e os que assim parecem ser são somente pseudo-problemas ou problemas que, por princípio, são privados de toda significação. Segundo essa perspectiva, toda a metafísica clássica seria constituída de pseudo-problemas que não merecem ser levados em consideração, porque não se pode atribuir-lhes qualquer significação.

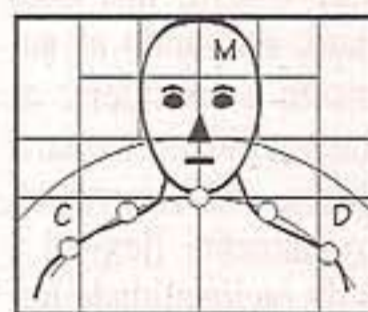
**Para os neopositivistas,
no interior
da ciência podem existir
resíduos
metafísicos indesejados**



Por outro lado, o positivismo tradicional, segundo Augusto Comte, pensava que a metafísica representava uma fase do pensamento humano já definitivamente superada, já que se tinha passado das primeiras formas imperfeitas do conhecimento (teologia e metafísica) à fase positiva e científica. Ao contrário, os neopositivistas, juntando-se à lição de Mach, pensam que os resíduos metafísicos podem estar presentes também no interior dos próprios conhecimentos científicos; o dever do epistemólogo seria justamente o de identificar essa metafísica interna às teorias científicas, a fim de eliminá-la. Para eliminar a metafísica do corpo das teorias científicas modernas, os neopositivistas propunham a realização de uma análise lógica rigorosa da linguagem científica, bem como a exigência de uma verificação empírica de igual rigor. Como dizíamos anteriormente, Geymonat compreendeu plenamente a enorme importância das teses do Círculo de Viena, capazes de libertar a atividade filosófica de todo vazio retórico, transformando-a num trabalho científico, no sentido próprio, tornando-a rigorosa e publicamente controlável. A atenção ao rigor lingüístico e a preocupação com o controle em-

pírico de nossos discursos parecem, de fato, oferecer a possibilidade de realizar uma filosofia que se subtraia à retórica e às rapsódias sentimentais e literárias.

Geymonat, aceitando o núcleo fundamental da lição lógico-lingüística do neopositivismo, coloca em destaque, em particular, três teses: 1) o caráter convencional e o caráter hipotético típico de todas as leis científicas, que não podem obter um fundamento absoluto em nenhuma observação factual; 2) a importância que têm as teorias, face às leis singulares, porque o significado das leis depende sempre do contexto teórico global no qual elas estão inseridas, e do qual tiram seu determinado valor; 3) o elemento fundamental de uma teoria é representado por sua lei interna, que lhe dá solidez e certeza, ligando entre si os termos singulares e tornando precisas as relações de certos termos da teoria com os dados de observação.



**Para Geymonat, a ciência
não pode ser
separada da história: é
penetrada
por ela inteiramente**

Se é verdade que Geymonat, em sua leitura do neopositivismo, acentua seus componentes convencionalistas, em detrimento dos empíricos, é preciso também reconhecer que ele denuncia imediatamente, desde o início de seus trabalhos, o *anti-historicismo* decisivo e absoluto dessa filosofia. Em outros termos, mesmo que partilhe plenamente a tese de que a filosofia deva refletir seriamente sobre a ciência contemporânea, Geymonat se dá conta, claramente, do caráter abstrato e utópico do modelo de *ciência perfeita* perseguido pelos neopositivistas. De fato, ou essa ciência absolutamente rigorosa encontra seu lugar fora da dimensão histórica (o que é naturalmente discutível), ou ela constitui um ideal que só com dificuldade podemos atingir. (Por que, então, não considerá-la "metafísica"?) Nos termos de Geymonat:

"Se a procura do rigor é uma expressão natural da racionalidade, a conquista do rigor (quer dizer a posse do que esta busca se propõe a conquistar) ainda se enquadra na racionalidade, ou ela tem que ser considerada como algo hiper-racional?" (*Reflexões críticas sobre Kuhn e Popper*, 1983).

Criticando o *anti-historicismo mais absoluto* do empirismo lógico, Geymonat coloca em evidência que é justamente esse aspecto que o diferencia do positivismo clássico. Retomando a lição de Comte, Geymonat prefere insistir sobre a *historicidade intrínseca da ciência*, escrevendo que "a ciência é realmente inteiramente penetrada por sua própria história e é inseparável desta" (*A nova filosofia da natureza na Alemanha*). Nos anos seguintes, mesmo se consagrando a uma extensa ação de atualização, de informação e de divulgação das idéias neopositivistas, Geymonat jamais negligenciou a dimensão histórica da ciência, alinhando-se ao ensinamento de F. Enriques em favor de uma visão dinâmica e histórica da ciência, e pôde

publicar, em 1947, sua importante *História e filosofia da análise infinitesimal*.

De resto, Geymonat utilizou a lição do neopositivismo precisamente para desenvolver uma nova forma de racionalismo que

“deve ser bem mais aguerrida e penetrante que os racionalismos que caracterizaram os séculos passados; ela deve ser, contudo: crítica, quer dizer, capaz de levar em justa consideração as objeções feitas contra a simples razão pelas filosofias místicas e decadentes que floresceram nesses últimos anos; construtiva, quer dizer, pronta para satisfazer as exigências de reconstrução e de caráter lógico que são as características da nova época; aberta, quer dizer, capaz de enfrentar os problemas sempre novos que a ciência e a práxis colocam diante do espírito humano”.

É precisamente essa exigência de um novo racionalismo crítico, construtivo e aberto que o leva, nos anos '50, a aderir ao *neo-iluminismo* italiano, aceitando as sugestões de Abbagnano, que o convencem a considerar as teorias científicas como técnicas da racionalidade humana concreta. O neo-iluminismo se qualifica, em Geymonat, como um programa de trabalho extremamente flexível e dúctil que acentua o desenvolvimento da racionalidade humana e a impossibilidade de reduzi-la a qualquer esquema arbitrário e não-modificável. Geymonat faz coincidir a racionalidade com suas manifestações históricas concretas, permanecendo consciente da variabilidade dos parâmetros categoriais utilizados para a construção das teorias e dos conhecimentos sempre mais rigorosos. É por isso que, no ensaio *A exigência de uma história integral da razão*, Geymonat declara:

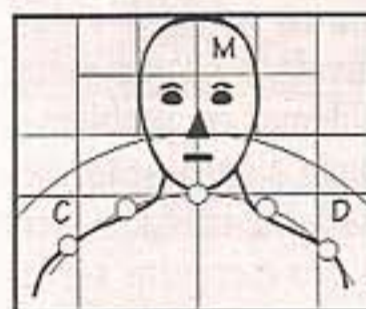
“O que me parece indispensável hoje é se conseguir inserir na concepção neopositivista a exigência interna da história, abrindo, por um lado, novos desenvolvimentos ao neopositivismo, e utilizando-se, por outro, os resultados da crítica neopositivista para fornecer novos métodos, uma nova acuidade e profundidade à pesquisa histórica”.

Assim, se ele publica em 1956 a sua monografia *Galileu Galilei*, cuja exposição de uma clareza excepcional lhe vale grande sucesso ainda hoje, em 1960 aparece *Filosofia e filosofia da ciência*, onde ele expõe, corajosamente, a exigência de um *historicismo integral da ciência*, insistindo sobre a necessidade de elaborar uma *nova forma de historicidade*.

Alargando o exame metodológico das teorias científicas da análise sintática àquela de caráter histórico-pragmático, Geymonat está capacitado para encontrar a dupla abertura que caracteriza globalmente a ciência. *Verticalmente*, as teorias científicas apresentam uma abertura típica em suas relações com a linguagem comum e com a experiência comum, das quais elas constituem um aumento progressivo do rigor; *horizontalmente*, as teorias são, ao contrário, ligadas entre si, pois cada teoria está sempre encerrada numa tradição conceitual específica. Através da utilização da categoria de *patrimônio científico técnico*, Geymonat está pronto para juntar a dupla “abertura” das teorias científicas à sua flexibilidade intrínseca e à sua

capacidade contínua de se modificar, pois ele está convencido de que o problema filosófico do convencionalismo constitui “um problema tão importante e tão complexo que podemos considerá-lo como o nó central de toda a filosofia contemporânea da ciência”. Segundo Geymonat, deve-se de fato conservar a consciência crítico-metodológica, elaborada pelo convencionalismo, sem ficar preso aos limites prejudiciais do convencionalismo filosófico. Por fim, é preciso saber aproveitar a lição profunda do convencionalismo sem nele permanecer.

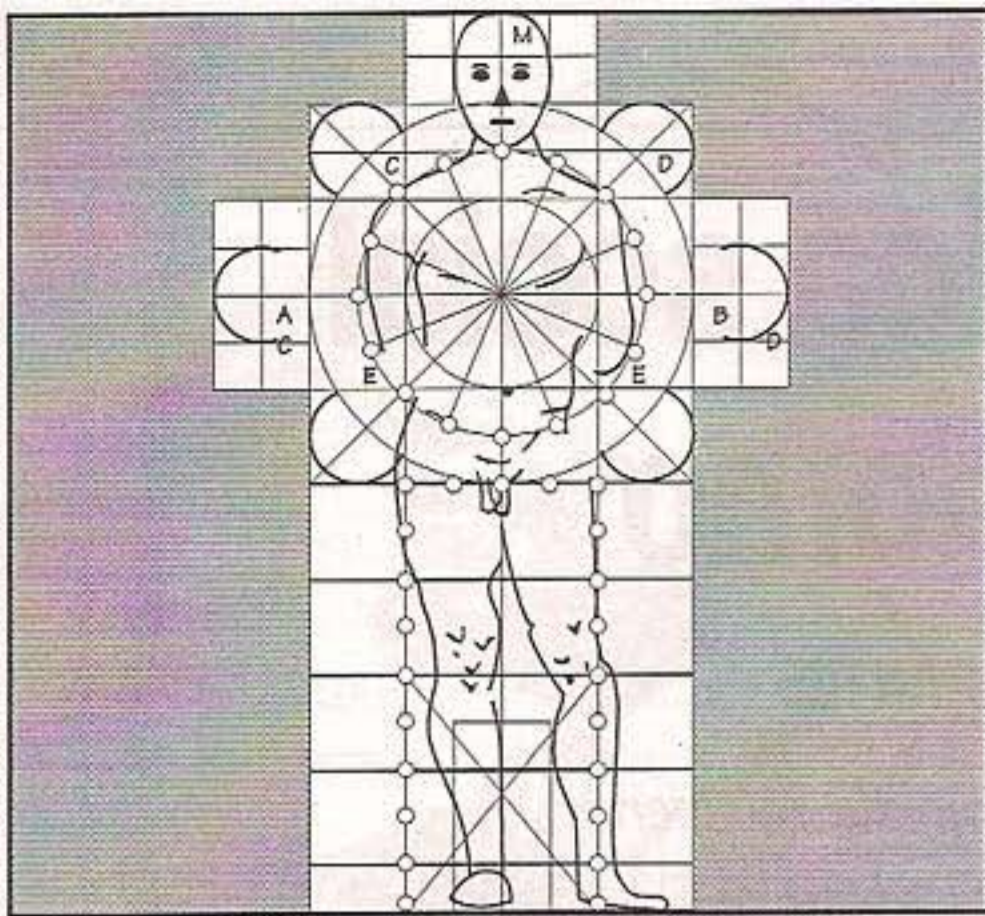
É justamente o apelo à dimensão histórica da ciência e da técnica que permite a Geymonat não aceitar as pretensões do convencionalismo filosófico (que pretende reduzir as teorias científicas a meras hipóteses arbitrarias privadas de todo alcance cognitivo), reconhecendo a flexibilidade e a aptidão para se modificar, próprias do saber científico ao longo de sua história. A história do saber científico deve, além disso, levar a filosofia a compreender a ciência na sua configuração autêntica e real sem seguir nenhum ideal abstrato de cientificidade.



O primeiro historiógrafo da ciência é o próprio cientista, que compara sua teoria com precedentes

É dessa linha geral que decorre um *historicismo integral da ciência* que valoriza a historicidade própria à ciência considerada pelo menos em três níveis: 1) toda ciência é sempre um produto ligado a um certo contexto histórico, cultural e social; 2) os conhecimentos científicos elaborados pela ciência são também afetados por uma historicidade que não podemos eliminar: são conhecimentos “válidos, objetivos” que sempre podem ser aprofundados, retificados, precisados e modificados. O conhecimento científico não é um conhecimento absoluto e não modificável (metafísico), mas é um conhecimento “relativo”, quer dizer, aberto a integrações sempre novas; 3) a ciência vive e se desenvolve graças a sua historicidade intrínseca: o primeiro historiógrafo da ciência é o próprio homem de ciência, que elabora as novas teorias através de uma atenta comparação com as teorias precedentes, construindo *traduções conceituais* apropriadas dos resultados obtidos. Esses últimos não podem mais ser considerados, depois, “isoladamente”, pois o seu significado sempre deriva do contexto teórico (também do patrimônio cognitivo global) no qual estão inseridos. Essa dilatação do objeto da epistemologia, da “estática” para a “dinâmica” das teorias científicas, é carregada, naturalmente, de importantes consequências: ela não somente instaura um vínculo inseparável entre a filosofia das ciências e a história das ciências, mas sublinha também a importância do estudo da complexa dialética histórica, teórica e técnico-experimental, pela qual a ciência se desenvolve progressivamente.

A obra de Geymonat está, adicionalmente, em harmonia com muitas teses formuladas nesses últimos anos, de



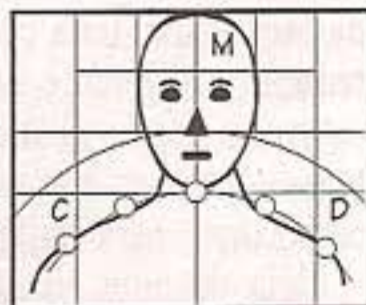
modo completamente autônomo, por alguns intérpretes da corrente da *nova filosofia das ciências* que criticam o neopositivismo por sua indiferença face à história das ciências. Contudo, compreende-se bem a originalidade da posição de Geymonat tomando-se em consideração que é justamente essa “nova forma de historicismo” que o levou a se ligar abertamente à lição filosófica de Marx, Engels e Lênin, proclamando de forma decidida a *atualidade do materialismo dialético*, baseada nos seguintes pontos fundamentais:

a) o historicismo integral da ciência sugere uma interpretação *realista* do próprio empreendimento científico, que se qualifica justamente como conhecimento objetivo, modificável ou parcial, de uma realidade exterior, independente do homem, que é sempre mais aprofundada;

b) “compreender o significado filosófico da ciência equivale a compreender o seu caráter histórico, sua dinâmica interna e a flexibilidade de suas categorias” (*Discussões modernas sobre a concepção galileana da ciência*, 1982);

c) a dimensão heurística plena da sistemática descritiva e explicativa ligada ao uso da categoria de *totalidade*, que nos permite interpretar globalmente e de modo unitário o desenvolvimento do conhecimento humano;

**Um novo racionalismo:
realista,
antidogmático, para
eliminar do
conhecimento o absoluto**



d) a compreensão plena da componente *técnica* do saber humano (em conjunto com a inteligência da importância e da autonomia da história da técnica) leva a colocar em destaque o *critério da práxis* por intermédio do qual a história da civilização humana pode ser compreendida de maneira unitária;

e) a exigência de se alargar com coragem a noção tradicional de racionalidade, admitindo a existência de uma

“racionalidade dialética” capaz de melhor compreender a complexidade e o caráter contraditório da história humana.

O materialismo dialético de Geymonat assume então a imagem de “*um novo tipo de racionalismo*: realista, antidogmático, aberto, tendo como objetivo eliminar todo absoluto, tanto na ciência quanto na filosofia” (*Primeiros elementos de uma teoria materialista-dialética do conhecimento*, 1974). Sabe-se, por outro lado, que os cânones fundamentais da gnosiologia de Engels e de Lênin se desdobram em direção a uma ótica autenticamente *materialista*, e para a aceitação plena do caráter *dialético* e *dinâmico* de todo o complexo patrimônio cognitivo. Na perspectiva marxista de Geymonat, o realismo gnosiológico e a historicidade estão estreitamente ligados; são justamente a modificação e o aprofundamento das teorias científicas que remetem a um realismo que se caracteriza por seu caráter dinâmico intrínseco e pela sua variabilidade. De resto, se é verdade que um dos pontos principais da gnosiologia marxista consiste em admitir, com Lênin, que a *ciência humana que progride* é realmente capaz de nos fazer penetrar progressivamente na realidade objetiva, então deve-se admitir também a consequência inevitável de que “a história da ciência (...) assume deste ponto de vista uma função central no debate que diz respeito ao problema gnosiológico”.

É preciso notar que, com essa abertura plena à tradição marxista, Geymonat terminou por se colocar numa posição autônoma em relação à epistemologia do século XX, assim como em relação à tradição marxista ocidental. De fato, contra o teorismo excessivo dos pensadores pós-neopositivistas, Geymonat defende abertamente o materialismo e o realismo, colocando no centro da reflexão epistemológica o problema da objetividade do conhecimento científico e de seu alcance cognitivo autêntico; contra o marxismo ocidental, Geymonat reivindica, ao contrário, a atualidade plena das problemáticas traçadas na *Dialética da natureza* de Engels e no *Materialismo e empiriocriticismo* de Lênin. Assim, uma vez mais, nestas últimas décadas do século XX, Geymonat, com uma total autonomia intelectual, sem sofrer os diversos modismos culturais efêmeros, desenhou um programa de pesquisa filosófico-científico original, pleno de desenvolvimentos interessantes, à medida que ele consegue traçar com rigor a linha de um novo *historicismo científico* realista e dialético. De fato, podemos ler em *Ciência e realismo*, no capítulo consagrado ao problema do realismo:

“É justamente neste caráter dialético que se enraíza o esforço contínuo que o homem faz para projetar novas teorias científicas, para não se deter frente às dificuldades e ao mesmo tempo para não se contentar apenas com alguns sucessos; quer dizer, o homem alarga, modifica, revoluciona as velhas noções e as velhas categorias, a fim de chegar a ‘aproximar’ sempre melhor a realidade em seu próprio devir”.

FABIO MINAZZI é Doutor em Filosofia.

Arte e crítica social em Adorno

PRISCILA ARANTES

A iniciativa de Adorno de recuperar o caráter crítico da arte na obra Teoria estética, sugere reflexões interessantes

A *Teoria estética* é a última obra de Adorno¹, publicada logo após sua morte, em agosto de 1969. O texto, de leitura extremamente difícil, solicita uma atenção permanente do leitor. Construído basicamente por fragmentos que vão se somando até formar um imenso conjunto, ele expõe de forma inequívoca a concepção da obra de arte do autor.

Uma das características mais marcantes da obra é o fato de ela ser uma versão modificada da teoria crítica desenvolvida por Marx, que faz a análise da sociedade a partir das forças produtivas e das relações sociais de produção. Aqui, há um deslocamento do interesse teórico, uma vez que a análise da sociedade é realizada mediante uma reflexão centrada na obra de arte.

Esse deslocamento da esfera econômica para a esfera cultural decorre do ceticismo que percorreu a Europa no pós-guerra. Na verdade, há um descrédito por parte de Adorno e da maioria dos pensadores da Escola de Frankfurt de que as forças produtivas pudessem modificar o sistema capitalista. Em consequência, ele centraliza sua atenção na esfera cultural, identificada como instância de manipulação da consciência.

Para Adorno, a estética é a única forma que nos resta para criticar o sistema social, uma vez que o sistema como um todo está dominado pela falsidade, expressão de uma pretensa harmonia que a ideologia burguesa finge existir: “é aqui, na obra de arte, que se preserva uma pequena área de verdade, aqui a crítica ainda é possível e é aqui que ela precisa ser feita” (Freitag, 1988:81).

Adorno inicia a construção da *Teoria estética* afirmando que se tornou manifesto que nada relativo à arte, nem mesmo o seu direito de existir, ainda seja óbvio: “tornou-se manifesto que tudo o que diz respeito à arte deixou de ser evidente, tanto em si mesma como na sua relação com o todo, e até mesmo o seu direito de existência” (Adorno, 1970:11). Essa afirmação decorre do fato de ele acreditar que a autonomia artística² se virou contra a própria arte. A

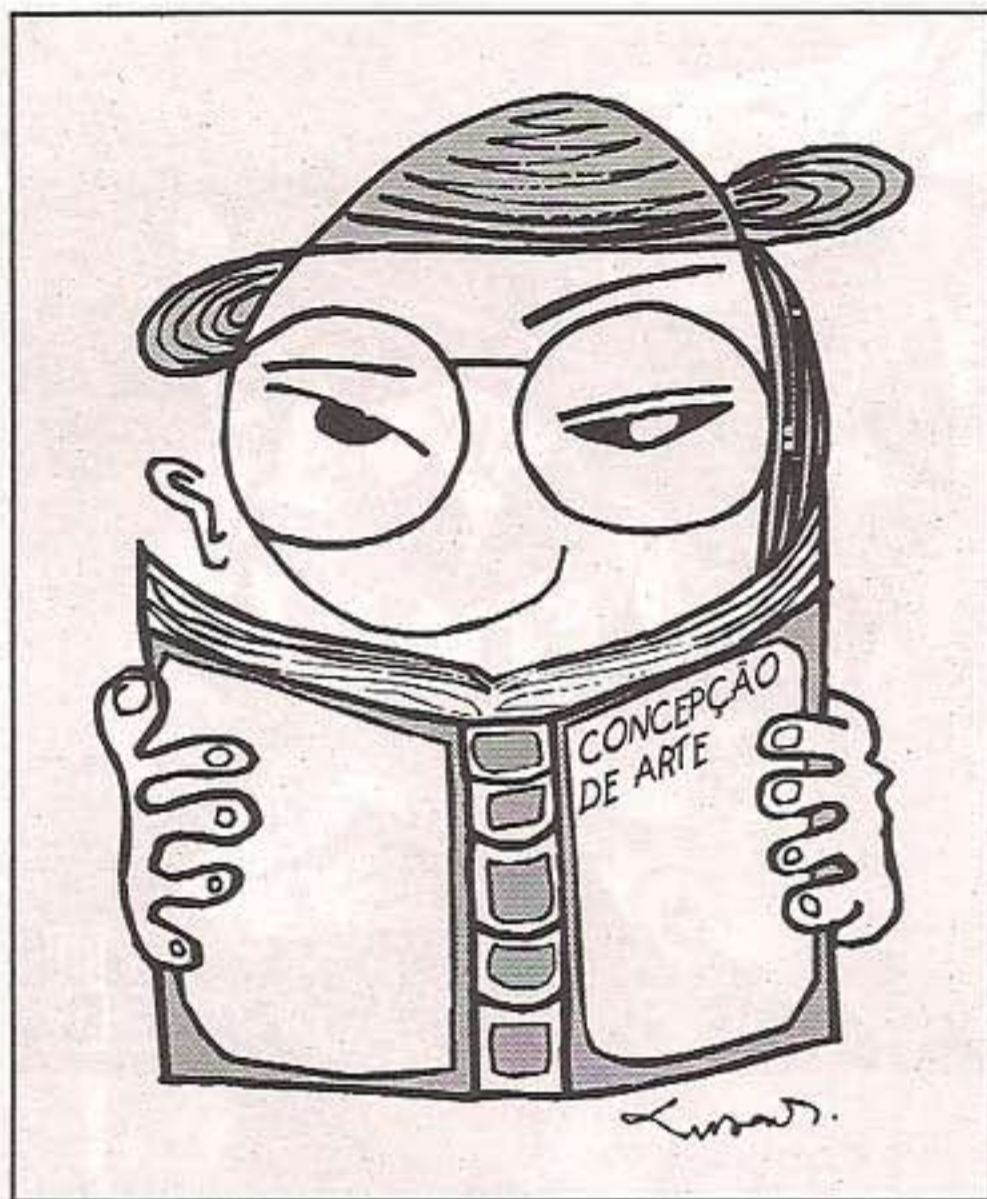
autonomia acaba fazendo o jogo da ideologia dominante, levando a arte ao circuito das mercadorias. A arte deixa de ser o que é para se transformar em mercadoria, deixa de ser cultura para se tornar valor de troca³.

Para não entrar no circuito das mercadorias, a arte deve ser crítica, deve ser protesto contra a sociedade. A tentativa de toda a *Teoria estética* será a de recuperar o caráter crítico da arte, único meio de ela continuar existindo, único meio de ela deixar de ser mercadoria, passando a ser o que era antes: manifestação cultural.

Adorno critica as teorias estéticas que partem da análise da origem da obra para daí deduzirem a sua essência. A essência da obra artística não é dedutível da sua origem, uma vez que a arte se modifica qualitativamente ao longo da história: “muitas obras, por exemplo, representações culturais, metamorfoseiam-se em arte ao longo da história, quando o não tinham sido; e muitas obras de arte deixaram de o ser” (Adorno, 1970:13). A arte, portanto, não se define pelo que ela é, mas pelo que ela não é, a partir do seu outro – a sociedade.

A crítica às teorias da origem contém uma idéia que será a base de toda a *Teoria estética*: a crítica à categoria da identidade, uma categoria matemática que sempre tenta reduzir o diferente ao idêntico. No plano artístico, essa categoria desenvolveria uma concepção da arte que Adorno tenta combater: a concepção segundo a qual a obra é vista como uma mera imitação da realidade, cópia da realidade – idéia de *mimesis*. A *mimesis* é um processo social de identificação perversa, onde o sujeito, ao se identificar com o objeto, perde a sua distância crítica. A categoria da identidade, enquanto categoria essencial da arte concebida como *mimesis*, impossibilitaria pensar na arte como algo crítico, característica essencial para o pensamento adorniano.

Para restituir à arte o seu caráter crítico, Adorno introduz na categoria da *mimesis* a noção da dialética, permitindo desenvolver uma nova concepção: a *mimesis crítica*. Recorre à noção de mediação – à dialética – para permitir



que o sujeito se diferencie do objeto, para permitir que a arte se diferencie da realidade (para daí criticá-la).

A categoria da *mimesis* será utilizada com um toque dialético: por algo tentar fazer-se igual, já se mostra como não igual. O fato de a obra de arte tentar se assemelhar à realidade já pressupõe que ela seja diferente. Portanto, não haverá uma subordinação da arte em relação àquilo a que ela tenta se assemelhar; ela é um outro do que ela mime-tiza: é a negação determinada da categoria da identidade.

Apesar de se definirem pelo que elas não são, pelo seu outro, as obras de arte não se reduzem à realidade, pois, se assim fosse, elas não seriam críticas. A arte verdadeira é aquela que não consegue se identificar à realidade: quanto mais tenta se assemelhar à realidade, tanto mais se torna um diferente. A obra de arte é *aparência* de uma realidade que ela própria não é. Ao querer se assemelhar à realidade, a arte torna-se um outro, *aparência* daquilo a que ela tentou se assemelhar.

A categoria da *aparência*, o fato de a arte ser *aparência* da realidade, é de extrema importância para a *Teoria estética*, pois recupera o caráter autônomo da obra: é exatamente porque a arte é *aparência* da realidade, um outro diferente da realidade, que ela é autônoma.

Utilizando a noção de *mimesis crítica*, Adorno resolve dois problemas: reafirma o caráter autônomo da arte, ou seja, o fato de ela ser algo em si mesma, e integra a arte nos mecanismos sociais. A autonomia artística não é algo separado do mundo, fechado em uma redoma de vidro. A arte é autônoma exatamente porque tenta se assemelhar à realidade, fazendo-se diferente, *aparência* da realidade, e portanto criticando e deformando a própria sociedade a que tenta se assemelhar. É por isso que a arte tem um caráter ambíguo – ela é, ao mesmo tempo, autônoma e um fato social. As obras de arte são *mônadas sem janelas*:

“que as obras de arte, como *mônadas sem janelas*, representem o que elas próprias não são, só se pode compreender pelo fato de que a sua dinâmica própria, a sua historicidade imanente enquanto dialética da natureza e do domínio da natureza, não é da mesma essência que a dialética exterior, mas se assemelha sem a imitar” (Adorno, 1970:16).

A *Teoria estética* reúne em uma mesma análise a investigação da forma artística e o juízo da crítica social. Isso só é possível porque a análise da obra artística é realizada através de um método imanente. A obra de arte não se confunde com a sociedade, ela é diferente da sociedade, mas ela só é passível de definição através do seu outro, da sociedade que ela própria tenta criticar. Aqui é dissolvida uma idéia tradicional nas teorias estéticas: a dicotomia entre forma e conteúdo. *A forma da obra de arte é conteúdo social sedimentado*: os problemas não resolvidos da realidade, as contradições do real, entre força produtiva e relação social de produção, em suma, os antagonismos da sociedade “retornam às obras de arte como problemas imanescentes da sua forma”, inscrevem-se na estrutura interna da obra artística como problemas imanescentes a serem resolvidos. Nesse sentido, o que faz de *Guernica*, de Picasso, uma obra de arte autêntica não é o fato de tematizar a Guerra Civil Espanhola, mas o fato de ter representado a guerra através de formas fragmentadas.



A arte é crítica porque contém em sua própria estrutura o antagonismo existente na sociedade

A partir dessas definições, há algumas conseqüências: em primeiro lugar, nenhuma obra de arte poderá ser conservadora, já que ela é, em si mesma, crítica da realidade empírica, forma onde se objetivam as contradições e antagonismos da realidade. Por outro lado, se toda obra contém, na sua estrutura interna, uma crítica à realidade, não haverá qualquer sentido para a arte engajada; não há necessidade de explicitar o que já está contido de maneira imanente na obra. Adorno ainda criticará a idéia da “arte pela arte”, pois ela afasta a arte do seu outro: “se a arte é percebida de modo estético, ela não o é de uma maneira correta” (Adorno, 1970:17). Por outro lado, reduzir totalmente a obra a seu outro significa abdicar do caráter essencialmente estético da arte: “alguém que não compreende o aspecto puramente musical de Beethoven compreende-o tão pouco como alguém que aí não percebe o eco da Revolução Francesa” (Adorno, 1970:384).

É por isso que a *Teoria estética* contém uma crítica à estética de Lucács, apesar de partilhar com ele da consideração da arte como agente da crítica social. A arte não é, como em Lucács⁴, um documento sociológico, um reflexo da sociedade, mas sim o negativo da sociedade.

Como diz Merquior: “é difícil resistir à tentação de comparar alguns aspectos da negatividade dialética⁵ com o negativo fotográfico (...), a arte crítica põe escuro aquilo que

a sociedade vê como claro, e põe como claro o que era oficialmente apontado como sombra – a margem de angústia e infelicidade da vida contemporânea” (Merquior, 1969:63). A arte é crítica não porque se assemelha ao gesto político, como pensava Lucács; e o critério de avaliação da obra artística não deve ser um critério sociológico, isto é, uma arte será tanto melhor quanto mais engajada for, quanto mais tematizar sobre questões críticas à sociedade. O critério de avaliação da obra deverá ser simplesmente estético, pois o que faz uma obra de arte ser crítica não é o que ela tenta tematizar, mas é o fato de ela conter, na sua própria estrutura, os antagonismos sociais existentes. O que é social na arte não é a sua tomada de posição manifesta, mas o fato de ela se diferenciar de maneira imanente da realidade: “[as obras de arte] exprimem, negativamente, um estado outro daquele que é – a realidade –, dizendo o que este deveria ser em uma sociedade liberada da barbárie” (Jimenez, 1977:138).

A obra de arte mostra o avesso da sociedade sem conter a solução para os antagonismos



A arte não será, como em Hegel, a explicitação do conceito do belo, entendendo o belo como um momento espiritual. Para Adorno, o espírito é somente mais um momento da obra artística. Por outro lado, a beleza na arte não será definida, como em Kant, a partir de uma concordância universal subjetiva. Aliás, a beleza – seja entendida conceitualmente, como em Hegel, ou através de um juízo do gosto, como em Kant – não exprime a arte essencialmente, não exprime o que a arte é: “a idéia de beleza evoca algo de essencial na arte sem que, no entanto, o exprima imediatamente” (Adorno, 1970:65). Se o belo diz respeito ao aspecto formal da obra, e se a forma artística é o conteúdo social sedimentado, então o belo na arte será o fato de ela conseguir exprimir a realidade histórica e os antagonismos sociais de forma crítica.

Enquanto Hegel utiliza a dialética nas diferentes fases da história da arte, exteriormente à estrutura interna da obra artística, Adorno utiliza a dialética dentro da própria obra. A obra de arte critica o conteúdo que lhe é imanente, e é exatamente por essa crítica que a obra se diferencia da realidade. Ao fazer a crítica à sociedade, a obra sugere a possibilidade de ser diferente do seu outro, apontando para uma possível resolução dos antagonismos sociais existentes. Contudo, não indica os caminhos para essa diferença. Por isso ela é enigmática: ela nunca contém a resposta para o problema que aparenta resolver.

Este é o conteúdo de verdade das obras: mostrar o avesso da sociedade sem conter a chave para a solução de seus antagonismos. Ao criticar a sociedade, aparentando ser um diferente dela, a obra de arte torna-se promessa de um ente possível, torna-se promessa de um mundo diferente, liberado da barbárie.



É por isso que a obra de arte é utópica:

“pela recusa intransigente da aparência de reconciliação, a arte mantém a utopia no seio do irreconciliado, consciência autêntica de uma época, em que a possibilidade real de utopia, o fato de a Terra, segundo o estado das forças produtivas, poder ser aqui e agora o paraíso, se conjuga num ponto extremo com a possibilidade da catástrofe total” (Adorno, 1970:46).

Ela também é utópica porque, embora se oponha à sociedade, não é capaz de obter um ponto de vista que lhe seja exterior, na medida em que só consegue opor-se ao identificar-se com a sociedade.

Dizer que a arte é utópica significa dizer que ela contém em si mesma o germen da sua própria destruição, uma vez que ela nega o seu próprio conteúdo:

“as obras de arte são negativas *a priori* em virtude da lei da sua objetivação, causam a morte do que objetivizam ao arrancá-lo à imediatidade da sua vida. A sua própria vida alimenta-se da morte” (Adorno, 1970:154).

Quanto mais criticam o seu conteúdo, ou melhor, quanto mais matam os antagonismos sociais que lhes são imanentes, tanto mais elas se fazem críticas, tanto mais elas se tornam arte, tanto mais elas morrem. Lutam constantemente contra a imanência da sua lei formal e tentam enlouquecidamente viver através da sua morte. Essa é a única possibilidade de existência para a arte...

Há, portanto, uma contradição crescente no pensamento adorniano. Quanto mais se abre a possibilidade da arte na sociedade burguesa, mais ela se torna impossível; a possibilidade da arte acaba virando-se contra ela mesma. Ao introduzir o caráter crítico no interior da estrutura artística, Adorno acaba produzindo uma tendência suicida na própria arte.

Se no início da *Teoria estética* há um questionamento da possibilidade da arte em virtude da sua autonomia, que

leva a arte a fazer parte do contexto das mercadorias, no final é a própria autonomia artística, enquanto crítica desse caráter mercadológico, que impede a existência da arte. Adorno nos coloca num beco sem saída, e aquilo que deveria ser crítico acaba se tornando uma atitude pessimista.

PRISCILA ARANTES é formada em Filosofia pela USP (Universidade de São Paulo). Atualmente, é mestranda do Programa de Comunicação e Semiótica, da PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), desenvolvendo projeto na área de Estética.

Notas

(1) Theodor Wisengrund Adorno, juntamente com Horkheimer, Marcuse, Walter Benjamin, Habermas, entre outros, é um dos integrantes da Escola de Frankfurt. Essa Escola, que desde o início procurou assegurar um vínculo acadêmico - no caso, com a Universidade de Frankfurt - foi fundada em 1922/1923 por um grupo de pesquisadores preocupados com a análise crítica do sistema capitalista.

(2) O conceito de autonomia artística supõe que a esfera artística é separada da esfera da práxis vital; a finalidade da arte é ela mesma, ela é independente de qualquer idéia que lhe seja exterior. No plano artístico, essa concepção ganha forma no final do século XIX, com o esteticismo. De acordo com alguns pensadores, os movimentos de vanguarda que tiveram início nos primórdios do século XX (futurismo, dadaísmo, surrealismo, entre outros) teriam como objetivo central negar esse caráter de autonomização da obra.

(3) A crítica da arte como mercadoria está extremamente ligada à crítica que Adorno realiza à indústria cultural.

(4) Georg Lukács desenvolve uma estética marxista, explicando a relação da obra de arte e da realidade através da categoria reflexo/reflexão, vale dizer, a obra de arte reflete o mundo e, ao mesmo tempo, reflete sobre o mundo; a arte reproduz o real. Nesse sentido, Lukács faz da representatividade sociológica o critério da avaliação da obra; o instrumento de julgamento da obra de arte não é algo estético, mas sim sociológico.

(5) A característica básica da dialética negativa (conceito desenvolvido sobretudo no livro *Dialética negativa*, de Adorno) é a crítica à categoria da identidade: "o sujeito não é só sujeito, o objeto não é só objeto e também não há uma separação ou independência total entre ambos" (Kothe, 1978:198). A negação é o cerne da dialética, é o elemento básico que impulsiona o movimento dialético.

Bibliografia

ADORNO, Theodor W. *Teoria estética*. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

FREITAG, Bárbara. *A teoria crítica: ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

JIMENEZ, Marc. *Para ler Adorno*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

KOTHE, Flávio René. *Benjamin & Adorno: confrontos*. São Paulo: Ática, 1978.

LUKÁCS, George. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MERQUIOR, José G. *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

SANTAELLA, Lúcia. *Estética de Platão a Peirce*. São Paulo: Experimento, 1994.



REVISTA CUBA INTERNACIONAL

Para conhecer sua realidade, uma fonte confiável!

A Ilha, sua vida e costumes em suas próprias palavras!

Assinatura anual (6 números): R\$ 20,00.

Remeta-nos um cheque no valor acima, indicando:

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ ESTADO _____ CEP _____



DISTRIBUIDOR NO BRASIL

Ebradil - Livros Portugueses

Rua Genebra, 161 - Bela Vista

Tel.: (011) 606-0877 e 604-1748 - Fax: 232-7021

CEP 01316-010 - São Paulo - SP

Solicite
catálogo

RESENHA

50 anos de *Infância*

Infância. Graciliano Ramos. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1945.

Em 1945, o escritor alagoano Graciliano Ramos (1892-1953) lançava, no Rio de Janeiro, o seu sexto livro. Era *Infância* (memórias), última obra do autor publicada em vida. Morto aos 60 anos de idade, não veria, infelizmente, o volume impresso de um de seus livros mais significativos, *Memórias do cárcere*, no qual retrata a sua arbitrária prisão em 1936, e que, junto com *Infância*, revela, conforme avaliação do crítico Alfredo Bosi, “o trânsito da ficção ao nítido corte biográfico”.

O livro, rememorando a infância nordestina, surge num importante momento político do escritor. Com o final da Segunda Grande Guerra e o fim da ditadura do Estado Novo, Graciliano Ramos entra para o Partido Comunista, afinal legalizado. Já é um autor consagrado por obras fundamentais da prosa brasileira: *São Bernardo* (1934), *Angústia* (1936) e *Vidas secas* (1938). Por isso mesmo, lembra o professor Antônio Cândido: “À medida que os livros passam, vai-se acentuando a necessidade de abastecer a imaginação no arsenal da memória, a ponto de o autor, a certa altura, largar de todo a ficção em prol das recordações que a vinham invadindo de maneira imperiosa”.

Em linguagem simples, direta e seca, como em seus livros anteriores, Graciliano Ramos vai, em *Infância*, ao seu baú da memória. Suas histórias transitam pelo universo de criança, quando viveu em Buíque, no Pernambuco, em Viçosa, em Alagoas, e era primogênito de um casal sertanejo que teve quinze filhos. Surgem, assim, personagens que povoam outras obras – o padre Inácio, que aparece nas recordações de Luís em *Angústia*, ou mesmo Maria das Dorés, que ensina um papagaio a falar em *São Bernardo*. São cenas da vida real aproveitadas no campo ficcional, em seu realismo crítico. Compõem um mosaico com episódios do mundo visto na infância, e que marcaram profundamente a vida e a obra do escritor. Em “O cinturão”, quarta história do livro, ele narra:

“As primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-me funda impressão. Eu devia ter quatro ou cinco anos, por aí, e figurei na qualidade de réu. Certamente já me haviam feito representar esse papel, mas ninguém me dera a entender que se tratava de julgamento. Batiam-me porque podiam bater-me, e isso era natural”.

Graciliano é, a meu ver, um dos mais representativos escritores brasileiros de todos os tempos. Anda, porém, meio

esquecido do meio acadêmico, como se a queda do muro de Berlim também tivesse derrubado e colocado por terra a secular miséria do país. Ao contrário, em tempos de neoliberalismo, o Sul – sonho de Fabiano, Sinhá Vitória e os dois meninos – está se nordestizando a cada dia.

O autor de *Infância*, sempre pessimista em relação ao homem, era, muitas vezes, premonitório. Assim como previu a ascensão literária de Guimarães Rosa, em 1938, quando foi jurado de um concurso de contos, ele imaginou o país em que vivemos atualmente. O texto está em *Linhas tortas*, livro que merece ser lido ou relido na íntegra, como toda a sua literatura, que “não tem nada a ver com as modas literárias”. Acompanhe a crônica de 1937 e o autor em fina ironia:

“Os inimigos da vida torcem o nariz e fecham os olhos diante da narrativa crua, da expressão áspera. Querem que se fabrique nos romances um mundo diferente deste, uma confusa humanidade só de almas, cheias de sofrimentos atrapalhados que o leitor comum não entende. Põem essas almas longe da terra, soltas no espaço. Um espiritismo literário excelente como tapeação. (...) A miséria é incômoda. Não toquemos em monturos. (...) É bom não contar que a moenda da usina triturou o rapaz, o tubarão comeu o barqueiro e um sujeito meteu a faca até o cabo na barriga do outro. Isso é desagradável. (...) Vamos falar mal de todos os romancistas que aludem à fome e à miséria das bagaceiras, das prisões, dos bairros operários, das casas de cômodos. Acabemos tudo isso. E a literatura se purificará, tornar-se-á inofensiva e cor-de-rosa, não provocará o mau-humor de ninguém, não perturbará a digestão dos que podem comer. Amém”.

Já neste ano de 1996 outro grande livro completa cinquenta anos: *Sagarana*, de João Guimarães Rosa. Publicado pela primeira vez em 1946 pela Universal, editora carioca de curta duração, é um clássico da literatura brasileira. Segundo o próprio autor:

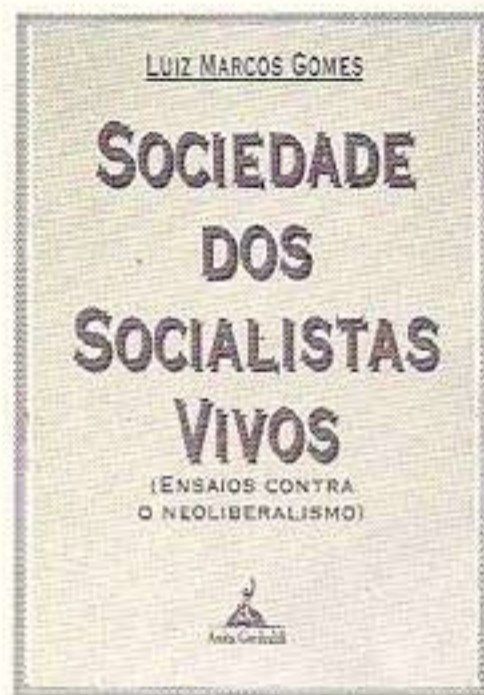
“[tem por] cenário as paisagens do Centro-Norte de Minas Gerais – zona dos campos, vaqueiros, bois, pastagens e fazendas-de-gado – de onde o autor, valendo-se da observação direta, tanto quanto da infância e adolescência, recria, no plano da arte, e movimenta, com estilo personalíssimo, o espesso mundo de terras, águas, árvores e plantas, bichos, aves, e o homem sertanejo em sua realidade mais autêntica”.

Num país onde o modismo e as novidades têm o mesmo tempo de duração de uma notícia de jornal, ler (ou reler) *Infância* e *Sagarana* é mirar-se numa terra chamada Brasil e reconhecer, em cada personagem, o povo brasileiro.

Roniwalter Jatobá



NOVOS LANÇAMENTOS DA EDITORA ANITA GARIBALDI



SOCIEDADE DOS SOCIALISTAS VIVOS

Ensaio contra o neoliberalismo

O livro de **Luiz Marcos Gomes** é uma crítica contundente ao neoliberalismo e à chamada "globalização". Dos artigos publicados, são inéditos: "O governo FHC e a greve dos petroleiros" e "Documento confidencial do Chase Manhattan Bank sobre a crise do México".

Preço: R\$ 12,00 (128 pgs.)



TENDÊNCIAS E CENTRAIS SINDICAIS

O movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994

O livro de **Silvio Costa** é indispensável tanto para acadêmicos que acompanham a luta sindical como para ativistas do movimento operário e sindical que precisam conhecer a história recente da classe operária brasileira.

Preço: R\$ 18,00 (290 pgs.)

AMAZÔNIA/CARAJÁS

Na trilha do saque

O livro de **Marcos Kowarick** tem apresentação de **Bautista Vidal** e prefácio de **Orlando Valverde**. Como profundo conhecedor da Amazônia – sua gente, suas riquezas e grandes projetos industriais e agropecuários – **Marcos** enriquece muito a literatura conhecida a respeito.



Preço: R\$ 20,00 (336 pgs.)

RACISMO À BRASILEIRA

Raízes históricas

O livro de **Martiniano J. Silva** desenvolveu um trabalho sério de pesquisa e reflexão, oportuno e essencial no aniversário de 300 anos da morte do **Zumbi**. O autor contesta com vasta documentação o velho mito da "democracia racial brasileira". Anexa ao livro vasta legislação sobre a questão racial.



Preço: R\$ 18,00 (272 pgs.)



LUTA ARMADA

No Brasil dos Anos 60 e 70

Jaime Sautchuk é um jornalista experiente. Neste trabalho apresenta ao leitor as diversas faces da opção armada de resistência ao regime militar. Fala das organizações guerrilheiras urbanas e rurais e de seus principais líderes como **Lamarca** e **Mariguela**.

Preço: R\$ 10,00 (96 pgs.)

PROMOÇÃO DO TRIMESTRE:

Na compra de 2 livros, desconto de 15%;
na compra de 3 ou 4 livros, desconto de 30%;
na compra de 5 ou mais livros, desconto de 45%.

Cheque para 15 dias, vale postal ou depósito em conta da Editora Anita Ltda.

Itaú - agência 0251 - cc nº 48678-3.

Pedidos para: Editora Anita Ltda.

Rua Mons. Passalacqua, 158 - CEP 01323-010

Fone: (011)289-1331

O envio pelo correio é por nossa conta. Não atendemos por reembolso postal.



Quando a fotografia está no sangue

Há alguns anos atrás, num curso para fotografia e direção de arte, o Pedro Martinelli saiu-se com esta: "Se eu estiver dentro de um avião que está caindo, serei o único a se salvar, por uma simples razão: pego a minha câmera e começo a fotografar tudo!"

Pedro Martinelli começou nesta profissão no longínquo 1967, como laboratorista num jornal em Santo André, SP. Logo virou fotógrafo da *Gazeta Esportiva* e, no começo dos anos 70, já era um profissional renomado, atuando em *O Globo*. Morou na Amazônia com os irmãos Villas Boas, e fez fotos memoráveis, como o contato com os índios *kranbacãrore*, os "índios gigantes", em 1973. Viajou o mundo fotografando. Acompanhou copas do mundo, olimpíadas, revoluções (como a da Nicarágua), fez fotos de moda, ganhou prêmio Esso pela cobertura do incêndio Joelma, acompanhou passo a passo a construção de Itaipu, fez o diabo. Durante três anos foi editor de fotografia da *Veja* e, desde 1983, foi diretor do Estúdio Abril, responsável pelas fotos feitas em toda a Editora Abril.

No ano passado, largou o palco iluminado da grande imprensa, para correr atrás de um projeto antigo e ousado: fotografar o homem amazônico, com calma e detalhe. Com um barco, o *Taba*, de 12 metros, instalou-se na Amazônia onde, como um daqueles antigos exploradores, vai correr atrás de imagens que ficarão para o futuro.

